

Fernanda Cardozo

**MORALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
agenciamentos em torno de casos de abuso e exploração sexual de  
crianças e adolescentes no Marajó/PA**

Florianópolis  
2016



Fernanda Cardozo

**MORALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
agenciamentos em torno de casos de abuso e exploração sexual de  
crianças e adolescentes no Marajó/PA**

Tese submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Doutor em Antropologia Social.  
Orientador: Prof. Dr. Theophilos  
Rifiotis

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Cardozo, Fernanda

MORALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: agenciamentos em  
torno de casos de abuso e exploração sexual de crianças e  
adolescentes no Marajó/PA / Fernanda Cardozo; orientador,  
Theophilos Rifiotis - Florianópolis, SC, 2016.

350 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. moral . 3. Estado . 4.  
políticas públicas. 5. sujeitos. I. Rifiotis, Theophilos.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-  
Graduação em Antropologia Social. III. Título.

Fernanda Cardozo

**MORALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
agenciamentos em torno de casos de abuso e exploração sexual de  
crianças e adolescentes no Marajó/PA**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 7 de março de 2016.

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edviges Ioris (Coordenadora do Curso)

**Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alicia Norma Gonzalez de Castells (PPGAS/UFSC)  
**Presidente da banca**

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana de Resende Barreto Vianna (PPGAS/MN)

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrice Schuch (PPGAS/UFRGS)

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC)

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antonella Maria Imperatriz Tassinari (PPGAS/UFSC)

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Furtado Hartung (PPGAS/UFSC)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Oscar Calavia Sáez, Dr.<sup>a</sup> (PPGAS/UFSC) – suplente

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Micheline Ramos de Oliveira (PMGPP/UNIVALI) - suplente



Às conselheiras e aos conselheiros  
tutelares de Curralinho e de Limoeiro  
do Ajuru, com cuja coragem tanto  
aprendi.

À Irmã Henriqueta Cavalcanti.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES e ao CNPq o auxílio por meio das bolsas de doutorado, sem as quais não apenas este mas muitos trabalhos de outros colegas seriam apenas esboços de projetos e de sonhos impossíveis. Agradeço também ao CNPq Edital Universal, que, por intermédio do NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades), viabilizou parte da pesquisa de campo.

Agradeço ao professor Theophilos Rifiotis não só a preciosa orientação e as tantas lições que me ensinou ao longo de minha formação, mas sobretudo a paciência e a delicadeza com que lidou com os (muitos) percalços dessa trajetória. Obrigada pela confiança. Sempre!

Agradeço ao LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências) e a seus participantes a acolhida, os diálogos e as muitas contribuições.

Agradeço às professoras Adriana Vianna e Patrice Schuch, que toparam a aventura da banca por videoconferência. Agradeço à Adriana o reencontro; e à Patrice, a chance de conhecê-la.

Agradeço às professoras Sônia Maluf, Antonella Tassinari, Miriam Hartung e Micheline Ramos de Oliveira e ao professor Oscar Calavia Sáez a gentileza em aceitar o convite para a leitura e a avaliação do trabalho. E agradeço à professora Alicia Castells a disposição para presidir a banca na ausência de meu orientador.

Devo agradecer ainda a todos os demais professores e professoras que me acompanharam nessa trajetória e que me fizeram me apaixonar pela antropologia. Obrigada aos professores Rafael Menezes Bastos, Alberto Groisman, Scott Head, Márnio Teixeira-Pinto, José Kelly; e às professoras Ilka Boaventura Leite, Vânia Cardoso, Esther Jean Langdon, Carmen Rial, Evelyn Zea – e, especialmente, à professora Edvigis Ioris, cujo carinho foi vital em momentos cruciais. Agradeço, com todo o coração, à professora Miriam Pillar Grossi o apoio e a generosidade ao longo desses anos, em diferentes momentos de minha aventura acadêmica, bem como todo o aprendizado junto ao NIGS.

Meus agradecimentos se destinam ainda ao professor Jean Segata e às professoras Rozeli Maria Porto, Danielli Vieira e novamente Miriam Grossi, que, em diferentes momentos do curso, leram cuidadosamente peças provisórias com intenções de tese e que contribuíram valiosamente para o campo de reflexões.

Agradeço à doce Ana Corina e ao querido José Carlos a atenção e a disponibilidade junto à Secretaria do PPGAS. Não esqueço, ainda, Karlinha e Adriana. Sua coragem e paciência são sempre fundamentais para que nossa caminhada ocorra sem atropelos. Muito obrigada!

Obrigada a meus pais pelo fato de entenderem minha distância; e ao meu irmão pela parceria, pelo incentivo e pelo apoio desde sempre. Obrigada à minha irmã, ao meu cunhado, aos meus sobrinhos – Luiz Felipe e Mariana – e ao Patrick pela amizade.

Agradeço à minha outra família: Tiago, Rose, Bruno, Felipe e Lilica. Obrigada pela acolhida, pelo carinho e pelas tantas vezes em que me trouxeram alegrias em momentos dramáticos. Obrigada pela parceira e pelo amor e humor de todas as horas, Tiago Jaime!

Agradeço a meus amigos de todo o coração, Dani e Thiago. Obrigada pela amizade e pela alegria que trouxeram à minha vida no último ano, o Chico – a quem também agradeço a doçura e a serenidade que trouxe à titia. Obrigada, Dani, pela preciosa ajuda que tornou possível estar aqui hoje.

Agradeço aos meus anjos da guarda Alex, Luiza e Neusa o carinho ao longo de todos esses anos e o precioso suporte em tantos momentos. Minha gratidão é eterna; tenho-os em meu coração.

Há ainda muitos agradecimentos a serem feitos, dos quais nem todos podem ser citados nominalmente. Agradeço aos conselheiros e às conselheiras tutelares de Currallinho e de Limoeiro do Ajuru, que tão bem me receberam e muito me ensinaram; à equipe da Escola Portugal; ao CEDCA do Pará e aos CMDCA de Currallinho e de Limoeiro; à Polícia Militar do Estado do Pará, especialmente ao DPM de Currallinho e ao 9º Batalhão; à DEPOL de Currallinho e à DEAM de Breves; à Prefeitura Municipal de Currallinho; à alegre e dedicadíssima equipe do CREAS de Limoeiro do Ajuru; à agente de saúde que me guiou em Limoeiro; às muitas famílias que me acolheram e que me hospedaram em cada ponto em que *parei* – fosse só para um cafezinho entre um barco e outro, fosse convidando-me a participar de suas rotinas. Embora não possa citar seus nomes, todas e todos sabem o quanto lhes sou grata.

Agradeço ainda à Soninha, ao Kiko, ao Marcos, ao Hugo, à Marcinha, ao Loureiro, à dona Paulina e aos muitos amigos que fiz ao longo dessa caminhada... e foram tantos!

Obrigada, Carlos Henrique da Silva e minha querida Fernanda Thomaz, pelo diálogo acadêmico, pelas novas descobertas e pela parceria em nossas aventuras em campo.

Agradeço à Irmã Henriqueta Cavalcanti, ao bispo Dom Luiz Azcona e a tantas outras pessoas que abriram suas portas, suas caixas de e-mail, suas vidas, seus arquivos, com a intenção de produzir diálogos e de ensinar aos recém-chegados.

Às amigas e aos amigos, muito obrigada!

A etnografia textualiza uma experiência marcada por encontros e pontes. No trabalho de campo, há o encontro entre tudo que o antropólogo porta (seus valores, repertórios morais, formação teórica, questões de pesquisa, o seu corpo) e alguma forma de alteridade (em geral pessoas que compartilham sentidos e/ou experiências, mas nem sempre de forma homogênea). No encontro as pontes são necessárias para que se estabeleça a comunicação. No processo de textualização, novas pontes são construídas pelo pesquisador, pois agora ele passa a se comunicar com seus pares, através da linguagem da disciplina (e aí articula sua experiência etnográfica com reflexões teóricas, com outras etnografias). O texto etnográfico é informado, então, pelos encontros (proporcionados pelo trabalho de campo) e pelas pontes (exercícios de comparação e de comunicação entre diversos) (VIEIRA, 2014, p. 75).



## RESUMO

Este trabalho consiste de uma descrição etnográfica sobre os agenciamentos em torno dos casos denunciados como abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Marajó/PA. Para tanto, parte de motes temáticos e teóricos como moral, Estado e políticas públicas a partir do campo da antropologia. Uma das ideias centrais na reflexão sobre políticas de atenção à infância e à adolescência se refere às chamadas redes de proteção, que, como categoria nativa, reúnem diferentes sujeitos, instituições, saberes e personagens públicos. É através dessas associações que emergem distintos projetos ou distintas ênfases, cuja inserção na agenda pública se torna objeto de disputas, de negociações e de debates. Explorar essas dimensões é descrever o modo como as políticas públicas e o Estado se produzem na vida cotidiana, sobretudo por meio da produção e da circulação de documentos. Também é descrever a forma como os sujeitos agenciam seus direitos e sua relação com as instâncias normativas e com sua rede de afetos ou de parentesco. Por fim, esboço algumas reflexões sobre moral e alteridade implicadas nas avaliações recorrentes de alguns gestores.

**Palavras-chave:** moral – Estado – políticas públicas – sujeitos.



## **ABSTRACT**

This work consists of an ethnographic description of agencies in their relation to exposed cases of child abuse and sexual exploitation of children in the Marajó/PA region. To achieve this, it addresses theoretical subjects like morality, state and public policies through the field of Anthropology. One of the main ideas in the discussion of public policies towards children relates to so-called protection networks, that, acting as native categories, are composed of subjects, institutions, knowledge and public figures. It is through these associations that distinct projects and efforts emerge, and their inclusion in the public agenda become subject to dispute, negotiation and debate. To approach these angles is to describe the way that public policies and the state are conceived in everyday life, specially through the production and circulation of documents. It is also to describe the way subjects act towards their rights, their relation to legislative bodies and to their affection and family networks. Ultimately, some reflections on morality and otherness, as implied on recurrent accounts of some public administrators, are outlined.

**Keywords:** morality – State – public policies – subjects



## LISTA DE FIGURAS

<b>Mapa 1.</b> Região do Marajó. Fonte: marajoando.blogspot.com. Autoria: Paulo de Carvalho (2009).....	53
<b>Mapa 2.</b> Mesorregião do Marajó. Fonte: Portal Movimento Marajó Forte.....	58



## LISTA DE TABELAS

- Tabela 01.** IDHM, em ordem crescente, dos municípios que compõem a mesorregião do Marajó. Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.....60
- Tabela 2.** Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Curralinho – PA. Fonte: PNUD, Ipea e FJP.....83
- Tabela 3.** Índices relativos à educação em Curralinho. Fonte: PNUD, Ipea e FJP.....85



## LISTA DE SIGLAS

**ALEPA** – Assembleia Legislativa do Estado do Pará  
**BF** – Bolsa Família  
**CAPS** – Centro de Atenção Psicossocial  
**CEDECA** – Conselho Estadual de Direitos de Crianças e Adolescentes  
**CEDECA** – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente  
**CJP** – Comissão de Justiça e Paz  
**CMDCA** – Conselho Municipal de Direitos de Crianças e Adolescentes  
**CNBB** – Conselho Nacional de Bispos do Brasil  
**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito  
**CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social  
**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
**CT** – Conselho Tutelar  
**DEPOL** – Delegacia de Polícia  
**DEAM** – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher  
**DPM** – Destacamento da Polícia Militar  
**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente  
**FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
**HMC** – Hospital Municipal de Curralinho  
**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano  
**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano por Município  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MP** – Ministério Público  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento  
**PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**TAC** – Termo de Ajustamento de Conduta



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
Antropologia (da) Moral e das moralidades.....	36
Escolhas metodológicas e implicações etnográficas.....	49
<b>CAPÍTULO 1. Políticas públicas e serviços básicos: o que dizer do chamado “poder público” em Curalinho e região.....</b>	<b>57</b>
1.1 Marajó: algumas trilhas até o destino.....	58
1.2 Curalinho: costurando algumas descrições.....	63
1.3 Instituições e a área de assistência social.....	78
1.4 Educação, lazer e entretenimento religioso.....	84
1.5 Segurança pública.....	92
1.6 Estado, políticas públicas e a ideia de abandono político.....	96
1.7 Estado, políticas públicas e alguns caminhos para a etnografia.....	97
<b>CAPÍTULO 2. Redes de proteção à infância e à adolescência.....</b>	<b>107</b>
2.1 Tessituras e movimentos das redes .....	115
2.2 Bonifácio e a posição de Cíntia: poder, negociações e bastidores.....	122
2.3 Subjacente à história de Luísa: a forasteira e outras articulações perigosas.....	128
2.4 Múltiplas agendas: miséria, infraestrutura pública e tráfico de pessoas....	138
2.5 Sobre a CPI do tráfico humano e outras articulações.....	151
2.6 Agendas públicas e campo e produção das políticas públicas.....	157
2.7 Os nós costurando redes... Nós, costurando redes.....	160
2.8 Alguns apontamentos parciais.....	168
<b>CAPÍTULO 3. Os caminhos da denúncia: agenciamentos em torno dos serviços públicos.....</b>	<b>171</b>
3.1 Documentos, articulações e caminhos da denúncia.....	171
3.2 Fluxos, percursos e outros efeitos dos documentos.....	179
3.3 Usuários: estratégias e negociações.....	185
3.4 Bruna e Amanda: denúncia e projetos.....	188
3.5 Gabriela: estupro, represálias e a busca por justiça.....	194
3.6 Carolina: apelo às instituições, narrativas sobre tráfico de pessoas e acusações contra o padrasto.....	199
3.7 Olívia: denúncia em meio a conflitos conjugais entre mãe e padrasto.....	203
3.8 Estela, Érica, Francine: negociações matrimoniais, fuga e restituição.....	209
3.9 Pâmela: usos dos canais de denúncia.....	224
3.10 Clara e Clarice: conflitos, acusações e arrependimentos .....	227
<b>CAPÍTULO 4. Situações de abuso sexual em contextos familiares .....</b>	<b>233</b>
4.1 Renata e Lucas: complexas relações de parentesco.....	236
4.2 Talita e Artur: um mistério envolvendo duas crianças.....	248
4.3 Alice: e o filho da esposa do pai.....	253

4.4 Fabiana: saúde mental na leitura dos conflitos.....	257
4.5 Milena: acusações de “loucura” e de “ingratidão”.....	264
4.6 Marina: mãe, padrasto e um novo lar.....	270
4.7 Daniela e Úrsula: histórias repetidas em família.....	272
4.8 Larissa e Laís: o padrasto, o tio e as muitas desconfianças.....	278
4.9 Alguns apontamentos.....	283

**CAPÍTULO 5. Judicialização, direitos e “cultura”: traduções e recategorizações.....289**

5.1 Fluxos na rede: contextos de enunciação, traduções e um debate.....	289
5.2 Crianças e adolescentes: entre sujeitos e direitos.....	301
5.3 Sobre moral e configurações de sujeito.....	306
5.4 A noção nativa de “cultura”: um debate sobre moralidades.....	311
5.5 ... e sobre amoralidades.....	318
5.6 Da cultura: comensurabilidade e horizontes morais.....	322
5.7 Enfim... os efeitos de Estado.....	324

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....327**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....333**

## INTRODUÇÃO

Inverno amazônico, fortes chuvas intermitentes, março de 2013. Depois de algumas horas de viagem pelas águas – três e meia ou quatro –, estávamos em uma pequena canoa com motor, entrando por um furo de rio bastante estreito, com o cantar dos pássaros cortando o silêncio da mata, ainda ali, densa. O barco de tipo *popopô*<sup>1</sup> que nos levava até aquele ponto era grande demais para fazer o percurso. Além do condutor da *rabeta*<sup>2</sup>, nome dado à pequena canoa motorizada, um policial militar e um conselheiro tutelar aninhavam-se nos assentos estreitos. Ao meu lado, uma adolescente de 14 anos – a quem chamarei Bruna<sup>3</sup> – permanecia em silêncio, apreensiva, mas sentindo que algo tão esperado finalmente mudaria sua vida.

Levamos pouco mais de meia hora até nosso destino rio adentro. Poucas casas havia ao longo daquele leito, todas bastante distantes entre si, longe de qualquer sede pública de acolhimento ou atendimento e de difícil acesso. A chuva ainda nos encontrou no caminho; e, por conta de nossa preocupação com a saúde da menina, em função das gotas geladas que caíam sobre nós, eu a abracei, tentando – quase que em vão – protegê-la com um casaco fino, cuja serventia se voltava mais à proteção diante do sol forte do que diante da chuva. Depois de algumas curvas e de alguns acenos entre os integrantes do barco e moradores ribeirinhos, chegamos à casa em que Bruna vivia com os avós paternos, o pai e seus três irmãos – lar que ela estava prestes a deixar. Não havia paredes na casa em questão: apenas algumas colunas de madeira sustentando o teto de palha. A chuva, que caía lateralmente, entrava à vontade na residência, molhando o chão de madeira, as poucas vasilhas amontoadas em um canto, e as redes, muito velhas, que estavam suspensas. Lembrome da expressão de compaixão e estarrecimento do policial militar,

---

<sup>1</sup> *Popopô* é o nome dado aos pequenos barcos de madeira motorizados que apresentam uma cobertura e paredes laterais igualmente de madeira. O nome faz alusão ao barulho do motor.

<sup>2</sup> Chama-se *rabeta* um tipo pequeno de embarcação bastante comum na região marajoara. Consiste de uma espécie de canoa à qual é acrescentado um motor de eixo prolongado – usualmente chamado *rabudo* –, o qual funciona à base de combustível.

<sup>3</sup> Os nomes de meninas e meninos e de seus familiares, bem como os de profissionais locais – como conselheiros tutelares, policiais, técnicos – e de gestores municipais são todos fictícios. Apenas mantenho originalmente os nomes de religiosos e de políticos de atuação em nível estadual/nacional que constam amplamente em relatórios públicos e reportagens acerca do tema.

Jorge, acostumado a realizar ações em diferentes locais do Marajó. Jorge constatou que a rede em que Bruna dormia não lhe servia mais: o tecido estava muito gasto, o pano muito sujo, e seu tamanho parecia relativamente pequeno para acomodar a adolescente. Ajudei a menina a arrumar a bolsa com poucos pertences seus e de seus irmãos mais jovens – três ao todo – com a finalidade de abandonar a casa em que ela e as crianças viviam, até então, com o pai e os avós.

O retorno vinha sendo marcado por entreolhares, cúmplices da condição de sobrevivência que testemunháramos, e por algumas brincadeiras para descontrair, “quebrar o gelo”, e nos distrair em relação à chuva que caía com força sobre nós. Por apreensão ou por timidez, Bruna pouco participava da conversa, esboçando um e outro leve sorriso distante entre uma fala e outra. Em certa altura do rio, encontramos, sentado no chão de outra casinha muito velha e sem paredes, o avô paterno de Bruna. Era uma senhor de idade, cabelos muito brancos, muito magro e de voz fraca, que perdera há muito as duas pernas e que se virava sozinho para transportar-se de um local a outro em uma pequena canoa movida a remos, encostada no trecho que dava acesso à residência da família à qual ele fazia a visita. O idoso se arrastou, fazendo uso dos braços, até mais próximo à beira da casa para conversar com o conselheiro, Gustavo, e com o PM, Jorge, que desceram para contatá-lo. Ali, ele foi advertido a respeito da audiência no Conselho Tutelar, na sede urbana da cidade, a que deveria comparecer dentro de alguns dias. Na saída, a adolescente permaneceu retraída ao meu lado, enquanto o avô avisava aos gritos que iria buscá-la, que era sua neta, que a tratava bem e que esclareceria tudo. Para tanto, referia-se à menina esperando sua confirmação: “*né, Bruna? Fala pra eles! O vô vai te buscar de volta!*”. Bruna baixou a cabeça, sem esboçar qualquer reação consistente, até que nossa rabeta deixasse o local rio adentro.

O medo que Bruna parecia demonstrar em relação ao avô fora relatado ao conselho tutelar por uma de suas irmãs, Amanda, de doze anos. De acordo com Amanda, Bruna vinha sofrendo abuso sexual por parte do avô – aquele mesmo senhor de idade –, o qual, segundo a denunciante, mandava que a adolescente tirasse a calcinha para que ele lhe “*benzesse a paca*”<sup>4</sup>. A mãe falecera quando do nascimento da irmã mais nova, Camila, de cerca de sete anos, que aparentava um agudo quadro de desnutrição. A informação que Amanda passava, ainda, era a de que Bruna não era filha biológica de seu pai, mas de uma união anterior de sua mãe, e que fora criada pelo genitor das demais crianças

---

<sup>4</sup> *Paca* refere-se às partes íntimas femininas.

desde seu nascimento. Tal fato agregava à denúncia uma espécie de maior consistência, como se a impossibilidade do incesto por parte do avô em termos consanguíneos tornasse mais possível (ou confirmável) a situação de abuso. E uma interpretação que chegou a emergir entre alguns membros da instituição foi a de que os abusos consistiam de uma maneira de cobrar de Bruna os anos de abrigo e criação junto àquela família não consanguínea.

As denúncias, porém, iam além do aliciamento: segundo Amanda, as crianças ficavam sem comer e eram frequentemente surradas e expostas ao trabalho de que os adultos não davam conta ou que não pretendiam realizar, como a coleta do açaí e o preparo da comida. Mais que isso, de acordo com a pequena denunciante, os avós paternos faziam uso de ameaças espirituais – como *feitiços* – para manter as crianças sob seu domínio e sob silêncio. Seguindo tal informação, não parecia à toa o terror que Bruna demonstrara ao deparar-se com o avô enquanto seguíamos de volta para a casa de seu tio materno, onde vinha passando os últimos dias e onde desejava morar definitivamente.

\*\*\*\*\*

A história de Bruna e de Amanda, cuja mãe falecera quando do nascimento de Camila, a irmã caçula, dispõe de um maior número de detalhes que, mais adiante, serão contemplados pela narrativa. Por ora, a cena sinteticamente descrita reúne alguns dos principais elementos que caracterizaram o campo aqui tratado: as situações de abuso sexual<sup>5</sup> de

---

<sup>5</sup> Opto pelos termos abuso sexual e exploração sexual, categorias mais amplamente utilizadas pelos distintos interlocutores em campo. Laura Lowenkron (2010; 2012) historiciza a emergência de categorias como abuso sexual, exploração sexual e pedofilia – desdobramentos da “violência sexual contra crianças e adolescentes”, a qual, por sua vez, se configura como um fenômeno contemporâneo, constituído ao longo do século XX a partir de “contornos próprios e dramaticidade específica” (LOWENKRON, 2010, p. 14). Conforme esclarece a autora, a noção de *abuso sexual*, que aparece nos anos 1960 através do movimento feminista, é incorporado ao campo dos direitos de crianças e adolescentes entre os anos 1980 e 1990, sinalizando para “interações sexuais” marcadas por assimetrias de poder – de gênero, etárias, geracionais, etc. Já o termo *exploração sexual* se relaciona a um modo de categorizar a prostituição de mulheres e de meninas, entendendo-a como forma de mercantilização das mesmas; a partir dos anos 1990, a especificação da exploração sexual infanto-juvenil passa a referir-se à prostituição e à pornografia envolvendo crianças e adolescentes, sublinhando a ideia de uma condição passiva por parte delas – e, assim, ela ganha contornos próprios,

crianças e adolescentes; os complexos arranjos familiares nos contextos de violação; as adversidades materiais e simbólicas a que vítimas e perpetradores estão sujeitos; as disputas familiares expressas nos conflitos; a questão das políticas públicas em regiões ribeirinhas no sul do Marajó; os agentes ou aspectos não humanos que caracterizam os casos e os modos de intervenção e atendimento a crianças e adolescentes na região; a composição e a abrangência das chamadas *redes de proteção* da infância e da adolescência. Evidentemente, ao apurar as bordas do conjunto de experiências e de observações através de sua conformação em texto, alguns aspectos são selecionados, ao passo que muitos outros, infelizmente, permanecem à margem da escrita – ossos do ofício, dada a impossibilidade de se apreender toda a complexidade das relações que povoaram o trabalho de campo (EMERSON et al, 1995).

No ano de 2008, teve início, no Senado Federal brasileiro, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de casos referentes a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, conhecida por *CPI da Pedofilia* – a qual teve como ponto de partida a Operação Carrossel, empreendida pela Polícia Federal ao final de 2007, com vistas aos casos denominados “pornografia infantil” veiculados pela rede mundial de computadores (LOWENKRON, 2012). Presidida pelo senador Magno Malta (Partido da República – ES) e com relatoria do então senador Demóstenes Torres (à época pelo Partido Democratas)<sup>6</sup>, a CPI da Pedofilia empreendida pelo Senado Federal deu destaque à temática. Mobilizou ações policiais por todo o país em operações especiais de investigação sobre casos de pornografia infantil e de exploração e abusos sexuais contra menores, lançou campanhas nacionais de incentivo à denúncia, conferiu visibilidade a casos de sexo entre adultos e crianças/adolescentes e trouxe ao contexto brasileiro o

---

adquirindo especial visibilidade desde a CPI de 1993 voltada à prostituição infantil e ao turismo sexual (VIANNA e LACERDA, 2004). A exploração sexual difere do abuso “na medida em que se refere menos a atos isolados ou interações sexuais interpessoais do que a redes de pessoas e condutas” (LOWENKRON, 2010, p. 17).

<sup>6</sup> Na ocasião da CPI, Demóstenes Torres entrou em substituição à inicialmente nomeada senadora Rosalba Ciarlini (ver Relatório da CPI da Pedofilia, 2010). Em julho de 2012, foi cassado pelo Senado Federal após acusações sobre seu envolvimento com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, investigado pela Polícia Federal por sua relação com a chamada máfia dos caça-níqueis. Em virtude do processo de cassação, Demóstenes Torres foi considerado inelegível até o ano de 2027.

debate em torno da castração química<sup>7</sup>, abrindo espaço para abordagens frequentes na mídia e impulsionando ou potencializando ações de igrejas e de organizações governamentais e não governamentais de prevenção e combate à chamada *pedofilia* – e, principalmente, trazendo-a como objeto e como “risco” tangível para o cotidiano, juntamente com a elaboração de dispositivos específicos de controle e vigilância.

Portanto, à ocasião, a partir dos trabalhos da CPI o tema também se proliferou nas diversas mídias e meios de comunicação, evocando notícias cotidianas sobre casos de abuso sexual e estupro de crianças e adolescentes, envolvimento entre adultos (ou adultas) e adolescentes menores de 14 anos (envolvimento este qualificado judicialmente como *estupro de vulnerável*), apreensão de materiais pornográficos protagonizados por menores, dentre outras situações. Vale sublinhar que uma das maiores frentes de batalha se deu contra a produção e o compartilhamento de imagens pornográficas de crianças e adolescentes por meio da internet (LOWENKRON, 2012).

A partir da pluralidade de notícias e de denúncias que se tornaram públicas, o tema da *pedofilia* – ou o uso desse termo para se referir a um conjunto heterogêneo de práticas ou fenômenos a que Laura Lowenkron (2008) propôs chamar “sexo intergeracional envolvendo menores” – deu margem a questionamentos acerca do que se fala quando se fala em

---

<sup>7</sup> A castração química – também chamada terapia antagonista de testosterona – consiste de um processo reversível e temporário de contenção da libido através da administração de doses hormonais. Por tratar-se do uso progesterona sintética, a medida é voltada exclusivamente a homens, sendo ineficaz em mulheres. Ela emerge, nos debates a seu respeito, como alternativa penal a homens condenados por crimes sexuais, sobretudo naqueles que vitimam crianças. Assim sendo, em se tratando dos casos classificados como *pedofilia*, ela também aparece como medida terapêutica para tratamento médico e psiquiátrico. Essas perspectivas punitivas e terapêuticas têm como ponto de partida o pressuposto segundo o qual a compulsividade sexual e o cometimento de crimes dessa natureza se devem a “excesso de testosterona”. Entretanto, a medida apresenta uma série de controvérsias não só conceituais, mas também jurídicas e bioéticas, em face de seus efeitos colaterais e de suas contradições em relação a princípios constitucionais referentes à dignidade da pessoa humana. Sua prática é prevista em países como Estados Unidos, Polônia e Grã-Bretanha, e discutida em outros tantos – seja como medida compulsória com vistas à punição legal; seja como adesão voluntária ao tratamento por parte do apenado. No Brasil, a castração química figurou em uma série de Projetos de Lei, dentre os quais o 552/2007, de autoria de Gerson Camata; o 4399/08 de Marina Maggessi; o 349/11, de Sandes Júnior; e o 5398/2013, com autoria de Jair Bolsonaro. Consultar, por exemplo, Maia e Seidl (2014) e Paz (2013).

*pedofilia*. Afinal, quantas modalidades de práticas estavam sendo colocadas sob a categoria<sup>8</sup>, ainda bastante imprecisa e com forte marco em uma tradição psicológica e psiquiátrica, de *pedofilia*? E que elementos e campos de conhecimento operavam ou eram acionados na configuração do termo que emergia da mobilização, à época, em torno da CPI?

Mais do que isso, a revelação e a publicização jornalísticas, investigativas ou descritas nos contextos de apuração parlamentar de episódios envolvendo abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes ou relacionamentos ditos/supostamente “consentidos”, postos sob investigação, entre maiores e menores desvelou não apenas uma pluralidade de práticas imprecisamente qualificadas sob o termo (ver, por exemplo, LOWENKRON, 2010; 2012). Em se tratando de determinadas regiões do país, elas também visibilizaram e/ou embasaram configurações particulares de atores a fortalecer e a mobilizar o que se convencionou chamar “redes de proteção” à infância e à adolescência – como os setores religiosos na região amazônica; o movimento envolvendo artistas, políticos e outros personagens públicos chamado *Todos contra a Pedofilia* –, bem como debates e novas justificativas morais em torno das demandas populares por políticas públicas.

Em meio a tantas notícias sobre *pedofilia* que passaram a figurar com maior frequência nos telejornais, nos portais de notícias e na mídia impressa – desde reportagens sobre casos envolvendo figuras de notoriedade pública<sup>9</sup> e membros religiosos<sup>10</sup>, passando por entrevistas com especialistas dos campos da psicologia e da psiquiatria dando

---

<sup>8</sup> Indagação que se aproxima daquela dimensão que Rifiotis (1997, 2006) denomina heterogeneidade no campo de estudos das violências.

<sup>9</sup> (1) “Ex-deputado do Pará é acusado de pedofilia”. In: Portal G1, 15/05/09. Disponível em: <http://g1.globo.com/globoreporter/0,,MUL1128297-16619,00-EXDEPUTADO+DO+PARA+E+ACUSADO+DE+PEDOFILIA.html>;

(2) “Irmão da governadora do Pará é condenado por pedofilia”. In: Gazeta do Povo, 29/06/2010. Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/irmao-da-governadora-do-para-e-condenado-por-pedofilia-20u9bisaocs78yi0wqhre0eha>

<sup>10</sup> “Padre diz que foi seduzido por menina de 13 anos”. In: Diário Catarinense, 24/06/2009. Disponível em:

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2009/06/padre-diz-que-foi-seduzido-por-menina-de-13-anos-2556658.html>

“dicas” sobre como identificar sinais de vitimidade entre as crianças<sup>11</sup> ou sobre aspectos que definiriam o “perfil” do *pedófilo*<sup>12</sup>, até pronunciamentos de especialistas jurídicos apontando a necessidade da revisão constitucional em torno do enrijecimento da pena e da previsão de crimes de internet – tiveram destaque as denúncias realizadas por membros religiosos acerca de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó, no Pará.

As denúncias em torno deste último cenário tiveram início antes da instauração da CPI da Pedofilia, ainda no ano de 2006, quando o bispo da Prelazia de Marajó, Dom Luiz Azcona, levou à chefia do gabinete da Presidência da República e à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados denúncias sobre aliciamento de crianças e adolescentes no Marajó para fins de exploração e turismo sexual e sobre uma rede interestadual e internacional de tráfico de pessoas para a prostituição<sup>13</sup>. Essas graves denúncias levaram a Comissão a uma investigação, entre os meses de agosto e setembro do mesmo ano, em torno das cidades de Belém, Breves, Curralinho e Portel, no Pará; Macapá e Oiapoque, no Amapá; e Caiena, na Guiana Francesa<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> “Especialistas dão dicas de como identificar vítimas de pedofilia”. In: Portal R7, 25/01/2010.

<sup>12</sup> (1) “Pedofilia na Internet: saiba como detectar, o que fazer e onde denunciar”. In: Portal Safernet Brasil, 14/04/2008. Disponível em:

<http://www.safernet.org.br/site/noticias/pedofilia-internet-saiba-como-detectar-que-fazer-onde-denunciar>; (2) “Especial Pedofilia - Perigo dentro de casa”. In: Infonet, 07/10/2008. Disponível em:

<http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=78149&>; (3) “Estudo mapeia comportamento de pedófilos na internet”. In: Portal G1, 27/10/09. Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1355568-6174,00-ESTUDO+MAPEIA+COMPORTAMENTO+DE+PEDOFILOS+NA+INTERNET.html>

<sup>13</sup> Ver relatório de atividades da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (2007). Ver também Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal sobre Pedofilia (2010).

<sup>14</sup> Conforme consta no Relatório Final da CPI da Pedofilia realizada pelo Senado Federal (2010), a Câmara dos Deputados, mobilizada pelas denúncias do bispo, empreendeu investigações na região do Marajó. Em Breves, por exemplo, detectou-se um circuito que conduzia crianças e jovens até Oiapoque para, de lá, levá-las à cidade de Caiena. Ainda segundo dados da Câmara dos Deputados – constantes do relatório da CPI –, em Curralinho uma conselheira tutelar teria apontado, num período de dois anos até a realização da

Posteriormente, o impacto de tais denúncias e do relatório final da investigação empreendida pela Comissão inscreveu o Marajó na agenda da CPI da Pedofilia do Senado da República<sup>15</sup> – instaurada em 4 de março de 2008. Os novos depoimentos e a continuidade das denúncias do bispo levaram a Comissão de Direitos Humanos da ALEPA (Assembleia Legislativa do Estado do Pará) à criação de uma nova CPI, em 11 de dezembro de 2008, para tratar dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Pará<sup>16</sup> (aqui, Breves e Portel foram os municípios que receberam especial atenção).

Dentre os quadros construídos a partir de experiências relatadas nos contextos de denúncia e apuração de casos, a região do Marajó, no estado do Pará, teve particular destaque. Refiro-me especificamente ao modo como os atores apareceram articulados; à configuração dos atores no engajamento para a denúncia dos casos – tendo destaque ações da igreja católica e iniciativa de profissionais religiosos nas frequentes denúncias e na discussão de projetos políticos para a infância e a adolescência –; e à forma como os eventos a que se denominou, no fluxo das CPIs, genericamente *pedofilia* figuraram como uma espécie de efeito ou sintoma de aspectos relacionados a políticas públicas e a ações do Estado (ou a uma suposta “ausência” ou ineficiência delas) – o que se

---

investigação, 27 casos de crianças e adolescentes aliciadas, sendo a maioria delas oriundas de famílias carentes; essa cidade, segundo o relatório, acaba por receber grandes fluxos populacionais e concentrar atividades de prostituição em virtude não só de constituir-se como escala para barcos vindos de outras cidades como também de concentrar muitos eventos culturais, como Festa do Padroeiro de São João Batista e Festival do Açaí. É nesse sentido que uma das modalidades mais recorrentes de exploração sexual em Portel, Breves, Curralinho, Muaná, São Sebastião da Boa Vista e Gurupá se dá nas embarcações, sobretudo em balsas e navios de transporte de cargas para Manaus, a que se denomina “rota da exploração sexual”.

<sup>15</sup> A CPI da Pedofilia do Senado visava, com especial enfoque, tratar das práticas de “pedofilia” (o termo aparece entre aspas no relatório) através do recurso da internet e sua relação com o crime organizado, contando com um prazo de 120 dias e uma verba de quatrocentos mil reais. Suas atividades contemplaram, porém, casos de abuso e violência sexual intrafamiliar, estupro de crianças e adolescentes por parte de vizinhos ou homens de notoriedade pública na região, condições inadequadas de atendimento às vítimas ocasionando sua revitimização, alienação parental e, especialmente, a prostituição e o tráfico de menores com fins de exploração sexual.

<sup>16</sup> Presidida pelo deputado Adamor Aires e tendo como relator o deputado Arnaldo Jordy (ver Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de fevereiro de 2010).

observa através do reiterado discurso de que as situações de abuso e exploração sexual infantil se devem à “ausência do poder público”.

Diferentemente das estatísticas sobre casos de abuso sexual intrafamiliar, dos diagramas contendo o “perfil do pedófilo” ou dos relatos acerca dos “traumas” (ver FASSIN e RECHTMAN, 2009) decorrentes da situação de abuso entre as vítimas que se costuma observar a respeito de eventos nomeados *pedofilia* nas regiões sul e sudeste, por exemplo, as notícias e denúncias a esse respeito em se tratando do Marajó centravam-se pouco nos indivíduos, nos sujeitos ou nas figuras de vítima e perpetrador. O que emanava dos relatos sobre casos nos municípios ribeirinhos em relatos trazidos por lideranças religiosas ou reportagens especiais sobre o assunto, predominantemente, eram, mais que as denúncias particulares, as denúncias de um quadro problemático de agravamento das condições de vida da população; as *vítimas* da exploração sexual não apareciam individualizadas, mas coletivamente, sendo que a figura das *balseiras*<sup>17</sup> teve (e tem) especial destaque na retórica da denúncia.

Abordar os casos de pedofilia sob o viés sociológico das estruturas socioeconômicas e políticas – como o têm feito os discursos mais oficiais sobre o tema na região – implicaria, portanto, inscrever a situação de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em projetos políticos que transcendam a infância e a adolescência e que incluam desde o combate à fome até a iluminação pública e o aprimoramento dos serviços de atendimento médico. O que os discursos

---

<sup>17</sup> *Balseiras* é o termo pelo qual se designam as meninas e adolescentes das regiões ribeirinhas do Marajó que, através do uso de pequenas canoas, se aproximam dos navios de travessia, onde prestam serviços sexuais a adultos em troca de valores irrisórios, como moedas de pouco valor ou alguns alimentos. Essa modalidade ocorre em um conjunto mais amplo de práticas comerciais exercidas por essas meninas e meninos – por vezes acompanhadas de mães ou outras mulheres adultas – junto às grandes embarcações que cruzam determinadas regiões ribeirinhas. Durante uma viagem entre Belém e Santarém percorrendo águas da região, presenciei muitas canoas conduzidas por meninas e meninos muito jovens ou muito pequenos que se aproximavam rapidamente do navio. Algumas vezes faziam sinal solicitando que os viajantes – muitos já acostumados com tal roteiro – lhes jogassem alimentos (os quais eram envoltos em sacolas plásticas e lançados na direção das crianças, o que não impedia que estas resgatassem biscoitos e pães já molhados); em outras, amarravam a canoa ao navio para habilmente subir com camarões ou outros produtos para venda. Era no âmbito desse conjunto de ações, portanto, que algumas meninas eram levadas para cabines privadas.

mais recorrentes – em se tratando da região em questão – fazem parecer é que a categoria pedofilia é menos um problema “específico” do abuso em si do que uma *categoria-âncora* para debater problemas gerais que assolam a localidade, como pobreza, miséria, fome, desemprego, baixos índices de desenvolvimento humano e econômico, ausência de serviços básicos de saúde, situação precária dos serviços de segurança pública, entre outros elementos que serão descritos de forma mais apropriada ao longo deste trabalho.

Tais elementos, portanto, parecem esclarecer a pergunta tantas vezes feita em campo: *por que o Marajó?* Intrigados com a escolha, muitos interlocutores me interpelavam, curiosos com os critérios ou desejos que me haviam mobilizado. Alguns, como Francisco – ex-conselheiro e funcionário do Conselho Tutelar à ocasião em que cheguei a Currealinho –, imaginavam como resposta uma projeção turística, idílica ou paradisíaca, alimentada pelas imagens comumente veiculadas sobre o Marajó – praias, búfalos, danças e pratos típicos “para turista ver”. Francisco demonstrava aborrecimento com a imagem pouco realista que o restante do país tem acerca da região, cujas zonas cinzentas de miséria, pobreza e conflitos institucionais e políticos que marcam localidades como Portel, Bagre, Currealinho e Melgaço são escamoteadas em favor do sonho turístico em torno de municípios como Soure e Salvaterra, mais ao norte do arquipélago.

A partir dessa “resposta” ou dessa justificativa sobre o interesse pelo fenômeno tal como ele vem ocorrendo na região, novos questionamentos são postos para fins do trabalho. A questão é: em que sentidos e de que formas são relacionados de um lado as práticas de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e de outro o quadro de políticas públicas na região? De que forma e através de que forças e negociações se constituem na rede de sujeitos ou atores aparentes hegemônicas que operam na construção de um entendimento público sobre essas práticas na arena política? Que atores e que associações se tecem em torno da configuração desses casos como objeto de atenção pública e de sua inserção na agenda política? O que se pretende dizer quando se fala em “ausência do poder público”? Como o fenômeno sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes se inscreve nas demandas mais gerais em torno da ação, assistência e intervenção do Estado nas localidades? Como esses eventos são agenciados pelos sujeitos que os vivenciam (em sua experiência ou em seu agrupamento familiar, por exemplo) e pelos sujeitos que a eles se articulam através de intervenções e de projetos? Quais os repertórios morais, além dos que se configuram como “hegemônicos” nas redes,

que se associam a tais experiências? Que outros agenciamentos<sup>18</sup> e projetos se fazem nessas redes por parte dos atores particulares?

Com vistas a tais questões e enquadramentos, o presente trabalho se ancora, de um lado, no campo de estudos da moral e das moralidades – tema que, intrinsecamente, reside no coração das ciências sociais e que apenas mais recentemente tem constituído uma área específica de debates (ver WERNECK e CARDOSO DE OLIVEIRA, 2014; ROSATI e WEISS, 2015; HITLIN, 2015; etc.). Por outro lado, consequentemente as discussões aqui propostas também dialogam com o campo de uma antropologia do Estado e das políticas públicas. Didier Fassin (2008) entende, com base em seus estudos sobre políticas francesas voltadas a populações desempregadas e a imigrantes sem documentos nos anos 1990, que o projeto de uma *antropologia moral* se aproxima de uma *antropologia política* na medida em que tais questões, emblemáticas do mundo contemporâneo, sinalizam para a transformação na percepção sobre o “outro” e para a substituição do princípio da justiça pelo princípio da caridade na atenção a essas populações, adquirindo especial destaque os sentimentos morais e as qualidades morais na atenção a populações ditas vulneráveis. Além disso, as políticas públicas e os movimentos de intervenção e ação sociais aparecem estreitamente conectados às configurações e reconfigurações nas economias morais (FASSIN e RECHTMAN, 2009).

Cabe ainda lembrar que os antropólogos sempre estiveram implicitamente em diálogo com políticas públicas (HARTUNG, 2013), na medida em que questões diretamente relacionadas à política estão no coração da antropologia (WENDEL et al, 2005). Quer se trate de pesquisas em antropologia urbana, quer se trate de pesquisas junto a populações indígenas, os antropólogos abordam temáticas referentes a políticas: sejam elas aquelas moralidades e mecanismos que os sujeitos agenciam no ordenamento social, sejam elas programas construídos

---

<sup>18</sup> O conceito de agenciamento se relaciona a modos concretos pelos quais se produz o real, de maneira que “a unidade real mínima não é a palavra, nem a ideia ou o conceito, nem o significante, mas o agenciamento. É sempre um agenciamento que produz os enunciados” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 43). Ademais, todo agenciamento é coletivo, uma vez que se compõe de “vários fluxos que arrastam as pessoas e as coisas, e só se dividem ou se juntam em multiplicidades” (idem, p. 98); e comporta em si componentes heterogêneos (GUATTARI, 1984 apud GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 317), os quais se combinam, se ajustam, se interseccionam de diferentes maneiras, sob diferentes configurações. Agenciamentos dizem respeito a uma confluência de linhas de força, de múltiplas dimensões e direções.

institucionalmente no seio do Estado, sejam ainda referentes à própria relação entre pesquisador e seus interlocutores. Ademais, a antropologia tem atuado ou sido chamada a atuar em organizações governamentais e não governamentais, na elaboração de laudos de identificação étnica e territorial (LEITE, 2005; HARTUNG, 2005; ARRUTI, 2005), na avaliação de programas de saúde (LANGDON, 2004), além de ocupar espaços “na agenda social da produção de justiça no Brasil” (RIFIOTIS, 2014, p. 6). Essa alocação de antropólogos em trabalhos junto ao Estado e a outros setores de gestão e gerenciamento de políticas públicas coloca novas questões e desafios de ordem ética, moral, política e epistemológica ao campo da antropologia (HARTUNG, 2013; RIFIOTIS, 2014), cuja permanente revisão crítica de seus instrumentos, realizada ao longo da prática etnográfica, acolhe essas diferentes demandas – não sem certo mal-estar (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004). Uma das mais iminentes dentre essas questões se refere à reflexividade sobre o campo e sobre os posicionamentos morais e políticos do pesquisador (FASSIN, 2008; RIFIOTIS, 2014).

Tendo em vista tais considerações, o debate teórico, sobretudo na antropologia, em torno da moral e das moralidades constitui um importante pano de fundo por meio do qual se constroem as reflexões e descrições aqui presentes. Nesse sentido, busco pontuar a seguir alguns aspectos dessa discussão tal como a venho apreendendo, uma vez que é justamente esse conjunto de preceitos que guia os caminhos da pesquisa de campo e da escrita desta tese.

### *Antropologia (da) Moral e das moralidades*

A moral ou a moralidade é frequentemente descrita como aquilo que constitui a socialidade, a relacionalidade, a base da relação (HOWELL, 1997; TEIXEIRA-PINTO, 2006). Todavia, muito embora inerente aos temas e às abordagens da antropologia, a moral ou a moralidade pouco ocupou, até o período dos anos 1990 aproximadamente, um lugar consistente na agenda desse campo disciplinar (HOWELL, 1997; TEIXEIRA-PINTO, 2006; FASSIN, 2008; SCHUCH, 2014). Para autores como Nicolas Baumard e Dan Sperber (2007), por exemplo, é justamente essa onipresença da dimensão moral nos campos da vida social que a torna quase invisível nas pesquisas antropológicas, tendo relegado sua análise a outros recortes temáticos. Afinal, “dizer que a moralidade está em todos os lugares é o mesmo que dizer que em nenhum lugar ela é significativa” (HITLIN, 2015, p. 46).

Didier Fassin (2008) sugere duas explicações para tal lacuna, uma de ordem epistemológica e outra de ordem histórica. No que tange às razões epistemológicas, Fassin aponta o princípio do relativismo cultural na construção da ideia de que as culturas são eticamente incomensuráveis e de que, portanto, analisar os valores de determinado grupo poderia incorrer em julgamentos a partir dos valores vigentes no grupo cultural de que o pesquisador provém. Aqui, como lembra Rifiotis (1998, p. 42), a relatividade cultural vinha sendo utilizada de tal forma a imobilizar os antropólogos no estudo sobre as condições de socialidade em que se inscrevem tanto a violação quanto a promoção dos Direitos Humanos. Quanto às razões históricas, Fassin relembra os casos em que antropólogos serviram a projetos (neo)colonialistas<sup>19</sup>, sobretudo em situações de guerras e conflitos armados, sinalizando que, embora seja facilmente identificável a problemática dessa postura dos antropólogos no caso de sua aliança com instâncias de dominação, o caso se torna mais complexo quando se trata de uma defesa em prol de populações despossuídas ou dominadas (ver HARTUNG, 2013).

Márnio Teixeira-Pinto (2006), por sua vez, também traz contribuições nesse sentido. A moral – lembra o autor – está no coração das preocupações teóricas de Durkheim, o qual teria dissolvido a questão moral no problema da solidariedade, minando-lhe a possibilidade de constituir-se como um campo específico de abordagem (idem, p. 13). Ao conceber a sociedade como um sistema moral, Durkheim associou o fundamento da vida social ao elemento que funda a moralidade – qual seja, “o altruísmo, a identificação com o outro” e, portanto, entrelaçou a moral às controvérsias em torno da relação entre indivíduo e sociedade (idem, p. 14-15). De modo similar, alguns esforços para o estudo da moral e da ética a partir da antropologia também culminaram em uma aproximação ou equiparação entre um conceito de moral/moralidade e o conceito tradicional ou convencional de cultura (HOWELL, 1997; SCHUCH, 2014)<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, Zenobi (2010).

<sup>20</sup> Howell (1997, p. 3), ao referir-se à obra pioneira de Edel e Edel publicada no ano de 1959, argumenta que, ao construir uma distinção entre ética estreita (obrigação e dever) e ética ampla (dimensão ampla da vida humana), esses autores submeteram esta última às mesmas críticas dirigidas ao conceito antropológico de cultura – quais sejam, reificação, totalidades estanques e delimitadas, etc. Nesse sentido, Howell aponta para os cuidados de não se usar o termo moralidades como um substituto do termo cultura.

A emergência das questões morais, sinaliza ainda Teixeira-Pinto (2006), coincide com o momento disciplinar em que os fundamentos do pensamento de Durkheim passam a ser questionados a partir de resultados de distintos trabalhos etnológicos. Ademais, a moral passa a ser tematizada “no debate mais amplo de questões contemporâneas, como o fim de grandes projetos de mudança social, as transformações políticas da esfera da política, o esgarçamento dos grandes sistemas filosóficos, etc.” (idem, p. 16). Essa retomada mais recente das ciências sociais em torno da moral vem marcada por uma pluralidade teórica e pela perspectiva interdisciplinar (WEISS, 2015).

A multiplicidade de normas e valores morais – ou sua “variabilidade cultural” – não significa que a moral não possa existir e consolidar-se como um objeto de estudo da antropologia, como discutem Baumard e Sperber (2007). A coletânea organizada por Signe Howell em 1997 é um dos esforços para a consolidação de um campo de estudos sobre *moralidades*<sup>21</sup> a partir da etnografia, com vistas ao que ela chama “estudo empírico e comparativo dos discursos morais e das práticas discursivas” (idem, p. 2, trad. livre). Seu interesse analítico reside, especialmente, na razão moral, isto é, na capacidade dos sujeitos de ponderar circunstâncias, eleger alternativas e de efetuar escolhas contingentemente em relação aos contextos específicos que ocupam<sup>22</sup>. Howell concorda que é nesse deslocamento dos conteúdos morais para a razão moral que reside a possibilidade do trabalho comparativo em torno da temática.

Por sua vez, Didier Fassin (2008) e Stoczkowski (2008) estabelecem importante diálogo a respeito das relações entre moral e o campo da antropologia, propondo menos um embate entre argumentos contrapostos do que um aprofundamento em direções distintas e igualmente profícuas. Para tanto, oferecem um caminho diferente daquele aberto pelo diálogo entre Roy D’Andrade e Scheper-Hughes (1995), em que o primeiro, em defesa de uma objetividade, aproxima a moral de julgamentos de valor e de relativismo cultural, ao passo que a

---

<sup>21</sup> Ela argumenta em favor do uso da forma plural do termo *moralidades* alegando que (1) a abertura à pluralidade constitui importante requisito para o trabalho comparativo; e que (2) o termo em si seria mais “inclusivo” que o termo *morais*, uma vez que a categoria *moralidades* poderia englobar e expressar discurso e prática.

<sup>22</sup> Steven Hitlin (2015, p. 43) lembra-nos que, para a psicologia moral, não agimos de modo tão lógico, e sim de forma mais intuitiva. Os sentidos lógicos são configurados por um raciocínio *post hoc* que busca justificar a intuição.

segunda, ao reivindicar a responsabilidade do antropólogo, rejeita o relativismo cultural e argumenta em favor de um comprometimento político (FASSIN, 2008, p. 333-334).

Considerando tais propostas conceitualmente insuficientes, Fassin apresenta seu projeto em torno do que ele chama *antropologia moral*, a qual diz respeito a tomar as morais e moralidades como objeto legítimo de abordagem antropológica. Tal projeto é claramente distinto do que se possa chamar uma “antropologia moralista”, a qual, por outro lado, implicaria uma postura confessional, etnocêntrica e impositiva que se afasta dos pressupostos do fazer antropológico. Portanto, seu projeto por uma antropologia moral diz respeito a uma *ciência das morais*, partindo do conceito de moral como crença humana na possibilidade de diferenciar certo de errado e na necessidade de agir em favor do bem contra o mal (idem, p. 334). O desafio é promover o deslocamento de um julgamento moral sobre as situações e os sujeitos, ancorado em distinções entre bom e mau, para uma descrição e análise acerca das condições de produção e emergência de determinadas realidades sociais (FASSIN e RECHTMAN, 2009). O objetivo desse projeto, assim sendo, são os princípios e práticas que operam no mundo social, debates que eles suscitam, processos através dos quais eles se colocam, justificativas construídas em torno das discrepâncias existentes entre o que deveria ser e o que é (FASSIN, 2008, p. 334-335). Desse modo, sua proposta engloba a discussão acerca de como as sociedades, ideológica e emocionalmente, constroem e operam as diferenças entre o bem e o mal e como os sujeitos concretamente agenciam essa separação em sua experiência (idem, p. 334). Em outras palavras, trata-se, para ele, de explicitar e tornar inteligíveis os princípios avaliativos e práticas de que os sujeitos lançam mão em seus contextos e a forma pela qual realizam seus julgamentos sobre bom e mau.

Nesse sentido, diferentemente da indignação moral ou do discurso moral – referentes a avaliações e a julgamentos; simplificados em torno de uma causa; e enunciados a priori com base em determinado princípio (idem, p. 339) –, sua acepção de uma antropologia moral visa a tornar inteligíveis os pressupostos em jogo nos contextos específicos; abrange a complexidade de posições; e se constitui a posteriori, a partir da investigação (idem, ibidem). Por conseguinte, levando em conta a importância de se conhecerem aspectos mais amplos e a pluralidade dos valores sociais que compõem determinado quadro, faz-se necessário analisar não só as economias morais dos sujeitos tidos como dominados em dado cenário, mas também entre os tidos como dominantes, tendo em vista que ambos possuem ideias sobre certo e errado e senso de

dignidade e de reconhecimento – diferenças que podem motivar conflitos, negociações, estratégias e acomodações postos sob análise<sup>23</sup>.

Abordar a moral no campo da antropologia não se limita, porém, aos princípios avaliativos que orientam os interlocutores da pesquisa; como já mencionado anteriormente, esse projeto propõe levar em conta também os pressupostos morais que orientam o pesquisador. Quanto mais consciente o pesquisador estiver acerca de seus princípios e certezas, mais capacidade ele tem de “respeitar as bases epistemológicas e de preservar os engajamentos políticos de nosso trabalho científico” (idem, p. 338). Nesse sentido, Fassin entende que abrir mão de uma reflexão sobre moral e política não garante uma epistemologia rigorosa ou a ética da investigação, inclusive porque evitar questões morais também é, em si, um posicionamento moral (idem, p. 340). Não existe ponto de vista inteiramente separado das morais, assim como não existe opinião apolítica, de maneira que o esforço para evitar a dimensão moral no trabalho antropológico resultaria em uma espécie de abdicação intelectual (FASSIN e RECHTMAN, 2009, p. 279-280).

É a partir desse ponto que Stoczkowski (2008) concorda com a argumentação de Fassin. Aquele autor identifica a necessidade de se explicitarem os valores morais mobilizados na execução da pesquisa, uma vez que os critérios pelos quais selecionamos os aspectos a serem descritos estão assentados em uma perspectiva a priori acerca do contexto em estudo, a qual, por sua vez, informa-se por valores morais e pressupostos políticos, além de teoria. Sendo os valores morais inescapáveis, portanto, a forma de não abandonar os valores epistemológicos é transformando os primeiros em ferramentas heurísticas. Segundo ele, se a antropologia não pode esquivar-se da influência diante as mudanças das práticas sociais e das representações éticas, pode, por outro lado, participar de sua formulação transformando-os em objeto de estudo.

As propostas em torno do emprego da reflexividade moral por parte do pesquisador também estão presentes nas reflexões de Signe Howell (1997), para quem igualmente seríamos incapazes de nos

---

<sup>23</sup> Signe Howell (1997, p. 5) já sinalizava para dois diferentes níveis em que o conflito pode ser analisado no campo de estudos das moralidades: (1) premissas e valores conflitantes no interior de uma comunidade moral; (2) conflitos decorrentes do encontro de diferentes ordens morais. Para exemplificar este último recorte analítico, cita a relação entre uma ordem moderna ocidental, baseada em princípios de democracia e direitos humanos, e o Hinduísmo, baseado na hierarquia de castas.

colocar totalmente fora do campo de nossos valores morais, uma vez que estes seriam de tal forma “naturalizados e corporificados intelectual e emocionalmente” que constituiriam “parte integral de nosso senso sobre nós mesmos” (idem, p. 9, trad. livre). Portanto, sendo os humanos inerentemente morais, interpõe-se a necessidade de uma rigorosa análise sobre nossas próprias imaginações morais a fim de evitar uma leitura sociocêntrica acerca de “situações envolvendo pessoas cujos mundos morais e imaginações morais operam por diferentes fontes ou lógicas” (idem, *ibidem*). Howell adverte ainda sobre nosso senso de certo e errado ser colocado à prova em situações socialmente sancionadas de violência ou em relações de exploração entre pessoas em situação de inequidades sociais, de maneira que antropólogos sempre se veem em situações em que seu papel supostamente desinteressado é posto em xeque (idem, p. 10). Para ela, assim como para Fassin e Stoczkowski, tais desafios devem, por sua vez, não impedir, mas impulsionar a pesquisa, a reflexividade e a interpretação (idem, *ibidem*)<sup>24</sup>.

Stoczkowski ainda traz outros elementos ao debate. Argumenta em relação aos efeitos potencialmente negativos de posicionamentos morais na antropologia, entendendo que antropólogos mobilizam sistemas de valores – como sujeitos morais que são – e que valores morais (orientações políticas, mobilização para ação, intervenção com base em termos morais) e valores epistemológicos (adesão a pressupostos acadêmicos, apreensão do ponto de vista da alteridade, descrição da coerência do sistema de ideias do outro) podem entrar em conflito na pesquisa antropológica<sup>25</sup>. A controvérsia, portanto, diz

---

<sup>24</sup> A partir do campo da sociologia, Frédéric Vandenberghe (2015, p. 72) defende uma sociologia reflexiva em que “o sociólogo observa e descreve, explica e compreende os argumentos normativos de atores comuns, inclusive os seus próprios”. A dimensão moral está permanentemente presente na pesquisa sociológica, seja como pressupostos morais da disciplina, seja como um tema por ela explorado. Ademais, ao realizar uma crítica à neutralidade axiológica de Weber, ele defende que ciência, percepção e descrição estão imbuídas de valores e que não há percepção sem valoração. Sendo assim, os fatos científicos são imbuídos não apenas de teorias, mas também de valores, os quais são constitutivos do fato observado e descrito – descrição e valoração constituem, pois, operações entrelaçadas, não distintas (idem, p. 81).

<sup>25</sup> Para descrever seu enfoque, Stoczkowski parte de sua experiência de pesquisa de campo junto à polícia secreta do governo totalitarista, a despeito de sua participação em um grupo democrático de resistência. Seus resultados encontraram críticas tanto entre seus interlocutores, que acreditaram não ter sido representados de maneira suficientemente positiva, quanto entre seus

respeito a em que medida esses valores podem ser compatíveis ou incompatíveis; o autor acredita que não seja necessário optar entre valores epistemológicos ou valores morais, “entre uma verdade sem significado ou uma ética sem conhecimento” – é preciso, sim, ter em vista a dificuldade de conciliá-los. Nesse sentido, portanto, considerando que a antropologia tem sido chamada a pronunciar-se sobre as mais diversas políticas e questões públicas, é preciso ter em vista meios de apresentar os nem sempre conciliáveis discursos analíticos e os de intervenção (RIFIOTIS, 1998, p. 41).

Ao lançar um olhar sobre a formação e a história do campo da disciplina, Stoczkowski sinaliza para uma tentativa, presente nos programas clássicos da antropologia, de aproximar e compatibilizar o estudo sobre as culturas com os esforços por sua transformação em termos morais (idem, p. 347)<sup>26</sup>. Dessa forma, uma “ansiedade moral” marca a convergência entre valores epistemológicos da disciplina e valores morais relacionados aos grupos estudados tidos como oprimidos por estruturas de poder globais – o que produziu, como efeito, a predominância da escolha pelo estudo de classes dominadas e oprimidas, em nome de uma ideia de “boa causa” (idem, p. 349). Segundo o autor, essa assimetria na eleição dos objetos de pesquisa acarreta, de um lado, uma representação incompleta dos fatos sociais, uma vez que abre mão de compreender a relação de opressão ao escolher majoritariamente pelo ponto de vista das pessoas que nos tomam a compaixão, e, de outro, uma imagem do mundo como pleno de

---

companheiros políticos, que argumentaram que seus inimigos não foram representados de modo convenientemente negativo, isto é, foram representados demasiadamente “humanos”. Nesse caso, os valores heurísticos da etnografia (conhecimento sobre a “realidade”) entraram em conflito com os valores políticos que marcaram sua trajetória (ação sobre a “realidade” a partir de termos morais).

<sup>26</sup> Em Tylor, a “ciência da cultura” era uma “ciência da reforma”, que visava a reformular um novo código moral ao ocidente a partir da análise de aspectos “sobreviventes” das culturas ditas primitivas; em Durkheim, o estudo das religiões aborígenes poderiam trazer soluções para a anomia europeia; em Lévi-Strauss, a etnologia traria novos conhecimentos e uma nova ordem moral ao Ocidente. Nos anos 1920, emergiu um projeto em torno da ação colonial; e, nos anos 1940 e 1950, a antropologia aplicada pôs-se a serviço da luta dos “países democráticos”. Tais projetos do século XX culminaram, nos anos 1970, na antropologia como crítica cultural, voltada a desconstruir e a criticar valores tradicionais do colonialismo e do imperialismo, projeto ligado a uma “purificação moral do Oeste” (STOCZKOWSKI, 2008, p. 348).

sofrimento, miséria e injustiça. É nesse sentido que, conforme defende Stoczkowski, a antropologia crítica, ao questionar os efeitos dos valores do Ocidente, não os descreve, tampouco os pesquisadores conferem suficiente atenção ao fato de que seu estudo é guiado por seus próprios valores morais, os quais interpõem limites ao conhecimento. Para ele, tais aspirações morais na antropologia indicam que a tríade descrever-compreender-explicar não consiste mais no objetivo principal, mas em meio para um *quarto fim*: a transformação da realidade social que se encontra sob estudo (idem, p. 351). A implicação disso é o risco de uma simplificação da classificação e da análise dos contextos estudados em favor do uso para fins pragmáticos, o que aproxima o antropólogo dos valores morais, mas, em contrapartida, o afasta dos pressupostos de conhecimento empírico que vigem no campo disciplinar.

As estreitas relações entre a antropologia e o projeto de uma ciência (da) moral também são discutidas detalhadamente por Michael Carrithers (2005), que, ao questionar se a antropologia pode ou não oferecer respostas morais sobre questões morais e políticas, afirma que o afastamento do campo disciplinar em relação às certezas morais não implica, todavia, uma caminhada em direção a um vácuo moral; o relativismo cultural não deve, segundo ele, reverberar em um relativismo moral (idem, p. 434). Ao avaliar o campo da antropologia, Carrithers identifica três linhas da disciplina que apontam para distintas formas de relação com o tema da moral: o relativismo cultural, as convenções em torno do trabalho de campo, e o uso persuasivo de ferramentas culturais nos agenciamentos morais. Se a primeira delas (ligada ao relativismo cultural) se relaciona a uma abertura epistêmico-política para um universo de possibilidades<sup>27</sup> e a terceira (agência e paciência dos sujeitos) conduz a modos de conceber a agência moral dos atores sociais<sup>28</sup>, a segunda linha diz respeito ao consistente debate sobre a estética moral, isto é, aos modos de produção da antropologia,

---

<sup>27</sup> Um mundo de possibilidades em lugar de um campo de certezas – apesar dos obstáculos que tal perspectiva tenha trazido ao estudo comparativo da moral (FASSIN, 2008).

<sup>28</sup> A terceira linha se refere ao modo de se conceber a ideia de cultura – não como o agente que induz os sujeitos a agir como agem, mas como arranjos provisórios, instáveis, suscetíveis a questionamentos e a ambiguidades e que constituem ferramenta de que os sujeitos fazem uso persuasivamente para agir uns sobre os outros e sobre si mesmos – e o fluxo irreversível do tempo, que exige respostas imediatas, improvisações, sem que se possa consultar alguma autoridade moral. Voltarei a tal aspecto mais adiante.

evidenciando mais amplamente a dimensão moral inerente à prática etnográfica.

Uma vez que o trabalho de campo se constitui mediante a criação e a compreensão de relações sociais, Carrithers sublinha o caráter moral presente no fazer etnográfico desde a relação com os interlocutores (o que requer o reconhecimento acerca dos valores do *outro*); passando pela escolha dos sujeitos e universos a serem estudados (como é o caso das frequentes opções por grupos menos privilegiados) e pelo “aprendizado engajado” e o conseqüente estabelecimento de confiança, reconhecimento e tolerância mútuos a despeito das diferenças culturais entre etnógrafo e os interlocutores; até as formas de escrita etnográfica, que há muito se ocuparam de levar em conta o lugar do pesquisador no conjunto de relações, suas reflexões morais e o caráter situacional e relacional que marca a construção da descrição etnográfica. Prova ou efeito da forte presença do aspecto moral no fazer antropológico, lembra ele, são os debates e negociações em torno códigos de ética profissional.

No Brasil, a coletânea organizada por Alexandre Werneck e Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2014) também sinaliza para importantes propostas de abordagem acerca da moral a partir dos campos da sociologia e da antropologia, bem como a partir dos diálogos entre eles. Os textos nela reunidos propõem a apreensão analítica da moral não como conjunto de códigos a orientar as ações por meio de repressão ou de constrangimento, mas como repertórios e como dispositivos mobilizados em determinadas situações competentemente pelos sujeitos, os quais se fazem capazes de avaliá-las e de prestar contas sobre suas ações criativamente. Nesse sentido, a moral, em lugar de ser abordada como “aparato limitador de ações indesejadas”, como normatividade prescritiva, passa a ser descrita como gramática, como “quadro de referência generativo para as competências/efetividades dos atores” (WERNECK, 2014, p. 21). Ao mesmo tempo, portanto, a moral não pode ser tomada como objeto dado (SÁ, 2014, p. 114), uma vez que a via para abordá-la consiste na reflexividade dos agentes, em sua competência (idem, p. 116).

Essa proposta em torno do abandono da ideia de moral como conjunto de regras e de normatizações com vistas a uma ordem social conduz a análise para caminhos mais felizes, como demonstra Patrice Schuch (2014). Para esta autora, a moral também pode ser concebida como desestabilizadora em relação às forças de integração, bem como operar na “constituição de novos cenários político-culturais e não apenas

como um elemento por esses conformado” (idem, p. 99)<sup>29</sup>. Ademais, ao se privilegiarem as perspectivas dos sujeitos, é possível à pesquisa antropológica estabelecer o que eles mesmos “configuram como o(s) domínio(s) da moral”, o que torna a categoria moral “uma questão etnográfica” (idem, p. 100).

É nesse sentido que Werneck (2014) defende que uma sociologia da moral implique inevitavelmente uma sociologia da agência, associando os enfoques sobre a agência e sobre a moral pelo lado de duas tradições sociológicas: respectivamente, o situacionismo metodológico (superando-se a dicotomia agente-estrutura) e a abordagem compreensiva de Weber (que situa os valores no próprio campo de análise). Tais caminhos o levam a propor que os polos relativos à dicotomia agente-estrutura sejam apreendidos pela análise como “*dispositivos*, mobilizáveis conforme as situações demandem dos atores mais ou menos de um ou do outro” (idem, p. 22, grifo do autor). Dessa maneira, agência do agente e agência da estrutura passam a figurar como representações de que lançam mão os sujeitos para compreender o mundo e para agir nele ou como “aparatos de uma caixa de ferramenta moral” – e, portanto, como dispositivos morais (idem, p. 23), os quais são empregados situacionalmente. Aqui, a ideia de competência constitui elemento central, na medida em que os contextos se colocam “como desafios, conjuntos de indicações restritivas e/ou parcialmente prescritivas que levam os atores a agir estrategicamente” (idem, p. 28)<sup>30</sup>.

O emprego de *moral* em sua forma substantiva (*da moral*), em sua forma adjetiva (*moral*) e/ou em sua forma derivada (*moralidade*) para a designação de seu campo de estudos guarda importante relação com o debate sobre uma série de apontamentos conceituais e implicações epistemológicas. A própria nomenclatura, portanto, é objeto de discussão e de negociações teórico-conceituais – controvérsias que

---

<sup>29</sup> A partir do ponto de vista sociológico, Steve Hitlin (2015, p. 48) faz as seguintes considerações: “devemos ter cuidado para não presumir que todos os exemplos de moralidade são bons ou que pessoas são sempre louváveis quando agem de maneira moral. [...] Estudar a moralidade não é apenas estudar os nobres esforços da humanidade. É focar naquelas forças que unem os grupos, independentemente de nosso julgamento moral sobre os objetivos daqueles grupos”.

<sup>30</sup> Carrithers (2005) se refere a um campo de agência e paciência morais, em que agimos sobre os outros e vivenciamos o efeito da ação dos outros sobre nós. Esses agenciamentos decorrem do uso persuasivo e criativo das ferramentas culturais disponíveis.

caracterizam o ressurgimento do tema da moral no campo das ciências sociais (WEISS, 2015). Patrice Schuch (2014) identifica o termo *antropologia das moralidades* na abordagem da multiplicidade de configurações locais de princípios normativos e de formas de se conceber o bem, tal como propõem autores como Howell (1997) e Zigon (2008), por exemplo. Por outro lado, a designação *antropologia da moral*, presente na proposta de Baumard e Sperber (2007), supõe que se levem em conta especialmente os contextos, os cenários em que esses valores morais são acionados (SCHUCH, 2014, p. 102). Por fim, Schuch identifica a designação *antropologia moral*, tal como empreendida por Fassin (2008), referente a uma abordagem que tome a moral como objeto e a um projeto mais amplo do que aquele identificado pelas “moralidades”, uma vez que esse campo de estudos excede as configurações locais de normas e valores para lidar com a questão moral como articulada estreitamente ao social, costurada junto a ele, e para tratar mesmo das implicações morais que emergem do encontro etnográfico – assim sendo, “o estudo da moral também é, portanto, uma reflexão sobre a própria antropologia e seus limites e desafios” (SCHUCH, 2014, p. 105).

De outra parte, outros apontamentos, com base em designações e em justificativas distintas, também trazem importantes contribuições. Werneck (2014, p. 38-39), por exemplo, a partir de sua área disciplinar, fala sobre uma *sociologia da moral* (moral como substantivo), entendendo que as denominações *sociologia moral* e *sociologia das moralidades* guardam implicações diversas dos objetivos implicados em seu projeto de estudos da moral: a primeira, segundo ele, traz consigo uma visão moralista e uma forte tradição da filosofia e/ou da crítica; a segunda, por sua vez, abre espaço tanto para a ideia de uma faculdade cognitiva a reger as práticas morais (quase como um objeto ou uma propriedade) quanto para a ideia de lógicas mais ou menos autocontidas de moral (designando-se *moralidades* de grupos específicos, por exemplo). Para ele, uma *sociologia da moral* parte da capacidade moral dos indivíduos não apenas de empreender críticas, mas também de distinguir entre o que é o bem e o que não o é, sendo que o *bem* e seus direcionamentos protagonizam o enfoque analítico em lugar das tradicionais dicotomias sociológicas (idem, 40-41)<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Frédéric Vandenberghe (2015, p. 67), por sua vez, defende uma diferenciação entre *sociologia da moral* e *sociologia moral*, supondo que “a primeira assume a moralidade como algo que precisa ser explicado por fatores sociais (moralidade como variável dependente), a última investiga como a moralidade

As discussões em torno da moral e das moralidades constituem elementos importantes no debate sobre Estado e políticas públicas. O funcionamento do Estado se dá pela ação de agentes e profissionais de instituições públicas. Nesse sentido, dispositivos policiais, sistema judiciário, serviço social, acolhimento em saúde mental operam a economia moral do Estado (FASSIN et al, 2013), apoiada entre uma lógica penal repressiva e uma lógica de proteção social compassiva (idem; FASSIN, 2014). As instituições e seus agentes, que ao mesmo tempo aplicam e produzem ações públicas, são permeáveis aos discursos morais a respeito das populações às quais prestam atendimento e aos debates ético-políticos que fundamentam suas funções – e, portanto, tais entendimentos integram o cotidiano das práticas, provocando adesões, adaptações ou resistências (FASSIN et al, 2013, p. 19-20). Sendo assim, descrever o Estado requer não apenas levar em conta o funcionamento das instituições públicas, como também “os valores e afetos que atravessam as políticas de governantes e as práticas dos agentes” (idem, p. 13).

Ademais, as economias morais que caracterizam dadas configurações sociais conformam – na relação com saberes técnicos, científicos e políticos de sua época – formas de se conceberem, de se classificarem e de se reconhecerem politicamente os sujeitos, suas trajetórias e suas experiências (ver FASSIN e RECHTMAN, 2009). As políticas públicas e as ações ou iniciativas de associações e organizações não governamentais partem não de um conhecimento técnico construído em um vazio moral, mas de uma série de entendimentos e expectativas morais a respeito dos cenários e dos sujeitos junto aos quais se pretende intervir (TEIXEIRA, 2014). Ao tratar das ideias de “violência urbana” no Rio de Janeiro, por exemplo, César Pinheiro Teixeira (2014) demonstra não apenas como se formulam “teorias nativas” a respeito da figura no *bandido*, mas também os “campos de ação” que essas teorias constroem entre policiais, evangélicos pentecostais e agentes sociais vinculados a ONGs. Esses coletivos apresentam diferentes concepções a respeito da sujeição criminal e, portanto, diferentes entendimentos sobre como lidar com os *bandidos*, e distintas estratégias para a resolução do “problema” da criminalidade. Sendo assim, se para os policiais o *bandido* figura como indivíduo irrecuperável que precisa ser contido, para os pentecostais ele é uma pessoa que não impediu a ação de seres espirituais malignos e que, portanto, precisa ser salvo; e, por fim, para os

---

produz, constitui e regula as ações, instituições e estruturas sociais (moralidade como uma variável independente)".

membros de projetos sociais de organizações não governamentais, ele é resultado de uma série de situações de opressão a quem cabem políticas de inclusão social. A relação entre essas teorias nativas e as ações que elas fomentam não se dá, no entanto, de modo direto na análise de Teixeira – ele inclui aqui a noção de *repertório* como meio de articular as duas categorias-dimensões e, desse modo, ampliar as possibilidades de adesão e de combinação pelos sujeitos. Dessa maneira, as distintas expectativas morais em torno do *bandido* delineiam diferentes repertórios de significados que “oferecem leituras, explicações e soluções para o ‘problema do bandido’” (idem, p. 388). Esses repertórios, por sua vez, criam regiões morais em que se encontram diferentes atores, de modo que os sujeitos podem conciliar distintas concepções sobre o “problema” e sobre sua “solução”.

\*\*\*\*\*

Expostas as motivações teórico-etnográficas, este trabalho tem como objetivo descrever, à luz de uma antropologia sobre moral e políticas públicas, os modos como se produzem sentidos, entendimentos e programas de ação em torno dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Marajó. Para tanto, parte de tensões, ambiguidades e negociações que se fazem presentes nas redes de que participam distintos sujeitos/atores, com diferentes repertórios políticos e morais. Tais esforços visam a tornar visíveis tanto as controvérsias que caracterizam o cotidiano das políticas e dos debates públicos quanto os sujeitos como agentes sociais. O efeito desse último empreendimento é, como propõem Fassin e Rechtman (2009), o reconhecimento acerca da inteligência social dos atores e a repolitização das vítimas.

Muito embora reconheça aqui a validade inestimável do campo dos estudos de gênero e a vasta produção acadêmica com base nos estudos sobre a violência contra a mulher (ver GROSSI, MINELLA e LOSSO, 2006; GROSSI, MINELLA e PORTO, 2006) para a abordagem da temática que busco contemplar, as rotas do trabalho de campo me conduziram para eleições teóricas distintas, colocando-me diante de outros desafios antropológicos. Assim como observam Danielli Vieira (2009) e Fernanda Cruz (2014) a respeito de seus estudos respectivamente sobre narrativas de jovens sobre homicídios e sobre jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional, entendo que, embora o gênero se apresente como entrecortando aspectos deste trabalho, ele não opera como único marcador nas experiências relatadas, tampouco precedeu, como categoria analítica, os enfoques da pesquisa de campo. A opção por não partir da categoria gênero como dimensão

pressuposta do campo teve, assim, por finalidade priorizar a dimensão política que emergiria das redes traçadas pela própria experiência empírica<sup>32</sup>. Como observa Strathern (1996),

[...] a despeito da saturação dos termos, há apelos constantes ao que este ou aquele escritor deixou de fora; mais regularmente, apelos às relações de poder. É como se a política que reside dentro da imagem de hibridismo não realizasse suficiente trabalho analítico – a política é recriada como se estivesse “de fora” das análises de representação. Consequência disso, também, são os apelos frequentes a categorias como raça ou gênero que são apresentadas, não inflexionadas, como anteriores ao trabalho que o conceito de híbrido supostamente realiza em enfraquecê-las [...].

### *Escolhas metodológicas e implicações etnográficas*

A pesquisa de campo, com duração de dois anos, teve início no final de 2012, com um período de três meses de estada em Belém, estabelecendo-se os primeiros contatos no estado do Pará. E, após esse período, ela se voltou ao arquipélago do Marajó, predominantemente no município de Currálinho, com rápidas passagens pelos municípios de Breves e de Limoeiro do Ajuru (este último pertencente à microrregião de Cametá). Portanto, muito embora a descrição se baseie nas dinâmicas de terras currálinhenses, esses dois últimos serão, vez ou outra, mencionados ao longo do texto.

O caminho da pesquisa consistiu de acompanhar, a partir inicialmente dos conselhos tutelares, casos referentes a situações de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse sentido, foram realizadas, mediante negociação com os conselheiros tutelares e a convite destes, visitas a contextos de convivência de crianças/adolescentes e famílias envoltas em situações relacionadas ao tema. Além do contexto urbano dos municípios, pude conhecer as chamadas “zonas rurais”, compreendidas por moradias ou vilas estabelecidas ao longo dos rios ou furos de rios da região. Nessas

---

<sup>32</sup> Cabe-me ainda destacar que essas escolhas guardam relação com um caminho mais “seguro”, por assim dizer, de colocar meus próprios valores no campo da análise e de distinguir – nos termos de Stoczkowski (2008) – valores morais e valores epistemológicos.

localidades, situadas a longas distâncias fluviais, constata-se dificuldades de acesso a uma série de serviços públicos, inclusive no que diz respeito ao registro civil de crianças. Se em alguns rios há vilas com serviços básicos (postos de saúde, escolas, comércio), em outros se fazem presentes casebres sem paredes, isolados em relação a outras famílias e de difícil acesso. Mesmo que disponham de alguma embarcação, como um barco ou uma pequena canoa com motor (este chamado usualmente *rabudo* ou *rabudinho*), as famílias encontram dificuldades com o valor do combustível quando carecem deslocar-se até a sede do município. Por vezes, as pessoas optam por recorrer aos serviços das sedes de outros municípios – como Breves, Oeiras ou Limoeiro do Ajuru – por lhes serem mais próximas que a de Curralinho. No acolhimento na área da saúde, por exemplo, foram-me relatados impasses burocráticos na medida em que os pacientes são residentes de um município diverso daquele em que procuraram atendimento.

Nos caminhos da pesquisa, também conversei com profissionais que integram as chamadas *redes de proteção* à infância e à adolescência. Mantive contato em Curralinho<sup>33</sup> com conselheiros tutelares de duas gestões (a que se findou em meados de 2013 e a que se iniciou a partir daí), policiais civis (investigadores e escrivã), policiais militares, profissionais de psicologia e de serviço social, membros de conselhos municipais e do conselho estadual de direitos de crianças e adolescentes. Estive presente não apenas na escuta a crianças e a famílias envolvidas em denúncias, mas também em eventos articulados ou promovidos por membros dessas *redes de proteção*.

Portanto, de um lado, a pesquisa alcançou agentes que captam ou acolhem casos ocorridos nas áreas rurais do município, como agentes de saúde e professoras/es e diretoras de escolas municipais; e de outro percorreu os caminhos de investigação de agentes responsáveis pela promoção da segurança pública, como os profissionais de segurança que atuam em vilas ribeirinhas, a delegacia de polícia civil e a polícia militar. Nesse sentido, acompanhei o trabalho do conselho tutelar em visitas, apuração de casos, registro de ocorrências e em decisões em torno dos procedimentos. Do mesmo modo, acompanhei depoimentos e procedimentos policiais, bem como fui convidada a acompanhar os agentes de segurança de uma vila do interior em viagens para buscar adolescentes e suas mães a serem encaminhadas à delegacia de polícia civil. Também conversei com profissionais da saúde a respeito de formas de detectar situações de abuso sexual de crianças e adolescentes

---

<sup>33</sup> E também em Limoeiro do Ajuru.

(foi o caso de minha entrada em Limoeiro do Ajuru, via Conselho Tutelar e uma agente de saúde). Considerando-se as longas distâncias rio adentro, o difícil acesso às regiões ribeirinhas e o isolamento de muitas famílias, as escolas e outros personagens, como agentes de saúde, acabam por operar como canais de observação e de denúncia.

Outro momento da pesquisa consistiu da leitura e análise de documentos formulados no contexto do acolhimento nos conselhos tutelares. Assim, foram levantados casos registrados nessas instituições (como *registros de ocorrência, dossiês, relatórios*), fluxos de procedimentos adotados (encaminhamentos, termos de informação) e instituições ou profissionais articulados em torno dos casos (denúncia pelo Disque 100, demanda da promotoria, acionamento de instituições de acolhimento, etc.). Quanto às situações de abuso, foi possível detectar as formas de denúncia, os atores envolvidos nos episódios, as motivações das denúncias, etc. Cabe destacar que o acesso aos arquivos foi autorizado pelos conselheiros tutelares e pelos coordenadores das equipes, mediante explicitação dos interesses da pesquisa e esclarecimentos a respeito da forma de armazenamento e uso das informações.

Um dos aspectos mais importantes diz respeito ao percurso da pesquisa com base nos sujeitos contatados. Considerando as múltiplas dimensões do fenômeno e a pluralidade de atores que colocam o conjunto de eventos em movimento, foi preciso eleger um ponto inicial a partir do qual ingressar na rede – uma “porta de entrada” (FREIRE, 2002), na medida em que uma antropologia das políticas públicas implica repensar o campo como situado em múltiplos pontos (WENDEL et al, 2005) – e, a partir dele, realizar constantes escolhas acerca dos direcionamentos a tomar. Uma vez dentro desse fluxo de relações, foi possível acompanhar e descrever práticas, processos e efeitos que caracterizam o “Estado” (TROUILLOT, 2001); descrever agenciamentos, práticas, negociações, resistências e relações que compõem políticas governamentais (ABRAMS, 1988).

Contato a contato, fui percorrendo relações amistosas, alianças institucionais, tensões políticas, diálogos técnicos, sequências de procedimentos. Os caminhos da pesquisa, portanto, foram sendo construídos conjuntamente por escolhas realizadas no fazer do trabalho de campo, por indicações dos interlocutores – conhecedores ocasionais, sistemáticos ou profissionais de situações referentes ao tema – e pelos imponderáveis que marcam a rotina da pesquisa etnográfica.

Em virtude do destaque de que desfrutavam os setores católicos na divulgação dos episódios na região, a opção foi por membros da

igreja que figurassem com frequência no projeto de denúncias. A partir de um primeiro contato com o bispo Dom Luiz Azcona (mencionado anteriormente neste texto), fui conduzida a estabelecer laços com a Irmã Henriqueta Cavalcanti, figura de grande notoriedade pública em função de suas múltiplas ações à frente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB Norte 2<sup>34</sup>. Por conseguinte, devido a essa localização estratégica na rede, distintos caminhos poderiam ser tomados, uma vez que o *contato-ponto-de-partida* era intrinsecamente vinculado ao cenário de combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil no Pará como um todo. Por indicação da própria irmã Henriqueta, decidimos pelo município marajoara de Currálinho, no qual ela própria já atuara e onde acreditava haver situações que mais carecessem de alguma espécie de atenção. De acordo com ela, cujas ações buscam a visibilização dos eventos tomados como “problemas sociais”, embora outros municípios fossem de igual relevância para pesquisa contavam com certas modalidades de intervenção e reconhecimento. Ademais, a indicação também era relevante pelo modo como diferentes narrativas apontavam para a centralidade de Currálinho no fluxo de diferentes embarcações e de diferentes rotas que cruzam o Marajó.

---

<sup>34</sup> Além das temáticas sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas, Irmã Henriqueta coordena atividades em torno do combate à corrupção eleitoral no estado do Pará – projeto junto ao qual eu e a amiga/colega Fernanda Thomaz (à época doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP) pudemos, ainda que brevemente, ser voluntárias.



**Mapa 1.** Região do Marajó. Fonte: *marajoando.blogspot.com*. Autoria: Paulo de Carvalho (2009)<sup>35</sup>.

Em termos metodológicos, o gravador não foi um recurso usado, considerando o trato com crianças e adolescentes, a delicadeza dos casos narrados e a forma como se dá o peso das relações de poder. Entendo que as situações de conversa possibilitavam que os interlocutores se sentissem mais à vontade para narrar suas impressões, com garantias de que não estariam produzindo provas contra si mesmos. Aliás, por vezes, mesmo a conversa informal se tornava de difícil execução, tendo em vista uma categoria que ouvi algumas vezes nos primeiros meses na região: que se trata de um “*povo desconfiado*”.

Vale salientar também a forma de abordagem junto a crianças e adolescentes envolvidos em casos de abuso e exploração sexual com os quais tive contato. Tendo em vista a preocupação com questões em torno da revitimização desses sujeitos ao recontarem os episódios de abuso (ver ROBERTI JR., 2015), procurei levantar o máximo de informações sobre os casos em si através de depoimentos de conselheiros tutelares, agentes de saúde, agentes de segurança, policiais civis, lideranças comunitárias, moradores em geral, além especialmente dos documentos que integram os arquivos dos conselhos tutelares. Nas conversas estabelecidas com meninos e meninas que pude conhecer, tive a preocupação em ouvir sobre suas rotinas, suas relações na escola, sua convivência familiar e seus projetos. Através desses relatos, foi possível

<sup>35</sup> Disponível em: <http://marajoando.blogspot.com.br/2009/12/o-mapa-da-ilha.html?view=mosaic>. Agradeço ao autor, Paulo de Carvalho, a gentileza ao me permitir fazer uso do mapa.

compreender um pouco de que forma a experiência denunciada interferiu na vida e no cotidiano dessas crianças e adolescentes e de que forma as pessoas à sua volta se reorganizavam (ou não) como efeito da denúncia e da intervenção institucional.

Evidentemente, não cabe a este trabalho sinalizar a “veracidade” ou não das acusações, das versões e dos relatos, tampouco apurar os fatos narrados ou produzir julgamentos a respeito dos envolvidos – sejam eles denunciantes, acusados, funcionários públicos e técnicos, ou membros atuantes no campo dos direitos de crianças e adolescentes. Antes, o compromisso da pesquisa é descrever de um lado os eventos narrados pelas pessoas envolvidas e pelos documentos produzidos a partir dos eventos; e de outro o modo como as acusações, ao se tornarem objeto de conhecimento de figuras ou instituições públicas, mobilizam tanto as relações entre os diferentes sujeitos envolvidos quanto as práticas constitutivas de organizações e de serviços públicos.

Por fim, é importante pontuar algumas preocupações relativas ao exercício comunicativo que guiaram centralmente o fazer da pesquisa. Muito embora este trabalho não conte com a realização de entrevistas, as observações de Charles Briggs (1986) sobre “como perguntar” lhe couberam pertinentemente no estabelecimento de relações e de diálogos em campo. Esse autor, ao buscar eliminar da metodologia o estatuto de inferioridade hierárquica em relação à teoria, propõe que a situação de entrevista – no meu caso, os diálogos e conversas informais e cotidianas com os inúmeros interlocutores que conheci – seja pensada como “evento comunicativo”. Por essa razão, é preciso que se observem e se apreendam normas comunicativas dos sujeitos em pesquisa, através da observação sobre as dinâmicas da comunicação e sobre as rotinas metacomunicativas. Dessa maneira, defende Briggs, os dados provenientes da entrevista se aproximam das questões pertinentes aos interlocutores, em lugar de serem frutos de questões ou de modelos que interessam exclusivamente ao grupo do pesquisador.

As preocupações de Briggs apresentam fundamentos políticos e epistemológicos significativos. Ele entende que, sendo a entrevista um procedimento construído a partir de nossas concepções sobre comunicação, acabamos impondo nossas normas comunicativas aos sujeitos com os quais realizamos a pesquisa em vez de apreendermos os sentidos nativos, o que o faz entrever uma “hegemonia comunicativa” – forma sutil de colonialismo científico, na medida em que as culturas acadêmicas ocidentais ingressam em comunidades e impõem-lhe sentidos e modelos de comunicação. Nesse sentido, longe de se estudarem os grupos em seus próprios termos, estudam-se as questões

pertinentes ao próprio grupo, sem se ouvir o outro. Foi com vistas a tal natureza de preocupações que determinadas categorias ou campos teóricos potencialmente tangentes à temática não configuraram pontos de partida para a pesquisa de campo ou para sua descrição.

\*\*\*\*\*

Esta tese compõe-se, a partir daqui, de cinco capítulos. No primeiro deles, trato de descrever a região em que ocorreu a pesquisa de campo, com especial ênfase em aspectos que caracterizam o município em que se deu grande parte das conversas e das trocas junto a meus interlocutores. São caracterizados quadros como saúde, segurança pública, emprego e renda e o lugar dos programas oficiais de transferência ou redistribuição de renda na região. Dessa maneira, esboço algumas discussões sobre Estado, buscando demonstrar quão controversa parece a ideia de que o Estado estaria “ausente” nesses contextos.

No segundo capítulo, descrevo aspectos referentes à *rede de proteção* de crianças e adolescentes – categoria central nos espaços de debate sobre políticas públicas. Percorrendo eventos, encontros, cursos de formação, bem como as rotinas do trabalho de atendimento de diferentes instituições mobilizadas a partir das denúncias, busco identificar projetos, ênfases políticas e entendimentos morais distintos a respeito das potencialidades de agência (ver CRUZ, 2014) de crianças e adolescentes. Um olhar sobre esses diferentes sujeitos, instituições e discursos que, de alguma forma, se associam na emergência das *redes* sinaliza para o campo das políticas públicas e da forma como podemos pensar a construção de agendas públicas no debate sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes – no Marajó e em localidades que apresentem semelhantes “diagnósticos” a respeito do tema.

O terceiro capítulo volta-se à forma como o Estado se mobiliza e se faz presente na vida das pessoas através dos documentos, bem como o modo como os cidadãos negociam significados e categorias estatais na elaboração de um sentido de justiça e de restituição moral. Para tanto, descrevo diferentes casos, acompanhados ao longo do trabalho de campo, em que as pessoas recorrem a instituições e a serviços públicos relatando complexas tramas conflituosas que não se reduzem a situações específicas de violação de direitos capturadas por categorias relacionadas a abuso sexual de crianças e adolescentes, mas que tratam de controvérsias ou desacordos em negociações matrimoniais e na gerência das relações domésticas. Um olhar sobre tais dinâmicas pode

revelar projetos por parte dos sujeitos envolvidos e seus esforços por realizá-los.

Por sua vez, o quarto capítulo, em estreita relação com o anterior, traz histórias de (acusações de) abuso sexual que aconteceram no interior de dados arranjos familiares ou domésticos e o modo como as unidades domésticas ou as tramas de parentesco produziram sentidos e meios de reorganização e acomodação a partir da denúncia – fosse afastando as crianças ou adolescentes de sua residência, fosse criando suspeitas a respeito da reputação moral e intelectual das denunciantes, fosse ainda investindo em uma reforma moral dos sujeitos denunciados.

O quinto capítulo, por fim, visa a sintetizar algumas noções centrais que circulam pelas redes contingentes que se ativam em torno do debate e da intervenção. Além disso, sinaliza para discussões em torno da judicialização, do *sujeito de direitos* e da recorrência de uma ideia nativa de *cultura* nas falas de funcionários, gestores e outros agentes do Estado.

## **CAPÍTULO 1. Políticas públicas e serviços básicos: o que dizer do chamado “poder público” em Currálinho e região**

Mas justamente em razão desse capital acumulado de experiências – e de abordagens analíticas que remontam à observação de uma alteridade considerada radical –, ao se aproximar da política moderna, os antropólogos fazem-no como etnógrafos, isto é, como aqueles que sempre irão questionar definições familiares (tanto de Estado, de política, de nação, de cidadania), pela simples razão de que uma parte não se caracteriza por si só, mas por seu lugar numa configuração de valores. No mundo contemporâneo, esse conjunto de valores implica identificar os vínculos e as relações do nosso inventário mental e ocupacional, recuperando sua possível coerência e suas linhas de força maiores. É assim que uma ‘teoria de poder’ se esvazia de conteúdo se não levar em consideração a relação entre *poder* e *valores* (PEIRANO, 2006a, p. 102, grifos da autora).

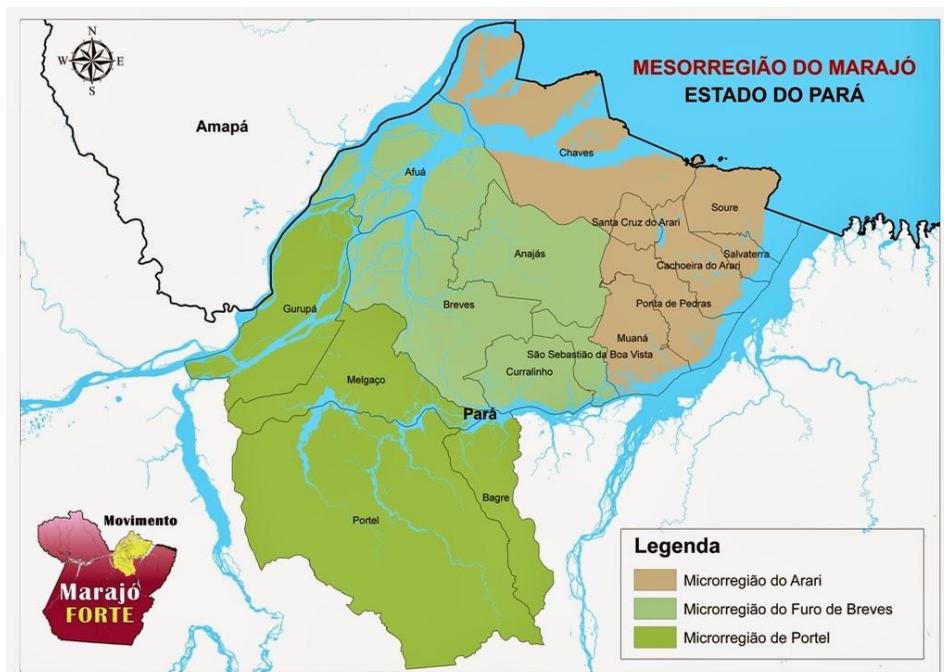
O funcionamento dos serviços públicos de prevenção, acolhimento, proteção e justiça de crianças e adolescentes está relacionado às condições e aos recursos materiais, humanos, financeiros e simbólicos disponibilizados nos municípios ou regiões, os quais indicam potencialidades e/ou limites na atuação dos sujeitos e das instituições responsáveis por tais atividades. A estrutura dos serviços de saúde e segurança pública e a estrutura de acesso à justiça e aos recursos do campo da assistência social, bem como a articulação das instituições locais a grupos ou a círculos de debate vinculados a discursos globais em torno dos direitos humanos, impactam a emergência das denúncias, a efetividade em seu acolhimento e registro, e sua mobilização naquilo que é chamado por seus participantes de *rede de proteção* – o que será tratado mais adiante.

Por outro lado, evidentemente, as atividades empreendidas por esses técnicos ou instituições não apenas demandam uma estrutura de serviço público; elas igualmente a fomentam e a constituem, alinhavando ou entravando o acesso a recursos. Portanto, é preciso esmiuçar e desmistificar o que se quer dizer quando se fala em “poder público”, Estado, política, etc., sobretudo entre esses personagens que

participam da conformação contingencial dessas *redes*. Além disso, esses elementos operam, neste caso, em – e constituem – contextos pauperizados e de precariedade na infraestrutura pública, marcados por índices econômicos e sociais que desvelam especialmente as desigualdades sociais no país.

### 1.1 Marajó: *algumas trilhas até o destino*

Dezesseis municípios compõem o arquipélago do Marajó. Como mesorregião do estado do Pará, o Marajó divide-se em três microrregiões: a do Arari (composta pelos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure); a de Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Curalinho, São Sebastião da Boa Vista) e a de Portel (Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel).



**Mapa 2.** Mesorregião do Marajó. Fonte: Portal Movimento Marajó Forte<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://movimentomarajoforte.blogspot.com.br/p/mesorregiao-do-marajo.html>

Essas três microrregiões apresentam características bastante distintas, tornando o Marajó bastante heterogêneo. Em linhas gerais, se ao norte se concentram os atrativos turísticos através dos quais se costuma identificar o arquipélago como um destino paradisíaco, ao sul se encontram municípios bastante carentes de infraestrutura, precárias condições econômicas e índices alarmantes no que diz respeito às desigualdades sociais e ao desenvolvimento humano. Assim resume Soraya Fleischer (2007, p. 54-55):

O norte marajoara, onde estão as cidades de Afuá, Chaves, Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, é sua região mais famosa dado o apelo turístico, seu artesanato cerâmico e seus búfalos exóticos. Por sua vez, a região sul do arquipélago é mais pobre e desconhecida do senso comum e mídia brasileiros. Seu isolamento simbólico no imaginário nacional se dá, a meu ver, pela quase inexistente infraestrutura turística, a indecente concentração de renda e os recordes negativos em índices humanos.

De todo modo, baixos índices referentes a desenvolvimento humano e a PIB per capita, por exemplo, marcam parte do estado do Pará, especialmente no que diz respeito aos municípios marajoaras. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicados no ano de 2013, Melgaço apresentou o menor Índice de Desenvolvimento Humano entre os municípios brasileiros (índice de 0,418). Outras localidades do arquipélago figuram no ranking dos 50 piores índices, como é o caso de Chaves, Bagre, Portel, Anajás, Afuá, Currálinho e Breves – majoritariamente pertencentes às microrregiões de Furo de Breves e de Portel.

Maiores detalhes acerca dos dados levantados pelo PNUD (vide Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013)<sup>37</sup> podem ser avaliados de acordo com a seguinte tabela:

---

<sup>37</sup> <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ranking-idhm-municipios-2010.aspx>

MUNICÍPIO	RANKING (QUADRO BRASILEIRO)	MICRORREGIÃO	IDMH	FAIXA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
Melgaço	1°	Portel	0,418	MUITO BAIXO
Chaves	5°	Arari	0,453	MUITO BAIXO
Bagre	8°	Portel	0,471	MUITO BAIXO
Portel	13°	Portel	0,483	MUITO BAIXO
Anajás	14°	Furo de Breves	0,484	MUITO BAIXO
Afuá	21°	Furo de Breves	0,489	MUITO BAIXO
Curralinho	38°	Furo de Breves	0,502	BAIXO
Breves	43°	Furo de Breves	0,503	BAIXO
Gurupá	60°	Portel	0,509	BAIXO
Cachoeira do Arari	299°	Arari	0,546	BAIXO
Muaná	314°	Arari	0,547	BAIXO
Santa Cruz do Arari	451°	Arari	0,557	BAIXO
São Sebastião da Boa Vista	469°	Furo de Breves	0,558	BAIXO
Ponta de Pedras	540°	Arari	0,562	BAIXO
Salvaterra	1583°	Arari	0,608	MÉDIO
Soure	1747°	Arari	0,615	MÉDIO

**Tabela 01.** IDHM, em ordem crescente, dos municípios que compõem a mesorregião do Marajó. Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

A tabela acima demonstra o índice de desenvolvimento humano municipal de cada cidade que compõe a mesorregião do Marajó, bem como seu lugar no ranking brasileiro de acordo com uma ordem crescente (dos mais baixos índices aos mais altos).

Considerando os critérios de categorização do PNUD entre as diferentes faixas de desenvolvimento humano<sup>38</sup>, apenas dois municípios apresentam **índices médios** (Soure e Salvaterra), ao passo que oito deles são indicados por **baixo índice**, e outros seis se caracterizam por índices de desenvolvimento considerados **muito baixos**. Salvo algumas exceções, os mais baixos índices se concentram entre as microrregiões de Portel e Furo de Breves, enquanto os índices mais elevados de desenvolvimento se referem à microrregião do Arari, situada a nordeste do arquipélago, mais próximo à capital do estado<sup>39</sup>. Em termos numéricos, ainda, há uma diferença bastante expressiva entre o grupo de

<sup>38</sup> Em que muito alto corresponde a 0,8 - 1; alto corresponde a 0,7 - 0,799; médio a 0,6 - 0,699; baixo a 0,5 - 0,599; e muito baixo a 0 - 0,499.

<sup>39</sup> Belém é considerada, de acordo com os dados, de alto índice de desenvolvimento, com o valor de 0,746.

municípios pertencentes ao Arari e os pertencentes às demais microrregiões (com exceção dos municípios de São Sebastião da Boa Vista e Chaves, cujos índices destoam entre suas localidades).

Além dos indicadores de desenvolvimento humano, muitas cidades marajoaras também figuram no ranking dos municípios com menor PIB per capita<sup>40</sup>. De acordo com o banco de dados do IBGE, Currallinho consta como o município com menor PIB per capita do Brasil nos anos de 2010, 2011 e 2012. Nesse mesmo período, Bagre, Muaná, Anajás, Melgaço, Gurupá, Afuá e São Sebastião da Boa Vista se mostram presentes entre os cem com pior PIB per capita no país.

Esse tipo de dado – quer seja referente ao IDHM, quer seja referente ao PIB per capita – produz dois efeitos. De um lado, atores cujos objetivos consistem de chamar a atenção para os “*problemas*” sociais e econômicos da região, para o que consideram “*ausência de poder público*” ou “*abandono político*”, veem nesses índices numéricos instrumentos capazes de materializar ou traduzir situações que se mostram, a seu ver, alarmantes e a respeito das quais costumam ter conhecimento empírico consistente. Os números, índices, estatísticas, ao se tornarem oficiais, tornam aqueles contextos manejáveis, analisáveis, passíveis de intervenção mediante técnicas específicas – e, portanto, inscrevem os quadros descritos no âmbito na governamentalidade política, isto é, um tipo de racionalidade governamental cujos princípios e campo de aplicação ligam-se ao Estado (FOUCAULT, 2008), âmbito no qual se dá a normatização da vida. Mais que isso, justificam e legitimam a demanda por intervenção. Nesse sentido, os títulos de pior IDHM (de Melgaço) e de pior PIB per capita (de Currallinho) são lembrados por gestores, representantes de movimentos sociais, profissionais da segurança pública, entre outros, no esforço de explicar e/ou contextualizar fenômenos que constituem objetos de sua preocupação, bem como nas demandas pela inserção de tais preocupações na agenda pública (BOUSSAGUET e MULLER, 2005).

Por outro lado, foi possível observar que esses dados produzem certo efeito de negação e/ou de contestação. Principalmente gestores e representantes do município, cujo capital político decorre do prestígio e da prosperidade da localidade a que se vinculam, acabam, às vezes, por

---

<sup>40</sup> O PIB per capita corresponde à divisão do coeficiente de renda de um país, região, estado ou município pelo número de habitantes que lhes corresponde. Dessa forma, esse indicador sinaliza, em teoria, o quanto cada habitante produziu durante determinado período em uma dada região. Ver em: <http://br.advfn.com/indicadores/pib/pib-per-capita>.

rebatem os dados oficiais, alegando que o quadro não é tão dramático ou tão negativo quanto os índices fazem parecer. Quando de meus contatos iniciais em Curralinho, conheci Sérgio, um homem com conhecida trajetória política no município. Sérgio fora vereador, e naquele momento ocupava uma secretaria. Enquanto me explicava aspectos gerais da cidade, como a situação da saúde e da segurança pública e a relação da prefeitura com as esferas estadual e federal, trouxe à tona o título de Curralinho a respeito do pior PIB per capita do Brasil. Disse-me, com bastante convicção, que discordava do resultado do IBGE, alegando que os cálculos não registravam a renda decorrente de atividades como o extrativismo, o comércio informal, etc. Mais adiante, ainda naquela mesma conversa, ele reiteraria seu questionamento enquanto conversávamos sobre os hábitos de consumo e a predileção de parte dos jovens por marcas de prestígio e de alto custo: para Sérgio, se meninas e meninos desejam “sandálias *Kenner*” e “consumem a marca *Pitbull*”, “*como poderia o PIB ser baixo no município?*”<sup>41</sup>.

O PIB per capita, de fato, apresenta uma série de limitações. Utilizado para indicar desenvolvimento de uma unidade e qualidade de vida da população, ele não leva em conta os desequilíbrios na distribuição de renda – portanto, um índice elevado não significa equidade social, por exemplo. De mesma forma, o PIB per capita não considera a produção de bens e serviços no mercado informal, como é o caso de grande parte dos comerciantes curralinhenses que oferecem bens, alimentos e serviços sem formalização junto aos órgãos da prefeitura. Ele também desconsidera as transações não comerciais – como é o caso da produção para consumo próprio, bastante frequente sobretudo nas regiões rurais, e da produção para trocas fora do mercado –, bem como as transações clandestinas – produção que, longe de passar oficialmente pelo mercado, acaba inserida nos circuitos das atividades de contrabando e comércio ilegal<sup>42</sup>.

A posição de Curralinho nos quadros levantados pelo IBGE tem sido, ao longo dos anos, bastante constante entre os municípios de baixo PIB per capita. Ao se levar em conta uma projeção dos dados

---

<sup>41</sup> Reitero: aqui se trata de um questionamento e de um raciocínio do interlocutor. *Kenner* e *Pitbull* são marcas prestigiadas de calçados e de roupas, respectivamente. Trata-se de peças bastante caras, que figuravam entre os objetos de desejos da maioria dos jovens. Era comum, também, o roubo desses itens para revenda (receptação).

<sup>42</sup> Fontes: <http://www.infoescola.com/economia/renda-per-capita/> e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Produto\\_interno\\_bruto#PIB\\_per\\_capita](https://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto#PIB_per_capita).

disponibilizados no site do IBGE desde o ano de 1999, é possível notar que Currálinho se apresenta, em todos os anos, entre os cem mais baixos índices relativos ao PIB per capita do país. Sendo assim, os índices que identificaram o município como aquele com pior PIB per capita nos anos de 2010, 2011 e 2012 não parecem tão inesperados – antes, despontam como concretização de processos já em curso ao longo da história recente do município e possivelmente como efeito das práticas políticas naquela localidade.

O reflexo mais imediato desses índices é a baixa arrecadação do município. A geração de renda pelos meios formais e tributáveis é bastante limitada, tendo em vista o quadro geral de empregos – o qual será apresentado adiante. Além do mais, parte dos recursos que poderiam circular no comércio local fica retida em municípios vizinhos, aos quais os moradores recorrem com o objetivo de realizar retiradas bancárias referentes ao salário dos servidores ou a bolsas e outros auxílios federais.

Assumir ou rebater dados oficiais desfavoráveis são estratégias que se colocam entre o grau de dramaticidade dos quadros sociais e certo sentimento de zelo pela imagem da cidade que se representa ou a que se pertence. De todo modo, a divulgação desses índices mobiliza diferentes atores em torno de questões públicas a que eles dizem respeito, na medida em que lançam luzes sobre temas que integram as agendas públicas ou que são passíveis de ingresso nela. Em contrapartida, pode também mobilizar esforços de rememoração dos aspectos positivos do município, capazes de compensar ou de atenuar o estigma negativo que recai sobre o município e a administração.

Foi em meio à recepção da divulgação desses índices, às descrições persistentes acerca das vulnerabilidades sociais do arquipélago e a uma série de curiosidades e encantamentos que cheguei ao Marajó – mais precisamente, a Currálinho. E, como descrito anteriormente, essas diferentes imagens do Marajó, entre cidades turísticas relativamente prósperas e municípios pauperizados, provocava nos interlocutores certa curiosidade a respeito de meus interesses na localidade e minhas expectativas construídas antes de chegar a Currálinho.

### *1.2 Currálinho: costurando algumas descrições*

Com uma área de 3.617 km<sup>2</sup>, Currálinho conta com uma população de 28.549 habitantes, segundo o Censo Demográfico do

IBGE de 2010<sup>43</sup>. Tais números, por sua vez, estendem-se desde uma sede central, que concentra as atividades administrativas do município, até grandes vilas ou pequenos povoados ribeirinhos, configurando uma densidade demográfica de 7,89 hab/km<sup>2</sup>.

Para se chegar a Currallinho, é necessário tomar uma embarcação com saída de Belém em direção a Breves, cidade-polo da região sul do Marajó. Dependendo da natureza da embarcação e das condições fluviais, a viagem entre a capital e Currallinho pode durar entre 8 e 12 horas, aproximadamente. Mais recentemente, uma das empresas mais expressivas de transporte fluvial disponibilizou uma embarcação tipo *catamarã*, bastante veloz, que toma em torno de 4 horas de deslocamento de uma cidade a outra.

O ano de 2013 inaugurava uma nova equipe de gestão à frente da prefeitura, fruto das eleições municipais de outubro de 2012. O prefeito anterior, derrotado nas urnas, deixara o município com um rombo nas contas públicas – historicamente já bastante desfavoráveis –, e os servidores municipais sem os devidos pagamentos. O clima geral na cidade era o da falta de dinheiro, das contas penduradas, e da esperança de que o novo governo<sup>44</sup> pudesse trazer melhoras. Sem salários, os servidores da prefeitura – a maior empregadora em um município marcado pelo subemprego, pela mão de obra majoritariamente não qualificada – não podiam pagar as pessoas que trabalhavam em suas casas, gerando-se um efeito dominó de escassez e incerteza.

Nos primeiros meses de gestão, desde o resultado das eleições municipais, uma forte narrativa de esperança se repetia entre apoiadores e simpatizantes do prefeito eleito. O fato de o mesmo ser *filho da terra*, *filho de Currallinho* – isto é, nascido e criado naquela cidade – se apresentava como uma espécie de prova de que ele manteria seu compromisso com um projeto de melhoria e de cuidado com aquela localidade, a qual ele conhecia desde a primeira infância. Contrariamente às narrativas otimistas em torno do novo governo – encabeçado por um prefeito *filho da terra* –, ressaltava-se o histórico de

---

<sup>43</sup> A população estimada no ano de 2015 é de 32.248 habitantes. Dado disponível no site do IBGE. Conferir em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150280&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

<sup>44</sup> Nas palavras de Gabriela de Lima Cuervo (2014, p. 501), “os grupos políticos que administram as estruturas burocráticas estatais apresentam-se sob a forma de governos, aqui entendidos como cadeias de compromissos em constante reconfiguração”.

ex-prefeitos que, não sendo naturais de Currálinho, não se haviam sensibilizado devidamente com as carências e necessidades da população local e que haviam conduzido o município para as agudas adversidades em que se encontrava naquele momento. Através desse contraponto entre os de fora e o da terra, os apoiadores do novo prefeito desenhavam expectativas em torno de diferentes projetos políticos para seu município. A valoração positiva dos candidatos nativos é descrita na etnografia de Irllys Barreira e César Barreira (2014) acerca do que eles denominam *economia moral das trocas eleitorais* em um município litorâneo, marcado pelo fluxo de pessoas “de fora” e moradores locais. Eles identificam a força das ideias de pertencimento e de *ajuda* na avaliação moral e na credibilidade política em torno dos candidatos, de maneira que discursos eleitorais referentes a candidatos “do lugar” acentuavam sua relação e identificação com a localidade e um consequente comprometimento com questões locais, assegurando que “o lugar não seria esquecido” (idem, p. 461). Por outro lado, ser “de fora”, segundo os autores, podia ainda ser acionado como categoria de acusação, sob a insinuação de que candidatos não locais não demonstrariam o devido comprometimento com a população. Esses modos de responsabilidade e comprometimento se expressavam também por intermédio da categoria *ajuda*, relacionada ao atendimento das necessidades pessoais e coletivas ou a práticas caritativas, a qual inclusive poderia tornar o “de fora” quase local. Assim sendo,

Os campos de ajuda remetem a um conjunto de necessidades difíceis de serem equacionadas no âmbito dos acessos formalmente instituídos, caracterizando localidades marcadas por dificuldades de recursos e poucas possibilidades de mediação com os poderes públicos (BARREIRA e BARREIRA, 2014, p. 465).

Se o clima nos primeiros meses da nova gestão era de esperança, de uma aposta de que o período ruim seria passageiro, os seguintes começaram a dar espaço a profundos questionamentos. As cobranças e dúvidas que emergiam em torno da aparente ausência de melhorias receberam resposta: poucos meses depois de estruturada, a equipe administrativa à frente da prefeitura passou a fazer visitas a comunidades e povoados ribeirinhos com o objetivo de esclarecer as contas públicas do município. Através de reuniões organizadas por lideranças locais, uma comitiva de secretários, assessores e vereadores

comparecia a escolas, igrejas ou agremiações locais com a finalidade de expor as faltas financeiras cometidas pela gestão anterior e os esforços para cobri-las. Diziam, ainda, que aquelas regiões longínquas, outrora esquecidas pelo *poder público*, receberiam a devida atenção a partir daquele momento; e que seria uma questão de tempo para que a equipe gestora quitasse os compromissos financeiros e institucionais do município e passasse a atender às necessidades da população.

Com o passar dos meses e do primeiro ano, entretanto, o descontentamento aumentou. A população reclamava da falta de mudanças, da precariedade da saúde no município, da falta de saneamento e de tratamento do lixo – que se espalhava pela avenida principal, acumulando animais mortos e urubus –, da falta de investimento nas festividades até então tradicionais da região. Os professores sinalizavam a ausência da merenda, as péssimas condições de saúde das crianças no interior, a falta de pagamento aos barqueiros responsáveis pelo transporte escolar, a ausência de prestação de contas de recursos oriundos do FUNDEB. Os funcionários e aliados reclamavam da forma como as secretarias eram estruturadas e a quem eram designadas, bem como dos cortes realizados nos gastos públicos, que afetavam sobremaneira a saúde, as condições de trabalho das polícias (que dependiam de estrutura física e de um quadro de funcionários disponibilizados pela prefeitura municipal como contrapartida) e os salários de profissionais especializados. Havia também uma alta rotatividade dos chamados a ocupar cargos designados pelo prefeito, os quais cediam diante das críticas, das difíceis condições orçamentárias e administrativas ou do reconhecimento público de que não dispunham de conhecimentos necessários ao exercício do cargo.

Passado um tempo, portanto, o quadro de precariedade nos serviços municipais, de falta de prestação de contas em torno dos recursos federais, de ausência de respostas a determinados problemas locais e de descontentamento da população voltou a marcar a cidade. Da parte da prefeitura, tal situação se devia ainda aos esforços para reestruturar as finanças do município, precarizadas pela ação de gestões anteriores; da parte dos moradores, era apenas a prática política habitual local se repetindo. Nos espaços que concentravam maiores quantidades de moradores em busca de determinados serviços (como bancário, médico ou de transporte), era frequente ouvir um e outro desabafo com o slogan da campanha que elegera o prefeito, alegando-se que nada estava sendo *feito diferente*.

Levando-se em conta as diferentes localidades de Currálinho, é notável certa concentração de recursos e de investimentos (não

necessariamente públicos, mas privados) ao longo da extensão do município. Partindo-se da sede da cidade em direção ao município de São João da Boa Vista, veem-se casas mais estruturadas, vilarejos mais povoados, comércios, bares. No sentido em direção à cidade de Breves, porém, é mais comum encontrarem-se casebres como aquele descrito na introdução deste trabalho, além de maior distância entre as casas e residências isoladas.

Já em se tratando da sede urbana, o modo de referência à sua organização socioespacial dá-se pela proximidade ou pela distância dos bairros e das ruas em relação ao rio principal. Assim, tem-se *a beira* ou *a frente*, referente às ruas mais próximas à orla, onde se concentram as atividades administrativas e comerciais, trechos asfaltados, bem como as casas dotadas de maior infraestrutura; e a parte *lá pra trás* ou *pras bandas da estrada*, onde as casas são mais modestas, as estradas são de areia, e é mais frequente a presença de *casinhas* ou de *fossa negra* nos fundos do quintal em lugar dos banheiros instalados no interior das residências. Essa forma de organização urbana é semelhante à descrita por Soraya Fleischer (2006, 2007) a respeito do município de Melgaço; como observa a autora, essa “divisão sociogeográfica” é bastante característica das cidades que se constituíram paralelas aos rios (FLEISCHER, 2006, p. 243).

Uma projeção de cidade potencialmente próspera divide espaço com uma realidade marcada por precariedades de infraestrutura urbana – não exclusivas, porém, de Curralinho. O município é constantemente sinalizado como uma potência geográfica e comercial subaproveitada. Sua localização estratégica no Rio Pará o situa como ponto de passagem da maioria das embarcações que por ali circulam. Essa mesma virtude em potencial, no entanto, torna o município, na visão dos gestores públicos, vulnerável no que diz respeito a práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes, dado o fluxo intenso de viajantes e a facilidade de fuga ou de transporte de menores para tais fins em outras localidades. Os arquivos mantidos pelo Conselho Tutelar acerca de suas ações dão conta de muitos casos de fugas de crianças e adolescentes<sup>45</sup>,

---

<sup>45</sup> Um desses episódios de fuga envolveu um grupo de meninas entre sete e doze anos, as quais se esconderam no navio com direção a Belém e foram descobertas pela tripulação no meio da viagem. Questionadas pelos conselheiros tutelares, as meninas respondiam evasivamente, impedindo que a equipe apurasse aquilo que lhes interessava: se de fato havia adultos envolvidos operando a fuga das garotas.

os quais repercutem na comunicação e parceria entre conselhos de diferentes municípios.

Por outro lado, com poucos trechos asfaltados, pontes e estradas de terra costuram os caminhos da cidade – além, evidentemente, da amplidão fluvial que viabiliza o deslocamento dos moradores por toda a extensão do município. Considerando a estrutura dos caminhos por terra, a passagem do ônibus escolar, das viaturas policiais e da ambulância é dificultada pelos buracos e irregularidades na estrada, pela fragilidade das pontes de madeira e pelo risco constante de atolamentos. Nesse sentido, as motocicletas são mais comuns que os demais veículos motorizados não apenas pela viabilidade do preço, mas também pelas condições de acessibilidade viária. As ruas são majoritariamente de terra, o que implica dois tipos de efeito na vida dos moradores: considerando as duas estações que marcam o calendário amazônico, as estradas se confundem com a poeira durante o verão (período seco) e produzem grande volume de lama enquanto se vive o inverno (período de chuvas).

A mobilidade na cidade também desvela outro aspecto crítico no município: o manejo do lixo. Depara-se com focos de materiais descartados e dejetos nas vias públicas. Ao final da avenida principal, quando o asfalto esburacado dá lugar à estrada de terra, e não muito longe do Hospital Municipal, o descarte do lixo é uma constante. Transeuntes, motociclistas, crianças retornando da escola, senhoras seguindo apressadas para a igreja, atravessam trechos de terra (areia ou lama) entrecortados por dejetos, por vezes animais mortos, ali descartados – e que, por sua vez, atraem grande quantidade de urubus. Também são recorrentes os caroços de açaí, descartados próximos às casas em que são batidos e comercializados. Em se tratando dos trechos da cidade por onde o veículo de coleta do lixo não passa (devido à estrutura física, como descrito acima), o manejo do lixo se torna mais problemático. Para quem mora na Ponte do Cafezal, por exemplo, cabe conduzir o lixo até a saída da ponte, ponto mais próximo a que o carro da coleta tem acesso; outros moradores optam por queimar o lixo nos fundos da casa; e outros ainda descartam o lixo no rio – o mesmo em que crianças se banham nos dias quentes ou a que os próprios moradores recorrem quando da falta de água nas torneiras<sup>46</sup>.

A iluminação pública é insuficiente para os espaços da cidade. Com exceção das ruas ou quadras mais centrais, como o entorno da

---

<sup>46</sup> Por exemplo, por meio das *puxadeiras* – baldes amarrados por cordas que são lançados vazios no rio e puxados com água para uso doméstico.

praça, encontram-se muitos trechos escuros, inclusive na área da ponte que acompanha a orla cidade adentro, conduzindo ao bairro do Cafezal. Ademais, como um problema frequente nos demais municípios da região, o fornecimento de energia elétrica é relativamente instável. A instalação do chamado *linhão* – linhas de energia – vinha substituindo, na cidade, o uso de usinas térmicas a diesel, cuja queima costuma trazer impactos ambientais significativos<sup>47</sup>. Nas regiões de interior, porém, a energia elétrica, quando há, é assegurada pelos geradores particulares, que costumam operar a partir do cair da noite, decorando as casinhas à beira dos rios com alguns pontos de luz. O linhão trazia a implicação, porém, das dificuldades de restabelecimento de energia quando ocorriam problemas físicos na rede, tendo em vista a longa extensão territorial que percorria e as dificuldades de acesso a seus pontos.

Por sua vez, as frequentes quedas ou picos de energia acabavam por ocasionar prejuízos com relação a eletroeletrônicos, fazendo com que as pessoas recorressem à empresa responsável pelo fornecimento de energia no estado. Ademais, a má situação da iluminação pública, associada aos espaços ermos e a terrenos baldios da cidade, traz à tona os riscos em termos de segurança pública. Nas palavras de um dos policiais militares, era de se espantar que os índices de denúncia por estupro não fossem altos, considerando os terrenos com matagais e as áreas sem iluminação<sup>48</sup>.

As quedas no fornecimento de energia repercutem também sobre a distribuição de água na cidade, cujo sistema depende da energia elétrica. Além disso, excetuando-se as casas que possuem caixas d'água para armazenamento, as torneiras só funcionam entre as cinco ou seis da manhã e as vinte e uma horas, levando os moradores da cidade a armazenar água em pequenos tanques ou baldes. Em se tratando do fornecimento de água, ainda, com exceção das famílias que têm acesso à água de poços ou àquela diretamente retirada do rio (no caso do

---

<sup>47</sup> Discute-se o uso dos caroços de açaí como combustível, porém se alega a falta de recursos para a criação da estrutura necessária.

<sup>48</sup> Acrescento ainda que, no que diz respeito aos serviços de telecomunicações, apenas uma operadora de telefonia celular funciona em Curralinho. A telefonia fixa é incomum, restringindo-se a poucas instituições ou aos telefones públicos. Em determinada ocasião, a queda do sinal da única operadora trouxe sérios impasses no atendimento a um homem ferido por um terçado em uma briga no interior. O contato com o hospital de Breves e com o responsável pela *ambulancha* – o qual conduziria o paciente até lá – se tornou uma tarefa extremamente difícil entre profissionais de saúde e policiais, estabelecendo-se feições dramáticas em torno da situação.

interior), a água que sai das torneiras possui aspecto ferruginoso, com cor e cheiro fortes – não uma exclusividade de Curralinho, já que o mesmo problema se constata em municípios como São João da Boa Vista. Para que se torne mais apropriada para uso e consumo, costuma-se recorrer à feitura de filtros de médio ou grande porte a partir de areia e seixo – o que não isenta a água de contaminação<sup>49</sup>.

Nas regiões de interior, costuma-se tratar a água através do processo de decantação e aplicação de sulfato de alumínio e hipoclorito de sódio. Em algumas vilas ou localidades, o tema da água para consumo integrou as demandas em torno do governo municipal. Na Vila do Piriá, uma comunidade (distrito) bastante populosa, com extensa ocupação territorial contígua e proliferação de estabelecimentos comerciais, discutia-se o projeto de implantação de estações de tratamento, as quais, de acordo com informações veiculadas em rede social, têm sido construídas durante a escrita deste trabalho. Já na comunidade do entorno da Escola Portugal, no rio Guajará, a questão da água também emergia como uma preocupação consistente, sobretudo após um grande número crianças adoecendo e recorrendo à secretaria da escola. Durante uma reunião realizada dias após o “surto” de mal-estar entre os pequenos<sup>50</sup>, no final de abril de 2013, a diretora e a comunidade expuseram tais preocupações junto a uma equipe de gestores. Para além dos problemas referentes à disponibilidade de unidades de saúde na zona rural, a situação da água no que diz respeito à saúde pública encontrava seus impasses na seguinte formulação: de que adiantaria [questionavam os gestores] dispor de água tratada na sede da escola se, ao chegarem a suas casas, as crianças voltariam a beber água não tratada do rio?

Em termos econômicos, o município se divide entre os empregos em cargos públicos disponibilizados pela prefeitura (os concursados e os comissionados); empregos formais e majoritariamente informais em estabelecimentos comerciais de médio ou de pequeno porte; emprego em embarcações de transporte de pessoas (barcos, lanchas); trabalho em casas de família (serviços domésticos, cuidado com crianças, etc.); prestação de serviços de transporte de bens e pessoas nos limites da cidade (mototáxi; frete com uso de *carretos* de madeira; transporte de

---

<sup>49</sup> Ver em: <https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/09/vivamarajo-escutamarajo.pdf>; pg. 48-49.

<sup>50</sup> Durante a semana, as crianças relatavam agudas dores de cabeça e apresentavam febre muito alta. Acumulavam-se na sala da diretora, sentadinhas em torno da mesa e com a cabeça baixa, esperando a hora de voltar para suas casas.

alimentos que chegam aos trapiches, como o do fruto do açaí até as casas que o processam); negócios próprios em casa ou em pequenas barracas (acessórios e utilidades em geral) ou carrinhos de venda de bens ou de alimentos (sopa, lanches, tapioca, tacacá).

Curralinho dispõe, portanto, de condições bastante distantes do ideal que apregoam leis e termos trabalhistas vigentes no país. Grande parte da população trabalha em empregos informais, sem dispor de carteira assinada nem direitos trabalhistas. Os rendimentos mensais dos trabalhadores que não atuam no serviço público e de suas famílias poucas vezes alcançam o valor de um salário mínimo, como é o caso do emprego em um ou outro estabelecimento comercial situado próximo à *beira*. Nos demais casos, como trabalhos domésticos, cuidados com crianças, transporte do açaí que chega ao trapiche municipal, trabalhos de frete com uso de carroto, atendentes em pequenas lojinhas de variedades, os pagamentos ou rendimentos costumam ser extremamente irrisórios (usualmente o valor pago a esses trabalhadores não chega à metade de um salário mínimo).

Muitos moradores optam por empreender pequenos negócios, como é o caso da venda ambulante de docinhos, tapioca ou empadas e de *bombons*<sup>51</sup> durante o dia e/ou durante os eventos festivos; das barracas de frutas, legumes e temperos; e dos carrinhos móveis que diariamente são levados a determinado ponto central da cidade para a venda de sopa, mingau de milho e outras delícias. Também são bastante comuns placas indicando em determinadas residências a venda de carvão, gelo ou *chopp* (suco à base de frutas ou de leite, congelado e ensacado em pequenos pacotes plásticos, também conhecido em demais regiões do país por *sacolê*, *geladinho*, etc.). Por fim, a venda do açaí, da farinha de mandioca e do camarão constitui dos negócios mais consistentes empreendidos pelos moradores, que lidam com a sazonalidade do fruto, com os tempos da reprodução e crescimento do camarão e com os fluxos de produção da farinha nas regiões de interior. Brinca-se dizendo que, nos períodos de fartura do açaí, todos os moradores engordam; e definham nos períodos em que ele é escasso e encarece. Ademais, novas exigências em torno do processamento do açaí fizeram com que as pessoas investissem na construção de pequenos espaços de alvenaria, visando à regulamentação<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Por *bombons*, entendem-se guloseimas como balas, gomas de mascar, pirulitos – não apenas ou necessariamente doces feitos com chocolate.

<sup>52</sup> Ver em: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2012/01/24.01.caderno.01.pdf>. Acesso em: 5 de agosto de 2015.

Considerando os baixos rendimentos por meio do trabalho regular, as famílias costumam complementar a renda com “bicos” – trabalhos pontuais geralmente realizados a pedido de pessoas com rendimentos fixos (como aposentadoria, negócio próprio ou cargo público) que podem pagar por eles – ou recorrer à prática da caça (*lanternagem*, efetuada através de expedições noturnas em grupo mata adentro), da pesca ou da coleta de palmito ou de frutos silvestres (açáí, bacaba), atividade que realizam nas regiões mais distantes da *beira*<sup>53</sup>, a que chamam “estrada”, ou em povoados ribeirinhos distantes da sede municipal (terras não contíguas a ela), a que chamam “interior” ou “centro”<sup>54</sup>. É por essa razão, por exemplo, que as famílias que vivem no *interior* o consideram menos difícil do que viver na cidade, uma vez que dispõem de território para caçar e pescar os alimentos, pegar camarão com o uso de *matapis*, coletar açáí, extrair madeira e palmito, plantar alguns alimentos e produzir a farinha – tão central quanto o açáí na alimentação marajoara.

Tendo em vista a baixa remuneração e/ou a ausência de registros e comprovação de renda, grande parte da população depende de programas de transferência de renda do governo federal. O mais expressivo deles diz respeito ao Bolsa Família (BF)<sup>55</sup>, repasse que se efetua mensalmente e do qual depende a maioria das famílias locais. Outros se referem à Bolsa Verde<sup>56</sup> e ao seguro defeso<sup>57</sup>, repasses aos

---

<sup>53</sup> *Beira* é como chamam a área mais urbana da cidade, a área próxima ao rio, a orla. É o rio que conecta Curalinho a outras cidades, que permite a chegada de produtos e de serviços, que coloca em contato comerciantes de diferentes lugares.

<sup>54</sup> Assim como Soraya Fleischer (2007) relata em sua tese, o “centro”, longe de dizer respeito a uma região central do município, aglutinadora de maior fluxo comercial de bens e serviços, consiste nas regiões mais rurais.

<sup>55</sup> Segundo expõe Rosana Martinelli Freitas (2009, p. 279-280), o programa Bolsa Família leva em conta três dimensões na superação da fome e da pobreza: “1) alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; 2) reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento de condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; 3) coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza”.

<sup>56</sup> “O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. [...] a proposta é aliar o aumento na

cidadãos cadastrados junto à Colônia de Pescadores. Se de um lado a possibilidade de participação nesses programas assegura à população – majoritariamente de baixa renda – algum recurso monetário complementar ou central em meio àquele contexto, de outro os mesmos programas constituem alvo de críticas ou ponderações – evidentemente, não de forma diferente de como se fazem as avaliações sobre o Bolsa Família e o seguro defeso em nível nacional.

Quando cheguei a Curralinho, em janeiro de 2013, havia uma elevação expressiva no valor da farinha de mandioca – problema que, aliás, não se restringia àquela região no Pará. Ouvia com frequência dos moradores e mesmo de gestores – os quais me tentavam passar algumas primeiras impressões ou descrições da localidade – que a alta dos preços, decorrente da baixa produção da farinha, estaria relacionada à adesão das pessoas a programas de transferência de renda. Segundo essa forma explicativa, os repasses estariam sendo transformados por muitos beneficiários em fonte única de renda, em vez de renda complementar. Para os defensores de tal argumento, ao se percorrerem os rios da região, seria comum “*ver as pessoas deitadas na rede o dia todo*” ou “*o dia inteiro só na televisão*” em vez de trabalhando na roça e na casa de farinha. Por conseguinte, de acordo com tal argumentação, o alto custo repentino do produto seria efeito de certa ociosidade e lassidão

---

renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais. Esse novo benefício, parte do Programa Brasil Sem Miséria, é destinado àqueles que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária. Territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais também podem ser incluídos no Programa, além de outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo. [...]”. Trecho extraído do site do Ministério do Meio Ambiente (disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>).

<sup>57</sup> O seguro defeso ou seguro desemprego do pescador artesanal diz respeito a “uma assistência financeira temporária concedida aos pescadores profissionais que exerçam esta atividade de maneira artesanal e ininterrupta, seja individualmente ou em regime de economia familiar e que, durante o período de ‘defeso’ (suspensão obrigatória da atividade pesqueira para a preservação da espécie), são obrigados a paralisar a sua atividade” (extraído do site da Previdência Social, disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/>).

decorrentes dos programas sociais entre parte da população<sup>58</sup>, que repercutiriam nas relações entre oferta e demanda. O que uma das interlocutoras da pesquisa pontuava era que, dispondo de dinheiro para comprar a farinha pronta no comércio ou junto a outros produtores, as pessoas desistiam de produzi-la por seus próprios meios – e, como uma espécie de consequência perversa de suas escolhas, acabavam por pagar caro demais, já que outras famílias acabavam por tomar a mesma decisão, escasseando a oferta do produto<sup>59</sup>.

Tais concepções parecem relacionar-se ao que Fassin et al (2013) denominam *economia moral do Estado*. Este se caracteriza por uma tensão constante entre coerção e inserção, isto é, entre a manutenção da ordem sob o recurso da repressão à criminalidade e a boa vontade compassiva para com a população que carece ser protegida (FASSIN, 2014). Essa dupla dimensão decorre da ideia ambivalente de *segurança*, central nas sociedades contemporâneas, e se evidencia com relação àquelas categorias sociais em cujo âmbito as fronteiras são demasiado porosas entre os perigosos e os que estão em perigo (FASSIN et al, p. 13), dando-se margem a um “governo da precariedade”, referente aos modos como o Estado gerencia suas “populações precárias”. A depender das instituições ou dos agentes por quem são vistos ou interpelados, os sujeitos que ocupam essas categorias – imigrantes, estrangeiros sem documentos, detentos, minorias – transitam de um lado a outro da linha moral que diferencia os suspeitos (a quem cabe a repressão) e as vítimas (que inspiram compaixão), na medida em que constituem populações “tão ilegítimas que suscitam desconfiança e tão vulneráveis que demandam assistência” (idem, ibidem).

No caso de Currallinho – bem como de outras localidades da região –, alguns gestores demonstram uma ambivalência entre a necessidade de prestar assistência à população pauperizada, que necessita de intervenção estatal para garantir a própria sobrevivência, e a repreensão ou reprovação moral pelas condutas e escolhas às quais são atribuídas explicações ou justificativas para sua permanência em uma vida de escassez econômica. Os beneficiários que vivem em tais condições são caracterizados, assim, simultaneamente como vítimas da miséria e como culpados por ela. Cabe ao Estado, por meio de práticas

---

<sup>58</sup> De alguma forma, essas ideias se conectam a um imaginário acerca dos povos indígenas em torno dos sentidos do trabalho e do acúmulo.

<sup>59</sup> Essa fórmula narrativa, de acusação a partir de uma clivagem entre *nós* e *eles*, acaba por repetir-se nas elaborações acerca de uma série de outras modalidades de conduta, como será discutido mais adiante.

assistencialistas, protegê-los compassivamente da fome, da escassez de alimentos, da perene falta de rendimentos para itens básicos de sobrevivência, especialmente com relação às necessidades das crianças; por outro lado, são suspeitosamente vistos como desinteressados, indolentes, lassos, “acomodados”, que facilmente vislumbrariam nos programas de transferência de renda, por exemplo, a oportunidade de abrir mão dos esforços em busca de uma vida mais amena.

Ademais, tais considerações podem ser observadas a partir da noção de cidadania malograda, tal como proposta por Guita Grin Debert (2006), na medida em que os gestores consideram que esses sujeitos, além de carecerem de intervenção e tutela estatais para garantias financeiras de sobrevivência, fazem mau uso dos direitos sociais que lhes são assegurados por parte do Estado através do repasse de renda. Em outras palavras, ainda que sejam atendidos por uma política assistencial que figura como fruto de uma conquista social no campo das demandas por redistribuição de renda, aos olhos de muitos gestores os beneficiários se mostram incapazes de estabelecer um engajamento com um projeto em busca de autonomia e de uma vida mais amena, tal como pressupõem os preceitos da cidadania.

A importância dos programas de transferência de renda coexiste não apenas com críticas aos distintos usos que seus beneficiários fazem dos recursos, mas com inconsistências na forma como se efetuam os cadastros. Havia ainda muitas dúvidas e impasses no cadastramento. Por vezes, as mesmas mulheres que eram recebidas na sede de funcionamento do Bolsa Família e avisadas de que já houvera sido feito seu registro verificavam, junto ao 0800 disponibilizado pelo governo federal, que seus nomes não constavam no cadastro geral, gerando-se suspeitas e desconfortos com relação ao conjunto de procedimentos e aos caminhos institucionais desde a demanda. Ademais, embora houvesse uma preocupação geral em manter a frequência escolar dos filhos e em conduzi-los mensalmente às unidades de saúde, muitas pessoas desconheciam os critérios a partir dos quais se estabelecem os valores por beneficiário – bem como o número máximo de beneficiários por família cadastrada. Em alguns eventos e encontros populares, a responsável pelo Programa no município buscava esclarecer fatos, dúvidas e rumores que emergiam da circulação dessas conversas informais.

No que diz respeito à Colônia de Pescadores, por sua vez, a ela estão associados não somente moradores que vivem da pesca. Além de trabalhadores autônomos não especializados de baixa renda, estão cadastrados para o recebimento regular de benefícios indivíduos cuja

renda supera a média da população local – dentre eles, pequenos empresários, donos de negócios próprios instalados na sede urbana do município. A forma de funcionamento da instituição, o volume de cadastros e a circulação de recursos costumam ser alvo não apenas dos comentários entre moradores do município, mas também de investigação policial.

Em abril de 2013, quando realizava pesquisa de campo em uma comunidade do Rio Guajará, acompanhei a distância os acontecimentos em torno de uma operação da Polícia Federal na sede do município. Com apoio do Ministério Público Federal, da Polícia Civil e do Ministério do Trabalho e Emprego, a Polícia Federal desbaratou um esquema de fraudes na obtenção e concessão de seguro desemprego destinado a pescadores artesanais, identificando quadrilhas que atuavam em Curalinho, Breves (sul do Marajó), Soure, Salvaterra (norte do arquipélago) e Belém (capital do estado). De acordo com as notícias veiculadas à ocasião, *“pessoas ligadas às colônias ou associações de pescadores desses municípios atuaram em parceria com servidores de órgãos de cadastro, controle e pagamento do seguro”*<sup>60</sup>. As quadrilhas contavam com a atuação de intermediários que *“ficavam incumbidos de encontrar interessados em se passar por pescadores, levando-os até as agências bancárias para o recebimento ilegal do benefício”*<sup>61</sup>. Desse modo, eles providenciavam e facilitavam a documentação necessária para recebimento indevido do seguro defeso, arregimentando homens e mulheres que jamais se dedicaram à pesca<sup>62</sup>.

Paralelamente, se a colônia abrange na sede do município um público que ultrapassa em muito a população que consta como seu alvo, nas regiões mais interioranas, em rios e em furos de rios mais distantes, há famílias extremamente pobres de pescadores, agricultores e extrativistas que trabalham exclusivamente para subsistência e que jamais ouviram falar do benefício. Em uma das missões do conselho

---

<sup>60</sup> Em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/no-para-sistema-de-fraudes-no-seguro-defeso-contava-ate-com-atravesadores>. Acesso em 25 de julho de 2015.

<sup>61</sup> Idem à nota anterior.

<sup>62</sup> Segundo a mesma reportagem, o esquema fraudulento teria desviado cerca de 18 milhões de reais no período de três anos, concentrando grande parte dos benefícios concedidos no país. E em Soure, por exemplo, o número de supostos beneficiários superava em 170% a população total do município. Ver em: <http://www.dpf.gov.br/agencia/noticias/2013/04/operacoes-tetis-e-protetu-contra-fraudes-na-obtencao-de-seguro-desemprego-1> e em <http://www.diarioonline.com.br/noticia-242835-policia-federal-prende-34-por-fraude-no-marajo.html>. Acesso em 25 de julho de 2015.

tutelar, em março de 2013, conhecemos seu Joaquim, um senhor de 60 anos, casado com uma mulher de 30, com quem possuía 9 filhos, entre crianças e adolescentes – outros cinco filhos ele tivera em uma união anterior. A família viajava em uma pequena embarcação de madeira, com uma cobertura improvisada de lona. Com pequenos recipientes, eles incansavelmente se revezavam na tarefa de tirar a água que invadia com velocidade o barco. Vivendo em um casebre muito distante, ele relatava as dificuldades para manter a sobrevivência da família. Apesar de sobreviver por meio de atividades como a pesca e o extrativismo, seu Joaquim desconhecia a viabilidade de um cadastro seu junto à colônia. Contou-nos que tentou emprego e auxílio institucional “*em Curralinho*”<sup>63</sup>, mas não obteve qualquer sucesso. A longa distância em relação à sede do município, aliás, tornava ainda mais difíceis os esforços por alguma espécie de “reajustamento” socioeconômico da família. Naquele momento em que cruzamos com a família em meio ao rio, seu destino era o município de Breves para cuidados médicos com as crianças – já que as já muitas horas de viagem pelo rio pareciam menores naquela direção.

A história de seu Joaquim é bastante significativa no que diz respeito às condições de sobrevivência de muitas famílias ribeirinhas que vivem na extrema pobreza naquela região. Pai de 14 filhos, dos quais nove – entre crianças e adolescentes – criava com a atual esposa, ele se via em apuros na árdua tarefa de manter a família. A pesca, a caça e a coleta não eram suficientes para assegurar sua sobrevivência, sobretudo considerando a já avançada idade do patriarca. A extração artesanal da madeira, atividade que lhe costumava render alguns poucos rendimentos, fora proibida por funcionários do IBAMA, que o alertaram sobre os riscos de sanção judicial em caso de infração (no momento da conversa, passava mais adiante uma extensa embarcação transportando grande quantidade de madeira). Como alguém que “*vivia da madeira*”, seu Joaquim se via dividido; e, em um desabafo enquanto avaliava sua experiência na relação com o Estado, disse-nos que, dentro de pouco tempo, “*vão precisar dar caixão ou bala*”, pois ou “*morrem de miséria*”, sem alternativa para garantia de rendas e de subsistência, ou serão mortos como punição por realizarem atividades contrárias às leis de regulação, já que se veem sem alternativas.

---

<sup>63</sup> As pessoas que vivem nas regiões de “interior” costumam referir-se à sede administrativa do município por seu nome. Por vezes, eu tinha a impressão de que as comunidades e vilas eram tomadas como outras cidades, como municípios à parte.

Ademais, sua casa – que o conselho tutelar e representantes do CRAS e do CREAS visitaram após o encontro com a família no rio – ficava em trecho bastante distante, de difícil acesso. Desde onde o barco atraca, uma distância ainda precisa ser percorrida até a construção com apenas uma parede de madeira e telhado de palha. Os troncos de madeira e as tábuas escorregadias improvisadas para diminuir o contato com a água demandam um esforço que equilíbrio bastante difícil para os moradores habituados aos percursos da cidade. Além de algumas vasilhas e redes, havia muitas *sacas* tipo as de armazenamento de farinha (de nylon, com capacidade para 30 kg) com muitas roupas de segunda mão, provavelmente adquiridas junto a instituições ou órgãos que garantem doações.

### *1.3 Instituições e a área de assistência social*

Em um município cheio de carências, uma das áreas da gestão pública a que mais se dá ênfase consiste na assistência social. Curralinho conta com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O CRAS consiste de uma unidade pública dita de *proteção social básica*; seu objetivo é atuar na prevenção a situações de risco junto a pessoas vivendo em condições de *vulnerabilidade social*, por meio do *fortalecimento dos vínculos* familiares e do acesso dos sujeitos a direitos básicos – é a esse segmento que cabem cuidados relativos a programas de transferência de renda. Por sua vez, o CREAS é uma unidade da *proteção social especial*, e atua em atividades especializadas de apoio e orientação a pessoas e famílias que vivenciaram ou vivenciam situações *de risco*, de violência, abuso ou discriminação – é sua atribuição, portanto, acolher e prestar atendimento a vítimas cujos direitos ou cuja integridade física tenham sido *violados*. Esse modo de divisão das políticas de proteção social corresponde a critérios classificatórios que delinham “o lugar do sujeito e a condição de seus vínculos” (CRUZ, 2014, p. 82), de maneira que a transição entre as demandas consideradas de proteção básica e aquelas de proteção especial implica uma mudança de status “do sujeito vulnerável ao sujeito em risco, ou cujos direitos foram violados” (idem, *ibidem*). De qualquer forma, como bem observa Fernanda Cruz (2014, *ibidem*), ambas as dimensões, ancoradas nos critérios de vulnerabilidade e de risco, desvelam uma organização das políticas de assistência social com base na “falta”. Mais do que isso, esses critérios são efeito de uma lógica que produz as políticas públicas com base nos *direitos violados*, em lugar de criá-las com base na

universalização do acesso aos direitos e na formulação de mecanismos para negociação de conflitos ou resolução de suas origens (RIFIOTIS, 2007; CRUZ, 2014).

As demandas são sempre demasiado volumosas para a estrutura com que essas instituições contam, seja pelo número de casos que carecem de atendimento, seja pela extensão territorial e pelo difícil acesso a grande parte das comunidades. O número de profissionais é bastante reduzido, sendo que por vezes eles se dividem entre os dois órgãos, como é o caso da psicóloga Vanessa, atuante no município há quase uma década e importante referência no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violação sexual.

Dadas as demandas no estado do Pará e, sobretudo, no Marajó, o governo estadual empreende ações que chegam de barco aos municípios. As chamadas *caravanas* têm como objetivo levar atendimento médico, oftalmológico e/ou serviços para a regularização de documentos e registros dos moradores de municípios marajoaras. Os navios, que transportam profissionais e policiais militares e civis, atracam nos municípios por determinado número de dias, com o objetivo de realizar acolhimento, consultas e encaminhamentos junto aos cidadãos. Avisados a respeito da iminente visita, moradores das regiões mais distantes viajam até a sede da cidade<sup>64</sup>.

Uma das instituições mais consolidadas no Pará no que tange aos direitos de crianças e adolescentes e à promoção da cidadania diz respeito ao PROPAZ. Programa criado em 2004 pelo governo do Estado do Pará, tem como *“objetivo de articular, fomentar e alinhar políticas públicas voltadas para a infância, adolescência, juventude e pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando à garantia de direitos, o combate e a prevenção da violência e a disseminação da cultura de paz”*<sup>65</sup>. Além de constituir-se como uma referência no acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, para onde meninos e

---

<sup>64</sup> Em certa ocasião, uma forte comoção tomou os militares que acompanhavam a caravana. Pela manhã, ainda cedo, enquanto as pessoas esperavam atendimento sob uma tenda montada na praça em frente ao trapiche municipal, tivemos a notícia de que, em virtude de um acidente com a lancha que fazia o trajeto entre Currálinho e Breves, a pequena rabeta que conduzia uma família virara no rio. A mãe e as filhas seguiam da zona rural para a cidade com o objetivo de participar das atividades oferecidas pela *caravana*. Felizmente, todas se salvaram; mas os objetos pessoais e documentos dos membros da família acabaram por se perder.

<sup>65</sup> Em <http://www.propaz.pa.gov.br/quem-somos>. Acesso em 27 de julho de 2015.

meninas de todo o estado são encaminhados para atendimento e acompanhamento, o PROPAZ realiza atendimento itinerante à população do estado. Há de se lembrar aqui que a oferta de serviços pelo estado do Pará se concentra fortemente na capital, Belém, razão pela qual, inclusive, emergiram movimentos em favor da separação do estado<sup>66</sup>. Entendo que essas incursões itinerantes pelo interior paraense visam a cobrir essa ausência por meio de ações regulares, sazonais e pontuais em lugar de um investimento em política continuada local que represente certa descentralização da oferta de políticas de saúde e cidadania.

A área da saúde, aliás, é bastante precária no município. O Hospital Municipal de Curalinho (HMC) contava com um médico que cumpria quinze dias de trabalho por mês, além de algumas poucas enfermeiras, das quais a maioria cumpre carga horária no município e retorna à cidade de origem depois dos dias trabalhados. Maior parte dos funcionários é de técnicos em enfermagem, área de formação bem-vinda entre jovens curralinhenses, dado que a vislumbram como uma carreira promissora na escassa malha empregatícia do município. Quando da implementação do programa Mais Médicos, o município passou a contar com maior número de profissionais em medicina atuando nos postos de saúde. Chegaram através do programa primeiramente duas médicas cubanas, as quais atendiam em postos de saúde e eram acionadas em situações de emergência nas ocasiões em que o médico responsável pelo HMC não estava presente no município. Rapidamente o programa se mostrou uma alternativa bem-vinda na região, extremamente carente de profissionais na área.

Nas comunidades e vilas ao longo dos rios, as ausências no campo da saúde eram mais agudas. Em um dos maiores povoados, a Vila do Piriá, sempre me deparei com o centro de saúde – uma construção bastante precária – fechado; o agente de saúde alegava que não dispunha de meios para realizar seu trabalho, tampouco de estrutura adequada. Por outro lado, na comunidade de São Sebastião, no Rio Guajará, havia, ao lado da escola, uma unidade de saúde muito bem construída, ampla, com diferentes espaços de atendimento, como sala de parto, farmácia, sala de acolhimento – porém não havia funcionário

---

<sup>66</sup> Um recente debate em torno da divisão territorial do Pará propunha a formação de mais dois estados, Tapajós e Carajás. Um plebiscito foi realizado em dezembro de 2011 para consulta popular, o qual obteve como resultado a demanda para que o território paraense permanecesse compondo um só estado. A esse respeito, ver a dissertação de Carlos Henrique da Silva (2014).

algun atuando. Quando da chegada de duas simpáticas médicas cubanas pelo Programa Mais Médicos, estas iniciaram atendimentos em postos de saúde nas proximidades da sede urbana no município, de maneira que, até a finalização do trabalho de campo, não acompanhei eventuais transformações dos postos localizados nas comunidades rurais.

Nas zonas rurais, distantes de centros de acolhimento e de atendimento em saúde, os agentes de saúde são personagens bastante importantes na circulação de informações, no acompanhamento das famílias e das crianças e na mediação entre os lares ribeirinhos e a administração pública municipal. O aspecto negativo nesse sentido é que, segundo alguns moradores e profissionais, nem todos os agentes cumprem sua agenda regular de atendimento às famílias, seja por (falta de) motivações específicas, seja pela dificuldade de locomoção fluvial, por exemplo.

A saúde ainda tinha outros empecilhos. Além da escassa mão de obra especializada disponível, frequentemente faltavam medicamentos essenciais, insumos para curativos, instrumentos básicos para trabalho. Em uma reportagem realizada na cidade a respeito da chegada de médicos do programa federal, o jornalista-autor chegou a relatar a falta de luvas descartáveis para o atendimento médico, comprometendo inclusive o trabalho de especialistas que custam muito caro aos cofres públicos por visitas esporádicas ou pontuais para atendimento no município<sup>67</sup>. Moradores relatavam que, para a realização de curativos ou aplicação de vacinas, precisavam comprar os produtos e materiais na farmácia, pois só podiam dispor da mão de obra no hospital. Um policial militar que teve o dedo quebrado durante o trabalho deparou-se com a ausência de material para imobilização da área lesionada – e, até que fosse dispensado para buscar atendimento médico em outro município, teve o dedo imobilizado por meio do uso de palitos de madeira (do tipo dos de picolé) e gaze.

As condições precárias de trabalho e de provisão de profissionais para atender à demanda repercutiam, especialmente, na alta mortalidade infantil, neonatal e durante o parto. Algumas mortes causavam grande comoção pelas ruas da cidade, expressas em protestos públicos de repúdio a profissionais ou às condições das instituições ou em cortejos fúnebres que conduziam os corpos das crianças ao longo do caminho entre o hospital e o cemitério. Poucas vezes, porém, as famílias

---

<sup>67</sup> Reportagem de Dario de Negreiros, de 21 de setembro de 2013, publicada no portal Viomundo. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/curralinho.html>.

procuravam a delegacia de polícia para registro de ocorrência e consequente instauração de inquérito policial – e, dessa forma, polícia civil e ministério público pouco podiam fazer em relação ao fato. Por outro lado, cheguei a presenciar (e a ouvir sobre) episódios em que profissionais da saúde sofreram ameaças por familiares que perderam suas crianças e os acusavam de negligência ou erro médico.

Sem estrutura adequada, o hospital encaminha casos especializados de média e alta complexidade para consultas médicas no Hospital Regional de Breves ou em Belém – algo também descrito por Soraya Fleischer (2007) em seu estudo sobre as parteiras no município de Melgaço. Fora os agendamentos mensais para consulta, situação em que as despesas com transporte são arcadas pelo município, uma lancha fica disponível para transporte de pessoas em casos de urgência e emergência. Entretanto, o próprio transporte de pacientes no espaço da sede do município foi, durante muito tempo, um drama à parte. Com a ambulância quebrada por longo período, as pessoas com enfermidade grave eram conduzidas até o hospital em carretos de madeira ou em carrinhos de mão, empurrados por seus familiares. Presenciei momentos em que a viatura da polícia civil foi utilizada por profissionais da delegacia ou do hospital para o transporte de pacientes entre o HMC e o porto em que a *ambulancha* atracava. Perto do período final de campo, o município passou a contar com uma nova ambulância, cuja aquisição foi negociada através de uma vereadora local.

Outro problema diz respeito à área de especialidades médicas. Acompanhei algumas adolescentes até o hospital para realização de exames de conjunção carnal e ato libidinoso diverso de conjunção carnal; a ausência de especialistas, a sobrecarga de trabalho do médico responsável e a falta de instrumentos adequados impedia a consistência dos exames. Em casos inconclusivos, por exemplo, as (supostas) vítimas eram encaminhadas para atendimento em centros especializados de Belém – o que demandava uma nova peregrinação em busca de recursos financeiros para custear passagens e estada da criança/adolescente e sua/seu responsável. Ademais, a despeito de todos os debates que remetiam à infância (abuso sexual, agressão física, mortalidade infantil), era aguda a inexistência de um pediatra no município.

Apesar das situações dramáticas que presenciei quando em campo, o Atlas do Desenvolvimento Humano sinaliza para conquistas contundentes no campo da saúde e do combate à mortalidade infantil ao longo dos últimos anos. Não só a esperança de vida ao nascer aumentou em 12,6 anos no período de duas décadas (entre 1991 e 2010), como ainda a mortalidade infantil até um ano de idade reduziu, nesse mesmo

período, de 73,2 por mil nascidos vivos para 23,5 por mil nascidos vivos – o que inegavelmente sinaliza ganhos significativos no campo da saúde.

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	58,6	64,3	71,2
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	73,2	47,7	23,5
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	90,3	51,3	25,3
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	7,0	5,8	4,1

**Tabela 2.** Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Currallinho – PA. **Fonte:** PNUD, Ipea e FJP<sup>68</sup>.

O problema de infraestrutura abrange outras áreas além da saúde. Currallinho tem apenas uma agência bancária e um banco postal – algumas operações pelo Banco do Brasil podem ser realizadas através da unidade dos Correios. No entanto, além de as operações serem limitadas (inclusive em termos de movimentação financeira diária) e as demandas bastante volumosas (sobretudo em tempo de pagamento), são frequentes os problemas com “o sistema”. Não é incomum que, após horas de viagem de barco até a sede da cidade e de tempo de espera pela abertura dos Correios, as pessoas acabem retornando de mãos vazias, sem sucesso na realização de saques e de pagamentos.

O mais comum é que os beneficiários de programas de transferência de renda, aposentados e servidores realizem seus saques em agências bancárias presentes em outros municípios, como Oeiras do Pará e especialmente (e novamente) Breves. Nesses casos, além do dia de trabalho, parte da renda desses trabalhadores fica comprometida com as empresas de transporte (lanchas e navios), as quais diariamente deslocam marajoaras de Currallinho a Breves, e de Breves de volta a Currallinho. Nos casos de beneficiárias do BF, por vezes o custo da viagem supera o valor a ser recebido. Em situações como essa, recorre-se a um conhecido que esteja com viagem marcada ou a um funcionário de empresa de transporte (que realiza o trajeto diariamente); assim, repassam-se o cartão e a senha para que o saque seja realizado em agência bancária fora do município. De alguma forma, um e outro funcionário do transporte se especializaram em providenciar os saques em troca de determinado percentual; e, pouco tempo depois, presenciei quando o esquema se “refinou”, alocando-se um intermediário, no

<sup>68</sup> Dados extraídos do site do Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/currallinho\\_pa](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/currallinho_pa).

município de Breves, que ficaria responsável por efetuar as transações junto a um funcionário de confiança de uma lotérica para o repasse do dinheiro ao funcionário-viajante. Ao logo dessa rede de operações, uma parte do dinheiro ficava retida para custeá-la. Tal quadro esboça algum entendimento a respeito da alta frequência de pequenos (mas significativos) golpes financeiros e casos de estelionato.

Uma das práticas ilegais bastante recorrentes na região era a retenção ilícita dos cartões referentes ao Bolsa Família. Em alguns estabelecimentos comerciais, sobretudo nas vilas rurais, os cartões-auxílio eram retidos como forma de pagamento pelas compras que as famílias realizavam. Carla, uma das interlocutoras da pesquisa e que será apresentada mais adiante, contava sobre a prisão de um comerciante da vila em que morava e sobre as visitas da esposa até a penitenciária da capital. A mãe de Carla fora uma das pessoas que ficaram sem o cartão do BF em virtude dessa prática.

#### *1.4 Educação, lazer e entretenimento religioso*

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano de 2013, em Currallinho o IDHM relativo à educação apresentou aumento significativo entre o ano de 1991 e o de 2010, passando de 0,044 para 0,323. Ainda de acordo com os mesmos dados, o percentual de crianças e adolescentes frequentando as séries iniciais ou o ensino fundamental teve expressivo aumento ao longo do período em análise, cooperando especialmente para a elevação do IDHM em educação.

Por outro lado, o percentual de jovens e adultos (a partir de 18 anos) com ensino fundamental completo, apesar da elevação entre 1991 e 2010, permanece expressando elementos corriqueiramente observados quando da pesquisa de campo, tais como a baixa escolaridade, o alto índice de evasão escolar e – na melhor das hipóteses – o ingresso ou reingresso tardio no sistema formal de ensino.

Não é incomum que alunas e alunos cursem séries escolares usualmente frequentadas por discentes de idades inferiores às suas. Há muitos casos de jovens que retornaram aos estudos após longos períodos de pausa, a exemplo de Lara, de 21 anos, que aos 11 foi levada por uma família para a capital do estado. Apesar da promessa a seus pais de que Lara seria criada como uma filha enquanto ajudasse nos cuidados com as crianças mais novas da casa, a menina realizava exaustivamente trabalhos domésticos, era tratada como uma moradora de “segunda classe” e via o acesso à escola bastante dificultado, tendo sido proibida de realizar provas de recuperação nos finais de ano letivo, por exemplo.

Atualmente, alguns anos após retornar à casa dos pais, Lara voltou à escola, onde passou a frequentar a quarta série do ensino fundamental – aquele mesmo ponto em que outrora se vira obrigada a largar os estudos.

Para crianças e jovens das regiões rurais, assim como o acesso à escola se torna mais difícil em função das longas distâncias, ele também pode ser tardio. E, em se tratando do acesso ao ensino médio, a continuidade dos estudos só lhes é possível quando se mudam para a sede urbana do município ou para vilas centrais, uma vez que maior parte das escolas do interior oferece apenas séries iniciais e cursos de nível fundamental.

Tais observações auxiliam na leitura dos dados a respeito do percentual de adolescentes entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo e do índice de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo. A evasão escolar, embora bastante elevada, não é a única via explicativa para que esses jovens não tenham concluído os ciclos educacionais associados a suas idades.

	1991	2000	2010
IDHM educação	0,044	0,103	0,323
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	5,51	7,95	22,86
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	2,73	38,29	79,00
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	7,33	5,88	54,51
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	5,46	1,59	13,17
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	0,67	1,09	7,01

**Tabela 3.** Índices relativos à educação em Currealinho. Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Ademais, o percentual ínfimo de jovens de até 20 anos com ensino médio completo também encontra explicações na pouca oferta de curso de nível médio no município, demandando grandes deslocamentos até a cidade. A escassa e restrita oferta de cursos de nível avançado se repete no caso do ensino superior.

Como já deve ter ficado claro até aqui, Breves é o centro a que se recorre para uma série de serviços de que a infraestrutura de Currealinho – bem como de outros municípios do entorno – não dispõe. Em relação à formação em ensino superior, não é muito diferente. Há grande oferta de cursos de nível superior em faculdades particulares com filiais na cidade-polo do sul marajoara, além de um *campus* da Universidade Federal do Pará. As faculdades costumam oferecer cursos com aulas aos

fins de semana, o que acaba por render viagens de ida e volta no sábado por parte dos estudantes.

À ocasião de minha chegada, uma instituição atuava ministrando aulas aos fins de semana no próprio município de Curalinho. Tratava-se de uma entidade com sede no Piauí e de um curso de pedagogia – área de formação bastante procurada por moradores do município, já que, assim como a saúde, a educação constitui um ramo consistente de contratações públicas em empregos estáveis. De mesmo modo, pessoas que já atuavam na área da educação aproveitavam a oportunidade de consolidar sua carreira realizando o curso superior. A instituição, porém, teve suas atividades suspensas em todo o território paraense mediante decisão da Justiça Federal em julho de 2015<sup>69</sup>; desde o ano de 2012, ela vinha sendo notificada pelo Ministério Público Federal por ministrar cursos sem autorização do MEC. Durante o processo, havia grande apreensão por parte dos alunos, considerando seu alto investimento e expectativa em torno da formação.

Quanto à formação na área da saúde, atraíam jovens e adultos os cursos de especialização técnica em enfermagem, que chegam a ser oferecidos no próprio município, sobretudo com carga horária concentrada nos fins de semana. Jovens cujas famílias dispõem de condições financeiras para arcar com os custos de uma formação fora da cidade costumam recorrer a cursos técnicos ou a cursos de graduação em enfermagem na capital, Belém – polo que bastante atrai estudantes do estado em virtude da grande oferta de unidades de ensino superior, tanto públicas quanto privadas.

No que diz respeito à educação formal, aliás, Curalinho conta com uma escola estadual; as demais são do âmbito municipal. Nas regiões mais distantes da sede do município, as escolas acabam atuando como uma espécie de centro aglutinador ou ao menos como um ponto radial entre as famílias e comunidades que se estendem por determinados trechos dos rios. O espaço da escola não serve somente para a transmissão dos conteúdos; antes, ela é um lugar a partir do qual agentes do Estado acompanham a rotina das crianças e das famílias que vivem nas localidades mais distantes do poder da administração central. A escola, assim, atua nas vilas e povoados ribeirinhos, de um lado, como uma ramificação do Estado, como um estreitamento de seus ramos para adentrar os recantos mais longínquos; de outro, ela é o lugar da mediação entre os interesses da comunidade e os interesses do Estado.

---

<sup>69</sup>

Em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/justica-federal-determina-suspensao-de-atividades-da-faibra-no-para>. Acesso em 27 de julho de 2015.

Professores e diretores acabam intervindo junto a crianças e adolescentes que supõem estar passando por problemas, encaminhando denúncias, promovendo o debate entre moradores e gestores públicos. Pude acompanhar a rotina de uma escola no Rio Guajará cuja diretora era bastante ativa e atenta tanto às demandas institucionais quanto às demandas dos moradores da localidade.

A Escola Portugal, cujas atividades pude acompanhar ao longo da pesquisa, atuava como esse espaço a que se recorria para a resolução e mediação de conflitos na comunidade<sup>70</sup>, para a discussão de pautas públicas e para o encaminhamento de demandas ou urgências práticas. Situada no Rio Guajará, entre as sedes de Currealinho e de Breves, a unidade educacional recebia alunos de diferentes localidades do entorno, entre a extensão do rio, suas vertentes e seus furos. Muitas vezes, os frequentadores são relacionados entre si por tramas extensas de parentesco, considerando que as gerações vão estabelecendo novos lares nas proximidades de seu lar de origem.

Crianças e adolescentes chegam através de barcos-escola. Diferentes barqueiros, a serviço do município, realizam diariamente o trajeto entre determinada área da região e a escola, conduzindo os alunos para as aulas nos turnos da manhã e intermediário. As aulas se encerram no meio da tarde, afinal o cair da noite traz maiores dificuldades para os viajantes.

Distante de uma série de serviços, como saúde, segurança pública e atendimento à infância e à adolescência, a escola opera como um centro de atenção, mobilizado pelo interesse e cuidado de professores, funcionários e direção. É comum que os profissionais conheçam muito a respeito da trajetória das crianças e de suas famílias, bem como que coloquem em pauta suas preocupações para com a vida dos alunos para além da escola. Algumas denúncias relacionadas a violação ou abuso sexual de crianças e adolescentes foram relatadas pela diretora ao Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, como será discutido mais adiante.

Além disso, a escola mobiliza pais e funcionários em torno de atividades comuns, como festividades voltadas à comunidade (natal, páscoa, dia das mães, dia das crianças) e reuniões junto a ela para debate

---

<sup>70</sup> É comum que todas as casas tenham ao menos uma criança ou um adolescente matriculado na escola que atende àquela comunidade. Dessa maneira, quase todas (ou todas) as unidades domésticas da região estão, de alguma forma, ligadas à escola – seja pelos filhos matriculados, seja pelos ex-alunos, ou mesmo pelos funcionários.

de temas públicos – como foi o caso da reunião agendada com gestores municipais, quando, apesar das garantias de que o prefeito estaria presente, este acabou não comparecendo, o que frustrou muitos ribeirinhos.

Nessas ocasiões de encontro e de atividades coletivas, a escola também busca promover a venda de lanches, com o objetivo de angariar fundos para a própria unidade. Após cuidadosos planejamentos e a compra dos ingredientes na cidade, os lanches são preparados em um mutirão liderado por Vitória, com o auxílio de demais professoras e funcionárias. O lucro arrecadado se soma a um montante destinado a melhorias na escola ou ao custeio de atividades para os alunos, como participação em campeonatos esportivos municipais.

Era novembro de 2013, véspera de feriado, quando a escola se organizava para receber um torneio de futebol local. Para tanto, era necessário organizar o campinho para a realização dos jogos, retirando o excesso de mata, acomodando a serragem sobre a terra úmida e construindo pequenas arquibancadas de madeira – tarefa que só poderia ser realizada com o trabalho coletivo da comunidade escolar.

Na saída da turma da manhã, a diretora, Vitória, chamara os alunos e lhes pedira que comparecessem ao mutirão do dia seguinte, feriado. Lembrou-lhes que o espaço da escola é dos alunos e do interesse deles. Informou que a escola precisava de organização para a realização do torneio no domingo, ocasião em que a venda de lanches poderia trazer fundos para a construção do galpão da escola. Disse que hoje a escola não dispõe de um local para aulas de dança e música ou para o ensaio de peças teatrais; e que esperar pelo poder público não mais tem sido uma opção, já que as demandas não são atendidas. Seu interesse tem sido mobilizar a comunidade para que, com a ajuda de professores, a escola possa dispor de uma estrutura mais adequada. Pediu que pensassem, que avisassem aos condutores e que levassem em conta a importância do envolvimento e do trabalho coletivo (Diário de campo, 14 de novembro de 2013).

O projeto perseguido pela escola envolvia, portanto, a criação de um espaço para atividades de lazer e arte. Nas regiões rurais, a estrutura do terreno e o tipo do solo requerem adaptações específicas para a

realização de jogos, por exemplo. E o espaço para circulação dos alunos para além da sala de aula era parco.

Mesmo na sede urbana do município os espaços de lazer são limitados, inclusive na avaliação dos moradores. Há um ginásio de esportes onde acontecem jogos e torneios de futsal intermunicipais – eventos que mobilizam grande público na cidade e que, por vezes, são transmitidos por uma emissora local, a TV Breves. Currallinho comporta a rivalidade entre dois principais times: *Marambaia Atlético Clube* (MAC) e *Hoollygan's*. Fora o ginásio de esportes, onde também acontecem treinos de luta por parte de um pequeno grupo, há um e outro campinho em que se realizam jogos entre jovens e campeonatos entre times locais promovidos por um vereador de Currallinho.

O CRAS também oferece aulas de dança para idosos e crianças, mobilizando-os em apresentações de carimbó e de quadrilha, por exemplo. E, em 2014, teve início um projeto denominado *Marajó Criança*, liderado pela presidenta dos CMDCA e que contava com a participação da Polícia Militar de Currallinho na coordenação de atividades com crianças e adolescentes cadastrados.

Outro importante espaço de lazer e interação diz respeito à praça central, que fica em frente ao trapiche municipal. É na praça que jovens se reúnem após os cultos religiosos ou a missa nos fins de semana – sempre muito bem vestidos e arrumados nessas ocasiões –, tomam sorvete enquanto cuidam das crianças menores, deliciam-se com batatinhas fritas enquanto conversam com os amigos, reúnem-se nos banquinhos ou no coreto central, e passeiam dando infinitas voltas em seus contornos. Algumas vezes, participei também de eventos realizados na praça, como bingos em dias comemorativos ou apresentações de música e dança. É em torno da praça também que periodicamente se instalam parques de diversão, que mobilizam as famílias assim que cai a noite.

Há, ainda, espaços em que se realizam festas, as quais podem contar com música ao vivo, shows de aparelhagem ou apresentação de DJs. Além de lugares mais comerciais, há o espaço da Arena Mestre Zé Dias, onde se realizam os grandes eventos, como o Festival do Açáí. É frequente a associação, na narrativa de alguns moradores e gestores, entre as festas de aparelhagem e o que um dos interlocutores, político da região, chamou “*cultura que incentiva drogas, sexo prematuro* [entre outros elementos considerados ‘mazelas’ sociais]”.

Ouve-se de moradores que a pouca oferta de atividades de lazer frente às festas repercute no alto consumo de bebida alcoólica na região. Mais do que isso, o alto consumo de outras drogas era uma preocupação

crescente na cidade, tanto em relação à saúde dos jovens – entre os quais, aliás, vinha crescendo o número de casos de HIV positivo – quanto em relação à segurança pública. Pude acompanhar um dos conselheiros tutelares em visitas a locais onde se encontravam meninos bastante jovens para consumo de entorpecentes, como o lixão da cidade, onde inclusive os pequenos recolhiam restos de comida para alimentar-se. Na ocasião, tentando uma conversa ou algum contato, ainda adentrei na mata atrás dos garotos, que fugiram rapidamente quando nos viram chegar. Junto às famílias, havia uma sensação de “descontrole”, uma narrativa de impotência frente aos desejos e a certa autonomia (circunstancial) das crianças – um pai se mostrava desesperado porque não conseguia cuidar de todos os filhos desde que a esposa abandonara o lar, sobretudo em virtude do alto índice de pessoas que faziam uso de álcool e de drogas ilícitas e mesmo de traficantes no bairro em que vivia.

Além das casas de show e bares aos fins de semana, a cidade é bastante mobilizada sazonalmente em torno de festividades que marcam períodos comemorativos do ano. A série de eventos anuais começa com os preparativos para o carnaval: os blocos de rua se organizam, realizam andanças pela cidade e pontos de encontro alguns fins de semana antes, e participam de todos os dias de festa. A seguir, iniciam-se os preparativos para as quadrilhas juninas; aqui, as pessoas organizam-se por equipes tradicionais e competitivas no município, por escolas e mesmo através das atividades do CRAS. A igreja católica se destaca nas comemorações juninas, organizando bingos com prêmios doados por comerciantes locais, realizando barraquinhas com a venda de doces e pratos típicos e apresentando as quadrilhas.

No mês seguinte, julho, tem início o Festival de Verão, em celebração ao verão amazônico. Nesse período, as pessoas ocupam os espaços públicos, como a praça e as praias, com reuniões entre amigos, festas ao longo de todo o fim de semana, luaus. É quando jovens que saíram para estudar em Belém retornam à casa dos pais, quando as famílias se reúnem na localidade de origem, e a cidade fica mais cheia. Em 2014, ainda, presenciei a realização de uma gincana que articulou os jovens da cidade em equipes competitivas; ao final do dia, os grupos se reuniam na praça, em torno de um palco montado para ocasiões festivas, fazendo torcida e participando da brincadeira coletivamente.

Passado o mês das férias, iniciam-se as atividades em torno do desfile comemorativo do dia 7 de setembro. As escolas dedicam horários específicos para ensaios da banda marcial; as adolescentes entram de loja em loja atrás de acessórios para o desfile (luvas brancas, meias compridas, etc.). As fantasias são objeto de prestígio e de desejo.

Os desfiles homenageiam as profissões, as forças armadas e celebram aspectos sociais e políticos do cotidiano<sup>71</sup>.

Por fim, a cidade se mobiliza em torno do Festival do Açai, um evento bastante tradicional no município, que costuma atrair moradores de regiões do entorno – assim como o Festival do Camarão em Afuá, outro município marajoara. Diz-se que, embora atualmente os eventos estejam bastante diferentes, outrora atraíam muitos participantes, contavam com grandes shows e disponibilizavam a degustação de grande variedade de pratos típicos. Nos relatos oficiais da CPI que dão conta dos casos de *pedofilia* em Currallinho, aliás, cita-se o Festival do Açai como uma das circunstâncias a facilitar os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no município, dada a maior rotatividade de visitantes.

Além das festas comemorativas e dos eventos semanais, há os eventos religiosos, organizados por uma ou outra igreja de matriz evangélica. Nesses eventos, organizam-se encontros que aglutinam grande número de fiéis de toda a região em torno de cultos, palestras e musicais, com a participação de personagens de destaque no meio religioso naquela localidade. Nessas ocasiões, os barcos, com espaço para redes e com pequenos banheiros, trazem inúmeros fiéis do interior ou de outros municípios, que os utilizam como pousadas.

Vale pontuar, ainda, o forte senso religioso que marca a região. Imensa maioria dos moradores se declara cristã. Lembro-me que me questionavam frequentemente a respeito de minha religião, o que me deixava bastante constrangida. Em conversa com uma senhora moradora de uma localidade rural entre Limoeiro do Ajuru e Currallinho, em cuja casa me hospedei por uma noite durante meu trajeto, sua forma de arguição me soou particularmente significativa; em vez de me questionar o tipo de orientação religiosa, perguntou-me: “*tu és católica ou evangélica?*”. Dificilmente conseguia sair “ilesa” dessas interpelações, a não ser que fizesse imediatas referências à formação religiosa de meus familiares.

Na cidade há algumas igrejas católicas e inúmeras outras de matriz evangélica, como Deus é Amor, Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Mundial do Poder de Deus, Assembleia de Deus, Evangélica Cristã, etc. Nas viagens pelos rios da região, veem-se muitos galpões ou casinhas à beira do rio em que se realizam cultos religiosos

---

<sup>71</sup> No desfile de 2013, um grupo de alunos representou as manifestações de junho daquele mesmo ano, as quais eclodiram a partir de demandas coletivas em torno do transporte público.

entre moradores das comunidades próximas. Em função do forte senso religioso, muitas pessoas associam ao lazer as atividades desenvolvidas nos contextos de suas igrejas, uma vez que não frequentam determinados locais ditos não cristãos.

### *1.5 Segurança pública*

As instituições de promoção da segurança pública lidavam com dificuldades estruturais bastante visíveis. A Delegacia de Polícia Civil contava com a presença de apenas um policial civil por plantão quando cheguei à cidade. Essa não era, todavia, uma realidade exclusiva de Currálinho, mas se repetia no curso de outros municípios paraenses, especialmente no Marajó. À ocasião, dois investigadores – e posteriormente um investigador e uma escrivã – oriundos de outros municípios do estado se revezavam semanalmente na cidade, de modo que se encontrava apenas um policial civil por plantão. A delegada responsável dificilmente se encontrava na cidade, já que era responsável por outros municípios da região. Meses depois, houve algumas mudanças: mais um policial civil seria alocado para o cumprimento do plantão em duplas, e um novo delegado, com maior disponibilidade, passaria a responder pelo município. Nesse período, os policiais em exercício contavam com alguns funcionários disponibilizados pela prefeitura para o serviço de carceragem, recepção de usuários e preparação de documentos e registros.

Apenas no ano seguinte, 2014, aconteceram reestruturações no quadro da polícia civil; um novo concurso ampliou o quadro de policiais por plantão, além de eleger um delegado responsável exclusivamente pelo município. Além do delegado, o quadro de pessoal contava com duas investigadoras e um escrivão, todos recentemente aprovados em concurso. A viatura, entretanto, continuava sendo um automóvel bastante antigo, realocado de outro município, e que vivia com problemas de funcionamento – o mesmo chegara a Currálinho através dos esforços de uma policial civil, Débora.

Se uma série de alterações tentou dar conta da distribuição de recursos humanos nas delegacias, por outro lado não presenciei modificações em torno da estrutura física no período em que vivi na região. O aspecto mais preocupante dizia respeito à segurança dos policiais, que, ao longo de sua semana ou quinzena de trabalho, viviam no alojamento, anexo à delegacia. Era conhecida a estratégia de fuga de detentos através do teto de madeira da construção – mesma estratégia utilizada para roubos a residências, como era o caso da casa em que

funcionava, em 2013, o Destacamento da Polícia Militar em Curalinho. A estrutura precária das celas causava a constante tensão de que os mesmos acessassem os quartos dos policiais de plantão. Era 2014 quando um investigador da polícia civil de Portel, município próximo, foi surpreendido, enquanto dormia, por um detento em fuga; o policial foi assassinado a tiros em seu alojamento durante a noite. O fato causou grande comoção junto à corporação e ampliou as preocupações que a escritã vinha expondo em relação à construção em que funcionava a delegacia; era ela quem vinha, desde meses antes do assassinato do colega, reivindicando melhorias na infraestrutura junto à secretaria de obras do município – sem sucesso, porém.

A vulnerabilidade do prédio da delegacia não era, no entanto, apenas frente aos detentos ou a suas tentativas de fuga. Quando crimes de grande comoção acometiam o município, como o assassinato de um jovem a tiros em um acerto de contas, os protestos populares que reivindicavam providências por parte das polícias envolviam piquetes em frente à delegacia e ameaças de se incendiá-la, depredá-la ou invadi-la. Aqui, aliás, por providências, entendamos as medidas que a população *esperava* ou *desejava* que fossem tomadas, independente do que cabia às autoridades policiais segundo a legislação. Essa iminência de que todos os conflitos policiais eclodissem na estrutura física da delegacia só fazia ampliar a insegurança com que os profissionais, vindos “*de fora*” da cidade, trabalhavam ali.

No caso da Polícia Militar, as condições de infraestrutura foram parcialmente resolvidas quando o alojamento passou de uma pequena casa de quartos minúsculos para uma casa “*de altos e baixos*” (com dois andares), com cômodos arejados e espaço adequado para guardar as motocicletas. O DPM de Curalinho contava com uma viatura, duas motocicletas e uma lancha cedidas pelo estado – as motocicletas viabilizavam o acesso às pontes estreitas e a trechos de difícil acesso por onde a viatura não podia passar. Quando da entrega desses bens, a prefeitura municipal realizou uma pequena cerimônia de entrega, que ficou registrada em um jornal informativo acerca das ações da administração municipal – muito embora, como dito, eles tivessem sido providenciados pelo governo do estado<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Ouvi de muitos interlocutores que as prefeituras costumavam figurar nos eventos ou ações promovidos por demais esferas administrativas de tal maneira que levava alguns moradores a confundir a origem das iniciativas públicas. Assim, independente de ser o governo do estado ou o governo federal a

O efetivo policial era baixo quando cheguei ao município, mas recebeu o reforço de um policial a mais por plantão meses depois, quando também houve troca no comando. Durante o veraneio, o carnaval e o festival do Açaí, porém, a cidade conta com reforço policial de Belém ou de Breves. Os conflitos no município se ampliavam nos fins de semana, feriados e ocasiões festivas, quando o consumo de bebida alcoólica e a concentração de pessoas em determinados locais públicos aumentavam. Brigas entre inimigos habituais, desentendimentos ocasionais, brigas entre mulheres, troca de agressões entre casais e mesmo brigas potencialmente letais (como através do uso de terçados ou de garrafas de vidro) ocorriam com certa frequência nas festas, exigindo a intervenção dos seguranças particulares e, no limite, da polícia militar. As situações que demandavam intervenção policial “no interior” envolviam novas complexidades, como a provisão para o deslocamento fluvial (dia e noite), as longas horas de viagem, a localização exata das casas ou povoados, as dificuldades para captura dos suspeitos quando estes se embrenhavam mata adentro.

Como um esforço de dar conta da vasta extensão fluvial de Currallinho, algumas vilas de maior concentração de número de famílias, residências e estabelecimentos comerciais passaram a contar com os chamados agentes de segurança. Contratados e remunerados pela prefeitura municipal, eles atuam acompanhando a rotina das vilas, fiscalizando as práticas locais e recebendo denúncias e queixas de moradores a respeito de conflitos domésticos, com a vizinhança ou ocorrência de crimes. Cabe-lhes, assim, mediar as partes envolvidas e reportar às autoridades policiais em Currallinho os eventos conflituosos que requerem intervenção formal. Nesse caso, pude acompanhar atividades dos agentes de segurança que atuavam na Vila do Piriá, que fora conhecida até então por índices crescentes de violência, identificados com um processo de urbanização do povoado. Com a alocação de um policial militar aposentado para aquela função, era opinião geral que os conflitos vinham sendo amenizados significativamente.

Um dos efeitos problemáticos da alternativa pela via dos agentes de segurança era a pouca perícia para lidar com os casos denunciados ou flagrados. Em relação a casos de abuso sexual de adolescentes, por exemplo, não era raro que as famílias e as vítimas se sentissem

---

encabeçar determinada ação, o efeito era de que a figura dos prefeitos personificava aquelas medidas.

constrangidas com a forma de abordagem e de registro quando chegavam à delegacia.

Além das equipes regulares, o quadro de segurança pública também conta com ações pontuais da Polícia Federal ou de outras divisões da polícia civil. Durante minha estada, uma ação da Polícia Federal desbaratou quadrilhas ligadas ao repasse do seguro defeso, como já descrito anteriormente. Outra ação expressiva ocorreu por parte da Delegacia de Repressão a Roubos e Furtos de Belém, que realizou investigações a respeito de um forte esquema de venda de motocicletas roubadas que eram levadas de Belém para municípios como Curalinho, Oeiras e Cametá. Em dois momentos de operação, foram realizadas buscas por veículos que constavam na apuração policial.

Um dos maiores problemas no que diz respeito à segurança pública consiste nos chamados *piratas*. São homens que viajam em barcos, fortemente armados, e que realizam saques a navios e barcos nos trajetos ao longo dos rios da região. E mesmo estabelecimentos comerciais e residências em povoados ribeirinhos podem ser alvos de piratas em busca de economias ou de recebimentos de moradores. Há relatos de situações de extrema violência e abuso cometidos pelos piratas, como tortura, estupro, sequestro e homicídios. Para conter tais ações, há operações especiais organizadas pelo Comando Geral da PMPA ou mesmo pelo 9º Batalhão, com sede em Breves.

Vale lembrar que as queixas em torno da infraestrutura inadequada para o trabalho das polícias se apresentam em grande parte das etnografias que tratam dessas instituições (ver DEBERT, 2006, p. 28; DEBERT, 2010, p. 484-485). Theophilos Rifiotis (2014, p. 9) nos lembra que, à medida que observamos avanços no campo dos Direitos Humanos, observamos em contrapartida graves violações que se lhe dirigem, tais quais as desigualdades sociais e as precárias condições de tratamento a pessoas que se encontram nas margens. Para ele, *avanços e violações*, ilustrados em um cenário tido como pleno de “dificuldades e impasses”, configuram pares que caminham juntos, caracterizando sintomaticamente o quadro geral dos Direitos Humanos no Brasil, em que figuram fortemente as queixas a respeito da falta de recursos e mesmo da “falta de vontade política” para a implementação de políticas públicas ou para “o simples cumprimento de determinações legais” (idem, *ibidem*).

Se tal quadro parece sinalizar automaticamente para uma espécie de “paradoxo” referente aos Direitos Humanos no Brasil, Rifiotis (2014, p. 9-10) delinea observações importantes a respeito dessa forma de enquadramento:

Para começar, lembro que “problemas”, “paradoxos”, “dilemas”, “contradições” para as quais convergem as explicações do “paradoxo brasileiro” pressupõem, implícita ou explicitamente, a sua superação, uma solução, em uma palavra uma síntese que permitiria superar o quadro atual. Creio que a dialética envolvida aqui não nos permite pensar numa síntese. Na verdade, proponho tratar tais questões como aporias, o que nos permitirá colocar em suspensão conceitos-chave como “violência” e “justiça” sem nos tornamos reféns de uma homogeneidade pressuposta, frente à pluralidade e às disputas em jogo pela definição de modos de conceber e vivenciar direitos e justiça. Além de nos possibilitar sair do “impasse” entre esteticização ou engajamento [...].

### *1. 6 Estado, políticas públicas e a ideia de abandono político*

A descrição até aqui apresentada leva a pensar em uma aparente inconsistência bastante central no debate acerca do chamado “poder público” na região. Ao mesmo tempo em que se veiculam frequentemente denúncias, constatações ou queixas acerca das faltas, das ausências, do *abandono* pelo poder público, constata-se a existência de múltiplas categorias de auxílio social ou de programas de repasse de renda a populações de baixa renda. Programas como o Bolsa Família (e antes PETI e bolsa-escola), seguro defeso, bolsa verde e repasse de recursos para associados das Colônias de Pescadores constituem boa parte das fontes de renda das famílias – em sua maioria carentes, sem emprego formal ou com salários extremamente irrisórios, baixa ou nenhuma escolaridade e, no caso de extrativistas de madeira, por vezes impedidos de exercer o trabalho de uma vida inteira em virtude das determinações do IBAMA. Além disso, em virtude da fraca atividade econômica, a maior empregadora no município é a própria prefeitura, com cargos comissionados ou efetivos (ver CUERVO, 2014).

Ademais, em conversa com Sérgio, um dos secretários municipais, ao mesmo tempo em que ele me sinalizava a forte presença de programas sociais e o receio de que, por conta disso, a população se tornasse demasiado dependente deles, reiterava a vulnerabilidade da região em virtude de certo “*abandono do Estado*”. Mais do que isso, ao

relatar a ampliação de políticas sociais – como Bolsa Família, seguro defeso, bolsa verde, auxílio maternidade – e o avanço de programas como o “Luz para Todos” e os assentamentos pelo INCRA, argumentou que a chegada de políticas públicas trouxe, como contrapartida, seus impactos, os quais, segundo ele, consistem na “*quebra de cultura*” e na “*perda de identidade*”. Apesar de não ter esboçado maiores esclarecimentos, pareceu-me que ele se referia às formas de produção e a práticas do cotidiano, tendo em vista a forte relação histórica local com povos de matrizes indígenas.

A constatação acerca do chamado “abandono pelo poder público” é frequentemente pontuada nos discursos de gestores municipais, nas elaborações de representantes políticos do próprio município, nas explicações de apoiadores da base aliada, nas justificativas e diagnósticos dos atores que engendram a prefeitura – como é o caso de Sérgio. Esse “poder público”, com base em suas avaliações, parece compreender uma dimensão intangível, da qual a esfera a que pertence o emissor da mensagem não faz parte, ainda que seu lugar seja justamente um espaço de administração pública. A referência é sempre a um *poder* de gestão governamental de caráter genérico, homogeneizado e não localizado, sem que sejam especificadas as esferas administrativo-burocráticas sobre as quais se fala, tampouco que se descrevam ações ou iniciativas concretas junto à população e às comunidades. Da parte da população e de determinados servidores, todavia, as carências nos serviços da prefeitura e/ou do governo municipal também são fortemente sentidas – como é o caso da estrutura física inadequada de determinadas instituições na cidade e o baixo índice de encaminhamentos médicos para outros municípios nos casos de saúde mais graves<sup>73</sup>, de que tanto reclamam os usuários do HMC.

Diante do exposto, cabe a pergunta: *que Estado é esse que está tão ausente estando, porém, tão presente?* E em que consiste o *poder público*, dimensão pela qual as administrações municipais não parecem sentir-se responsáveis? Entendo que pensar essas inconsistências desvela justamente a existência do Estado como processo, em ato (PEIRANO, 2006b, 2006c).

### *1.7 Estado, políticas públicas e alguns caminhos para a etnografia*

Mariza Peirano (2006c, p. 135) demonstra que, por uma espécie de “divisão do trabalho” das ciências sociais, o Estado se constituiu

---

<sup>73</sup> Cabe à prefeitura o custeio com o deslocamento de paciente e acompanhante.

como objeto legítimo da sociologia e da ciência política, cabendo à antropologia a abordagem de padrões de solidariedade e de socialidade, os quais são compreendidos pela categoria *nação*. O Estado, pensado pela tradição filosófica iluminista como instituído em um processo de diferenciação entre estado de natureza e de sociedade (ABÈLÈS, 1992), tradicionalmente fora objeto de estudo de cientistas políticos e de sociólogos, que historicamente o apreenderam como função (ABRAMS, 1988), sistema, aparelho, ou a partir de “questões de justiça, participação política, direitos sociais” (PEIRANO, 2006b, p. 122). Veena Das e Deborah Poole (2008) lembram, porém, que, muito embora a antropologia se tenha ocupado das ditas sociedades sem Estado, este sempre esteve presente, fosse como modelo ou como princípio, nas etnografias.

A abordagem do Estado pela antropologia coloca questões metodológicas e contribuições teóricas específicas a esse campo de conhecimento, tais como o “caráter comparativo, universalista e relativizador [da] perspectiva [antropológica]” (idem, p. 121) e seus instrumentos para apreender tanto aspectos sociológicos formais quanto a perspectiva dos sujeitos (PEIRANO, 2006c, p. 135-136), contemplando domínios de difícil acesso ao privilegiar a experiência (DAS e POOLE, 2008). Além disso, as teorias clássicas mais fundamentais do campo da antropologia trazem contribuições importantes ao estudo do tema, inovadoras ou complementares em relação aos conceitos e modelos epistemológicos oriundos das chamadas “ciências irmãs” (sociologia e ciência política) – o que requer, antes, uma profunda reflexão epistemológica que reveja, no próprio campo da antropologia, a forma de divisão entre etnologia e antropologia urbana responsável por delegar a esta última a tarefa de pensar o Estado (BEVILAQUA e LEIRNER, 2000). Dessa maneira, a antropologia se tem ocupado da historicidade do conceito de Estado (ABÈLÈS, 1992), das sociedades contra o Estado e dos mecanismos de recusa à centralização do poder (CLASTRES, 2003; LANNA, 2005; ver também GEERTZ, 1991), bem como dos Estados coloniais e pós-coloniais (BALANDIER, 1993; WORSLEY, 1994).

Tendo em vista o conjunto de propostas colocadas pela abordagem antropológica, em vez de colapsado pela ideia mais sociológica de conjunto de “regras formais”, o Estado pode ser produtivamente entendido como conjunto de processos. Philip Abrams (1988), questionando a existência do Estado, diferencia Estado-sistema (como um sistema de práticas institucionalizadas) e Estado-ideia (reificação desse sistema, identidade simbólica progressivamente

distante das práticas). Com base nessa distinção, ele constrói alternativas metodológicas para que o apreendamos como um conjunto de ações, de relações internas e externas de episódios políticos e governamentais, de agenciamentos; e como ideia, como “mensagem de dominação”, como ideologia que constrói e mantém a mistificação acerca da própria existência do Estado, por meio da qual se engendram mecanismos de sujeição. A perspectiva e a proposta de Abrams (1988) apontam, portanto, para opções metodológicas importantes no estudo acerca do Estado. De um lado, é possível descreverem-se agenciamentos, práticas, negociações e relações que compõem políticas governamentais abrindo-se mão da ideia de “Estado” e compondo-se uma análise de processos mais concretos, mediados por relações entre atores individuais e coletivos, que configuram cenários sociais mais amplos – trata-se, desse modo, de apreender-se o Estado *em ato*, como sugere Mariza Peirano em seus estudos acerca dos documentos no Brasil (2006b, 2006c). De outro lado, cumpre papel importante o estudo dos processos pelos quais o Estado “mascara” seus mecanismos de dominação política e econômica, legitimando-os através de um conjunto ideológico que lhe dá ilusão de existência e de justiça, moralidade e unidade. Considerado por Abrams “ópio da cidadania”, o Estado tem como princípio a própria mistificação que serve a processos de sujeição histórica. Como atenta Sônia Maluf<sup>74</sup>, pressupor o Estado como ideia não implica, porém, perder de vista sua materialidade, ou seja, o efeito que a construção dessa ideia-valor projeta sobre a vivência social – aqui, como sustenta Eduardo Viveiros de Castro (2002) a partir do trabalho antropológico e alteridade, trata-se de mundos que os conceitos projetam.

Em estreito diálogo com a proposta de Abrams, Timothy Mitchell (1991; 1999) trata da definição e dos limites do aparato estatal, sugerindo que se analise o Estado não como estrutura, mas como efeito estrutural, aparentemente metafísico, de práticas que fazem essa “estrutura” aparecer e existir (MITCHELL, 1999, p. 89). Para ele, o Estado, como objeto de análise, desponta simultaneamente como força material e como construto ideológico, parecendo ao mesmo tempo real e ilusório – uma dupla condição que traz particularidades a uma teoria sobre ele. A argumentação de Mitchell é a de que a rede de arranjos institucionais e de práticas políticas que confere materialidade ao Estado é bastante difusa e ambígua no que diz respeito a suas bordas; e que, por isso, a imagem pública do Estado como um construto ideológico parece

---

<sup>74</sup> Agradeço à profa. Sônia Maluf e aos colegas da disciplina de Antropologia e Políticas Públicas o primoroso aprendizado ao longo do semestre de 2011.1.

mais tangível e coerente. Em virtude desses enquadramentos, as análises acadêmicas acabaram por centrar-se mais nessa aparente coerência ideológica, deixando subrepresentada a incoerência da prática estatal. De acordo com o autor, não se pode, todavia, tomar as formas material e ideológica do Estado como separadas: ambas precisam ser vistas como aspectos de um mesmo processo. Em outras palavras, não se trata de evidenciar essas distinções, mas de historicizá-las<sup>75</sup>.

A respeito dos limites do Estado, a proposta vislumbrada por Mitchell parte de assumir, portanto, que a alusão às fronteiras não diz respeito a uma precisão conceitual que leve em conta limites entre entidades autocontidas; as bordas do Estado não indicam um “exterior real” que o delinheie como um ator ou um objeto independente – o que, aliás, o torna frequentemente tão elusivo e instável (idem, p. 83). Antes, essas distinções precisam ser tomadas “como uma linha desenhada internamente, dentro da rede de mecanismos institucionais através dos quais se mantém a ordem social e política” (MITCHELL, 1999, p. 83, trad. livre). Tal linha, por sua vez, não é meramente ilusória: ela é efeito de processos que geram recursos de poder, visto que a divisão não é uma simples fronteira entre dois objetos ou dois domínios independentes, mas uma distinção interna entre dois domínios de práticas (idem, *ibidem*). Conseqüentemente, “a fronteira aparente do Estado não marca o limite dos processos de regulação. É, em si, um produto daqueles processos” (idem, p. 84). Para Mitchell, está nos “métodos de ordem em pequena escala”, tratados por Foucault como disciplina (idem, p. 86)<sup>76</sup>, a

---

<sup>75</sup> Conforme o mesmo Mitchell nos demonstra, o efeito analítico da separação entre as dimensões que caracterizam o Estado se evidencia no vai-e-vem da história teórica do conceito no campo da antropologia. No período pós-guerra, a ciência social americana substituiu o uso de “Estado” por “sistema político” com vistas a abolir seu aspecto ideológico – sem a ideologia, porém, encontraram-se dificuldades em definir os limites do Estado, os limites entre a ordem política e a sociedade como um todo. No final dos anos 1970, porém, o Estado voltou à agenda da antropologia como uma instância autônoma em relação à sociedade, estabelecendo-se os limites entre as duas entidades por meio de uma diferenciação em termos de ideal e real ou de subjetivo e objetivo, a qual reduziu o Estado às dimensões da ideologia e da subjetividade.

<sup>76</sup> Diferentemente da ideia de poder como restrição externa, a disciplina funciona de dentro; não no nível da sociedade inteira, mas no nível do detalhe; não restringindo os indivíduos e suas ações, mas produzindo-os (MITCHELL, 1999, p. 86). A partir de Foucault, portanto, o poder exterior percebido como negativo dá espaço a um poder interno produtivo. E esse método, conforme avalia Mitchell (idem, *ibidem*), produz o poder organizado de instituições da era

chave para se descreverem os processos políticos responsáveis por produzir essa distinção incerta e imprecisa, porém contundente, entre Estado moderno e sociedade – e, mais do que isso, os mecanismos que produzem o efeito de Estado como uma estrutura autônoma e diversa dos processos sociais (MITCHELL, 1991, p. 78; 1999, p. 77). O Estado, como fenômeno, emerge das técnicas que permitem que as práticas materiais mundanas tomem a aparência de abstratas, de não materiais (idem, *ibidem*).

A proposta de se pensar o Estado como conjunto de processos e efeitos motiva também a reflexão de Michel-Rolph Trouillot (2001). Para ele, cabe à antropologia rastrear as práticas, processos e efeitos que caracterizam o “Estado”, independente se estão atrelados ou não a governos nacionais. Nesse sentido, os fundamentos para uma etnografia do Estado residem no estudo dos *efeitos* do Estado, sendo que este, por sua vez, não se limita a territórios geográficos ou a demarcações institucionais, nem diz respeito estritamente a governos nacionais, mas atua entre fronteiras, nas margens, tornando-se força ou poder cujos efeitos são inescapáveis aos sujeitos, mesmo aqueles que se encontram “entre” ou que aparentemente lhe vivem às sombras, como também constata Judith Butler e Gayatri Chakravorty Spivak (2009).

No diálogo entre Butler e Spivak (2009), aquela afirma que, embora os Estados sejam lugares de poder, eles não constituem a única forma de poder, tampouco se limitam ao Estado-nação. Eles ditam o pertencimento e o não pertencimento, vinculam e podem desvincular, sendo, pois, capazes de produzir e manter condições de privação, não apenas espaços de “direitos” e proteção social. Para ela, as populações sem Estado não estão longe dos efeitos do Estado, não se encontram em um espaço neutro de poder – antes, situam-se sob intenso poder do Estado. Se Butler trata dos sem Estado, Trouillot traz exemplos de situações em que sujeitos se encontram “entre” governos nacionais, em suas margens, posição que evidencia mais claramente encontros entre indivíduos e poder estatal. Em ambos os textos, têm-se em conta os cenários do processo contemporâneo de globalização – este marcado pela internacionalização do capital –, que tensionam a ficção de Estados nacionais com determinada homogeneidade cultural e com fronteiras institucionais delimitadas.

---

técnica. Ele argumenta que, no entanto, Foucault não explica como mecanismos locais de poder são relacionados a formas estruturais mais amplas, as quais se tornam institucionalizadas e reproduzidas (idem, p. 87).

O cenário contemporâneo, portanto, aponta para relações e processos de ordem transnacional que impõem determinados desafios à pesquisa antropológica. O Estado nacional perde seu caráter de contenção ou de solidez como “marco social, político e ideológico primário das populações que vivem dentro de suas margens” (TROUILLOT, 2001, p. 8). É nesse sentido que Trouillot (2001) propõe, como mencionado, que se estude o Estado a partir de seus efeitos e de sua fluidez, classificando quatro modalidades em que esses efeitos se produzem: isolamento (produção de indivíduos atomizados); identificação (realinhamento das subjetividades de modo que se reconheçam como iguais); legibilidade (ferramentas de controle da coletividade); espacialização (limites e jurisdições).

O projeto de uma antropologia do Estado, além de redefinições conceituais e de reelaborações metodológicas, implica também o repensar a respeito de rupturas ou reconfigurações epistemológicas em torno da ideia de Estado-nação. Enquanto Mariza Peirano (2006b) argumenta em favor de uma abordagem que contemple ambas as dimensões, entendendo-as como mutuamente constitutivas, Trouillot (2001), por sua vez, propõe a suspensão da homologia Estado-nação, na medida em que, tendo em vista o abandono da necessidade de um lugar (geográfico ou institucional), tal exercício potencializaria teoricamente a concepção acerca do Estado, tornando-a mais aberta à etnografia. A partir disso, o Estado passa a ser visto como um conjunto de processos e, portanto, “como um campo aberto com múltiplas fronteiras e sem fixação institucional” (TROUILLOT, 2001, p. 4).

Abordar o Estado a partir de seus efeitos e de seus processos, da interpretação que os sujeitos conferem a esses efeitos e ações, da forma como empreendem agenciamentos “em nome” ou diante do Estado, amplia o entendimento acerca de seus desdobramentos e de sua materialização. Como discutem Bevilaqua e Leirner (2000, p. 125), a relação entre Estado e sociedade, “que sempre aparece mediada pela categoria ‘indivíduo’”, não contempla o sentido que os sujeitos conferem às instituições, as quais, longe de simplesmente reprimirem os atores sociais, constituem pessoas morais, hierarquizando, individualizando ou pessoalizando determinadas relações (idem, *ibidem*). Nesse mesmo sentido, aliás, Georges Balandier (1993) sinaliza para uma complexificação das teorias sobre Estados-coloniais indicando sua apreensão como “totalidade”, levando-se em conta resistências, negociações, ressignificações, ou seja, a “reciprocidade de perspectivas entre sociedade colonizada e sociedade colonial” (idem, p. 112). É preciso, portanto, mais do que desconstruir o Estado, *desdemonizá-lo*,

levando em conta as relações de agenciamento que marcam seus processos – exercício diante do qual a etnografia pode trazer importantes contribuições.

O Estado, como conjunto de processos, engloba distintos atores, situados em múltiplos pontos, frouxamente conectados, em variados graus de localização institucional (WENDEL et al, 2005). Desse modo, as políticas públicas despontam como não mais sendo formuladas apenas pelo Estado, mas por diferentes formas de organização – supranacionais, não governamentais, privadas (idem, ibidem) –, que remetem à articulação entre diferentes níveis de contextos e discursos locais e contextos e discursos globais, que figuram em agendas internacionais (VIANNA, 2002; 2005). Elas conectam múltiplos atores em complexas relações de poder e, assim, modelam a sociedade (WENDEL et al, 2005). Dessa maneira, a sociedade é, em si mesma, o fazer da política. É nesse sentido que Wendel et al (2005) apontam para as principais questões que permeiam o campo de uma Antropologia das Políticas Públicas, a qual toma como objeto de análise as políticas públicas em si, com o objetivo de descrever e discutir, de forma crítica, os preceitos culturais e filosóficos que as orientam e de que forma esses preceitos as direcionam e legitimam certas medidas políticas enquanto marginalizam outras. Mais do que meramente uma ferramenta entre objetivos e fins, como pode fazer supor uma perspectiva racional-legalista que a tome como neutra e racional, a política consiste, como salientam os autores, em um tipo de poder que se atualiza mediante essas complexas redes de relações e segundo contingências sociais e históricas – e é nesse sentido que a etnografia desempenha importante papel no estudo das políticas públicas.

Uma antropologia das políticas ocupa-se das relações entre o Estado (ou seus agentes) e as populações locais; busca compreender a forma como localmente políticas estatais e processos governamentais são experienciados e reinterpretados pelos sujeitos a quem se destinam; e trata das visões de mundo dos profissionais e formuladores de políticas que perpetuam suas perspectivas através de suas decisões e medidas (idem, ibidem). Ainda de acordo com os autores, através do estudo etnográfico, uma antropologia das políticas públicas foca os processos e o modo como os atores mediam esses processos; desvela o conjunto de atores e atividades, as influências que modelam as decisões, a implementação e os efeitos dessas políticas. Portanto, uma abordagem antropológica visa a abarcar todo o campo de relações e processos que constitui a produção das políticas públicas, centrando-se menos na busca por definições conceituais sobre o que é *política* do que no modo como

ela opera na ordenação do mundo social e nos agenciamentos de que os sujeitos lançam mão em seu favor (idem, ibidem).

Tendo em vista a capilaridade do poder político e administrativo nos quadros de gestão social, uma das dimensões a serem apreendidas por uma antropologia das políticas públicas, portanto, diz respeito não somente aos documentos oficiais que as legitimam, mas também àquilo que funcionários e agentes institucionais realizam no dia-a-dia (MALUF, 2010) e ao saber técnico desses profissionais que avaliam, classificam e documentam as populações sobre as quais se aplicam as políticas públicas. Adriana Vianna (2005), ao analisar os processos de guarda e tutela de crianças, leva em conta o saber técnico representado pelos relatórios construídos por assistentes sociais. Para ela, esse saber técnico de que se reveste a intervenção dessas profissionais e que embasa as decisões judiciais diz respeito a uma complexa relação de dominação marcada pelo poder tipificador e normatizador, que constrói a governabilidade das populações e, mais que reprimir, *cria* uma ordem através da elaboração de “soluções” a partir de diagnósticos sociais. Além do mais, destacam-se os valores e afetos que marcam as políticas dos governantes e as práticas dos agentes (FASSIN et al, 2013).

O fato é que todas as dimensões da vida se tornaram objeto das políticas, as quais criam categorias e classificações sociais (WENDEL et al, 2005) com vistas a construir possibilidades de controle e gestão sobre as populações (VIANNA, 2002; 2005; ver MITCHELL, 1999). Nesse sentido, importa levarem-se em conta não apenas a dimensão restritiva da política, mas também sua dimensão produtiva, na medida em que redesenha dinamicamente identidades e ideias a respeito do que significa ser humano. Adriana Vianna (2002, p. 275) entende os processos judiciais não só como “objetos socialmente construídos”, mas também como “objetos socialmente construtores: de novas realidades, de capitais de autoridade, de limites e formas de intervenção administrativa”; para ela, as relações de dominação, mais que punitivas ou repressoras, podem construir realidades, o que se evidencia ao se analisarem experiências singulares. Ademais, como atestam Wendel et al (2005), longe de impor formas de comportamento para as populações a que se destina, a política estabelece um ideal sobre como um cidadão deve ser, valor que os sujeitos podem internalizar, negociar ou subverter, havendo espaço para renegociações e resistências (ver BALANDIER, 1993). Assim sendo, o poder moderno consiste não em impor uma agenda aos indivíduos, mas em limitar o campo de escolhas e, assim, normalizar tipos particulares de práticas. Além disso, a internalização de normas reverte aos sujeitos ganhos simbólicos, uma

vez que a obediência se reveste de um poder de autoridade (VIANNA, 2005).

Uma antropologia das políticas públicas implica, portanto, repensar o campo, agora como não mais limitado e circunscrito geograficamente, mas situado em múltiplos pontos (WENDEL et al, 2005). Assim sendo, através de uma análise das redes sociais, é possível detectar a forma como os diferentes atores da rede estão conectados e quais os discursos que sustentam tais conexões, bem como os pontos de articulação em que se mesclam público e privado, micro e macro, centralizado e descentralizado, que figuram nos processos políticos (idem, ibidem). A etnografia das políticas públicas, portanto – centrada na multiplicidade de atores que as pensam, elaboram, aplicam, avaliam, ressignificam, incorporam e subvertem, em diferentes níveis nas estruturas de poder e dominação e com diferentes capitais de agenciamento –, carece desestabilizar polaridades que segregam analiticamente dimensões na prática articuladas (VIANNA, 2002), complexificando as dinâmicas sociais em que técnicas disciplinares constroem realidades e encontram, na aplicação junto às populações, novos sentidos e resistências.

O Estado se atualiza na contingência das ações de personagens, instituições, grupos e procedimentos técnicos que operam práticas públicas. No que diz respeito ao campo dos direitos de crianças e adolescentes e, mais especificamente, às medidas referentes ao abuso e à exploração sexual de menores, o Estado pode ser mapeado ou descrito no conjunto de medidas, iniciativas e elaborações das chamadas “redes de proteção à infância e à adolescência”.



## CAPÍTULO 2. Redes de proteção à infância e à adolescência

Ao longo da pesquisa, ganharam centralidade no campo das violações sexuais contra crianças e adolescentes as chamadas *redes de proteção à infância e à adolescência*. É através delas que se produzem repertórios morais, conhecimento técnico, capital político, demandas em torno de políticas públicas, categorizações de experiências, demandas por justiça, disputas políticas e de interesses, etc. Mais do que isso, elas reúnem pressupostos legais para a expansão dos direitos humanos e a emergência de novas tecnologias de gestão das subjetividades (SCHUCH, 2012, p. 36-37).

As *redes de proteção* constituem uma categoria nativa bastante central nos debates coletivos e no campo das políticas públicas de atenção à infância e à adolescência. Como categoria nativa, a rede se apresenta como uma espécie de “estrutura”, mais ou menos estabilizada por um dado número de instituições e sujeitos que demonstram atuação técnica, mediação política ou capacidade de mobilização de recursos materiais ou simbólicos em torno dos casos envolvendo violações de direitos de crianças e adolescentes. Contudo, interessa-nos também aqui outra forma de conceber a ideia de *redes* de proteção – aquela que toma *rede* como conceito na antropologia.

Laura Lowenkron (2012, p. 309), ao tratar do que seus interlocutores denominam “redes de pedofilia”, traz importantes reflexões a respeito da relação entre *rede* como categoria nativa e como conceito analítico, sinalizando aproximações e distanciamentos.

Tanto na produção acadêmica quanto nos discursos policiais, a categoria é marcada por uma polissemia que parece estar associada a diferentes tentativas de fixar pontos de ancoragens para apreender o movimento contínuo da vida social no limite do possível. Entretanto, enquanto os antropólogos buscam ferramentas conceituais para conferir alguma inteligibilidade a esse fluxo, os policiais estão mais preocupados em formular estratégias para capturá-los em procedimentos burocráticos. Em ambos os casos isso implica não apenas construir conexões, mas também selecionar o que deixar de fora e delimitar as unidades privilegiadas de análise.

Indo além, a autora aciona James Clyde Mitchell ([1969] apud LOWENKRON, 2012) para demonstrar dois sentidos em que a noção de rede é acionada nos estudos antropológicos: um deles metafórico, como forma de descrever “relações concretas e previamente existentes”; o outro, analítico, diz respeito a um conceito abstrato utilizado “para analisar diferentes modos de traçar associações entre pessoas” – ou, em termos latourianos, entre pessoas e coisas (LOWENKRON, 2012, p. 309). Assim sendo, ela entende que as *redes* designadas por seus interlocutores “nada mais são do que o resultado das conexões que puderam ser traçadas pelas investigações policiais entre usuários situados em diferentes partes do mundo” (idem, p. 308).

Marilyn Strathern (1996), pensando híbridos e redes, justapõe àquela convencional análise de redes a proposta da teoria ator-rede, considerada capaz de hibridizar as ferramentas de análise social. Os híbridos, como “uma força no mundo”, proliferam-se tanto mais se tente produzir divisões entre categorias ou domínios. Aqui, o conceito de rede remete à trama de elementos heterogêneos que compõem determinado objeto ou evento – “em resumo, um híbrido é imaginado como um estado socialmente estendido”. E, em contrapartida, ela defende que é possível levar em conta os híbridos como redes condensadas. A imagem proporcionada pela ideia de rede possibilita, segundo ela, que se descreva “o modo pelo se qual se pode unir ou enumerar entidades díspares sem fazer pressuposições sobre níveis ou hierarquias”, de maneira que elementos heterogêneos interconectados possam ser descritos simetricamente. É por meio do conceito de rede que se torna viável a análise das alianças entre entidades humanas e não humanas e os efeitos decorrentes dessas interações.

O que Strathern se propõe a pensar, a partir de então, diz respeito aos possíveis limites das redes e às eventuais interrupções de seus fluxos. Se as redes analíticas, em teoria, não possuem limites, sua extensão parece tão longa ou limitada na mesma medida em que a análise o é. Desse modo, observa, a análise é capaz de considerar e de criar quaisquer formas novas, sendo que “alguém pode sempre descobrir redes dentro das redes; é uma lógica fractal que caracteriza qualquer comprimento como um múltiplo de outros comprimentos, ou um elo numa cadeia como uma cadeia de outros elos”. De que maneira, então, se pode cortar a rede em determinada extensão? Como reter ou apreender um quadro mais ou menos estável de saturação que torne possível o exercício interpretativo/analítico? A partir de diferentes materiais etnográficos, Strathern demonstra como objetos humanos e não humanos – como pagamentos e propriedade, por exemplo – podem

reter o fluxo, cortar a rede e restringi-la em um mundo em que a relacionalidade, de tão presente, precisa encontrar meios não necessariamente de ser sustentada, mas de ser limitada.

Tais discussões estão relacionadas às práticas etnográficas e aos modos de observar, apreender e descrever o mundo que se distanciam daquelas perspectivas tradicionais ancoradas nas ideias de totalidades, de unidades discretas autocontidas ou de todos e partes. É nesse sentido ainda que Strathern (2004), opondo-se não só à ideia de totalidades conceituais mas também igualmente à ideia de fragmentos – os quais, por definição, também remetem à concepção de um todo ao qual pertencem –, oferece outros instrumentos epistemológicos para se pensarem as relações e fenômenos etnográficos: as noções de “conexões parciais” e de “fractal”. Para ela, muitos problemas residem na organização do material etnográfico, ou seja, no modo como o observador realiza a compilação, o ordenamento e a sistematização, e na relação que essas modalidades de arranjo e classificação mantêm (ou não) com a forma como os indivíduos concebem seu mundo e suas ações. De acordo com cada lugar a partir de onde se observa, mobilizam-se determinados mundos e audiências, instrumentos epistemológicos e ferramentas teóricas para apreender-se e descrever-se o mundo – e, por isso, não há, na ciência, conhecimento que não seja situado a partir de determinadas perspectivas; não há discurso não situado.

É dessa maneira que, para Strathern (1999, 2006), o próprio conceito de sociedade se mostra problemático, tendo em vista a tradição sociológica que pesadamente atribui à ideia a imagem de um todo solidário contraposto ao indivíduo – este concebido como entidade dada que se insere nas relações, extrínsecas a ele. Portanto, opondo-se a uma noção de um todo significativo como pano de fundo ou contexto de realidade para representações sobre ele construídas, Strathern (2004) propõe que a prática etnográfica se dê por meio de conexões parciais, ou seja, um sistema de conexões heterogêneas que se circunscreve para efeitos de abordagem e análise de um problema, mas que se desdobra de modo múltiplo e sem fechamento em um sistema ao qual se submeta em última instância. Desse modo, para ela a descrição etnográfica se constrói a partir de conexões parciais estabelecidas entre partes que não constituem encaixes ou totalidades. Por conseguinte, em vez da ideia de “fragmento”, Strathern (idem) sugere a noção de *fractal*. Considerando-se que estabelecemos unicamente conexões parciais, não existem partes e todos – o mundo é um e múltiplo ao mesmo tempo; cada objeto, tomado como um, contém em si a multiplicidade. Em outras palavras,

certos tipos de redes podem ser tomados como “híbridos socialmente expandidos”; e os híbridos, “como redes condensadas” (STRATHERN, 1996). Tomada da matemática, a noção de fractal busca dar conta de conceber os objetos selecionados para a abordagem antropológica como de extensão infinita, sendo que a complexidade é replicada em cada nível de análise, independente da escala que se adote; assim, reproduz-se a mesma forma em diferentes escalas, de modo a se manterem a complexidade e a relação entre seus elementos (STRATHERN, 2004).

Sendo assim, as redes podem assumir qualquer escala, “ter o poder de atravessar diferentes níveis organizacionais” (STRATHERN, 2014a, p. 289).

A sua força reside no fato de que as relações interpessoais podem assumir qualquer escala, ser produtivas em qualquer ordem de encontro, seja em um pequeno departamento universitário ou ao redor do mundo. É equivocado pensar que podem ser medidas pelo tamanho. Mas elas de fato exigem tempo, energia e cultivo, e é isso que está em jogo. Seria igualmente equivocado deixar de reconhecer que a escala existe em outros lugares. Gostaria de chamar a atenção para *a importância de reconhecer diferentes escalas de esforço nos fundamentos da criatividade*. A reprodução do conhecimento é um *processo complexo, heterogêneo e não linear que envolve relações concretas e relações abstratas* (idem, p. 292, grifos originais).

Retornando às definições de rede na antropologia cabíveis à abordagem presente neste trabalho, Jean Segata (2012, p. 36) oferece a seguinte reflexão:

Uma rede não pode ser definida por superfícies, tampouco por seus limites externos; antes sim, o foco está nos agenciamentos, nas alianças entre elementos heterogêneos (agentes humanos e não humanos). Ou seja, a rede por si só pode também se constituir como um ator, uma vez que ela produz efeitos, que ela não é uma entidade fixa, logo, não é o objeto de análise. A análise deve recair na capacidade que essas redes têm em redefinir ou transformar os seus componentes

(internos e externos): de modo resumido, interessam os efeitos das redes (SEGATA, 2012, p. 36).

Strathern (1996) sublinha ainda que esse conjunto de reflexões inclui pensar a maneira como híbridos e redes se tornam elementos operacionalizáveis no modo como as pessoas manejam seus interesses e o estabelecimento de relações.

Nesse sentido, cabe-me descrever *as redes que segui* – as configurações que acompanhei, as parcerias momentâneas ou recorrentes que presenciei em campo, os fluxos e arranjos de que tomei nota em torno das ocorrências. Tais foram os elementos a “cortar a rede” – no sentido de Strathern (1996) – para fins de descrição etnográfica. Ademais, concordo com as observações de Adriana Vianna a respeito da centralidade do *tempo* na efetuação desses cortes – levando-se em conta aqui suas diferentes dimensões. Por um lado, há de se considerar o *tempo* do trabalho de campo, cujos movimentos inauguram e encerram/cortam esses circuitos apreensíveis no exercício descritivo. Por outro, há aqui o “tempo do drama”, marcado por uma dimensão extraordinária – quando o evento do abuso ou da denúncia se instaura, produzindo efeitos sobre as relações e as biografias dos envolvidos – e posteriormente por um processo de “ordinarização da vida” – quando se operam arranjos para recomodar o sujeitos, suas experiências e seus projetos<sup>77</sup>.

Os acontecimentos em torno da pesquisa me permitiram acompanhar os agentes que constituem esses coletivos ou associações – ou, nos termos recorrentes em campo, essas *redes* –, sobretudo aqueles que compõem os nós que primeiramente acolhem, apuram, registram e encaminham as denúncias – conselho tutelar, escolas, polícia civil e hospital. Acompanhei a apuração de casos por parte do conselho tutelar, da direção de escolas (com importante papel nas regiões de interior) e, especialmente, por parte da polícia civil (e de setores ou grupos que atuam na promoção da segurança pública em pequenas vilas no interior do município), bem como o acolhimento no hospital para a realização de exames de conjunção carnal. Pude participar ainda de cursos de formação para conselheiros tutelares, audiência pública referente a casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, palestras e reuniões sobre o tema. O ingresso nesse circuito acabou, pois, por consolidar o

---

<sup>77</sup> Tais apontamentos foram realizados durante a banca de defesa desta tese. Agradeço a Adriana Vianna esta e tantas outras valiosas contribuições.

foco nas *redes de proteção* – em seu funcionamento ou em seus entraves; na construção ou não de intercâmbios entre instituições; na tradução dos conflitos para uma linguagem juridicamente inteligível; na mediação desempenhada pelos seus agentes; e nas implicações dos modos de gestão pública e de agentes não humanos (geografia, hidrografia, distâncias, florestas) sobre os demais movimentos dessas redes.

As *redes de proteção* são constituídas, portanto, por instituições e figuras públicas cuja atuação na área de direitos da infância e da adolescência é reconhecida. Integram-na também conjuntos mais ou menos afins de saberes técnicos, bem como um *corpus* de entendimentos éticos e políticos acerca dos direitos relacionados a crianças e adolescentes, dos direitos sexuais e reprodutivos e dos modos de subjetivação das experiências de violência. Acompanhando Letícia Freire (2005, p. 31), entendo rede, neste caso, como “uma lógica de conexões, e não de superfícies, definidas por seus agenciamentos internos e não por seus limites externos”. Essas redes, portanto, podem ser entendidas como cadeias de associações caracterizadas de acordo com o “número de pontos ligados, a força e a extensão da ligação e a natureza dos obstáculos” (idem, p. 133), cuja força se relaciona ao número de aliados e de recursos que conseguem mobilizar (ver BOISSEVAIN, 1987). Nas palavras de Strathern (2014b, p. 305), “as redes em ação são mais compridas quanto mais poderosos forem os ‘aliados’ ou mediadores tecnológicos que podem ser atraídos para dentro delas. [...] Podemos também dizer que uma rede é tão comprida quanto puderem ser enumerados seus diferentes elementos”.

Ademais, assim como Strathern (2014a, p. 289) se refere aos sistemas de informação-produção, esses coletivos que se ativam em torno dos eventos de violação sexual de crianças e adolescentes e que promovem os chamados serviços *integrados* de acolhimento

[...] só são viabilizados por interações entre seres sociais que mantêm múltiplas conexões entre si por meio do que consideram, de modo independente, suas relações. Em virtude dessas relações, as pessoas sustentam um fluxo de conhecimento (isto é, selecionam as informações adequadas) muito maior do que o que jamais poderá ser sistematizado (STRATHERN, 2014a, p. 289).

Voltando às *redes de proteção*, estas consistem de articulações entre Conselhos Tutelares, Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Polícia Militar, Polícia Civil, Hospitais, instituições outras de acolhimento (como o PROPAZ, em Belém), Comissão de Justiça e Paz (CJP) da Comissão Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), agentes comunitários de saúde, agentes de segurança de vilas ribeirinhas, políticos com histórico de defesa da área de infância e adolescência (como o caso do deputado federal Arnaldo Jordy) – e englobo aqui professores e diretores escolares, sobretudo nas regiões rurais. Ademais, como já mencionado, o saber técnico dos profissionais que avaliam, classificam e documentam as populações sobre as quais se aplicam as políticas públicas ocupam lugar central na articulação e mobilização dessas redes, impactando as ações e as decisões sobre o conjunto de ações que operam nesses circuitos. Esse saber técnico que permeia as decisões e os procedimentos de intervenção, além disso, desvela a capilaridade do poder político e administrativo nos quadros de gestão social (VIANNA, 2005; WENDEL et al, 2005).

Essas múltiplas conexões, que associam conjuntamente vários atores sociais, sinalizam para aspectos tematizados por Patrice Schuch (2012) a respeito da “implementação de novas práticas no sistema de justiça sobre crianças e adolescentes no Brasil” (idem, p. 61, trad. livre). Ao tratar das práticas de justiça restaurativa e das reformas legais na área da infância e da adolescência no Brasil nas últimas décadas, Schuch identifica a formação de um novo campo de intervenção – mobilizado por uma retórica de promoção do desenvolvimento e da modernização – formado por “agentes legais, organizações transnacionais de desenvolvimento e de direitos humanos, professores, líderes comunitários, especialistas e consultores internacionais, clubes de mães, entre outros”, os quais constituem redes heterogêneas pelas quais “diferentes tipos de poder circulam para criar significados dominantes sobre processos contemporâneos, bem como o exercício de práticas” (idem, ibidem, trad. livre).

As considerações explanadas se relacionam às discussões teóricas apresentadas nas seções anteriores desta tese. Com efeito, conforme assinalam Fassin et al (2013), o Estado não é o elemento transcendente, desmaterializado, impessoal, a partir do qual emergem leis imparciais voltadas ao bem comum; tampouco se limita a um aparelho coercitivo a

serviço dos dominantes. O Estado se produz nos espaços das instituições públicas, dentro de períodos históricos determinados, por meio dos agentes oficiais que trabalham nele e que “implementam” as políticas – como policiais, magistrados, psicólogos, assistentes sociais, etc. Sendo “produto de seu tempo”, uma análise do Estado deve levar em conta as transformações nas relações de força da sociedade, transformações ideológicas, mudanças parlamentares, bem como a singularidade de cada construção nacional (idem, p. 15). Nesse sentido, os autores discordam de uma leitura vertical que leve em conta as políticas públicas como produto de decisões governamentais e de leis parlamentares, como se funcionários e agentes estatais meramente as colocassem em prática. Propõem, por conseguinte, que os agentes, agindo com observância à legislação e a preceitos éticos de sua profissão, possuem uma liberdade de interpretação e de ação frente às demandas e às contingências que se apresentam. Não se trata, porém, de uma posição tática intermediária entre leis ou normas e uma margem de manobra frente a elas, pois os agentes não aplicam políticas de Estado – eles são a fonte dessas políticas, eles são o Estado (idem, p. 17). É pela análise de suas ações no âmbito das instituições públicas, portanto, que se apreende a política do Estado.

Descrever as alianças e as formas de participação de sujeitos e instituições que compõem essas *redes de proteção* é, por um lado, uma maneira de descrever o próprio Estado. Afinal, o modo como essas instituições operam conjuntamente nos remetem ao Estado atuando empiricamente – sendo que este se constitui por meio do conjunto de profissionais e agentes que ao mesmo tempo aplicam e produzem a ação pública (FASSIN et al, 2013, p. 16). A instituição é, assim, o lugar de produção do Estado (idem, p. 19).

Por outro lado, descrever essas redes, coletivos ou associações também é uma forma de descrever dispositivos e formas de governo da infância e da adolescência, sendo que, conforme propõe Patrice Schuch (2012, p. 37),

[...] contemporary modes of managing children and adolescents in Brazil can be understood through an analysis of two interrelated processes: on one hand, the emphasis on a rhetoric of rights as instruments for ‘modernization,’ social development, and the consolidation of democracy; on the other, the attempt to create ‘modern sensibilities’ and new kinds of personhood based

on the values of individuality, autonomy and self-responsibility. These two clusters of relations are fundamental for the formation of a new person, the ‘subject of rights,’ as well as for the reconfiguration of a new sense of nationhood. I am interested in understanding the processes leading to the creation of this new social person, as well as how new technologies of constructing the self intersect with multiple moralities (especially religious) and other technologies of social intervention – for instance, welfare practices based on ‘assistance.’

## 2.1 *Tessituras e movimentos das redes*

Durante o longo período em campo, acompanhando o trabalho de diferentes instituições, eventos locais e documentos produzidos no contexto dos conselhos tutelares, foi possível vislumbrar diferentes arranjos institucionais e mobilizações públicas para a resolução dos casos que emergiam a partir das denúncias. Sendo assim, as *redes* eram constituídas por meio da natureza dos casos e de seu fluxo entre diferentes pontos articulados, em maior ou menor grau, aos chamados serviços de proteção à infância e à adolescência.

Em conversas iniciais com Arlete, liderança importante na articulação das CPIs da pedofilia no município e que logo assumiria a presidência do CMDCA, eram sinalizados muitos personagens que outrora haviam participado, de alguma forma, de ações referentes ao campo. Eram delegados, promotores, policiais militares, cuja trajetória por Currálinho fora marcada pelo engajamento, em maior ou menor grau, em atividades de combate a *violações aos direitos* de crianças e adolescentes; de fiscalização sobre o cumprimento de leis de proteção, como aquelas referentes a bares, casas de festa e transporte intermunicipal; ou mesmo de viabilização burocrática em torno de processos específicos ou de ações coletivas e de orientação jurídica para a formação de profissionais associados ao campo da infância e da adolescência. Essas pessoas, geralmente relacionadas a cargos de altas notoriedade e credibilidade públicas, eram chamadas *parceiras*.

Refiro-me a essas redes de proteção menos como estruturas formais e previamente constituídas do que como **articulações potenciais e contingentes** que se estabelecem a partir de – e em torno de – agenciamentos que os casos suscitam. Em se tratando do processo de articulação das redes como um todo, sobretudo em se tratando de rotinas

mais localizadas, há conexões mais frequentes que outras, como atestam os arquivos produzidos pelo cotidiano dos conselhos tutelares, por exemplo. Elas mais se repetem à medida que correspondem a procedimentos que visem ao acolhimento e acompanhamento psicossocial das vítimas e ao acesso à justiça.

Essas conexões são atualizadas não apenas no exercício diário dos procedimentos relacionados a denúncias. Elas também se atualizam e se reforçam em uma série de eventos que contam presencialmente com alguns dos principais personagens cujas ações se apresentem, em algum grau, engajadas ao campo da infância e da adolescência. É o caso de cursos de formação, palestras e reuniões da *rede de proteção*, encontros regionais, audiências públicas, reuniões com representantes políticos, encontro para orientação e formação de grupos da sociedade civil para observação das políticas públicas locais, etc. Assim sendo, esses eventos constituem espaços nos quais são discutidas permanentemente questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e seu histórico de desenvolvimento; procedimentos de atendimento a crianças vítimas de violências; aspectos relacionados a medidas e a instituições socioeducativas; quadros gerais das políticas públicas nos municípios; além da troca de experiências entre membros participantes, que compartilham suas histórias, dúvidas e sugestões decorrentes de suas práticas.

Em um convite distribuído pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes entre seus *parceiros* para uma reunião em novembro de 2012, em Belém, uma citação dava conta da ideia de *rede* veiculada entre esses setores:

*“O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles compartilham como comuns (...)”. Fortalecendo espaços e controle social. (Diário de campo, novembro de 2012).*

O objetivo da referida reunião era, além do monitoramento e encaminhamento de casos que chegavam ao Comitê, a mobilização e organização do *Encontro para Revisão do Plano Estadual* que ocorreria no mês seguinte junto ao Ministério Público. Para tanto, reuniu profissionais de diferentes instituições, como o CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), PROPAZ, Comissão de Justiça e Paz da CNBB Norte 2, Ministério Público do Estado do Pará e delegacias especializadas. Psicóloga, socióloga, advogadas, promotora,

delegada, membros da secretaria de turismo do estado discutiam problemas detectados nos fluxos de denúncia, acolhimento e justiça, bem como debatiam possíveis soluções ou alternativas para a resolução de tais lacunas.

Uma das funções do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, lembrava uma das integrantes, era discutir e encaminhar aqueles casos que não encontravam respaldo, acolhimento ou solução em outros setores, no contexto de suas cidades, e por isso acabavam repercutindo naquela organização como última instância para apuração dos fatos. No âmbito do Comitê, que se reunia em Belém, muitos municípios eram citados como apresentando algum tipo de dificuldade de encaminhamento das denúncias, na morosidade extrema dos processos judiciais, na ausência de sistema informatizado de arquivamento e classificação dos registros, dentre outros aspectos. Sobre Altamira, por exemplo, era objeto de discussão a “*naturalidade*” com que emergiam os relatos de adolescentes acerca de aliciamento para exploração sexual – evento que se mostrava corriqueiro naquela localidade. Já em Colares, um dos municípios cuja situação mais preocupava o Comitê, era consenso o alto índice de casos de “*violência sexual contra crianças e adolescentes*”, dos quais a maioria não era denunciada – em vez disso, os relatos acabavam “*morrendo na própria comunidade*”. Por outro lado, os casos denunciados acumulavam-se continuamente, de modo que havia “*pilhas e pilhas*” de processos que “*nunca andavam*”. Além disso, a comarca de Vigia, para onde eram encaminhados os processos oriundos de Colares, caracterizava-se, de acordo com uma das integrantes do grupo, por um alto grau de absolvição em julgamentos, além do acúmulo de casos a serem verificados e julgados – mais do que isso, segundo ela, na lista de processos encaminhados na ocasião para aquela comarca, não havia sequer um caso de “*violência sexual*”. Longe de um caráter acusatório ou denunciatório, as informações e ponderações suscitadas pelas profissionais presentes sinalizavam para a necessidade de se apurarem com mais afinco quais elementos e quais dinâmicas desenhavam aqueles quadros – isto é, onde estariam os eventuais entraves ou obstáculos ao andamento dos procedimentos formais.

Ao levantarem diagnósticos sobre o funcionamento (ou não funcionamento) dos serviços de acolhimento e encaminhamento de denúncias nos demais municípios paraenses, portanto, as participantes trocavam informações sobre diferentes locais e construíam coletivamente alternativas ou possíveis soluções para intervenção. Levantava-se a importância de verificar, por exemplo, se as dificuldades

de prosseguimento dos processos em determinadas regiões se relacionavam a todo o sistema judiciário ou apenas àqueles casos envolvendo *violências sexuais* contra crianças e adolescentes, o que poderia sinalizar para especificidades e para formas determinadas de negociações em torno dessa modalidade de crime. Outro apontamento importante era em relação à necessidade de verificação *in loco* para constatar se esses problemas tinham caráter institucional ou estrutural – de funcionamento –, como era o caso de muitos locais do Marajó, onde a ausência de um sistema informatizado eficiente obrigava os interessados a realizar buscas arquivo por arquivo, por exemplo, atrás de informações necessárias. Dentre as soluções esboçadas, o Comitê considerava a realização de mutirões a fim de acelerar o andamento de processos nas cidades onde eles fossem demasiado morosos ou estivessem paralisados; bem como salientava a tarefa de fiscalizar e pressionar as instâncias responsáveis, a fim de garantir o fluxo dos processos.

Se organizações como o Comitê Estadual apresentavam um caráter mais amplo, com o levantamento de diagnósticos e com um olhar comparativo entre as cidades, outros coletivos e eventos levavam em conta aspectos locais e procedimentos conduzidos no cotidiano das instituições, focando suas práticas e os princípios que as norteavam. Um dos principais eventos a que pude ter acesso durante a pesquisa de campo foi o curso de formação de conselheiros tutelares em Breves, em meados de 2013. De caráter regional e ministrado pela presidenta do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente – Cecília –, o curso de formação reuniu membros da Pastoral da Criança, técnicos da área de atendimento psicossocial e outros parceiros, além de conselheiros recentemente eleitos de municípios como Breves, Curralinho, Anajás, Bagre. Durante os três dias de evento, entre as discussões sobre a história dos direitos da infância, os princípios do ECA e a importância da participação nos processos decisórios e de planejamento – como os Planos Plurianuais –, ficava latente a categoria *rede*, bem como suas atribuições e sua centralidade no *sistema de garantia dos direitos* de crianças e adolescentes.

A palavra que sintetizava o sentido da *rede* e que era tantas vezes reiterada era *responsabilidade*. Era no comprometimento dos membros que a compunham que Cecília insistia, lembrando aos participantes que a *rede* só ocorria, só se tornava possível, se cada um deles se *responsabilizasse* por seu *papel* nela. Esse *responsabilizar-se* se estendia desde as atribuições institucionalmente cabíveis a cada sujeito ou equipe (acolhimento, denúncia, encaminhamento) até suas formas de

engajamento em processos decisórios relativos a políticas públicas tangenciais à área de atuação (como lei orçamentária do município, plano plurianual, acompanhamento de investimentos de recursos e de medidas públicas, etc.). Esse foco na ideia de responsabilidade tinha estreita relação com a noção de política na qual Cecília se baseava: “*política é ação para o povo*”. Ela reiterava aos presentes que “*política pública é o dinheiro do povo aplicado para o povo [...]. Tudo que se fizer para garantir o desenvolvimento é política pública: agricultura, cultura, saúde, educação...*”. E, dessa maneira, ela também incentivava os conselheiros tutelares a verem fortalecidas sua legitimidade e autoridade, abandonando o “*sentimento de inferioridade*” em virtude do “*diploma*” de outros profissionais em diálogo, como juízes, promotores, dentre outros.

Entre os vídeos exibidos no evento, Cecília apresentou uma animação que narrava o início de um pequeno foco de incêndio, que, embora fosse tomando maiores proporções à medida que o tempo passava, permanecia sendo ignorado por todas as pessoas do entorno. O objetivo da animação era demonstrar que, se ninguém tomasse a responsabilidade frente ao evento à espera de que outrem o fizesse, o problema ganharia proporções incontornáveis. Era com essa noção-chave de responsabilidade, devidamente ilustrada no vídeo, que ela chamava a atenção para a apatia nos casos em que violações contra os direitos de crianças e adolescentes ocorriam sem que ninguém tomasse providências. A “*violência sexual*”, em muitos casos, “*acontece, e ninguém faz nada*”; e não bastava “*fazer uma camisa bonita*” para celebrar simbolicamente o dia 18 de maio (dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes). A *rede*, portanto, depende do senso de *responsabilidade*, a fim de que as denúncias, os relatos, os testemunhos se insiram em uma rota capaz de produzir acolhimento, atendimento e justiça.

Falar em responsabilidade na rede de proteção significa também, por conseguinte, estabelecer as atribuições de cada instituição, profissional ou parceiro no que diz respeito às ações no campo da infância e da adolescência. Ao longo dos encontros, Cecília buscava esclarecer as funções não somente das instituições relacionadas – como o CMDCA, o CT, o CRAS, o CREAS, etc. –, mas também dos governos municipais. A estes, sobretudo no caso das regiões mais pauperizadas, caberia assumir obrigações administrativas e institucionais com a atenção a crianças e adolescentes; afinal, muito embora os municípios dependessem demasiadamente de recursos federais, era necessário apurar em que eles aplicavam sua folha. E, apesar da importância

indiscutível do PROPAZ, este não substituiria a assistência, que deveria ser assegurada pelas prefeituras locais. Cecília ainda lembrava que mesmo empresas privadas interessadas no financiamento de iniciativas públicas em localidades periféricas exigem, como contrapartida, que as prefeituras se responsabilizem por determinados conjuntos de investimentos junto à população.

Ao explicitar e atribuir a importância da responsabilidade *na rede* – isto é, as formas de comprometimento de cada conselheiro ou profissional com as atribuições de seu cargo e como cidadãos –, Cecília também evidenciava as responsabilidades *da rede* – aquelas atribuições coletivas. Segundo sua exposição, cabe à *rede*, centralmente, o *sistema de garantia de direitos*, o qual, por sua vez, se divide em três eixos: *promoção de direitos*, *defesa* e *controle social*. Para tanto, seria necessário *integrar espaços, instrumentos e atores* para a concretização de cada uma dessas esferas. A *promoção de direitos* – esclarecia Cecília – é a parte que cabe àqueles que estão diretamente relacionados à formulação de políticas públicas, para atendimento de necessidades básicas, de acesso universal à população e prioritariamente a crianças e adolescentes (conforme preceito constitucional previsto no art. 194 da CF e no art. 87 do ECA). O eixo da *defesa*, segundo a ministrante, relaciona-se às formas de responsabilização e de cobrança sobre Estado, sociedade e família acerca do atendimento às necessidades básicas de crianças e adolescentes, o que pode ser feito através de artifícios como ações judiciais, medidas administrativas, mobilização social, etc. Por fim, a dimensão do *controle social* diz respeito a mecanismos que viabilizem o potencial de pressão e mobilização com vistas a “*capacitar a sociedade*” para “*uma cultura de valorização da criança e do adolescente*”.

Ainda que os cursos de formação, reuniões de comitê e palestras esboçassem diretrizes ou esquemas gerais para os fluxos e os movimentos das redes, o cotidiano das instituições e das relações interpessoais tinha impactos significativos na condução dos casos e dos serviços. Conforme foi possível observar através da pesquisa de campo em Curralinho, o fluxo na rede, a ser tecida contextualmente no processo da apuração dos fatos e nos processos de intervenção, depende não estritamente de um roteiro mais ou menos esquemático de uma lógica de acolhimento, mas também de entendimentos acerca dos acontecimentos, das relações que os denunciantes ou as vítimas têm com membros da rede, das relações que as instituições ou os sujeitos que as operam mantêm entre si. Muito embora maior parte dos casos passe pelo Conselho Tutelar, há aqueles sobre os quais o CT não chega a tomar

conhecimento, sendo levados diretamente ao CMDCA ou à delegacia, por exemplo. Cada pessoa ou instituição que ampara ou acolhe a denúncia realiza determinados encaminhamentos, dando forma, sentido e existência dinâmica à rede. E, na articulação dessas redes, os documentos (ofícios, requisições, relatórios) despontam centralmente – tema que será discutido no próximo capítulo.

Dessa maneira, nem todos esses “personagens” são acionados em torno de um mesmo caso. Dependendo do “ponto” da rede a que chega a denúncia ou a informação a respeito de episódios envolvendo abuso ou exploração sexual de criança ou adolescente, determinados atores serão ou não acionados, com vistas a apurar (ou não) os casos e a conduzir (ou não) procedimentos. Por vezes, o apelo moral e o grau de indignação que circundam o episódio denunciado – seja pela gravidade dos fatos, seja pela visibilidade social dos sujeitos envolvidos – são tamanhos que mobilizam a articulação do maior número de atores possível, ampliando a rede de proteção para instâncias supralocais. Outras vezes, o processo perde a força em um nó específico da rede, desmobilizando os autores da denúncia.

As redes desvelam, ainda, estratégias políticas motivadas por grupos específicos de interesses, as quais tratam de omitir ou relevar, transpor ou acomodar casos e narrativas que eclodem em algum ponto da rede. Pode compreender movimentos políticos em torno da manipulação de denúncias, de acusações e de documentos com a finalidade de se cumprirem objetivos políticos de grupos específicos de interesse. Presenciei momentos em que determinada instituição agia com parcialidade e mesmo em que determinado membro agia em dissonância em relação ao grupo, fazendo valer institucionalmente as decisões da pessoa que a presidia ou a coordenava, por exemplo, e não do coletivo como um todo.

Em um campo dotado de interesses e estratégias, a visibilidade ou a denúncia de situações de violação também apresenta estreita relação com o quadro de contatos afetivos, políticos ou familiares entre os envolvidos e os membros da rede. Assim sendo, casos podem ser eleitos ou obnubilados por parte dos atores responsáveis pelo registro e pelo encaminhamento da denúncia, em virtude de envolvimento pessoais com os perpetradores de abusos. Ainda no início do campo, tomei conhecimento de casos relacionados a um abusador já de certa idade cuja filha atuava no chamado campo de defesa dos direitos da infância e da adolescência. Eu os chamarei aqui Bonifácio e Cíntia.

## 2.2 Bonifácio e a posição de Cíntia: poder, negociações e bastidores

Quando dos primeiros contatos com alguns gestores, servidores e lideranças do município, fui apresentada a Cíntia, mais uma das personagens que se identificavam como parte integrante das *redes de proteção*.

O pai de Cíntia, seu Bonifácio, era um senhor de seus oitenta anos de idade que vivia da aposentadoria – um recurso significativo no contexto salarial do município – e morava sozinho em sua casa. Ele costumava, como outros idosos com condições financeiras estáveis, pagar por pequenos serviços, como ajuda com a faxina da casa, com o cuidado com suas roupas, com a condução até o hospital ou à farmácia e com a reserva de lugar na fila do banco em período de pagamento. Algumas jovens, porém, relatavam situações de desconforto diante do idoso, alegando que ele criava demandas para fazê-las ficar por perto, espionava-as enquanto faziam seus serviços ou fazia insinuações dizendo que lhes “*pagaria bem*”. A própria Cíntia comentara, vez ou outra, sobre o *enxerimento* de seu pai e a preferência dele pelas *novinhas*, bem como a respeito do fato de ele *usar seu dinheiro com meninas e mulheres*.

Por muitas vezes, ouvi relatos de que seu Bonifácio oferecia dinheiro a jovens meninas com quem ele *ficava de enxerimento*. As suspeitas acerca da prática de aliciamento sexual recaíam, portanto, pesadamente sobre ele entre alguns moradores da localidade. Em um passeio pelo bairro onde seu Bonifácio morava, no início de uma tarde ensolarada, encontrei crianças que moravam no entorno de sua casa – dentre elas, Giovana, de sete anos, a qual, segundo relatos, era frequentemente vista próxima ao idoso, a quem chamava *vovô*, e dizia costumar assistir à televisão na casa dele. A pequena Giovana também contava a pessoas de uma rede comum entre nós que uma amiga sua (cuja idade não era especificada em seu relato) teria entrado certa vez na casa de seu Bonifácio, tendo sido expulsa após recusar algum pedido do homem – ao que, ainda segundo Giovana, a garota teria pegado a bicicleta e ido embora logo em seguida<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> Não cabe a esta pesquisa levantar a veracidade ou não dos relatos das crianças, como é o caso das falas de Giovana a respeito de seu Bonifácio. Antes, interessa a este trabalho descrever como as histórias e as desconfianças a respeito de contato, abuso, aliciamento e violação circulam entre moradores. Nesse caso, mais especificamente, é possível observar como essas histórias estão nas falas e nos campos de conhecimento das crianças. Foi o caso de

Perto dali, Giovana e outra menina, Paola, de mesma idade, brincavam na varanda de uma residência. Sentei-me com elas e passei a conversar, perguntando do que brincavam àquela hora e se já haviam almoçado, ao que me responderam, tímidas, que brincavam *de escolinha*. Conversamos por um tempo sobre a escola em que estudavam, sobre a relação com seus irmãos, sobre brincadeiras preferidas e sobre animais de estimação prediletos.

Em seguida, avistei mais à frente outras duas meninas e caminhei até lá. Elas ocupavam a varanda da casa de seu Bonifácio, que viajara e, por isso, não se encontrava na cidade. Uma delas disse-me ter seis anos e se chamar Aline; era muito pequena e magra, de pele muito branca. Ela se transportava com destreza para o lado de dentro de seu quarto, na casa ao lado, através de uma janela lateral da construção de madeira. No quarto, era possível ver duas camas, um aparelho televisor e um ventilador – tudo muito cor de rosa. A outra menina, Carla, disse-me ter

---

Ágata, de oito anos; certo dia, em agosto de 2013, a menina chegou da escola relatando à mãe que uma colega de mesma idade teria chorado copiosamente no banheiro em virtude de seu professor lhe ter falado *saliências*. O professor teria chegado a buscá-la, pois ela não queria voltar à sala de aula depois de ter saído aos prantos. Ágata me dizia que sua mãe lhe falara que tal professor era *muito enxerido*.

De forma semelhante, assim que me mudei para uma quitinete mais para dentro da cidade, longe da *beira*, um grupo de meninos entre sete e treze anos me recebeu na chegada ao bairro. E com frequência esses mesmos garotos me visitavam para conversarmos em frente à residência; seu interesse era também visitar meu gatinho de estimação – na época, muito pequeno, ainda filhote – e mostrar seus animaizinhos (mucuras, gatinhos, cãezinhos). Certo dia, **sem que mencionasse** qualquer pista a respeito do tema da pesquisa, alguns deles passaram a me contar sobre episódios de abuso sexual cometidos por homens que outrora moraram naqueles quartos alugados. Um dos meninos, Diego, de cerca de 11 ou 12 anos, contava sobre um caso envolvendo um primo seu, na época com oito anos aproximadamente, que fora aliciado por um inquilino do quarto para o qual eu me mudara. De acordo com Diego e seus amigos, o homem oferecia dinheiro para que o menino entrasse em seu quarto, onde ocorriam os abusos. Certo dia, o garoto teria tomado coragem e contado para Diego, que reportou o caso aos pais. Muitos moradores, parentes do menino, cercaram a casa para inquirir o homem responsável e ameaçá-lo. Depois disso, o acusado, que seria de outro município, teria ido embora da cidade. Meses depois, uma tia de Diego, professora em uma unidade de ensino, mencionou o ocorrido. No conselho tutelar, porém, funcionários e ex-conselheiros desconheciam o caso.

14 anos. Ambas estudavam na mesma escola de Giovana e Paola, a unidade de ensino mais próxima de suas casas.

Carla cursava a terceira série. Ela se mudara para a sede do município fazia pouco tempo, passando a viver com a família da pequena Aline, conhecida de sua mãe. Oriunda da Vila do Piriá, onde vivia com irmãos e irmãs mais velhas, Carla contou que estava gostando e achando melhor estar no município, pois no Piriá “*não tinha comida*”. A fome enfrentada na vila (mas não apenas ela, evidentemente) tornava a cidade mais atraente, ainda que precisasse viver em outra casa, com outra família, e possivelmente em troca de trabalhos domésticos e no cuidado com as crianças, como fazia com Aline. Essa era uma experiência comum a muitas meninas da região, como já discutido anteriormente.

Curiosa, perguntei se elas costumavam frequentar aquela casa e se conheciam quem morava ali. “*É aquele velho, né?*” – comentou em tom de pergunta a adolescente. Disse-me que costumam ir até ali para assistir à televisão. Considerando que havia ao menos um aparelho televisor na casa em que moravam, indaguei-me a respeito da razão pela qual recorriam ao vizinho. Imaginei que o interesse pudesse decorrer do sinal da parabólica, visto que, sem esse artefato, apenas dois canais de televisão são disponíveis nos televisores da cidade – e, naquele período, disseminara-se, entre as crianças, grande afeição por uma novela infantil exibida por uma emissora não acessível sem aparelhos específicos de captação de sinal. Perguntei ainda se elas costumavam entrar na casa, se ele as convidava ou as chamava para dentro. Carla dizia que elas costumavam ficar apenas do lado de fora olhando a TV, através da porta entreaberta ou da janela protegida por grades.

Durante a conversa, porém, a pequena Aline, que se distraía com os tamancos da mãe que ela pegara em uma das incursões através da janela, comentou, a respeito de Bonifácio, enquanto olhava para Carla: “*ele beijou o peito dela*”. Carla, por sua vez, ria sem graça, sentada ao meu lado, à beira da varanda. Falei que não havia compreendido, e Aline repetiu: “*ele beijou o peito dela*”. E Carla, tentando esclarecer o episódio, relatou o dia em que a mãe de Aline as teria visto à janela, assistindo à novela, enquanto seu Bonifácio lhes falava *besteiras* e lhes fazia *convites*, cujos conteúdos a menina não narrou explicitamente. A mãe de Aline, ao ver a cena, mandou que as meninas voltassem para casa e as proibiu de retornar à residência do vizinho. À medida que repetia a história e que, após mudarmos de assunto, o idoso voltava a ser tema, Carla ia esclarecendo que a mãe de Aline teria flagrado quando Bonifácio *pedia para* beijar-lhe o peito. E, nesse momento, ela

desmentia Aline, dizendo que ele não a beijara – apenas lhe fizera um *pedido*, o qual ela teria negado. À medida que a conversa continuava, porém, Carla parecia envergonhar-se, até cessar de rebater os comentários de Aline.

Questionei, ainda, ao longo da conversa, se seu Bonifácio oferecia bens ou dinheiro às meninas. Carla disse-me que ele lhe teria chegado a oferecer o valor de cem reais. E narrou que uma amiga delas teria contado a demais garotas da rua que pedira “*para ver a pica dele*”. Com o relato solto, fui perguntando a fim de que ela me narrasse detalhes – sem, no entanto, fazer uso de termos sexuais e sem esmiuçar aspectos da história em si; antes, procurava dar espaço para que Carla contasse o que lhe viesse à mente. Segundo ela, a garota teria pedido dois reais ao idoso, o qual teria solicitado, então, que ela entrasse na residência. Ela se recusou; e, quase que como alternativa, pediu que ele lhe mostrasse “*a pica*”. Tal episódio, a menina o teria contado a todas as amigas com quem costuma brincar na rua – disse-me Carla aos risos. Pelos seus relatos, portanto, em lugar do horror ou do trauma, essas tramas que configuravam aquele específico evento anedótico entre o idoso e a menina eram elementos passíveis de ingresso nas jocosas brincadeiras entre as meninas em torno da temática da sexualidade – ou nas brincadeiras e conversas infantis sobre *safadeza* (QUEIROZ e RIOS, 2014).

Perguntei se ela vira outras amigas ou meninas naquela casa ou fazendo companhia a Bonifácio. Carla chegou a mencionar que “*apenas as maiores*” ele deixava entrar. Perguntei se ela sabia de outras pessoas adultas que costumavam fazer *isso* (oferecer dinheiro ou solicitar determinadas práticas) a crianças e adolescentes, ao que me respondeu que não. Perguntada sobre o que achava, disse: “*ah... é errado, né?*”.

Pela forma como os episódios são narrados e renarrados, vão adquirindo pontos de vista e versões que se diferenciam leve ou profundamente. A hesitação em revelar, por sua vez, vai transformando a história ao longo da conversa: ora abrindo-se, ora fechando-se. Se em um primeiro momento a afirmação proferida por alguém (como a fala de Aline) é “*mentira*”, logo se torna “*uma meia verdade*”, até encontrar o silêncio como resposta. As histórias que vivenciam ou de que tomam conhecimento adquirem caráter de uma espécie de segredo, que ora se conserva; ora se compartilha entre pessoas próximas e que conhecem aquelas dinâmicas; ora se desvela parcialmente.

Essas histórias que pude ouvir entre as crianças se somavam a uma série de outros comentários pela cidade a respeito da conduta de seu Bonifácio. Fosse por meio de fofocas, fosse por meio de denúncias

informais, fosse por meio de preocupações consistentes entre lideranças vigilantes dos direitos de crianças e adolescentes, as suspeitas sobre seu Bonifácio jamais adquiriram, durante minha estada em campo, caráter público pela via institucional. Antes, os comentários, as constatações, as desconfianças aconteciam nos bastidores, em forma de segredo e, às vezes, dependendo dos atores envolvidos, em forma de estratégias a respeito de como intervir – não apenas junto a seu Bonifácio, mas também com relação à filha, Cíntia. Alguns vizinhos procuravam parceiros específicos vinculados à rede de proteção relatando episódios ou suspeitas a respeito do idoso, como um canal possível de formalização de denúncia e de demanda por intervenção. Moisés era uma dessas referências, na medida em que era identificado por muitos moradores como uma liderança com suficiente capital político para fazer ativar uma rede para intervenção junto ao caso e capaz de estabelecer diálogos francos com Cíntia. Era ele que algumas pessoas procuravam pedindo que tomasse medidas em relação a seu Bonifácio.

Apesar das vezes em que vinha sendo alertada por seu parceiro institucional acerca de denúncias contra o pai, Cíntia só chegou a tomar providências muito tempo depois. Seu silêncio de até então criava um clima de angústia entre seus pares – os quais, por sua vez, se viam impedidos de efetuar uma denúncia que, de alguma forma, expusesse a reputação familiar e a trajetória pública de Cíntia. A predominância de relações próximas na cidade, em que quase todos mantinham alguma espécie de relacionamento ou se conheciam de alguma maneira, esboçava formas de comprometimento moral entre as pessoas e entre os *parceiros* que criavam impasses na assunção de uma autoria da denúncia.

O fato é que, em uma localidade tão fortemente marcada por essas relações pessoais mais estreitas e por assimetrias sociais e políticas, as pessoas efetuavam, de alguma forma, cálculos a respeito de como proceder diante de situações abusivas. Não só em relação ao caso de Cíntia, tampouco apenas em relação a circunstâncias envolvendo crianças e adolescentes, era comum que, diante da indignação e da revolta decorrente de episódios tidos como injustos, os moradores se sentissem desmotivados ou desestimulados a reagir formalmente, alegando diferenças abismais de capital político e social em relação ao alvo das acusações; a incapacidade de ativar mesmo volume e mesma força de recursos e relações para fazer valer sua versão; e o descrédito a respeito das instituições, associadas fortemente àqueles que dispunham de mais capital social e político. Dessa maneira, os laços de amizade e as parcerias políticas e institucionais atuam na publicização ou não das

denúncias, bem como na tomada ou não de providências, não só entre os personagens que ocupam lugares institucionais com poderes decisórios, mas também, portanto, entre aqueles que vivenciam, testemunham ou registram as experiências abusivas.

Esses bastidores que permeiam as relações institucionais acabam tendo forte efeito no funcionamento do fluxo de denúncias e apuração de casos. Inversamente, denúncias em que figuram como vítimas crianças e adolescentes relacionadas a membros vinculados às redes ou com notoriedade pública, por exemplo, são inseridos mais amplamente nos fluxos de acolhimento e apuração, tendo em vista os contatos diretos para acionamento dessas articulações. Era o caso de um episódio envolvendo uma criança de oito anos que possuía laços familiares com uma integrante da rede; a situação envolvendo a menina era frequentemente citada como emblemática do quadro de violações sexuais no município e da capacidade de mobilização da rede local de proteção.

Além dessas negociações com base em relações amistosas, diplomáticas ou que visem a uma aparente harmonia entre os nós que compõem as *redes de proteção*, há aquelas que se estabelecem a partir de um campo de relações conflituosas, concorrentes, em que elementos como legitimidade profissional, reputação institucional, diferenciações político-partidárias e inimizades pessoais se colocam em disputa.

Essas diferenças pessoais, sobretudo, ganhavam contornos bastante dramáticos no contexto da cidade, marcada por relações bastante próximas entre os moradores, na medida em que estes frequentavam espaços e círculos sociais comuns – como igrejas ou unidades domésticas, uma vez que os casamentos, na pequena cidade, costuravam e aparentavam as pessoas entre si. Ademais, em se tratando da dinâmica urbana local em torno das organizações partidárias e das disputas eleitorais, os alinhamentos em relação aos grupos políticos despontavam centralmente no conjunto de instituições e de atividades relacionadas a políticas públicas. Nesse conjunto de diferenças e disputas, o período em campo evidenciou outra figura a impactar tais fluxos: a do/da *forasteiro/forasteira*.

A denúncia envolvendo a pequena Luísa desvelou especialmente essas rupturas e disputas locais que se refletiam nos movimentos e nas articulações constitutivas das redes de proteção. No próximo tópico, passo a narrar brevemente a sequência de fatos que se seguiu à entrada institucional da família de Luísa.

### *2.3 Subjacente à história de Luísa: a forasteira e outras articulações perigosas*

Era outubro de 2014. O carro do Conselho Tutelar – cuja aquisição mereceria um capítulo à parte acerca de como as coisas políticas “funcionam” – levava-nos à sede do CREAS, onde mãe e filha vindas da zona rural do município seriam atendidas pela psicóloga Vanessa, conforme combináramos previamente. Enquanto conversava em particular com o conselheiro tutelar na varanda da sede, a mãe saiu furiosa da recepção, acompanhada da filha de dez anos e da bebê de colo. Alegava que fora destrutada por uma mulher – Angélica, a coordenadora da instituição – que, inclusive, segundo ela, nos desacatava. Esse dia, já encerrando o longo e atribulado período de campo, sintetizaria os quase dois anos de observação e experiência no município de Curralinho.

O dia anterior fora intenso: saíra às pressas de casa com o aviso de última hora do conselheiro tutelar indicando que seria realizada a busca no interior do município, em uma vila quilombola. Uma menina de dez anos teria sido vítima da tentativa de abuso sexual por parte de um conhecido da família. Leonardo, à época coordenador do conselho tutelar, ainda se esforçava, entre telefonemas e ofícios, em uma articulação para garantir que acusado e vítima não viessem na mesma lancha (cedida institucionalmente) até a sede de Curralinho; sua preocupação era que as condições de transporte disponíveis pelo município colocassem vítima e acusado tão proximamente durante o tempo do trajeto. Por sorte, entretanto, o agente de segurança da vila, que contactara a instituição ao receber a denúncia, decidira trazer separadamente o acusado na própria embarcação até a delegacia, cabendo ao CT apenas buscar a menina e sua família.

Mãe e filhas, depois de uma primeira escuta acerca dos fatos realizada por Leonardo – ocasião em que estava presente também o pai das crianças –, foram conduzidas até a sede do município para os procedimentos de praxe. Naquela manhã posterior à chegada da família a Curralinho, encontrara a menina – a quem chamarei Luísa – aos prantos na entrada da delegacia, enquanto sua mãe era ouvida pelo delegado. Depois de ampará-la, tive a permissão de seu pai para que fôssemos merendar na praça, muito próximo à delegacia, a fim de que a criança pudesse acalmar-se, distrair-se e sentir-se à vontade para conversar. O conteúdo do diálogo e os detalhes da situação ficam para outro momento – o que me cabe destacar aqui é a eclosão de um conflito que desvelaria desconfortos e disputas latentes, a desconfiança de

gestores em relação à minha presença no município, a recusa de determinados setores ao estabelecimento de diálogos e à ampliação de redes e, conseqüentemente, os entraves para o funcionamento de políticas públicas.

Enquanto esperavam na recepção do CREAS, mãe e filha foram abordadas pela coordenadora da instituição, que questionava quem as encaminhara. Sem saber que o conselheiro e eu estávamos a poucos metros do local, Angélica disse à mãe, segundo o relato desta, que nós não detínhamos de qualquer poder de decisão sobre aqueles trâmites<sup>79</sup> e que o conselho tutelar costumava “*pegar os outros e jogar ali*”. Ainda de acordo com a mãe e a criança, as mesmas foram advertidas de que não receberiam atendimento, pois a psicóloga não dispunha de horário para tal. Assim que a mãe deixou o local, bastante furiosa e abalada, mobilizamo-nos para assegurar que ela fosse acolhida na instituição: o conselheiro providenciou os documentos que comprovavam o pedido e o protocolo de encaminhamento; e eu, evidentemente comovida, adentrei a sala da coordenação questionando-a acerca da forma como destragara a família e acerca do que dizia a nosso respeito. Sem responder aos meus questionamentos, a coordenadora insinuou que eu a estaria desacatando. Deixei a sala ciente de que deveria tomar providências junto ao Ministério Público. Angélica, porém, seguiu para a delegacia, não sem antes contatar sua superior, Lucélia, a secretária de Assistência Social no município. Na delegacia, prevendo que seriam tomadas providências administrativas contra ela, registrou um boletim de ocorrência contra mim alegando que eu a ameaçara de agressão física – algo que era evidentemente estranho a julgar por nossas gritantes diferenças de compleição física (eu certamente apanharia fácil em qualquer tipo de embate corpo a corpo com Angélica). Fui intimada, compareci à audiência (com viagem de retorno marcada, precisei solicitar adiantamento da data para responder aos procedimentos); e, sem provas para sustentar a acusação, a reclamante decidiu retirar a queixa. E mesmo a equipe da delegacia se surpreendeu ao descobrir que era contra mim que a queixosa registrara aquela ocorrência.

Quanto à secretária de assistência social, embora tenha resistido em atender à mãe de Luísa ao final do dia, acabou por fazê-lo mediante

---

<sup>79</sup> De fato, qualquer forma de demanda e de intervenção de minha parte – isso estava claro junto a todos os interlocutores da pesquisa – estava restrita a reivindicações como moradora, como agente política e como *cidadã*. O que se colocava aqui, porém, era um questionamento acerca da legitimidade das ações do conselheiro tutelar.

nossa insistência quando o conselho tutelar a encaminhou até lá. Nessa conversa, porém, de acordo com a mãe da menina, ela pouco se teria ocupado em ouvir as queixas da família. Por outro lado, ela também se negou a me receber em sua sala e em acolher meu relato; diante de meus protestos, demonstrava indiferença, procurando antes construir desconfianças acerca de minha presença naquela cena. O espaço da secretaria de assistência, naquele momento, apesar de pretensamente *público*, estava restrito, voltado a estratégias que passaram a ser tomadas a partir de então e que selecionavam alguns envolvidos em detrimento de outros. Dois dias depois, uma reunião seria marcada por Lucélia junto ao CT e ao CMDCA, ocasião em que, impedindo minha presença, haveria uma espécie de pressão para que o CT não me permitisse mais qualquer tipo de acesso para a pesquisa, além de uma versão dos fatos na visão da coordenadora do CREAS. Sublinho: sem minha presença.

O cenário do conflito desvelava sintomas que detectávamos há longa data. Por um lado, havia as disputas partidárias entre diferentes membros que atuam na (defasada) trama de políticas públicas no município, marcado por uma bipolarização da dinâmica partidária que assegura emprego e benefícios aos aliados do segmento no exercício do cargo. Em uma localidade caracterizada pelo subemprego e pela miséria, a prefeitura consiste na maior empregadora, assegurando salários mais viáveis e uma espécie de estabilidade e prestígio sazonais, fazendo rodarem as cadeiras de acordo com o segmento que ocupa o mandato. Uma das consequências dessas negociações diz respeito à competência (muitas vezes amplamente questionada pelos demais moradores) dos gestores eleitos para o exercício do cargo a que são destinados. O efeito é a resistência a sugestões, ideias e propostas oriundas de quem está do “lado de fora” – ou, no meu caso, para quem vem de fora e a quem cabe a alcunha, dotada de suspeição moral, de “*forasteira*”, denominação delineada a mim, segundo interlocutores próximos, por Lucélia.

Como Barreira e Barreira (2014) sugerem ao tratar da economia moral que circunda as trocas eleitorais, o pertencimento constitui importante categoria nas considerações morais – no caso, a respeito dos candidatos. Se ser *da terra* inspira uma série de sentimentos afetivos e morais de partilha e de confiança no comprometimento dos sujeitos, ser *de fora* envolve suspeições sobre sua intencionalidade, sobre os usos políticos que farão das informações obtidas junto àquela comunidade e sobre o modo como podem comprometer a reputação dos moradores e os projetos coletivos locais. Ademais, essas formas de classificação moral remetem à ideia de “comunidades imaginadas”, tal como Benedict Anderson (2008) propõe ao pensar a categoria nação. Para ele, as nações

distinguem-se pelo estilo como são imaginadas, o que envolve considerações de plano afetivo, além de processos de naturalização, seleção e obliteração de elementos que narram a legitimidade dessas comunidades, construindo um sentimento de pertencimento comum e uma aparente camaradagem horizontal, a despeito das hierarquias. Pode-se entender, desse modo, o quanto a circulação de populações, as quais demandam o reconhecimento “do outro”, promove, a despeito dos ideais sinalizados pela globalização, o reforço das narrativas em torno da nação, fundadas especialmente em um discurso de autoctonia contra o que se supõe “de fora”, “alienígena” (ver COMAROFF & COMAROFF, 2001; BUTLER & SPIVAK, 2009).

Em um campo tão marcado por disputas políticas, rivalidades e instabilidades, havia suspeitas sobre minhas “verdadeiras” intenções, sobre minhas adesões políticas e sobre o modo como manipularia os elementos levantados. Nesse sentido, Diego Zenobi (2010) traz importantes reflexões a respeito das acusações de espionagem que eventualmente recaem sobre os antropólogos, sob o constante receio de que estes façam uso malicioso e indevido das informações. A partir de sua experiência etnográfica junto a movimentos de demanda por justiça, ele demonstra como as desconfianças e suspeitas sobre sua presença se desenhavam, de um lado, pela postura que ele julgara procedente como pesquisador (tomando notas, sentindo-se “isento”, esquivando-se de participação); e, de outro, pelo tenso campo de relações prévio à sua chegada, pelo qual ele acabou por ser enredado. Desse modo, ele entende que as acusações “devem ser compreendidas em relação aos sentidos e tensões existentes no interior do grupo estudado” (idem, p. 475).

Uma vez que o etnógrafo tenha pisado o solo nativo ao tentar estabelecer tais relações, fica enredado nas tensões, conflitos e dinâmicas próprias ao campo no qual desenvolverá sua atividade. As acusações públicas suscitadas no marco do trabalho de campo confirmam que o antropólogo é avaliado de acordo com as categorias disponíveis no campo, categorias cujo sentido deriva das relações e princípios que lhe são próprios (ZENOBÍ, 2010, p. 487).

Além disso, pelo que pude entender, sobretudo através de conversas com moradores que acompanham os rumos políticos e com profissionais de outras cidades que atuam em setores de segurança e

saúde no município, aceitar a aproximação de outrem implicaria expor fragilidades, lacunas e deficiências da equipe política e, portanto, expor-se a eventuais críticas. Tais relações se mostravam ainda mais delicadas ao se levar em conta o modo como as administrações municipais, em um cenário de baixa empregabilidade e marcado por acordos e lutas políticas, organizam o quadro de seus funcionários, principalmente os comissionados, relacionados a cargos de confiança. Assim como observa Gabriela de Lima Cuervo (2014) a respeito das dinâmicas do governo municipal de Magé (RJ), também em Currálinho e demais regiões o período pós-eleitoral agudiza as reconfigurações dos cargos públicos – concursados e comissionados –, tendo em vista as mudanças decorrentes da troca de gestão. E, em virtude da rede mais curta, nas cidades de pequeno porte esses rearranjos são mais pessoalizados, sendo o reposicionamento de funcionários “definido pela extensão da rede de ligações que [podem] mobilizar e pelo acúmulo de capitais distintos dos seus contatos” (idem, p. 502). Nesses movimentos, a credibilidade pública e a capacidade técnica dos funcionários comissionados, escolhidos com base em um conjunto de relações políticas, são frequentemente postas sob questionamento (ver CUERVO, idem). Era de se esperar, portanto, que os receios se multiplicassem em um quadro de posições instáveis, suscetíveis ao “ritmo das mudanças políticas”, em que as hierarquias precisavam ser constantemente delineadas (SCHUCH, 2009, p. 33).

Assim como nas ocasiões decorrentes do caso envolvendo Luísa, a secretária jamais se dispusera a conversar comigo a respeito da pesquisa, de minha presença ou de meus interesses no campo das políticas municipais, muito embora ela estivesse constantemente ciente de meus passos na região, onde todos sabiam de (quase) tudo. Aliás, houveramos inclusive tido um contato via telefone, quando o agente responsável pela segurança de uma vila da zona rural me pediu que o assessorasse na solicitação, junto à prefeitura, por combustível para a realização de buscas nas comunidades próximas.

O comportamento de figuras como Lucélia e Angélica era completamente oposto ao modo como fui acolhida no conselho tutelar, em ambas as gestões que presenciei. Entre funcionários e conselheiros, havia grande interesse em que o cotidiano de Currálinho, as relações conflituosas e os percalços às políticas públicas fossem devidamente descritos. Tratava-se de uma forma de tornar visíveis o município e as dificuldades com que a população inteira lidava dia a dia. Muitos conselheiros relatavam o desestímulo com que lutavam todos os dias no exercício de seu trabalho. Felipe, por exemplo, sinalizava a ausência de

programas como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o ProJovem e de políticas públicas que estimulassem os jovens e fomentassem o projeto do CT; lamentava o fato de que muitos pais utilizassem da existência do CT “*como arma contra os filhos*” em vez de instituição garantidora de direitos; e constatava que “*o povão*” não se engajava devidamente no processo de eleição para conselheiros tutelares. Felipe entendia que a população *fantasiava* os conselheiros como “*super-heróis*”, embora eles não dispusessem “*dessa camuflagem*” – afinal, faltavam-lhes recursos, material, equipamentos, veículos. Nesse sentido, junto ao CT, estabeleceu-se uma relação de confiança e parceria, de maneira que pude oferecer-lhes meu trabalho como digitadora, por exemplo, como retorno à acolhida e à ajuda que me disponibilizaram – oferta que igualmente seria mal interpretada por figuras como Angélica e Lucélia<sup>80</sup>.

Na relação com o conselho tutelar, ainda, era frequente que as equipes diretamente vinculadas à prefeitura – como aquela ligada à Secretaria de Assistência Social, por exemplo – sublinhassem, em diferentes situações, a eventual oposição partidária de determinados conselheiros ao governo do município, mesmo quando o que estava em cena era a tomada de procedimentos legais do Conselho Tutelar a fim de garantir a contrapartida da prefeitura para o serviço de proteção a

---

<sup>80</sup> Construiu-se uma insinuação de que eu estaria agindo irregularmente como “mais uma” conselheira tutelar e que estaria tendo acesso irrestrito a todos os dados da instituição para uso suspeito. Pelo contrário, as questões referentes à pesquisa e aos cuidados éticos no manejo das informações foram objeto de conversa com conselheiros e funcionários desde meu ingresso em campo. Quando da avaliação dos documentos, realizada na sede do CT, mostrava ao funcionário responsável minhas anotações e a ausência nelas de nomes ou informações pessoais envolvidos nos casos. O acompanhamento nas visitas às famílias e a digitação de documentos como forma de retorno aos interlocutores eram devidamente negociados, de maneira que pude, em alguns momentos, assessorar o trabalho dos conselheiros, fazendo anotações para registro da instituição ou auxiliando com recursos técnicos. Nem todas as pessoas que trabalham nos órgãos públicos dispõem de conhecimentos para o uso de computadores ou de softwares específicos; e foi nesse sentido que me senti útil prestando-lhes algum tipo de auxílio – do mesmo modo como prestara auxílio a Arlete durante os esforços para construção e implementação de seu projeto *Marajó Criança*, por exemplo. Entendíamos a tarefa de digitação como meramente técnica, transcrevendo-se a arguição feita pelos conselheiros responsáveis pelos casos. Além disso, os documentos digitados permaneciam nos arquivos do conselho tutelar, sem que eu tivesse acesso a cópias ou a dados específicos.

crianças e adolescentes. Nesse sentido, pesava especialmente sobre Leonardo o conjunto de acusações acerca das intenções políticas por trás da tomada de medidas institucionais, uma vez que ele se elegera ao cargo sob forte apoio de mulheres que atuavam em grupos partidários de oposição (uma delas fora eleita vereadora nas eleições recentes), com quem ele trabalhara outrora e mantinha laços de amizade. Do mesmo modo, pairavam sobre a conselheira Bianca certas dúvidas sobre seus alinhamentos políticos, uma vez que seu marido era associado a setores da oposição.

As iniciativas de Leonardo em torno dos trâmites de funcionamento do CT – como as medidas práticas e a pressão pela demanda por transporte, recursos, combustível para as ações que cabiam à instituição – eram interpretadas como empreitadas em cujos propósitos residiria uma oculta intencionalidade político-partidária. Assim sendo, as preocupações com o pressuposto da organização partidária como horizonte das ações parecia sobrepor-se ao interesse comum da administração pública, de maneira que mesmo as demandas que pudessem conter um caráter agregador (como a parceria entre secretaria, conselho, polícias militar e civil, CRAS e CREAS em torno da intervenção para a resolução de um caso) eram potencialmente interpretáveis como reforços naquelas rupturas da organização política no município.

Ao longo da gestão da equipe de Leonardo e Bianca, a prefeitura foi também pesadamente cobrada por outro personagem participante das *redes de proteção* com relação ao CT: o Ministério Público<sup>81</sup>. Em agosto de 2014, a promotora de Curalinho, Verônica, chegou a propor Ação Civil Pública com pedido de liminar de afastamento temporário do prefeito, alegando descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com vistas a melhorias na estrutura do Conselho Tutelar. O referido TAC fora assinado em agosto de 2012, ainda da gestão do prefeito que antecederia o responsável pela administração vigente no ano de 2014; na ocasião, um inquérito civil

---

<sup>81</sup> Em Limoeiro do Ajuru, os conselheiros tutelares também haviam vivenciado situação semelhante quando tiveram de recorrer ao Ministério Público para denunciar as péssimas instalações da sede da instituição, que culminara na queda de uma senhora de idade em virtude do chão molhado pelo efeito das inúmeras goteiras na casa. A medida dos conselheiros, na ocasião, foi também fechar o CT alegando que só voltariam ao trabalho quando dispusessem de condições adequadas para o funcionamento do órgão. Mesmo assim, ao serem deslocados para a nova casa, passaram dias sem energia elétrica.

apurou indícios de improbidade administrativa, má gestão de verbas públicas e descompromisso com o campo de proteção à infância e à adolescência no município. Tendo em vista que, após dois anos e ao cargo de nova administração, a prefeitura ainda não regularizara a situação conforme o acordado, o Ministério Público solicitou afastamento com o intuito de que o prefeito não interferisse nos procedimentos da Justiça. Já em abril de 2015, a justiça estadual julgou procedente o objeto da ação impetrada pela promotora, entendendo que a prefeitura descumpria o princípio de legalidade ao não oferecer infraestrutura mínima para o funcionamento do CT; e o juiz da comarca determinou perda da função pública do prefeito, suspensão de seus direitos políticos por cinco anos e uma multa de vinte mil reais. A prefeitura, por sua vez, alegou o pouco tempo de gestão da equipe que assumira o cargo no ano seguinte ao acordo e dificuldades financeiras para o cumprimento da totalidade das demandas<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Tais informações estão disponíveis no site do Ministério Público do Pará: <http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=5090&class=N>. O documento também esclarece os prazos estipulados pelo TAC firmado em 2012: *“em trinta dias [a prefeitura] deveria disponibilizar para o Conselho Tutelar uma linha telefônica fica, um microcomputador com impressora multifuncional e acesso a internet via banda larga; no prazo de sessenta dias deveria alugar um novo imóvel para funcionamento do Conselho Tutelar, fornecer um armário para arquivo com chave, dez cadeiras e duas mesas; e no prazo de doze meses deveria reformar e recuperar o imóvel sede do Conselho Tutelar”*.

Além do descumprimento do TAC referente ao Conselho Tutelar, o MP do Pará também ajuizou ação civil pública contra o prefeito por descumprimento de TAC relacionado à regularização da saúde do município. Esse TAC foi firmado em 2011, também durante a gestão do prefeito anterior, em decorrência de denúncias realizadas pelo Conselho Regional de Enfermagem e por reportagem televisiva, as quais assinalaram a precária estrutura do hospital municipal, a ausência de tratamentos essenciais, o desvio de funções de profissionais em virtude da falta de médicos, além do desvio de verbas e das péssimas condições sanitárias (esgoto a céu aberto, descarte inadequado do lixo, má qualidade da água). Em 2013, já na gestão do prefeito em exercício, um novo TAC foi firmado, recolocando-se as demandas do anterior; porém estas não foram cumpridas.

No mesmo período, em 2014, o juiz da comarca de Curalinho também condenou o ex-prefeito, que ocupara o cargo na gestão anterior, por improbidade administrativa, entendendo que ele não havia apresentado ao Tribunal de Contas dos Municípios a prestação de contas referente à área da saúde no ano de 2009. Assim sendo, ele foi condenado a uma multa de cinquenta mil reais e à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de quatro

Havia, em linhas gerais, uma simplificação à fórmula-queixa de que as divergências seriam “intrigas da oposição” – simplificação que, por sua vez, se sobrepõe à formulação de diálogos com vistas ao “bem comum”. Havia repercussões também no funcionamento da própria equipe que compõe o conselho tutelar: as divergências de alinhamentos políticos ocasionavam impasses no trabalho do órgão, bem como uma espécie de suspeita e de desconfiança entre os membros – e destes em relação aos funcionários disponibilizados pela prefeitura. As alianças estabelecidas para fora da sede do conselho tutelar, os laços de parentesco, as relações de amizade, a trajetória profissional anterior ao ingresso na instituição, concorriam na avaliação a respeito dos pares com cuja descrição se poderia contar ou não e com os quais se poderiam ou não debater determinados assuntos. A possibilidade de que algum dos membros delatasse decisões e avaliações contrárias aos interesses de outros setores a estes mesmos segmentos criava preocupações entre os participantes a respeito das pessoas a quem confiar o planejamento e as iniciativas da instituição.

Não apenas no âmbito do conselho tutelar, mas no de outras instituições, as vinculações partidárias de seus membros e das pessoas que compunham seus círculos familiares e pessoais (cônjuges, irmãos, amigos, etc.) delineavam fronteiras invisíveis, mais ou menos permeáveis, nas relações entre os indivíduos que compunham os núcleos de atuação da *rede de proteção*. Em uma localidade fortemente marcada pelas dinâmicas político-partidárias e pelas disputas em torno da legitimidade das instituições e dos cargos públicos, os passos institucionais das equipes que encabeçavam os setores públicos implicavam certo segredo diante de seus potenciais opositores. Se os órgãos da prefeitura agiam com desconfiança em relação a uma instituição, por exemplo, a cautela era aplicável também de parte dessas instituições entre si e para com a prefeitura<sup>83</sup>.

---

anos. Ver em: <http://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/136067042/curralinho-justica-acata-acao-e-condena-ex-prefeito-da-cidade-por-improbidade-administrativa>.

<sup>83</sup> Um dos elementos mais emblemáticos do modo como as disputas políticas tomavam feições dramáticas na vida social da referida localidade era a misteriosa circulação do pasquim, cuja autoria permanecia desconhecida quando deixei o campo. Tais publicações traziam críticas jocosas a figuras políticas do município, dentre as quais se faziam mais presentes acusações e rumores referentes à moralidade sexual dos personagens do que propriamente avaliações sobre sua conduta política.

De outro lado, além das disputas partidárias – ou por loteamento de cargos públicos –, desvelava-se outro aspecto com que lidara em outros momentos, junto a outras secretarias. Tratava-se de uma espécie de desconfiança e de protecionismo ao cargo, o que culminava no fechamento de portas ao diálogo e às parcerias, como já mencionado aqui (ver relação com CUERVO, 2014). Muito embora a fala oficial fosse de que toda ajuda seria bem-vinda, houve estratégias de recusa à minha oferta de ajuda para a elaboração e implementação de projetos específicos – como era o caso do tratamento aos animais de rua e a relação com a saúde pública. Além disso, não detectei qualquer interesse por parte dos setores articulados à área de assistência social em produzir parcerias e diálogos, exceto pela psicóloga do CREAS (Vanessa), que agia com certa “autonomia”.

Por fim, o desfecho do episódio foi prejudicial do ponto de vista do atendimento à criança. Embora tivesse recebido nosso apoio e tivesse sido prontamente acolhida pela psicóloga no mesmo dia, a mãe não compareceu com a menina ao CREAS no dia seguinte. Além da situação vexatória na sede da instituição, a mãe revelara, ao final daquele dia de acontecimentos, uma frustração por não ter tido sua queixa contra a funcionária ouvida pela secretária de assistência – a qual, segundo a mãe, teria utilizado o tempo de atendimento alegando que eu era uma “forasteira” e não era “de confiança”, em vez de apurar os fatos ocorridos. Para a família de Luísa, a situação dramática da acusação sobre uma tentativa de estupro da menina ganhava contornos piores quando optou por buscar ajuda: não bastasse a situação denunciada e os procedimentos rituais na delegacia que haviam deixado a mãe e a menina bastante nervosas, o fechamento de canais de acolhimento desestimulava a mãe a permanecer cumprindo as obrigações com que se comprometera ao ativar a rede. A família voltou para a vila onde residia sem que Luísa recebesse o apoio psicológico de que precisava – a não ser pelo momento em que pude acolhê-la e ouvi-la, no banco da praça, entre um lanche e outro, enquanto secava suas lágrimas.

Por fim, esse episódio me pareceu uma forma plausível de narrar diferentes aspectos da experiência de campo em Currallinho: as situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes; os entraves no fluxo da rede de proteção; a falta de acolhimento adequado às crianças e adolescentes que acionam essas redes; as articulações políticas que fortalecem ou enfraquecem denúncias; as disputas políticas que viabilizam ou inviabilizam o trabalho de determinadas instituições; e certa resistência dos setores públicos às propostas de mudança das situações. A mesma resistência ou opacidade de que os gestores, num

exercício de *nós e eles*, acusavam a população diante dos esforços de intervenção do Estado era perceptível em suas práticas políticas – parecia haver pouco ou nenhum interesse na mudança dos cenários, na rearticulação de ideias, na troca com outrem. Tampouco a coisa pública era interpretada como pública, de maneira que o exercício do cargo, por vezes, buscava justificar por si só determinadas decisões pessoais ou de um pequeno grupo: compor o setor que deliberava pagamentos de funcionários ou a disponibilidade de recursos (como combustível, transporte, quadro de funcionários de apoio, etc.), por exemplo, era um elemento usualmente acionado por alguns gestores para justificar institucionalmente e para legitimar moralmente certas medidas ou regras impostas a demais órgãos cujas ações dependiam dessas deliberações. Essa tensão era fortemente sentida entre alguns trabalhadores e lideranças, os quais buscavam fazer uso da autonomia (ou da relativa autonomia) dos órgãos em que atuavam para contrapor-se a medidas ou a posturas político-administrativas que consideravam inapropriadas ou inviáveis do ponto de vista da gestão pública.

Considerando a heterogeneidade e a contingência das redes de proteção, bem como as disputas (políticas, técnicas, morais) que a caracterizam, é de se esperar que nelas habite e que delas emergja uma série de outros projetos associados a pontos comuns que as conectam e as articulem. Por conseguinte, as redes de proteção, ao se referirem à atenção à infância e à adolescência ou ao combate ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil, agregam diferentes projetos ou diferentes ênfases na rede de discussão que, a depender do jogo de forças para mobilizar dado conjunto de preocupações, podem ou não passar a compor os debates.

#### *2.4 Múltiplas agendas: miséria, infraestrutura pública e tráfico de pessoas*

Uma pluralidade tão grande de atores a compor esses conjuntos de ações redundam em uma pluralidade também de projetos que permeiam tais coletivos. Técnicos, líderes comunitários, lideranças religiosas, agentes da segurança pública, jornalistas e políticos profissionais que se engajam nos circuitos de proteção à infância e à adolescência dispõem de projetos voltados para arenas específicas, com critérios ou interesses específicos em relação aos modos de intervenção e de mensuração de sucesso e insucesso das ações públicas. As *redes de proteção*, portanto, encampam uma série de projetos distintos, os quais compartilham entre si não somente porta-vozes (membros, redes) em comum, mas também

enredos sobre motivações e causas do “problema”, por exemplo. Essas redes, por sua vez, constituem o cenário a partir do qual se formulam e se negociam as agendas públicas.

Tal elaboração se torna particularmente evidente ao se tomar a emergência das narrativas durante e após a CPI – e os quadros e desdobramentos que se sucederam a ela. Sem entrar no mérito do efeito do engajamento à causa na carreira dos senadores e deputados que integraram a Comissão (ver LOWENKRON, 2012), o próprio discurso da igreja católica, como mencionado anteriormente, aglutina tópicos e demandas sociais que ultrapassam o fenômeno da chamada *pedofilia* ou do abuso e exploração sexual. É como se a adesão à emergência da categoria no debate público tornasse possível lançar luzes sobre uma série de outras questões valendo-se da visibilidade que ela adquire.

Dessa maneira, as denúncias realizadas pelos bispos, freiras e outros religiosos no contexto das CPIs da pedofilia ou do crescente interesse da mídia acerca do assunto contemplam, denunciam e problematizam – na verdade, recolocam em cena e sob arranjos mais visíveis – elementos da vida social e política que sempre estiveram presentes no horizonte de suas preocupações. Assim sendo, o intenso campo de atuação da Campanha Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), sobretudo na figura da Comissão de Justiça e Paz (CJP) da unidade Norte, revela-a como um ator político de extrema relevância; suas relações com o campo do trabalho, das violências, dos debates públicos, desvelam efeitos políticos significativos. E, na relação e encontro com projetos políticos formais, ela toma seus posicionamentos a partir dos próprios projetos que pretende mobilizar ou engendrar. Portanto, em uma CPI constituída prioritariamente para apurar crimes de pornografia infantil na internet, conectam-se preocupações em torno da miséria e da fome, das uniões matrimoniais ditas “precoces” entre jovens mulheres nas regiões ribeirinhas, precariedade ou ausência de serviços públicos básicos, tráfico internacional de pessoas, tráfico de drogas, e mesmo projetos mais amplos, como a proposta pela federalização do Marajó<sup>84</sup>.

As denúncias acerca dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região se fazem emergir em narrativas muito próximas àquelas que buscam dar visibilidade à precarização da vida de populações ribeirinhas e dos municípios com pouca renda e parca infraestrutura. Assim sendo os reincidentes casos de violação sexual contra crianças e adolescentes – usualmente citados em seus formatos

---

<sup>84</sup> Ver em: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-200835-marajo-quer-deixar-de-ser-parte-do-para.html>.

mais socialmente abjetos – costumam ser apresentados como fenômenos concatenados à miséria econômica e ao *abandono político* dessas regiões, carentes de uma série de serviços públicos voltados a necessidades básicas da população, algo como um efeito indesejável ou um desdobramento perverso da condição social e política que tem marcado historicamente aqueles cenários.

As frequentes demandas em torno de uma adequada forma de atenção política às regiões mais pauperizadas ou mais estruturalmente precarizadas do Pará têm sinalizado a forte concentração da oferta de serviços em torno da capital e de regiões metropolitanas do estado. Essas constatações fomentaram, por exemplo, os movimentos e articulações em torno de propostas com vistas à divisão do Pará ou a meios de reorganização político-administrativa do estado, de modo a promover-se uma redistribuição mais equitativa dos recursos governamentais. Foi o caso, por exemplo, do projeto de criação dos estados de Tapajós e Carajás a partir da divisão do Pará em mais duas unidades administrativas – totalizando-se, no caso, três estados a partir de um. A proposta gerou intenso debate em todos os municípios paraenses, culminando em um plebiscito que, no final de 2011, decidiu pela não divisão do estado. Apesar da decisão oriunda da votação popular, os anseios em torno da consolidação de novos polos político-administrativos, com interesses e projetos mais regionalizados, permaneceram no horizonte ideal e legislativo de muitos articuladores (SILVA, 2015).

No contexto do debate em torno da divisão do estado, com base em argumentos similares, Dom Luiz Azcona recolocou na agenda e no debate público em 2012 um antigo projeto, defendendo publicamente a federalização do Marajó. Tal proposta fora trazida à tona pelo deputado Benedito Dias (PP do Amapá) uma década antes, em 2002, quando o mesmo propôs ao Congresso Nacional a realização de um plebiscito para a criação da unidade federativa (SILVA, 2015, p. 115-116). Em defesa da proposta de federalização, descrevem-se a fome, a miséria e a falta de trabalho e renda entre a população marajoara; os péssimos índices de desenvolvimento, a despeito de o Marajó ser a maior ilha fluvial do mundo; a ausência de fiscalização das rotas fluviais por parte da Marinha, de maneira que a *pirataria*, o *tráfico de drogas* e a *exploração sexual* de crianças e adolescentes não encontram resistência nesses espaços geográficos de fluxos, comércio e transporte; altos índices de doenças como a malária, e reiterados problemas na área da saúde; ausência de incentivos para o setor produtivo; altos índices de violações a direitos humanos, o que supostamente poderia ser revertido,

por exemplo, com a presença da Polícia Federal na região; desproteção à infância, inclusive pelos números elevados de crianças sem registro civil e, portanto, sem acesso a uma série de serviços públicos; ineficiência e/ou altos custos dos serviços de transporte.

Há uma série de argumentos contrários à ideia de federalização do Marajó. Entende-se, por exemplo, que a situação de *abandono político* e a precarização das condições de vida no estado não são realidades exclusivas do arquipélago marajoara, mas quadros consistentes em diversas regiões do Pará – e, se formos além do debate no estado, em diversas regiões do Brasil. Além disso, entende-se que ser alçado à responsabilidade do governo federal em vez do governo estadual não assegura ao Marajó que suas demandas sejam atendidas de acordo com as especificidades locais.

De qualquer forma, entre os prós e contras debatidos em torno de uma hipotética responsabilização federal do Marajó, a via pela federalização do arquipélago constitui, nesses arranjos, uma espécie de estratégia ou de apelo para que se mobilizem serviços públicos e atenção política para os habitantes da região, cuja escassez é mencionada como um dos elementos a fomentar a exploração sexual. E parece ser nessa articulação de fatores que o bispo, personagem central no campo de discussão sobre exploração sexual infanto-juvenil, inscreve suas propostas e demandas coletivas.

Do mesmo modo, o debate público acerca de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região – debate visibilizado também, em determinados espaços, através da categoria *pedofilia* – vinha estreitando laços com outro conjunto de preocupações públicas em torno dos direitos sexuais e dos direitos humanos como um todo: o *tráfico de pessoas* ou *tráfico humano*. As duas pautas falavam sobre mesmos campos de discussão, arrolavam mesmas “causas” para situações com desdobramentos semelhantes. Aquele conjunto de “problemas” sociais e políticos, intensamente discutido e trazido à tona por esses setores quando da intensa produção de matérias jornalísticas e da atividade parlamentar em torno da categoria *pedofilia*, agora era replicado no campo de debates em torno de outra categoria, o *tráfico de pessoas*, que vinha adquirindo visibilidade política especialmente por meio das comissões parlamentares de inquérito vigentes.

Quando de minha chegada a Belém, notei, nas primeiras semanas em campo, uma espécie de concatenação entre *pedofilia* e *tráfico de pessoas*, de maneira que uma forte comoção emergia da associação entre os dois fenômenos. Na época, final do ano de 2012, vinha sendo anunciada a data de estreia de uma nova novela do horário nobre da

televisão brasileira: *Salve Jorge*<sup>85</sup>. Com autoria de Glória Perez, o enredo era centrado no tema do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Esse mesmo tema, por sua vez, consistia em uma das maiores preocupações em voga da Comissão de Justiça e Paz da CNBB Norte 2, sobretudo na figura da Irmã Henriqueta, que anos antes já vinha envolvendo-se na investigação de pessoas *traficadas* para áreas de garimpo próximo ao estado do Pará. Mais que isso, o *tráfico humano* ocupava significativamente a agenda pública paraense, articulando setores religiosos, figuras políticas e artistas em torno da CPI promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

A presença do tema em pleno horário nobre representava, de alguma forma, uma importante conquista política no campo de atuação da Irmã, que também mantinha consistente diálogo com a autora da novela e com atrizes que compunham o elenco global. O enredo se baseava, por sua vez, em casos reais. Muito embora o enfoque de Glória Perez visasse a um “*retrato mais geral do tráfico humano*” em lugar de uma narrativa mais próxima às experiências locais da região norte, a visibilização da temática pela via teledramatúrgica era uma maneira consistente de fortalecer o debate na agenda pública do país, ampliando a conscientização acerca do *problema* e a demanda por políticas específicas de enfrentamento. Para a Irmã, a autora da novela inaugurava um importante canal de denúncia com o objetivo e o efeito de promover “*o rompimento do silêncio*” a respeito desses episódios, os quais ela qualificava como afronta ao valor da *dignidade humana*.

A centralidade do tema no enredo da novela também alinhavava outras importantes figuras públicas no campo de debate sobre o *tráfico humano*: atrizes, artistas, jornalistas de emissoras de alta abrangência popular. Uma das atrizes que integravam o elenco de *Salve Jorge* era natural do Pará e habitualmente engajada em ações de caráter político e social. Com relação ao debate sobre o tráfico de pessoas, essa atriz – citada frequentemente com carinho pela Irmã Henriqueta – era uma importante interlocutora que acabava por conseguir realizar uma articulação entre os setores político-ativistas e o campo da produção artística – capacidade de intermediação que viabilizava traduções entre, de um lado, demandas políticas oriundas da observação empírica dos contextos de exploração e violação de direitos e, de outro, linguagens possíveis de veiculação dramatúrgica dessas demandas e preocupações.

---

<sup>85</sup> *Salve Jorge* era anunciada como a substituta do sucesso de audiência *Avenida Brasil*, que, ao longo de seus sete meses de exibição, mobilizara muitos telespectadores em torno do chamado “horário nobre” da TV no Brasil.

Irmã Henriqueta me mostrava fotografias com ações e encontros dos quais participavam outros membros da classe artística, atores e atrizes que simpatizavam com tal conjunto de preocupações sociais.

Irmã Henriqueta mantinha relações estreitas também com o setor da imprensa. Era comum que muitos jornalistas de mídia televisiva e impressa a procurassem com o objetivo de produzir matérias acerca dos campos com os quais ela trabalhava – exploração e abuso sexuais contra crianças e adolescentes, *tráfico humano* e, especialmente naquele outubro de 2012, corrupção eleitoral. Seu profundo engajamento com tais agendas e sua alta credibilidade moral a tornavam personagem imprescindível dos debates sobre tais questões, bem como tornavam central o lugar da Comissão de Justiça e Paz na construção da autoridade do discurso jornalístico. Nesse sentido, à medida que a popularização da novela global se ampliava, dando visibilidade ao fenômeno do tráfico de pessoas, a religiosa se tornava mais requisitada por jornalistas locais para fornecer depoimentos e esclarecimentos ao público leitor/telespectador a respeito do debate que ganhava mais espaço na opinião pública e na consternação nacional diante de relatos/denúncias explicitados no horário nobre<sup>86</sup>.

No contexto da Comissão de Justiça e Paz, o *tráfico humano*, do mesmo modo como se dera com o tema da exploração sexual infanto-juvenil, era um campo a respeito do qual se buscavam informações, dados e registros, como modo de consolidar o debate e de legitimar as demandas por atenção pública em torno dele. Era, portanto, simultaneamente um modo de construir uma autoridade de conhecimento especialista acerca do fenômeno e uma maneira de fortalecê-lo na agenda pública. Na reunião para formação de conselheiros tutelares (narrada anteriormente) realizada em Breves, Irmã Henriqueta sinalizava para a importância de abordar o tema do *tráfico humano* naquele curso com a devida atenção, lembrando que *presenciara exploração sexual* na embarcação que a conduzira na viagem até ali. Assim sendo, ela sugeria que o tema, que compunha um

---

<sup>86</sup> Um correspondente da Rede Globo no estado do Pará também era bastante próximo à Irmã. Eles mantinham contato frequente para a troca de ideias e planejamento de reportagens investigativas, tanto acerca do quadro de exploração sexual quanto do de tráfico de pessoas. Em uma dessas ocasiões, ela e o jornalista foram à casa de uma família de onde, segundo a mãe, uma jovem travesti fora levada para prostituir-se na região sudeste. A casa era muito pequena e abrigava outros filhos (de 11, 8 e 4 anos) da mulher que denunciara a situação da filha levada para outro estado. Ela dizia, ainda, que teria sido a miséria a levar a jovem de seu lar.

campo de preocupações e debates que conhecia muito de perto, passasse oportunamente a constituir uma das pautas a serem tratadas pelo evento, a fim de que ele se inserisse como uma agenda também entre conselheiros tutelares e técnicos ali presentes, com vistas à possibilidade de um *plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas* no Marajó.

Por um lado, a CJP mantinha uma espécie de observatório acerca dos casos de *tráfico de pessoas* e de abuso sexual de crianças e adolescentes noticiados em jornais de circulação na capital do estado. Cada matéria jornalística, cada nota da imprensa, era devidamente recortada e catalogada entre os arquivos da instituição, que mantinha em seu acervo muitas pastas devidamente organizadas, todas classificadas de acordo com assuntos específicos<sup>87</sup>.

Por outro lado, Irmã Henriqueta realizava visitas in loco, apurando denúncias e suspeitas de casos relacionados a tais temas. Com relação ao que se poderia configurar *tráfico de pessoas*, ela realizava viagens não apenas pelo estado do Pará como também com destino a países fronteiriços para os quais, segundo informações, as pessoas aliciadas na região eram encaminhadas – era o caso da Guiana e do Suriname, segundo ela destinos mais frequentes das pessoas traficadas oriundas da região norte, que eram enviadas, sobretudo, para as áreas de garimpo. Esses trânsitos, por sua vez, implicavam riscos específicos e uma logística de segurança. Em função de seus campos de atuação e de suas sistemáticas denúncias a respeito de casos de corrupção eleitoral e exploração sexual, Irmã Henriqueta vive sob ameaças constantes e, por isso, é escoltada permanentemente por policiais cedidas pelo estado do Pará. Uma dessas policiais, Doroteia, enquanto me falava dos preparativos para a próxima viagem da religiosa ao Suriname, contava que havia muitos impasses burocráticos para que esses deslocamentos fossem realizados. Estando ao cargo estadual, a segurança pessoal não podia acompanhá-la para além das fronteiras paraenses sem uma série de entraves administrativos: o custeio com passagens e hospedagem das policiais acabava ficando a cargo da própria Irmã, sendo que os reembolsos, quando despachados, eram sempre demorados e difíceis. Na

---

<sup>87</sup> Atividade semelhante é realizada por outras comissões que atuam no âmbito da CNBB Norte 2. O acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo, é bastante amplo, com riquíssimo material e riquíssimas informações a respeito da situação da terra e dos povos que lutam pelo direito a ela em diferentes localidades do estado. Aproveito para agradecer ao Padre Paulo Joaíl da Silva, coordenador da CPT, sua atenção e disponibilidade para comigo e para com a colega Fernanda Thomaz e sua pesquisa.

avaliação de Doroteia, a proteção da secretária executiva da CJP não constituía prioridade do interesse *dos governantes*, já que eram membros *do poder* parte dos envolvidos em experiências referentes ao objeto das denúncias<sup>88</sup>.

Em novembro de 2012, Irmã Henriqueta reuniu na sede da CNBB uma série de mulheres atuantes no setor religioso para uma palestra a respeito do *tráfico humano*. Naquele mesmo período, era grande a expectativa pela divulgação do relatório da CPI do tráfico humano realizada pela Assembleia Legislativa do Pará, o qual seria lançado dentro de poucas semanas. Nesse encontro, ela apresentou relatos sobre o que testemunhara e o que ouvira a esse respeito em suas investigações, incursões e diálogos, constituindo e legitimando um conjunto de saberes que ela dividia com outros potenciais parceiros no trabalho de orientação, formação e denúncia acerca dos episódios de violação de tal natureza. Um dos principais pontos de sua fala residia no modo como ela articulava os temas de exploração sexual e tráfico humano. Por um lado, ela compreendia uma estreita relação do primeiro tema com este último, na medida em que aquele, em alguns casos, consistiria em uma das finalidades ou uma das consequências da prática do tráfico de pessoas. Por outro, ela sinalizava as gritantes diferenças entre os dois fenômenos em termos de denúncia, visibilidade, alcance e poder de apuração e de enfrentamento. Dessa forma, segundo ela, a exploração sexual seria um fenômeno *mais visível*, sobre o qual *se receberiam denúncias*, ao contrário do tráfico humano, que *não aparece*. Ainda de acordo com a Irmã, o tráfico seria *mais organizado do que as redes de exploração sexual*. Detalhes sobre o conteúdo da palestra deixaram mais evidentes a articulação entre os campos de debate e o papel dos setores religiosos nas políticas e práticas de enfrentamento – detalhes que passo a narrar nos próximos parágrafos.

Ao ponderar os trabalhos das CPIs do *tráfico humano* e da *pedofilia* no Pará, Irmã Henriqueta evidenciava em sua fala a importância dos esforços desempenhados pelos setores religiosos – especialmente daqueles relacionados à CNBB. De um lado, a *pressão*, a cobrança e o auxílio do bispo Dom Luiz Azcona tiveram, em sua avaliação, fundamental importância no andamento das investigações e

---

<sup>88</sup> As CPIs da Pedofilia dão conta de personagens expressivos do cenário político regional envolvidos em denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Por uma série de desdobramentos, implicações e reviravoltas judiciais que conheci em campo, opto por não ressaltá-los neste texto.

na realização das audiências. De outro, os parlamentares a acionavam como uma espécie de “*mola*” a mobilizar e impulsionar as pessoas de determinadas localidades à denúncia, dias antes da chegada das comissões que realizariam as audiências da CPI. Ademais, o “perfil” do público que participava daquele momento de (in)formação era significativo do papel dos grupos religiosos na composição das *redes de enfrentamento*. Na palestra de formação em Breves, que seria realizada meses após o encontro na CNBB, Cecília destacaria também o papel da igreja na história dos direitos e da proteção à infância, como as bases religiosas e caritativas de acolhimento a crianças pobres e abandonadas nos séculos XVIII e XIX, e a atuação da arquidiocese no campo da assistência social no século XX (ver VIANNA, 2002). De fato, em depoimento à CPI do Tráfico de Pessoas da Câmara dos Deputados, a coordenadora do CJP declarava que a igreja vinha acompanhando há algum tempo “*uma falta de compromisso não somente do Estado, mas também de toda a sociedade*”<sup>89</sup> – omissão que, por sua vez, impede que os casos sejam denunciados.

Em seus percursos atrás de denúncias e da apuração de casos, Irmã Henriqueta foi tomando conhecimento da amplitude e da gravidade do fenômeno conhecido por *tráfico humano* – e seus estreitos laços com a temática da exploração sexual de crianças e adolescentes. Em determinadas localidades, conheceu rotas e destinos de jovens mulheres (dentre elas menores de idade, *novinhas*) aliciadas para o trabalho sexual em casas de show, com base em um esquema que envolvia inclusive taxistas responsáveis por apresentar o destino como alternativa aos turistas; em troca, os taxistas recebiam pagamentos significativos. No estado do Pará, identificou um homem a quem ela denominava *empresário do sexo*, o qual mantinha boates em que essas meninas e mulheres atuavam. No Suriname, a que teve acesso com o apoio da Polícia Federal, teve a oportunidade de conhecer casas de show para onde seriam encaminhadas jovens *aliciadas* no Brasil. E, em um voo de Suriname para Bogotá, também com o apoio da PF, conheceu uma jovem que teria conseguido fugir naquele dia; ela chorava muito e dizia que a Irmã também choraria se conhecesse sua história – a religiosa

---

<sup>89</sup> Relatório da CPI do Tráfico de Pessoas, 2014, p. 78. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/54a-legislatura/cpi-traffic-de-pessoas-no-brasil/relatorio-final-aprovado-e-parecer-da-comissao/relatorio-final-aprovado-e-parecer-da-comissao>.

contava que notara, ainda na sala de embarque, que aquela moça era *uma traficada*.

Sua presença frequente em setores midiáticos e sua conhecida reputação a tornavam também ouvinte preferencial de denúncias entre aquelas pessoas que buscavam ajuda ou que procuravam oferecer informações sem recorrer às polícias ou aos deputados que apuravam os casos da CPI. Mais do que isso, ela costumava também receber cartas, anônimas ou não, com pedidos de ajuda na realização de denúncias, agradecimentos em função de sua atuação e relatos pessoais de experiências de abuso sexual. Foi o caso de uma carta que ela me mostrou certo dia em sua sala na CJP, escrita caprichosamente em uma folha de caderno por uma mulher de uma cidade do Pará. Nessa carta, a mulher contava o quanto fora tocada na ocasião de uma palestra da Irmã em sua cidade e que lhe escrevia por não ter tido tempo para que conversassem pessoalmente. Relatava que sofrera abuso sexual na infância – sem saber precisar a idade – e que levava muitos anos para falar sobre a experiência e para compreender que não tivera culpa pela violação sofrida. Reconhecendo a destinatária como uma amiga por quem nutria profundo apreço, a mulher encerrava a carta sem assiná-la, apenas com um trecho de Neruda.

Esse repertório todo de histórias com as quais entrava direta ou indiretamente em contato era acionado não apenas para exemplificar o tema em debate, mas para caracterizar suas dimensões e produzir uma sensibilidade pública em torno dele. Dessa maneira, ela não apenas mobilizava parceiros ou parceiros-em-potencial nos movimentos de enfrentamento, mas também expunha nuances de um fenômeno comumente *invisível* para que ele pudesse ter seus sinais identificados. Histórias como a da jovem *traficada para a Espanha* que teria desenvolvido uma série de transtornos mentais após fugir do cativeiro e viver escondida nas ruas; ou a de uma jovem travesti levada para São Paulo que pagava 110 reais por dia aos operadores e cuja família vivia em plena miséria; ou a de uma garçonete que fora vendida entre várias boates no Suriname e que, ao terminar de pagar a dívida, acabou vendendo-se em situação ilegal no país (e por esse mesmo motivo muitas meninas fogem do Suriname através das rotas do garimpo); ou ainda a respeito do corpo de uma criança encontrado em um município paraense sem os órgãos, “*só a carcaça*”<sup>90</sup>; todas elas produziam indícios de que as

---

<sup>90</sup> Nessa mesma palestra, ela ainda dizia que no Marajó havia denúncias de que “*crianças recém-nascidas*” seriam vendidas a estrangeiros “*pra levar só os órgãos*”.

configurações e as finalidades do chamado *tráfico humano* eram plurais, geograficamente amplas, e se prestavam a diversos usos do corpo e da corporeidade humanos – exploração sexual, trabalho escravo, adoção ilegal, extração de órgãos para venda no mercado clandestino, etc.

Essas formas de descrever e exemplificar também davam conta de demonstrar os motivos pelos quais se afirmava tamanha dificuldade em identificar e rastrear esse fenômeno no dia-a-dia. Os desaparecimentos de pessoas eram cercados por mistérios e desconfianças em muitos municípios da região; o número de registros de desaparecidos era alto em muitas localidades, sendo que os familiares permaneciam sem quaisquer pistas ou notícias de seus parentes. Ademais, tantas dificuldades tornam difícil que se levantem dados estatísticos sobre o *tráfico humano* no contexto brasileiro, o que reitera, de alguma forma, a invisibilidade do fenômeno. Aliás, a questão da ausência de dados constituía também um problema no debate sobre exploração sexual no estado, como sinalizava uma das integrantes do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – o que, segundo ela, impedia a construção de políticas de enfrentamento.

Reiterando os esclarecimentos que Irmã Henriqueta trazia ao grupo presente no encontro, uma jovem mulher, convidada para o evento, narrava sua experiência pessoal e seu ingresso em uma ONG, a Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (SoDireitos). Ela completava, dizendo que a dificuldade de produção de dados estatísticos se devia ao fato de que as pessoas não sabiam identificá-lo e que, além disso, as incidências de trabalho escravo dificilmente eram associadas ao fenômeno do tráfico humano. De acordo com seu relato, essa moça trabalhava como prostituta em sua cidade natal quando foi convidada por uma amiga a trabalhar como garota de programa na Espanha. Sua passagem foi paga, e sua família recebeu uma quantia em dinheiro como adiantamento. Ao chegar ao destino, a jovem ficou *desesperada* ao descobrir que sua dívida se tornara cinco vezes maior do que presumira. Todavia, tudo isso, segundo ela, não a fez perceber-se sendo *tráfada*, uma vez que seguira para a Europa por vontade própria e ciente de que atuaria em atividades sexuais. Para ela, até aquele momento, não parecia haver qualquer tipo de violação. Foi mediante seu ingresso na ONG e sua experiência de atuação junto a ela que a jovem mulher se foi enxergando na situação de *tráfada* e identificando-se como “vítima”.

O momento final da palestra, após o relato da jovem convidada, foi com histórias conhecidas sobre experiências igualmente suspeitas,

que criavam uma espécie de alerta para a possibilidade de que o problema daquela natureza estivesse em curso. Uma das participantes relatou que desconfiara quando uma criança do grupo pelo qual era responsável lhe disse que faria um *curso de modelo*. A jovem integrante da ONG contava sobre uma nova modalidade de recrutamento de meninos, que lhes propunha que se tornassem jogadores de futebol – foi assim que ela conheceu na Espanha dois adolescentes paulistas que ficaram abandonados e passando fome no país estrangeiro. A própria Irmã Henriqueta contou sobre um homem que surgira no município de Óbidos dando aulas de inglês e que dizia ser patrocinado por uma grande empresa do gênero alimentício com o objetivo de recrutar meninas para uma “promoção”: um “curso” em São Paulo. Desconfiada, uma pescadora da região entrou em contato com a polícia, apurando que a tal empresa não dispunha de qualquer programa para ensino de inglês. O homem foi preso; costumava praticar tal golpe. Os pais das meninas, porém, teriam ficado com raiva da pescadora que denunciou o falso professor, em virtude de ela ter-lhes aparentemente tirado uma “oportunidade”.

Questionada por uma freira, participante do evento, a respeito dos modos de prevenção frente ao aliciamento para o tráfico de pessoas, a jovem integrante da ONG alegava que a melhor defesa era o conhecimento; que a informação “*é nossa melhor arma, nossa melhor defesa*”. A narrativa da jovem sobre a transformação do modo como via a si mesma sinalizava para seu contato com instrumentos simbólicos disponibilizados pelo coletivo que ela passara a integrar e com repertórios que lhe possibilitaram ler sua experiência e o sujeito que emergiu a partir dela – tal como Teixeira (2014, p. 379) argumenta a respeito da relação entre as teorias nativas do pentecostalismo sobre o *bandido* e os processos de interpretação sobre a sujeição criminal. Até que sua experiência fosse nomeada a partir de uma linguagem política específica e que seu lugar de *traficada* fosse definido a partir desses entendimentos, a interpretação da moça em questão sobre o que vivenciara passou de uma experiência subjetiva, difusa e individual a um “fato social comunicável” em que os posicionamentos em torno de vitimidade e autoria ou culpa são bastante definidos (DUSSY e LE CAISNE, 2007).

Era nesse sentido que Irmã Henriqueta buscava, naquela ocasião, mobilizar seus pares para que o debate fosse consistentemente representado nos espaços da igreja ao longo do próximo ano, sobretudo no que dizia respeito aos preparativos para a Campanha da Fraternidade

de 2014, cujo tema seria justamente o tráfico humano<sup>91</sup>. Para ela, urgia valorizar os espaços de formação religiosa, sobretudo de formação de jovens, para que medidas de prevenção e enfrentamento fossem empregadas e ensinadas. Assim sendo, a catequese e as pastorais da juventude constituiriam âmbitos privilegiados na luta contra o *tráfico humano* e, conseqüentemente, contra a exploração sexual. Segundo a Irmã, “*as catequistas estão com o queijo e a goiabada nas mãos*” e, dessa maneira, podem ajudar a “*romper o silêncio*”. Era necessário, portanto, discutir e encontrar formas de intervenção junto também às famílias: como se poderia, por exemplo, alertar a uma mãe cuja filha recebe uma proposta de “trabalho no exterior”? De que forma se poderiam estabelecer canais para que essa família estivesse atenta a apurar informações sobre a oferta de emprego?

Os debates a respeito de formas de conscientização, formação, prevenção e estímulo às denúncias eram uma constante nos encontros e reuniões de equipes e indivíduos que compunham as *redes de proteção*. Na reunião do Comitê Estadual de Enfrentamento, as participantes salientavam a importância de metodologias que atingissem a população informativa e preventivamente; sobre o monitoramento de ações em torno da apuração e do julgamento de casos, já que, mesmo informadas a respeito da temática, as pessoas não prosseguiram com denúncias e processos porque não recebiam retorno dos demais setores; sobre a necessidade de ações integradas cujas estratégias alcançassem as casas, como era o caso da formação de agentes de saúde e de professores, os quais acessam mais fácil e diretamente o âmbito familiar; sobre o árduo trabalho em desconstruir a naturalização da violência sexual contra crianças e adolescentes, constatada em muitas localidades; e sobre a profusão de esclarecimentos a respeito de como cobrar e de quem cobrar medidas de intervenção.

Por outro lado, os desafios a serem enfrentados no processo de mobilização popular eram bastante significativos. Uma promotora com atuação no interior do estado defendia que cabe à defensoria pública não apenas o serviço de ação penal, mas também o de prevenção junto à população; porém ela identificava obstáculos específicos nas cidades do interior em relação aos centros de maior concentração urbana. Para ilustrar seu ponto de vista, contava-nos sobre um conhecido caso em que crianças filhas de famílias de pescadores eram abusadas sexualmente

---

<sup>91</sup> Em 2014, a Campanha da Fraternidade teve como tema *Fraternidade e Tráfico Humano*, com o lema “*é para a liberdade que Cristo nos libertou*”.

por donos de barcos; e, embora os pais identificassem o crime, as denúncias não aconteciam porque, segundo ela, essas pessoas não viam no promotor um agente de proteção – viam-no, antes, como alguém que poderia culpar a própria família denunciante e, portanto, *prendê-las*.

### *2.5 Sobre a CPI do tráfico humano e outras articulações*

A CPI do tráfico humano no estado foi instaurada pela Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) em março de 2011, tendo lançado seu relatório<sup>92</sup> em dezembro de 2012. Presidida por João Salame (PPS) e com relatoria de Carlos Bordalo (PT), ela percorreu municípios como Abaetetuba, Barcarena, Belém, Bragança, Breves, Marabá, Curalinho e Portel, realizando audiências públicas, diligências e oitivas em torno de casos de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, trabalho escravo e remoção comercial de órgãos.

Lançando mão de uma perspectiva ancorada na articulação entre os campos da sexualidade, da política e da economia, a CPI priorizou visitas às cidades paraenses previamente identificadas como parte de rotas do tráfico de pessoas, com destino nacional ou internacional.

Embora o alerta a respeito do fenômeno no estado tivesse sido dado pelo próprio Dom Luiz Azcona quando de seu depoimento junto à CPI da Pedofilia – entre 2008 e 2009 –, a CPI do tráfico humano foi estruturada pela Alepa após a deflagração, em 2011, de uma casa de prostituição em São Paulo que abrigava uma maioria de travestis oriundas do Pará, dentre as quais algumas adolescentes. O desbaratamento do esquema se deu em decorrência das investigações sobre o desaparecimento de uma jovem travesti de Belém no final do ano anterior. Entre as muitas rotas identificadas – cada uma com finalidades próprias –, foi identificada aquela que conduzia adolescentes travestis para Goiás e São Paulo sob a promessa de facilidade de acesso a tecnologias para transformações corporais (aplicação de silicone, cirurgias plásticas, inclusive cirurgia de redesignação sexual); bem como foi apurada a prática de uma mulher que aliciava garotas adolescentes e as levava para fins sexuais entre presos de uma instituição de regime semiaberto<sup>93</sup>.

---

<sup>92</sup> Disponível em: <http://www.4shared.com/web/preview/pdf/ImSRw3gg>

<sup>93</sup> Em Curalinho, ouvi sobre um tipo de atividade semelhante, que ocorria no município de Oeiras. Janaína completara recentemente dezoito anos. Muito antes da “maioridade”, porém, ela se envolvera em episódios de fuga para um município vizinho, Oeiras do Pará – sem fazer parte do Marajó, o município fica

Assim como em relação ao tema da exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico humano aparece, no relatório da CPI, fortemente associado a desigualdades sociais, decorrentes especialmente de políticas de desenvolvimento excludentes, relacionadas aos “Grandes Projetos”, sobretudo no que diz respeito aos contextos amazônicos<sup>94</sup> – como é o caso do PAC, de Belo Monte, etc. Essas grandes obras, emblemáticas de investimentos no “desenvolvimento”, mobilizariam fluxos migratórios de trabalhadores, atraindo consigo os fluxos migratórios de mulheres e meninas na prestação de trabalhos sexuais. As mulheres sinalizadas como sendo vítimas do tráfico de pessoas para fins sexuais são, por sua vez, aquelas jovens e pobres, sem acesso a condições básicas de sobrevivência e sem acesso a direitos, de maneira que, de acordo com o relatório, aceitar o convite constituiria uma saída viável ou amena. Sendo assim, o documento entende que

---

do outro lado do rio em relação à orla de Currealinho. A mãe de Janaína recorrera, nessas ocasiões, ao CT, que, através de Felipe, tratava de reaver a adolescente e trazê-la de volta para a casa da família. Naquele mais recente acontecimento, porém, Janaína teria sido convidada por uma mulher adulta a acompanhá-la até a cidade vizinha para cuidar de uma criança. No período em que esteve lá, porém, Janaína acompanhava a mulher e uma adolescente à carceragem, onde as duas últimas costumavam realizar visitas íntimas. Questionada pela mãe e solicitada a colaborar com a polícia, Janaína alegou que ela, propriamente, apenas se encarregava do serviço de babá – informação tida com desconfiança entre seus próximos. O ocorrido sinalizava para uma prática de aliciamento e prostituição voltada a um público específico: detentos da justiça. Tendo desistido de prestar depoimento, porém, certo dia Janaína pegou todo o salário que a mãe recebera para o sustento da casa e dos irmãos menores, fugiu de casa na madrugada, e tomou um barco para Oeiras, sem informar maiores detalhes aos familiares.

<sup>94</sup> O documento apresenta um argumento um tanto curioso para reforçar tal perspectiva. Ele diz que o tráfico humano “reflete, também, a geografia regional da pobreza e a desigualdade social, se considerarmos a Amazônia como local de origem de vítimas de tráfico, bem como região que recebe seres humanos recrutados e aliciados em outras paragens” (p. 14). As discussões e exemplos apresentados sustentam a hipótese de que a miséria e as duras condições de vida mobilizariam a saída das pessoas de dada localidade, seduzidas pela possibilidade de uma vida mais amena. No entanto, a pobreza e a carência de direitos não explicam devidamente por que a Amazônia também atrai imigrantes inseridos nos fluxos do chamado *tráfico humano* – pelo contrário, apenas dariam conta dos circuitos dentro da própria região.

O tráfico de pessoas é antes um problema social do que um problema de segurança pública. Problemas sociais são enfrentados com políticas públicas, que, por sua vez, pressupõem o interesse do Estado em investir em programas e projetos do que se revertam para a melhoria de vida da população (RELATÓRIO CPI – TH, 2012, p. 98).

Assim sendo, as alternativas indicadas para o enfrentamento ao *tráfico humano* presentes no relatório consistem basicamente na melhoria de uma série de políticas públicas e no fortalecimento de determinadas instituições, tais como educação, saúde, família. Paralelamente, o senado federal também instaurava, em abril de 2011, uma CPI com o objetivo de apurar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, a qual foi presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM) e relatada pela senadora Lídice da Mata (PSB – BA). As referências ao Marajó presentes em seu relatório igualmente fazem menção à pobreza e à precária infraestrutura política dos municípios que o integram.

E, por fim, pela Câmara dos Deputados outra CPI do tráfico humano era presidida por Arnaldo Jordy (PPS-PA), com relatoria de Flávia Moraes (PDT-GO). Criada em fevereiro de 2012 e constituída em março do mesmo ano, teve seu relatório publicado em maio de 2014. Essa CPI, por sua vez, trata da dificuldade de monitoramento das fronteiras do Pará, do acesso via portos e das condições de trabalho de conselheiros tutelares, os quais, além das limitações estruturais para o cumprimento do trabalho, lidam diariamente com ameaças de morte em decorrência de sua atuação – sobretudo quando os culpados são figuras de influência e notoriedade ou integram seus círculos de amizade. Além disso, traz o depoimento contundente de Irmã Henriqueta a respeito das meninas “*balseiras*” em Breves, as quais sobem nas embarcações para programas em troca de quantias módicas, sendo que, por vezes, acabam sendo levadas de vez pelos viajantes.

Quando nós chegamos numa das regiões, naquela Região de Breves, Portel, é tão fácil você ver as crianças que estão expostas se oferecendo até por um copo de refrigerante, por um bombom. E elas encontram, sim, quem faça com elas o que querem e, depois, essa criança acaba se acostumando porque um dia é bombom, um dia é um copo de refrigerante, no outro dia são os 5 reais que ela

pode levar para casa, comprar uma dúzia de ovos, ou quantos ovos, para fazer a farofa e matar a fome dela e a da família dela toda. Então, não há dúvida nenhuma de que o tráfico, ele está, sim... e hoje eu não tenho dúvida de dizer isso, que o tráfico está, sim, vinculado à questão dessa desigualdade social que nós vivemos (Depoimento da Irmã Henriqueta – Relatório CPI do Tráfico de Pessoas, 2014, p. 65).

A coordenadora da CJP reiterava, portanto, a relação do tráfico de pessoas com a *desigualdade social*, a *ausência do Estado* e a *cultura da impunidade*. Para ela, a fome, a miséria, a falta de políticas públicas, a escassez de trabalhos devidamente remunerados, tudo isso faz com que as pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade se sintam seduzidas pelas ofertas de uma vida possivelmente melhor, ainda que arrisquem viver sob um sistema de escravidão. Ademais, com base em sua experiência, ela percebe, nos contextos sobre os quais tem tomado conhecimento, uma indissociável relação entre exploração sexual, tráfico de pessoas, tráfico de drogas e trabalho escravo.

\*\*\*\*\*

As três CPIs citadas foram produzidas com base nos pressupostos da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo, voltada ao enfrentamento de delitos transnacionais operados por grupos organizados. Sua formulação contou com dois protocolos adicionais: um relativo ao tráfico de pessoas, e outro referente ao contrabando de imigrantes. Assim sendo, o *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças* – ou simplesmente Protocolo de Palermo – foi adotado no ano 2000 e posto em vigor no Brasil no ano de 2004. Desde então, ele constitui o principal documento da ONU a dispor sobre o tráfico de pessoas. Em seu artigo 3º, ele estabelece a seguinte definição para o fenômeno em questão:

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de

pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares a escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos.

Portanto, o Protocolo de Palermo, principal instrumento do direito internacional para o combate ao tráfico de pessoas, estabelece diretrizes para a criação de leis e para a elaboração de políticas públicas voltadas à prevenção e à repressão ao tráfico internacional de pessoas.

A relação entre os temas da exploração sexual e do *tráfico humano* não se devia, portanto, estritamente à forma como o primeiro se esboçava como um fim deste último. A relação entre os dois fenômenos também se dava pelos múltiplos pontos em comum em relação ao discurso sobre miséria, desigualdade, abandono político e vulnerabilidade social. O tráfico de meninas para fins de exploração sexual, de acordo com os relatórios e com ativistas religiosos, ancora-se na miséria em que vivem as famílias, no desejo das jovens em oferecer aos pais uma vida mais amena, na ausência de perspectivas de estudo e de trabalho na Ilha, na ausência de instituições de atenção a famílias de baixa renda, bem como na falta de fiscalização nas embarcações que por ali circulam<sup>95</sup>. Ademais, agravam a situação a falta de condições adequadas para a atuação policial, a ausência de delegacias especializadas e a inexistência de parâmetros estatísticos seguros que categorizem detalhadamente os casos denunciados. Falar em *tráfico humano* na região é, assim, falar de uma mesma agenda em que está inscrito o debate sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes naquela localidade – ou, nos termos que emergiram com a movimentação da CPI, sobre *pedofilia*. Tal quadro conduz ao que o relatório de 2006, destacando Portel e Breves, declara um problema da ordem da saúde pública, uma vez que a situação de exploração sexual produz “*problemas emocionais*” e “*autoestima destruída*”, além da

---

<sup>95</sup> Além de as embarcações viabilizarem a saída das meninas de suas cidades de origem para os locais assinalados pelos sujeitos que empreendem o tráfico, também são espaços em que acontece a prostituição ou a exploração sexual dessas meninas e jovens, conhecidas como “balseiras”.

exposição de jovens e crianças a uma série de doenças sexualmente transmissíveis<sup>96</sup>.

É nesse sentido que os relatos de diferentes figuras e instituições associam fortemente os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes à escassez de políticas públicas na região e às profundas desigualdades sociais – elementos que, segundo essa abordagem, aumentam significativamente a vulnerabilidade de menores e de seus familiares ao abuso e ao aliciamento, bem como às estratégias de cessão das crianças para uniões matrimoniais com adultos em condições mais amenas de existência. Ademais, como visto, esses casos são também associados, na narrativa denunciatória dos setores políticos e religiosos, a um entrelaçamento com o tráfico de pessoas – seja em torno do trabalho escravo, seja em torno do tráfico de órgãos – e ao tráfico de drogas<sup>97</sup>. Tal articulação, muito embora nem sempre devidamente clara ou adequadamente apurada, configura um cenário de alto risco aos moradores, vulnerabilidade de crianças e adolescentes e necessidade extrema de intervenção do *poder público*. Nesses termos, as demandas por políticas públicas tomam diferentes direções: desde melhores condições de moradia, programas de geração de emprego e renda, acesso a uma educação de qualidade, segurança pública, saneamento básico, iluminação pública<sup>98</sup>. Além dos projetos em torno de demandas por intervenção política, esse quadro viabiliza articulações outras que alimentam outros projetos, inclusive aqueles relacionados à consolidação de trajetórias político-partidárias<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> Ver Relatório Final da CPI da Pedofilia do Senado, p. 1.093.

<sup>97</sup> Ver <http://www.cbjp.org.br/index.php/exploracao-sexual-e-terceirizacao-da-mao-de-obra-estimulam-trafico-de-pessoas-no-brasil-dizem-especialistas>

<sup>98</sup> No blog do deputado Carlos Bordalo, em dezembro de 2011, foram postadas as imagens de duas cartas de moradores de Currealinho recebidas durante uma manifestação da população em torno de políticas públicas, que aconteceu quando da realização de uma das sessões da CPI sobre o tráfico de pessoas: uma delas, de uma mãe, reivindicava reforço na segurança pública; ao passo que a outra, dos moradores de uma rua específica, solicitava a instalação de três postes, já que a escuridão lhes impedia de andar à noite.

<sup>99</sup> O tema da pedofilia, da exploração sexual de menores e do tráfico de pessoas figura nas plataformas políticas e nos sites pessoais de campanha de políticos que atuam em arenas político-partidárias. Além do senador Magno Malta (Partido da República do Espírito Santo), que presidiu a CPI da Pedofilia, há de se mencionarem o deputado federal Arnaldo Jordy (PPS do Pará), presidente da CPI sobre o Tráfico de Pessoas e relator da CPI da Pedofilia no Estado do Pará em 2010, e o deputado estadual Carlos Bordalo (PT do Pará).

O que entendo, diante de tal profusão de agendas – ou de ênfases na rede –, é que se torna bastante árduo construir uma ordem de demandas em que uma dê origem a outra, sequencialmente, bem como delimitar objetos que pleiteiam espaço nas agendas públicas. O que há são projetos, demandas e agendas que se articulam, conversam entre si, reforçam-se mutuamente. Isso porque os cenários sobre os quais se constroem essas agendas são categorizados e classificados de acordo com a lógica da administração e da gestão pública, de acordo com pautas plausíveis de intervenção. A relação entre os motes “abuso sexual” e “tráfico de pessoas” não é a de dois objetos distintos, mas de ênfases distintas em um articulado complexo de fenômenos que mobilizam diferentes sujeitos em busca de debate e de soluções. Ambos os recortes repousam em um *continuum* de preocupações sociais e de demandas em torno de agendas públicas. E ambos colocam no centro do debate questões e “problemas” sociais os quais repercutem, por sua vez, em “problemas” também morais.

## *2.6 Agendas públicas e campo e produção das políticas públicas*

Como já mencionado, uma abordagem do Estado como conjunto de processos implica concebê-lo a partir de diferentes atores, com conexões mais ou menos fluidas, localizados em variados pontos e em distintos graus de localização institucional (WENDEL et al, 2005). Assim, as políticas públicas despontam como sendo constituídas por diferentes formas de organização – supranacionais, não governamentais, privadas (idem, ibidem) –, que remetem à articulação entre diferentes níveis de contextos e discursos locais e contextos e discursos globais, que figuram em agendas internacionais (VIANNA, 2002).

Nesse sentido, iniciativas que emergem no contexto dessas *redes de proteção* que pude acompanhar – como programas de combate à exploração sexual, debates sobre alterações legislativas, campanhas de incentivo à denúncia, as CPIs da Pedofilia – constituem-se, por exemplo, pela demanda e pela articulação de setores religiosos, organizações governamentais e não governamentais, discursos locais e internacionais, dispositivos normativos, saberes psicológicos, ações policiais, iniciativas privadas, setores jornalísticos e iniciativas midiáticas de outras ordens (como a internet).

Os eventos destinados ao debate sobre os direitos de crianças e adolescentes tornavam mais sobressalentes essas articulações. Eles reuniam autoridades locais e regionais do campo da segurança pública, da assistência social no estado e nos municípios, das frentes de luta

pelos direitos da infância e da adolescência, educadores, conselheiros tutelares, figuras do campo da política (vereadores, deputados, etc.). Esses encontros, portanto, sinalizavam os diferentes sujeitos e coletivos que se identificam com as *redes de proteção*; as pautas que se repetiam no fluxo e na conformação dessas cadeias (debates sobre o ECA, enfoque no engajamento e nas responsabilidades dele decorrentes, dificuldades institucionais, falta de recursos); bem como as disputas políticas responsáveis por impasses que entravavam o funcionamento e mesmo as rearticulações dessas redes (propostas por diálogos com novos sujeitos institucionais, acordo de novas demandas relacionadas, etc.)<sup>100</sup>. Entreviam-se os atores que recorrentemente integravam ou lideravam os debates, concentrando certo acúmulo de informações ou saberes referentes ao campo e, por conseguinte, certo capital no que diz respeito a constituir-se com alguma autoridade nesse campo. É a partir daí, também, que outros projetos emergem, entrecruzando pautas públicas e evidenciando ou matizando determinados debates. Ademais, essas mesmas situações desvelam não apenas alianças, mas também rivalidades e diferenças – sobretudo em torno de disputas políticas ou político-partidárias – que produzem, constituem, modificam e pluralizam as chamadas “redes de proteção”.

Nesse sentido, ainda, pode-se conceber que a CPI da Pedofilia, uma medida política institucionalmente de ordem federal, constitui-se pela demanda e pela articulação de setores religiosos, organizações governamentais e não governamentais, discursos locais e internacionais, dispositivos normativos, saberes psicológicos, ações policiais, iniciativas privadas, setores jornalísticos e iniciativas midiáticas de outras ordens (como a internet).

Tais dinâmicas podem ser lidas com base no modelo de análise discutido e reformulado por Laurie Boussaguet e Pierre Muller (2005) a respeito das diferentes modalidades de atores que operam na formulação de políticas públicas e dos modos de inserção e articulação dos problemas nas agendas políticas. Interessados em identificar em que medida e através de que processos o setor dos partidos políticos impacta o campo da formulação das políticas públicas, esses autores propõem um modelo que consiste em heurísticamente isolar os diferentes setores a fim de descrever seus potenciais particulares, os processos de

---

<sup>100</sup> Em um desses encontros públicos regionais e/ou municipais para discussão acerca das políticas públicas para infância e adolescência, ficou patente a ausência quase total de ações favoráveis aos direitos de crianças e adolescentes no município.

produção de ideias e as relações de acomodação e de conflito entre os diferentes atores e campos envolvidos nessa produção. Para tanto, fazem uso central da noção de *fórum*, tal como formulada por Bruno Jobert, para caracterizar esses distintos setores que operam a construção das pautas públicas.

Nesse sentido, os *fóruns* dizem respeito a instâncias, espaços, organizações, mais ou menos institucionalizados e dotados de regras específicas que obedecem a uma temporalidade particular e que colocam em cena distintos atores com diferentes retóricas; o fórum consiste de um espaço que produz ideias e representações sobre uma política, interpretáveis de acordo com suas regras internas e com os interesses dos atores. Muito embora os diferentes fóruns obedeam às lógicas que lhes são específicas, eles não são fechados ou impermeáveis entre si: antes, ideias desenvolvidas em um fórum podem lançar luzes ou comunicar-se com outros, compartilhando ou alimentando novos projetos. Dessa maneira, segundo Boussaguet e Muller (*idem*), o conceito de fórum destaca a complexidade e o caráter não hierárquico e não linear dos processos de elaboração das políticas públicas<sup>101</sup>.

Ainda de acordo com Boussaguet e Muller (*idem*), tais negociações, disputas e associações têm como espaço privilegiado a agenda política, na qual se articulam as *politics* (ou seja, conflitos da esfera política em geral) e as *policies* (programas de ação pública que visam à resolução de problemas). Inerentemente caracterizada pelo conflito e pelo caráter público, a agenda implica a controvérsia, o debate e os confrontos entre diferentes grupos. Ademais, a noção de agenda desvela que não há problemas dados, apenas problemas construídos, sendo que a inserção ou configuração destes naquela arena se dá por diferentes dinâmicas, tais como a ascensão de um novo partido político ao poder, crise da ação pública em vigor, etc.

---

<sup>101</sup> Com vistas a tal proposta teórico-metodológica, Boussaguet e Muller (2005) delineiam, com base em um modelo antes proposto por Jobert, cinco fóruns que operam na definição dos conteúdos das políticas públicas: (1) fórum dos expertos (especialistas acadêmicos que atuam no levantamento de condições técnicas e no aconselhamento a setores governamentais); (2) fórum da sociedade civil (associações ou atores, profissionais ou não, que podem mobilizar-se em torno de uma política pública particular em determinado momento); (3) fórum de políticas públicas (atores que efetivamente participam da definição do conteúdo de cada política); (4) fórum midiático (mídias como produtoras de ideias em torno de uma política pública particular); (5) fórum político (partidos políticos).

Entendo que conceber os processos pelos quais se formulam e se instituem políticas públicas através da proposta apresentada por Boussaguet e Muller (2005), tal como descrito acima, implica não apenas, como atentam os autores, que elas sejam apreendidas como não lineares e não hierárquicas, como também que os diferentes fóruns não se anulam em uma oposição nem se eclipsam na definição das pautas públicas, mas podem, como demonstram Langdon (2004) e Vianna (2002; 2005) a respeito da relação entre saberes médicos/técnicos e saberes tradicionais, articular-se, combinar-se, acomodar-se, mesmo que em uma relação por vezes assimétrica (ver VIANNA, 2002; 2005). O quadro a ser descrito não é de uma oposição entre saberes técnicos (médicos, psicossociais, jurídicos) e saberes tradicionais, mas de uma articulação, uma combinação, uma acomodação entre diferentes formas de conhecimento, mesmo que em uma relação assimétrica – como é o caso da relação entre aparato administrativo e unidades domésticas descrita por Adriana Vianna (*idem*; *idem*).

O diálogo com as políticas públicas sempre foi uma constante entre os antropólogos (ver HARTUNG, 2013; RIFIOTIS, 2014). Para Patrice Schuch (2009a, p. 23), é possível ainda pensar a antropologia *como* política pública, tendo em vista aspectos como a matriz humanista da disciplina, a relação que ela estabelece entre teoria e contextos políticos, e suas relações com o plano da intervenção social. Contemplar diferentes associados que configuram as redes a partir dos casos denunciados é uma forma de levantar negociações entre atores em diferentes posições estruturais de poder, possibilitando-se uma compreensão das lógicas institucionais, morais e subjetivas que orientam a construção das políticas públicas, os conflitos e as dissidências que se estabelecem em sua formulação e em sua prática.

### *2.7 Os nós costurando redes... Nós, costurando redes*

Acompanhar essas associações entre distintos atores sociais trouxe à tona o modo como eles avaliavam uns aos outros, como qualificavam as condições gerais para o exercício prático das políticas públicas, e a forma como gestores locais percebiam as rotinas dos funcionários estatais no município. Além disso, tornava-se patente o modo como o Estado figurava como uma entidade externa e intangível (MITCHELL, 1999, p. 77-78), e como as políticas públicas ganhavam contornos de medidas igualmente externas, a cujo manejo eles não teriam acesso.

Considerando que agentes da justiça e da segurança pública – cujos cargos apresentavam alta rotatividade – provinham de outros municípios e que alguns deles respondiam por diferentes localidades, funcionários estatais eram vistos com bastante insatisfação pelos gestores e moradores locais. Vereadores e secretários municipais queixavam-se da frequência com que defensor público e juiz compareciam à cidade (“*uma vez por mês... quando vêm*”), da falta de efetivo policial, da ausência de um delegado responsável unicamente pelo município (“*não tem delegado: assume o investigador... deveria existir um delegado de carreira no município!*”), da falta de casas de passagem. Um dos gestores municipais, natural daquela localidade, queixava-se das relações que, segundo ele, profissionais como juízes e promotores, oriundos e moradores de outros municípios, estabeleciam com o público e com os administradores locais, alegando que era “*preciso ler a cartilha deles, ou eles vão embora*”. “*A gente precisa de uma promotoria, a gente precisa da presença do juiz*”, dizia, assinalando que tais ausências desestimulavam a população nas demandas por justiça e por direitos.

Da parte da polícia, por sua vez, havia constantes queixas a respeito da falta de adesão dos moradores às rotinas do trabalho de apuração policial, bem como certa falta de colaboração por parte de gestores e funcionários municipais – ou de outros funcionários do estado – para a condução dos procedimentos burocráticos e investigativos. Em uma reunião junto a um deputado federal que visitava Curalinho, um cabo da PM pediu a palavra para expor o desestímulo com que ele e seus colegas se deparavam diante da ausência de denúncias sobre situações de que a população reclamava informal e imprecisamente (como o tráfico de drogas, por exemplo) e da recusa em proceder contra os acusados quando eles intervinham em algum tipo de diligência. Outro soldado, por sua vez, esclareceu as dificuldades que seus colegas enfrentavam para, em tão pequeno número, atender a todo o município.

Todas essas “lacunas” eram acionadas menos para responsabilizar ou culpabilizar outros setores do que para ilustrar ou comprovar o efeito de “*ausência do Estado*”, argumento bastante central na retórica sobre os “*problemas sociais*” da região e sobre as dificuldades de cada instituição em dar conta de suas demandas.

Outro aspecto que o acompanhamento das redes possibilitou entrever foram os diferentes modos de conceber os sujeitos-vítimas que figuravam nas denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Entre muitos representantes de entidades voltadas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes, eram frequentes denúncias de que funcionários da segurança pública, por exemplo, ao receberem denúncias de abuso e exploração sexual de jovens meninas, esquivavam-se de proceder com o devido afincio considerando-as “*todas putinhas*”. Durante a pesquisa de campo, ouvi, entre agentes associados aos circuitos de proteção a crianças e adolescente, referências ao fato de que determinada menina “*era uma prostitutazinha*” ou que alguma outra “*queria é foder*”. Também ouvi queixas de outros membros alegando que alguns funcionários e técnicos da área de assistência psicossocial, a despeito de sua orientação ética e dos pressupostos implicados em seu cargo, igualmente qualificavam jocosamente as meninas que figuravam em determinados casos de abuso e exploração sexual como “*putinhas*”. Em uma localidade da zona rural, um agente de saúde me contava sobre o atendimento a uma jovem de quinze anos que vivia maritalmente com um homem de cerca de quarenta – “*sua filha?*”, perguntou ao homem o incauto agente de saúde, antes de descobrir que eles eram um casal. Uma mulher da comunidade que acompanhava a conversa rapidamente se pôs a confirmar a história, dizendo que a adolescente tinha “*cara de velha*”. E rapidamente o rapaz emendou: “*é de tanto esticar o couro da periquita*”.

Por outro lado, os discursos oficiais e muitos agentes que representavam instâncias um pouco além dos círculos locais, apresentavam horror a quaisquer ideias dessa natureza. Nesses espaços, as meninas eram percebidas como vítimas, sobre quem pesavam situações dramáticas de abuso, exploração, maus-tratos, ameaças e sedução. Em um dos eventos de que participei, Cecília, representante do conselho estadual, corrigia algumas pessoas presentes pontuando que não existia o termo *prostituição de crianças de adolescentes*, uma vez que, de acordo com seus pressupostos ético-políticos, crianças e adolescentes não dispunham de *autonomia* para *decidir* ou consentir a respeito do ato sexual. Portanto, para ela, era claro que os casos descritos pelos participantes como prostituição se referiam, pelo contrário, a casos de *exploração sexual*<sup>102</sup>.

Esses elementos sinalizam para diferentes entendimentos sobre os sujeitos-vítimas que protagonizam os casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, para diferentes concepções sobre infância e sobre agência, bem como para a heterogeneidade que circula e conecta as

---

<sup>102</sup> A respeito das relações entre tais categorias no âmbito dos debates políticos e da militância, ver a tese de Laura Lowenkron (2012).

*redes de proteção*. Para o último grupo, a crianças e adolescentes, sobretudo de idade inferior a quatorze anos, não caberia qualquer desejo genuíno de ingressar em modalidades de contatos sexuais, de maneira que, se as situações de violação não tratassem de completa objetificação das *vítimas* pelos perpetradores do abuso, no mínimo elas diriam respeito a estratégias de sedução, persuasão ou ameaça que culminariam na vitimação sexual infanto-juvenil. Todavia, para o primeiro grupo, crianças e adolescentes, sob certas circunstâncias, seriam capazes de ativamente administrar seu desejo, tomar decisões frente aos convites sexuais e mesmo de empreender contatos e abordagens sexuais junto a outrem – assim, alguns casos, embora adentrassem nas instâncias de acolhimento da *rede de proteção*, eram avaliados pessoalmente pelos técnicos e parceiros não em termos legais, mas em termos morais e contingentes. Digo “sob certas circunstâncias” porque, evidentemente, tais enunciados me figuraram dispersamente, narrados por terceiros, lidos em registros escritos ou apreendidos em comentários jocosos. Na situação da pesquisa, a retórica mobilizada pelos sujeitos, sobretudo por aqueles que integravam serviços públicos, era mais próxima àquela do CEDCA. O efeito foi a impossibilidade de esmiuçar, no trabalho de campo, quais as configurações circunstanciais em que a agência moral de crianças e adolescentes se tornava aparente entre os agentes voltados aos direitos e à proteção de crianças e adolescentes – às vezes de modo pejorativo.

De qualquer forma, os arranjos entre esses dois enquadramentos interpretativos – entre a agência moral das meninas e sua completa objetificação frente às formas de violação – possibilitavam agenciamentos por parte dos funcionários responsáveis por determinados serviços públicos. Na delegacia e no conselho tutelar, por exemplo, presenciei muitos momentos de reflexão e de esforços para se compreenderem as dinâmicas que haviam culminado nos fatos denunciados. Assim, muito embora os procedimentos legais cabíveis fossem devidamente encaminhados, não eram incomuns os esforços cautelosos para mediar o conflito que se estabelecera e para assegurar que os envolvidos recebessem orientações referentes às implicações legais de seus atos. Assim como assinala Fábio Reis Motta (2014, p. 484), os agentes detêm uma capacidade crítica e reflexiva que lhes possibilita lançar mão de diferentes “regimes de envolvimento diante das controvérsias públicas”.

Pensar na forma contingente, circunstancial e dinâmica com que essas redes se articulam e se produzem requer que se lembre também do

lugar do/da observador/observadora nas tessituras dela. Dessa forma, faço um adendo para pensar o modo como me inseri e como me teci e fui tecida nessa rede.

Como pesquisadora e sendo apresentada através de personagens-chave – como a CJP, dona Arlete, etc. –, desfrutei de um espaço específico ao chegar à localidade e pude seguir uma determinada rede. Tendo sido apresentada, através dessas e de outras lideranças, a distintos núcleos relacionados à administração municipal, a personagens centrais na condução dos debates públicos e a profissionais diversos, em alguns momentos era pedido que eu telefonasse para determinados gestores a fim de solicitar recursos para uma viagem para a busca de adolescentes no interior, por exemplo. Em certo período, alguns interlocutores próximos me sinalizaram a impressão de que meus pedidos pareciam mais agilmente atendidos do que os dos conselheiros tutelares – e isso me fez perceber como mais um membro integrando, contingencialmente, aquele campo de relações. Em outro momento, como já citado neste texto, tomei a iniciativa de entrar em contato com a Secretaria de Assistência Social para solicitar apoio à condução de duas adolescentes pelo agente de segurança de uma vila até a sede do município, onde seriam realizados os procedimentos junto à escritã da polícia civil. E mesmo me foi pedido, por uma delegada em um sábado agitado e pleno de atividades na delegacia de polícia civil, que eu acompanhasse adolescentes até o Hospital Municipal de Curalinho para a realização de exames de *conjunção carnal*.

A relação de profundo diálogo e de confiança estabelecida com os conselheiros tutelares também me inseriu na dinâmica de reflexão sobre os casos e sobre os encaminhamentos adotados pelo órgão. Dessa forma, tive a oportunidade de dialogar com frequência com os conselheiros em sua tarefa de construir rotas para o fluxo de determinadas denúncias, planejando a qualidade dos atendimentos psicossociais e jurídicos que as situações demandavam e de que os sujeitos pareciam necessitar. Relação semelhante de diálogo e de troca ocorreu com a escritã da polícia civil. Débora, e com a psicóloga do CREAS, Vanessa – interlocutoras com as quais podia, sempre obedecendo aos princípios da ética, avaliar e ponderar os casos na medida em que aconteciam e se desdobravam. Aprendi, com cada uma dessas pessoas, sobre procedimentos técnicos, sobre o cotidiano local, sobre as dinâmicas familiares e sobre desafios profissionais, inclusive

podendo oferecer-lhes escuta quando se encontravam envoltas em dilemas<sup>103</sup>.

Além da atuação prática na demanda e negociação por recursos e no diálogo em torno dos casos e procedimentos, pude integrar a rede estando junto às crianças e às famílias no processo de escuta de seus relatos, sob a permissão de técnicos e conselheiros tutelares ou em incursões solitárias em campo, negociadas diretamente com os sujeitos; nas viagens do interior à sede do município para condução dos procedimentos, fosse dando colo para as crianças na lancha ou cuidando das adolescentes no barco, por exemplo evitando que o acusado se aproximasse durante a viagem; nas idas ao hospital acompanhando as adolescentes para a realização de exame de conjunção carnal e operando tensas negociações com o médico no plantão a respeito da liberação de laudos para o prosseguimento dos inquéritos policiais; na conversa com a (à época) coordenadora do HMC e com algumas atenciosas enfermeiras e técnicas em enfermagem que compartilhavam de preocupações em torno das práticas de atendimento hospitalar a jovens vítimas de violências sexuais; nas conversas privadas com as meninas com quem construía relação de maior confiança, tranquilizando-as para que se sentissem à vontade para relatar o ocorrido diante da escritã ou da psicóloga, uma vez que o peso formal dos depoimentos e atendimentos as assustava; nos momentos de companhia e brincadeira junto às crianças enquanto os adultos prestavam depoimento ou participavam de audiências; na hora dos conselhos aos pais e às adolescentes, quando surgiam questões conflituosas; nas conversas mais a fundo para apurar as situações sob suspeita; na articulação da denúncia quando a vítima ou a família ponderava, por insegurança ou descrença no poder público, levar o caso adiante; no momento em que duas professoras me procuraram no pequeno quarto em que morava solicitando minha intervenção em um caso de abuso sexual de que haviam tomado conhecimento na escola<sup>104</sup>.

---

<sup>103</sup> Aqui, cabe destacar um período anterior em que, no entanto, a forma como uma técnica se propunha a dialogar parecia mais ter como objetivo “receber informações” privilegiadas ouvidas no ato da pesquisa do que propriamente trocar conhecimentos.

<sup>104</sup> Um dos casos mais emblemáticos de minha integração à ativação das redes foi quando da denúncia realizada por Lorena e sua tia a respeito do rapaz que tentara atacá-la. Lorena tinha 16 anos quando, ao retornar do culto na igreja que frequentava, foi parada por um rapaz que, segundo ela, parecia alcoolizado. Ele se aproximou, rasgou sua blusa e a ameaçou para que não gritasse. Lorena, entretanto, rapidamente “*deu alarme*” e se pôs a pedir socorro, fazendo com

Portanto, relembrar todos esses episódios põe em relevo minha participação na “ativação” dessas redes, na medida em que, de alguma forma, também participei da demanda por recursos municipais para as ações em torno da área da infância e adolescência, no diálogo com atores supralocais das redes de proteção, bem como no auxílio operacional aos procedimentos e encaminhamentos adotados diante dos casos – e, mais que isso, na relação com as pessoas denunciantes. Isso sinaliza para o modo como o campo se foi desenhando – também como fui desenhando o campo e como ele me foi desenhando – e para os contextos situacionais de construção dos “dados”. Mais do que um debate entre “observação participante” e “participação observante”, portanto, o campo se articula situacionalmente com base nos lugares que assumimos e nos lugares em que somos colocados (enfermeira, policial, delegada, psicóloga, missionária, ativista do meio ambiente, veterinária, professora, advogada... e tantos outros espaços aos quais me atribuíram); com base nas emoções que despertamos e que nos despertam; com base na qualidade da relação que estabelecemos com as pessoas em dados momentos de suas vidas; com base no contato através da dor, do medo, da fragilidade, da insegurança, do sentimento de impotência e da violência; com base nas emoções profundas que nos mobilizam na revolta, na raiva, no sentimento de injustiça, mas também na admiração, no afeto, na confiança – paralelamente aos esforços por ponderações. Trata-se das delícias do que Carrithers (2005) denominou *aprendizado*

---

que um rapaz viesse ajudá-la. Quando procurou a delegacia na manhã seguinte, foi orientada a primeiro realizar os exames junto ao HMC. Diante da fila interminável para atendimento clínico, sobrinha e tia desistiram e retornaram frustradas e assustadas. Fui informada por uma amiga em comum, que me pediu que interviesse. Procurei o CT, comuniquei o ocorrido, e Felipe rapidamente acionou a Polícia Militar para irmos até a Delegacia. Na delegacia, o investigador se justificava ao conselheiro tutelar, alegando que cuidava sozinho da delegacia e que não tinha meios nem recursos para maiores procedimentos naquele momento, estabelecendo-se uma disputa em torno dos procedimentos e do que seriam as demandas consideradas urgentes e prioritárias. Por fim, após minha sugestão de pensarmos a prioridade do atendimento médico e os recursos *possíveis* naquele momento, Lorena foi encaminhada ao hospital. E, quando do depoimento na delegacia, foi questionada inúmeras vezes *se ela tinha certeza* de que a ação do rapaz tivera intenção sexual. Ela tornava a narrar detalhadamente a sequência de fatos – a abordagem, o momento em que ele a apalpour e em que lhe tocou os seios – e a mostrar a blusa completamente rasgada na parte da frente, que ela e a tia traziam na bolsa. O investigador, porém, exaustivamente dizia que ela precisava *ter certeza*, voltando a questioná-la.

*engajado*. O material de campo é produto de emoções e de dinâmicas que nos identificam profundamente uns com os outros (e que nos “desidentificam” em relação a alguns, também).

Não me é possível, portanto, descrever o campo, os procedimentos e as chamadas redes de proteção sem enxergar-me como parte intrínseca disso tudo e sem ponderar ao leitor tal tipo de constatação, não somente no que concerne às perspectivas e à subjetividade, mas principalmente no que diz respeito ao desenrolar do tempo e de seus episódios. Isso significa que não somente minhas sensibilidades, minhas convicções, meus valores, minha moralidade, minha formação política estavam em cena, tensionando os compromissos da pesquisa de campo – algo bastante conhecido e discutido no campo da antropologia<sup>105</sup>. Trata-se da forma como o pesquisador se constitui tão explicitamente um *ator* no sentido latouriano, provocando ações e efeitos em uma cadeia de relações contingentes. O desafio da pesquisa etnográfica foi, portanto, por longo tempo, enxergar-me no mesmo plano de relações cujas articulações e cujos efeitos eu buscava descrever.

Evidentemente, por outro lado tais aspectos e considerações não eliminam as relações assimétricas que marcam indelevelmente o processo de construção e de redação da etnografia. Como lembra Adriana Vianna<sup>106</sup>, a escrita altera esse campo de relações, de modo que esse lugar de *ator* se torna também de *autoria*. Por meio da escrita, reinventamos e recriamos as experiências e as interações junto aos sujeitos da pesquisa. A autoria sobre o texto escrito evidencia, em última instância, certos poderes do autor – que é a quem cabe decidir a respeito da seleção dos elementos a serem descritos; da organização do material de campo; da forma de apresentação dos sujeitos-personagens e dos diálogos junto a eles; dos enquadramentos teóricos a partir dos quais as experiências são descritas e lidas. Apesar dos modos de participação nas rotinas compartilhadas ao longo do trabalho de campo, a autoria sobre o texto etnográfico introduz assimetrias significativas entre mim e meus interlocutores, as quais repercutem inevitavelmente na construção narrativa desta peça etnográfica.

---

<sup>105</sup> Ver, por exemplo, a coletânea organizada por Alinne Bonetti e Soraya Fleischer (2007).

<sup>106</sup> Observações feitas durante a arguição da professora Adriana Vianna com relação a esta tese. As reflexões contidas no referido parágrafo derivam, portanto, de suas generosas contribuições.

## 2.8 Alguns apontamentos parciais

As descrições e avaliações até aqui apresentadas parecem sinalizar para dois aspectos levantados pelo campo em questão – um em relação à forma como os projetos, as propostas ou as agendas relacionados ao campo temático eleito (fenômeno denominado *abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* ou, na linguagem das articulações de CPIs, *pedofilia*) desenham uma forma específica de abordar o debate; outro em relação ao conjunto de elementos e pressupostos implicados no funcionamento das redes de proteção e na definição dos episódios.

**De uma parte**, a constante referência à *ausência do Estado*, às condições de pauperização, à ausência de serviços institucionais de fiscalização e controle, constitui um mote central no debate sobre abuso e exploração sexual infanto-juvenil – em se tratando desse conjunto de articulações ou dessa configuração. Essa ênfase do cenário em torno das (*ausências* de) políticas públicas dispõe de tal força que inclusive opera sobrepondo à discussão sobre traumas decorrentes do abuso ou sobre o perfil psicológico do abusador – tônicas que constatamos mais frequentemente em se tratando nas regiões centro-sul do país – uma ênfase a respeito das políticas e da promoção de serviços públicos. A *vítima* e o *abusador* figuram não meramente como personagens centrais ou sujeitos com experiências e valorações específicas, mas também como *efeitos* ou sintomas de uma organização política e social que não vai bem, de uma configuração política e econômica plena de falhas. Os episódios de abuso sexual, exploração sexual, prostituição infantil são não necessariamente casos particulares levantados sob uma perspectiva psicológica; eles, em seu conjunto, constituem *diagnósticos* sociais e político-econômicos, operadores sociológicos que viabilizam a análise de aspectos estruturais, mobilizam a formulação de denúncias e fomentam a construção de agendas públicas. A abordagem aqui, portanto, incide menos nos sujeitos que compõem a dinâmica relacional do abuso em si e em seus processos de subjetivação do que na forma como esses acontecimentos podem evidenciar a relevância de pautas públicas em torno da prestação de serviços por parte do Estado.

Um dos efeitos dessa modalidade de enfoque era a explícita relação do debate sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes com uma pluralidade de outros projetos e demandas públicas em torno da região. As narrativas sobre o problema da violação sexual infanto-juvenil alimentavam outros campos de discussão na agenda pública, referentes desde a lacunas estruturais na prestação de

serviços básicos – como a área da saúde, do transporte, da segurança pública, da educação – até a amplas questões histórico-geográficas e político-administrativas que caracterizam as dinâmicas da região.

**De outra parte**, a atuação das redes de proteção e o modo como se produzem seus vínculos “internos” trazem à tona mais do que um conjunto de procedimentos técnicos, de diretrizes e de protocolos para a condução de denúncias sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Os “bastidores” dessas redes sugerem, antes, que sua ativação se guia não por procedimentos meramente técnicos, mas por avaliações e ponderações morais compartilhadas entre pares, por negociações diversas, por relações amistosas e de disputa, bem como por projetos que emergem dessas relações ou que as permeiam. Desse modo, entendo que a forma, a consistência, a efetividade e a sequência como diferentes instituições e sujeitos se articulam em torno das demandas permitem que se entrevejam aspectos do campo das moralidades e que, através dessas redes – e especialmente do modo como são (ou não) “ativadas” –, é possível identificar o jogo de avaliações morais com base nas contingências com que se apresentam as experiências dos sujeitos.

O peso sobre os valores morais e sobre as estratégias de valoração moral, no entanto, não se restringe aos setores que encabeçam as tomadas de decisões formais e os procedimentos institucionais. Ele também diz respeito ao modo como os sujeitos que elaboram a denúncia e/ou que recorrem à intervenção institucional ponderam moralmente os eventos dessa natureza ou de natureza próxima ou similar – isto é, que apresentem em relação a eles conexões parciais ou mesmo sutis – e os impactos de sua apreciação pública (isto é, sobre quem, além do acusado, recairá o peso das desconfianças e da culpabilização; quais avaliações se construirão sobre a reputação e a intencionalidade da vítima ou da pessoa denunciante, etc.).

Antes de passar à discussão sobre o modo como a realização de algumas denúncias desvela agenciamentos das redes de serviço para fins diversos, falarei um pouco sobre o lugar dos documentos nesse conjunto heterogêneo que compõe as redes, desde a efetuação da denúncia até os demais procedimentos.



### **CAPÍTULO 3. Os caminhos da denúncia: agenciamentos em torno dos serviços públicos**

O quadro das políticas públicas, tão sinalizado como causa e/ou solução pelos setores de combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes na região, carece ser avaliado não apenas do ponto de vista do que tem a oferecer, nem tão somente a partir de seu funcionamento interno, de parte dos atores que as fazem “funcionar” – por assim dizer. É preciso que os serviços públicos sejam avaliados também a partir dos sujeitos que os acessam e que negociam seus sentidos e seus efeitos em seu campo de intenções e projetos.

Antes, porém, há de se descreverem percursos e efeitos de outro elemento importante nas tramas que configuram as redes que emergem a partir dos casos denunciados: os documentos. Não apenas os usuários dos serviços públicos como também os documentos, em suas variadas formas, atuam negociando formas de atendimento, classificação e fluxos dos serviços públicos.

#### *3.1 Documentos, articulações e caminhos da denúncia*

A análise dos documentos produzidos e encaminhados no contexto dos atendimentos nos conselhos tutelares constitui uma alternativa viável na tarefa de mapear a sequência de eventos, categorizações e articulações que se empreendem a partir da denúncia. Ela revela, pois, os roteiros do processo. Através deles, podem-se identificar quais atores são acionados no ato da denúncia; que instituições são articuladas; que procedimentos são adotados; e que estratégias aparecem quando o quadro de serviços disponíveis não é o “ideal”.

No entanto, os documentos, por sua vez, não constituem apenas formalidades a atender preceitos burocráticos de um Estado racionalizado. Tampouco esses artefatos timbrados, assinados e repletos de descrições, dados e registros se limitam a contar a história dos casos a que se referem ou a história dos procedimentos adotados para apurá-la. Após algum tempo, entendi que, mais do que isso, os documentos promovem ações; eles ativam ou mantêm ativas as articulações que tecem as redes de proteção, promovendo ou viabilizando associações – seja entre segmentos cujas relações são amistosas, seja entre aqueles que mantêm divergências ou conflitos –, bem como uma cadeia de procedimentos médicos, assistenciais, judiciais, etc.

A atenção aos documentos e arquivos relativos a contextos burocráticos constitui importante campo das ciências sociais. Eles estão presentes em áreas de pesquisa das mais variadas, que envolvem desde leis, ativismo político, arte, religião ou descobertas científicas (RILES, 2006, p. 4). Na pesquisa antropológica, porém, os registros burocráticos constituem, segundo Latour (apud HULL, 2012, p. 252; RILES, 2006, p. 2), “o mais desprezado dos objetos etnográficos”. Em parte, a histórica divisão do campo das ciências sociais esboça algumas pistas a esse respeito: por longo período, as instituições formais foram objeto de estudo da sociologia, da ciência política e da economia, cabendo à antropologia ocupar-se das ditas sociedades de menor escala, cujas dinâmicas pareciam ser independentes de sistemas formais de organização (HULL, 2012, p. 252). Ademais, o próprio interesse pelos registros escritos repousou, por longo tempo, mais estritamente no que eles *representavam*, naquilo que se perceberia *através* deles, não exatamente nos documentos em si (idem, ibidem) e nos efeitos e implicações de sua materialidade. Tal fato se explica, sobretudo, pela invisibilidade analítica dos documentos (BRENNEIS, 2006 apud HULL, 2012). Tidos como objetos que dariam fácil acesso ao conteúdo que registram, seu papel de *mediação* costumava passar despercebido – condição fenomenológica comum aos mediadores de modo geral (LATOURE, 2008), como assinala Matthew Hull (2012, p. 253). A pesquisa com documentos suscita questões a respeito de sua produção, do ato de documentar, mais do que sobre seus conteúdos (VIANNA, 2014).

Ao amplo conjunto de materiais de mediação de discurso – documentos, arquivos, manuais oficiais, comunicados, mapas, cartas –, Hull (2003) propõe denominar “artefatos gráficos”. Artefatos gráficos se referem, portanto, a instrumentos de mediação de processos comunicativos que levem em conta formas materiais de escrita – e, aqui, a materialidade é central. Esse autor sugere, portanto, que restaurar analiticamente a visibilidade dos documentos implica tomá-los como *mediadores* no sentido proposto por Latour, isto é, como coisas que “transformam, traduzem, distorcem e modificam os sentidos ou os elementos que se supõe que devem transportar” (LATOURE, 2008, p. 63). Com base nessa perspectiva, os documentos figuram não como neutros veículos de conteúdos, mas como mediadores que modelam os signos neles inscritos (HULL, 2012); afinal a relação entre a materialidade dos artefatos gráficos e os processos semióticos que eles mediam não é de independência nem de subordinação, mas de condicionamento mútuo.

Hull (2012, p. 256) alerta ainda para o fato de que as diferentes abordagens etnográficas – sejam as que se concentram em sua estética, nas emoções que mobilizam ou em seus signos – dão conta de duas amplas dimensões inerentes aos documentos: (1) controle administrativo e (2) constituição de sujeitos, objetos e socialidades. Isso porque, além de instrumentos de organizações burocráticas, utilizados para controle e orientação a procedimentos e agentes em contextos administrativos, os documentos são constitutivos das regras, das práticas, dos resultados e das próprias organizações burocráticas (idem, *ibidem*); mais ainda, eles constituem subjetividades, relações e afetos que estão para além dos espaços organizacionais (LOWENKRON e FERREIRA, 2014, p. 83).

Em suma, como propõe Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira (2013, p. 42),

[...] documentos podem ser encarados como artefatos que exercem mais do que a função meramente referencial de registrar ou representar graficamente algo que existiria no mundo à sua revelia. A produção, o porte, a circulação e o arquivamento de documentos têm desdobramentos no mundo social, não só por seu efeito de verdade e por funcionarem, em certos contextos, como critérios de respeitabilidade, elegibilidade e acesso a benefícios e direitos (Santos 1979; Peirano 1986, 2006a, 2006b, 2009), mas também por produzirem e rearranjarem relações, além de serem capazes de transportar, conter ou incitar afetos de diversas ordens. Funcionam, em suma, não como artefatos estéreis e autocontidos, e sim como objetos materiais do direito, da administração e da governança capazes de produzir diferentes efeitos e engendrar múltiplos afetos e relações (Navaro-Yashin 2007:95). Cabe, portanto, investigar os efeitos provocados por registros documentais produzidos, manipulados e arquivados em contextos particulares.

Os documentos escritos são, portanto, “artefatos paradigmáticos das práticas de conhecimento moderno” (RILES, 2006, p. 2, tradução livre), de maneira que nos permitem pensar e testar formas de abordagem etnográfica acerca da modernidade (idem, *ibidem*). Ademais, o foco metodológico nos documentos nos coloca etnograficamente diante de desafios antropológicos relacionados à descrição e à

caracterização das fronteiras das organizações (HULL, 2012), os quais se evidenciam especialmente nas reflexões em torno do Estado, tal como nos demonstra Timothy Mitchell (1991; 1999). Para este último autor, as bordas entre Estado e sociedade são “evasivas, porosas e móveis” (MITCHELL, 1991, p. 77); sendo tais limites imprecisos, os “elementos sociais parecem penetrá-lo por todos os lados, e a fronteira resultante entre Estado e sociedade é difícil de determinar” (idem, p. 88, trad. livre). É por meio das práticas de documentação que o Estado se torna *legível*, engendrando a “produção tanto de uma linguagem como de um saber para governar e ferramentas empíricas que classifiquem e regulem coletividades” (TROUILLOT, 2001, p. 126).

Conforme assinala Hull (2012, p. 260), os documentos podem ajudar em formas de socialidade não meramente como instrumentos de controle, mas como veículos de imaginação: assim como outras formas de cultura material, os documentos participam do modo como o Estado passa a ser imaginado pelos indivíduos. Nesse sentido, a materialidade dos documentos e as práticas em torno dele, tais como produção, circulação e arquivamento, “reproduzem tanto o Estado-ideia quanto o Estado-sistema” (FERREIRA, 2013, p. 53) – dimensões que, de acordo com Abrams (1988), caracterizam o Estado moderno. Como afirma Leticia Ferreira (idem, *ibidem*), os documentos materializam “vínculos entendidos como permanentes entre sujeitos e Estados”, assim como constituem “condições para que procedimentos, trâmites e demandas sejam desembaraçados em diferentes aparatos de administração pública”.

O Estado, cuja existência não se reduz a meras regulações burocráticas para controle social, acaba por materializar-se através dos documentos e de outros artefatos gráficos, os quais são passíveis de reprodução, repetição, citação, imitação e falsificação e, portanto, capazes de atingir domínios da vida a que práticas burocráticas formais não têm acesso (idem, *ibidem*). Por conseguinte, através de documentações, registros formais e outros papéis oficiais, o Estado entra na vida cotidiana e prática da comunidade (DAS, 2004 apud HULL, 2012, p. 258), mostrando-se ao mesmo tempo “distante e penetrante na vida diária” (DAS e POOLE, 2008, p. 31). Tais formulações, por sua vez, conduzem a outro aspecto do campo de reflexão: as controvérsias, as divergências e os diferentes usos a que os documentos burocráticos eventualmente podem dar origem. Os documentos não são isomórficos em relação às formas de socialidade ou às estruturas organizacionais a que se referem (HULL, 2012; LOWENKRON e FERREIRA, 2014), de maneira que podem emergir disputas por sentidos, conflitos entre

divisões administrativas e contradição de instruções que podem comprometer a organização formal em vez de reforçá-la (HULL, 2012) ou que podem dar espaço para usos em sentidos diversos dos supostos pelas racionalidades administrativas que os projetaram (idem, ibidem). Apesar de serem pensados como forma de tornar as populações legíveis fixando identidades, os documentos podem “adquirir um diferente tipo de vida” quando funcionários do Estado e cidadãos comuns os “manipulam com fins diferentes” (DAS e POOLE, 2008, p. 39). Ademais, como nos lembra Mitchell (1991, p. 88), é por meio do conflito entre diferentes partes ou setores que compõem o aparelho estatal que a permeabilidade das fronteiras entre Estado e sociedade pode ser evidenciada, pois o conflito “permite que se rastreie como as diferenças sociais mais amplas se reproduzem dentro dos processos do Estado”.

Há, portanto, uma capacidade generativa relativa aos artefatos gráficos, assim como já é conhecida a capacidade generativa do discurso – os documentos criam entidades, como lugares, eventos, propriedade, doenças e, especialmente, sujeitos e socialidades (HULL, 2012, p. 259). O que diferencia o discurso quando ele é *mediado* pelo documento é a forma como os esquemas de classificação inerentes aos discursos são relacionados a pessoas, coisas e lugares particulares (idem, ibidem), designando-se propriamente a que ou a quem exata e unicamente aqueles conteúdos se referem. E, no dia-a-dia dos procedimentos burocrático-administrativos, na cadeia dos serviços voltados ao público, é preciso que os acontecimentos e as denúncias sejam inscritos em forma de relatos e registros em artefatos gráficos específicos; afinal, “o que não está nos documentos, não está no mundo” (ver LOWENKRON e FERREIRA, 2014, p. 84, trad. livre). Eles produzem ideias de *sujeito* e de *cidadania* que passam a circular entre aqueles que o manipulam (DAS e POOLE, 2008, p. 31).

Por outro lado, do mesmo modo como *constroem*, os documentos carregam consigo a capacidade de *desconstruir*, tal como lembra Miriam Hartung<sup>107</sup>. Se de um lado eles constroem e autorizam mundos, fatos, objetos, de outro eles também têm o poder de desconstruir, de desautorizar, de deslegitimar determinadas versões de mundos, modos de organização, territorialidades, coletivos, práticas sociais. E é nesse sentido que os documentos operam, por exemplo, a desconstrução – sobretudo via o não reconhecimento – de formas de vida caracterizadas,

---

<sup>107</sup> Agradeço à professora Miriam Furtado Hartung sua leitura atenta e suas primorosas contribuições a este trabalho.

nos entendimentos do Estado, por uma suposta “precariedade” ou, no limite, “ilegitimidade”.

É com vistas a esse conjunto de argumentos e explicações que os documentos oferecem uma importante via para o estudo acerca do Estado e das políticas públicas, uma vez que, sob tais perspectivas etnográficas, eles permitem “observar o Estado em *ato*, a nação se fazendo, o Estado no dia-a-dia da vida das pessoas” (PEIRANO, 2006b, p. 136, grifo da autora).

Voltemos ao cenário das práticas formais de Curralinho. A produção e a circulação de ofícios, ocorrências, encaminhamentos, notificações, declarações, advertências, solicitações, termos de informação, termos de responsabilidade, relatórios – para citar algumas modalidades de registros elaborados no contexto dos conselhos tutelares, por exemplo –, não apenas informam ou demandam através de seu conteúdo, descrevendo os casos e delineando mecanismos de intervenção, como ainda promovem ações institucionais de investigação, acolhimento, informação e promoção de justiça, bem como a atualização das articulações de atores a operacionalizar as redes.

De um lado, os documentos criam, através da formalização e da comprovação, o compromisso moral de proceder, de engajar ações que façam emergir as redes de proteção. A cada denúncia e a cada instituição acionada para a intervenção, são produzidos documentos específicos, que atendem, em maior ou menor correspondência, a normas formais. De modo geral, as instituições contam com um modelo a partir do qual constroem as especificidades narrativas que o caso implica. De acordo com a relevância das informações para a mobilização do órgão ou da equipe a que se recorre, os fatos são relatados com maior ou menor nível de detalhamento descritivo, apresentando necessariamente informações básicas sobre as pessoas envolvidas (vítima, responsável pela vítima menor de idade, etc.), as quais são “apresentadas” aos setores aos quais cabe acolhê-las para a realização de procedimentos específicos.

Juntamente com os documentos originais entregues às instituições a que se destinam, seguem os documentos que seriam considerados cópias ou de reserva, os quais são assinados por quem os recebe no setor de destino, datados de acordo com o dia e a hora do recebimento, e que retornam à instituição em que foram produzidos para fim de comprovação acerca da tomada de providências e do encaminhamento das denúncias. Arquivar essa “segunda via” dos documentos encaminhados constitui uma forma de respaldar a instituição e a equipe que a representa, denotando o engajamento com as diretrizes que caracterizam sua função. No caso de falha no fluxo dos serviços, os

documentos e suas cópias são a garantia de que a instituição tomou suas providências e não se eximiu diante de suas obrigações regulares. Como analisa Hull (2012, p. 528), o controle das burocracias também se exerce pela incerteza, pela ambiguidade e pelo medo diante da indocumentação e da invalidade dos documentos.

Ademais, o recebimento comprovável da demanda estabelece uma espécie de compromisso moral, ético e institucional para que ela seja apurada e atendida. Ao se receber um documento com determinada notificação ou determinada solicitação, fica firmado entre ao menos duas instituições, duas pessoas ou duas funções um acordo a respeito da tomada de conhecimento sobre determinado conjunto de eventos e da obrigação pública de se acionarem mecanismos para intervir junto a ele. Uma vez lançado ou articulado um documento na configuração da rede de ação e proteção, estabelece-se o poder de uma equipe ou sujeito de comprovar a implicação de outra equipe ou sujeito no conjunto de obrigações e seu comprometimento ou não com as demandas públicas. O documento, portanto, uma vez lançado na relação entre ao menos duas instâncias, produz efeitos – é um ator.

Tendo tais elementos em vista, pode-se afirmar que os documentos viabilizam fluxos institucionais, assegurando formas de engajamento à rede, emprego de mecanismos de intervenção, tomada de medidas específicas, além do comprometimento entre pares (amistosos ou conflituosos). Tomar conhecimento formal sobre determinada denúncia e ser acionado formalmente para atender a determinadas demandas requer o engajamento através de ações pertinentes a seu campo de atuação, de maneira que a não ação, a negligência passível de comprovação por meio dos arquivos documentais entre as instituições, pode repercutir em modalidades de punição pelo mau exercício do serviço público.

De outro lado, os documentos também possibilitam o diálogo mesmo ali onde este pareceria em princípio impossível, truncado, não amistoso, perpassado por interesses díspares. Os documentos criam canais de comunicação e comprometimento entre equipes, grupos, indivíduos ou organizações que apresentam entre si diferenças, ambiguidades, rivalidades ou disputas, associando-os em torno de um conjunto de interesses ou funções afins. Eles, nesse caso, extrapolam aquelas fronteiras dificilmente transponíveis por meio de parcerias e negociações mais espontâneas e informais, tornando possíveis as articulações e configurações da chamada *rede*. Nas palavras de Hull (2003, p. 301), os documentos são responsáveis pelo estabelecimento de alianças, sejam elas voluntárias ou obrigatórias.

A história sobre os desdobramentos institucionais em torno do caso de Luísa traz indícios nesse sentido; o episódio nos fala de muitas coisas, dentre as quais a relação difícil entre componentes da rede – mas nos fala também a respeito de como os documentos são imprescindíveis para viabilizar essas associações e para comprovar os contatos e acordos prévios empreendidos entre diferentes membros institucionais.

Esse duplo efeito de promover ações e viabilizar negociações também é desempenhado pelos documentos quando estes se inserem em circuitos que envolvem uma relação institucional triangular, ou seja, em que um terceiro membro é acionado para que as demandas sejam atendidas. É o caso da intervenção de um setor ou de uma instituição quando, a pedido de uma organização específica, ele/ela intercede em busca da resolução de empecilhos institucionais. Nesse sentido, quando algo na rede não funciona, o conselho tutelar, por exemplo, encaminha ao Ministério Público documentos, requisições, declarações e relatórios descritivos de suas condições de trabalho, das consequências decorrentes daquele obstáculo e das demandas que delinham a possível resolução do problema. Dessa maneira, através da apreciação desses registros pela promotora ou pelo promotor, o MP pode interceder acionando recursos jurídicos para que os órgãos ou membros responsáveis pelos óbices tratem de solucioná-los para se restaurar o bom andamento – ou os fluxos – da rede. Essa modalidade de estratégia entra em cena quando, por exemplo, o médico não atende ao paciente, o policial não encaminha denúncias, a prefeitura não libera recursos, etc. Os documentos são também, portanto, instrumentos de pressão para que os efeitos pressupostos pela rede se façam emergir.

Tais descrições apontam para a centralidade dos documentos “nas cadeias de atos, autoridades e autorizações que estruturam o campo burocrático” (FERREIRA, 2013, p. 41), bem como para sua importância na “produção tanto de categorias e procedimentos a partir dos quais agentes, repartições e setores da administração pública estatal intervêm no mundo social, quanto da própria necessidade de intervenção” (idem, *ibidem*).

Além desse potencial de mobilização para a ação, os documentos guardam histórias não somente de indivíduos ou de procedimentos, mas também de famílias e do modo como elas se relacionam com a instância estatal. Em Limoeiro do Ajuru, município que integra a microrregião de Cametá, o conselho tutelar investe no esforço de manter todos os arquivos devidamente organizados de modo que eles contem a história das famílias que a ele recorrem. Os documentos são arquivados em pastas classificadas de acordo com crianças ou núcleos familiares

específicos, de modo que cada pasta conta o histórico de intervenções, aspectos psicossociais da família, desdobramentos decorrentes das denúncias, reincidências, dentre outros. Nesse sentido, cada conselheiro que assume as tarefas do conselho tutelar tem acesso a um pouco da história da família reincidente nas demandas junto à instituição, como forma de orientá-lo na tomada de conhecimento sobre os contextos e sobre a trajetória daqueles sujeitos.

### *3.2 Fluxos, percursos e outros efeitos dos documentos*

Assim que a denúncia chega a alguma instituição ou sujeito responsável pelo seu acolhimento, ela é inscrita em alguma forma documental – como registro ou boletim de ocorrência, comunicação, relatório, etc. Não é incomum, porém, que em uma ou outra instância – usualmente aquelas que se responsabilizam menos por atendimento ao público do que pela fiscalização das instituições que o fazem – a denúncia ocorra não mais que de boca em boca, repassada informalmente, a fim de que seja encaminhada para o órgão capaz de proceder aos registros burocráticos, o que, por sua vez, nem sempre se concretiza.

Com base nesse primeiro documento, dá-se início a uma cadeia de relações mobilizadas também por contatos informais – como telefonemas de sobreaviso, comunicados que antecedem o aviso oficial –, mas sobretudo por contatos mediados pelos papéis. Há um conjunto mais ou menos recorrente de instituições acionadas a partir da primeira denúncia, muito embora nem sempre os mesmos sujeitos sejam envolvidos na resolução de cada caso. De acordo com o entendimento de quem (indivíduo/instituição) registra a ocorrência para a tomada de decisões, recorre-se a serviços de assistência psicossocial, médica, jurídica, policial, etc. Considerando minha maior proximidade junto às rotinas do conselho tutelar, é a partir desse órgão que narro um pouco sobre os fluxos que conformam as configurações das *redes de proteção*.

Como já pontuado, os sujeitos acionam uma rede de atendimento e proteção a partir daquilo que vislumbram, a partir daquilo que habita seu horizonte de significados e de entendimentos a respeito da oferta de serviços públicos. Ainda que alguns casos ingressem no conjunto de procedimentos a partir de agentes de saúde, agentes de segurança, polícia militar, hospital ou delegacia, o mais comum é que as pessoas recorram ao conselho tutelar para tratar de questões relativas a crianças e adolescentes vivendo (sob) algum tipo de *risco*. Arrisco sugerir que o conhecimento mais ou menos amplo a respeito da existência e das

funções do conselho tutelar se deva em parte ao modo como se dão as eleições bianuais de seus membros: há um período de intensa campanha, em que os candidatos visitam diferentes localidades do município – especialmente aquelas em que cresceram ou em que vivem parentes seus – com o objetivo de divulgar sua candidatura, suas propostas e a iminência das eleições<sup>108</sup>. Essa dinâmica torna de certa forma usual que as pessoas, mesmo em comunidades mais distantes, em algum momento tenham ouvido falar sobre “o conselho”.

Os procedimentos no conselho tutelar seguem um roteiro ou um repertório mais ou menos recorrente, sendo que os passos seguintes são negociados entre os conselheiros, os quais podem ou não eventualmente consultar, em busca de esclarecimentos, um conselheiro mais antigo, um funcionário da instituição conhecedor dos trâmites ou um gestor municipal a par dos serviços e encaminhamentos que lhe competem. Essas negociações cotidianas, as relações travadas com demais instituições e o aprendizado passado entre diferentes gestões do conselho tutelar – bem como as “tomadas de posição pouco formais que são produzidas e reproduzidas na rotina de produção, circulação e arquivamento dos papéis” (FERREIRA, 2013, p. 46) – consolidam uma espécie de roteiro aberto, flexível, com as alternativas viáveis em torno dos procedimentos para cada caso atendido. Em ações coordenadas entre diferentes setores, como é o caso das *rondas*<sup>109</sup>, conselho tutelar e polícias civil e militar, por exemplo, trocam informações sobre os

---

<sup>108</sup> Pude acompanhar a reunião de um candidato ao conselho tutelar em uma comunidade na zona rural durante o período de campanha. Por meio de um importante parceiro e interlocutor político, o candidato agendou uma conversa com os moradores da localidade para o momento posterior à missa católica, realizada em um galpão de madeira caprichosamente decorado para as iminentes comemorações de São João. Após a celebração, sentamo-nos todos próximos para que a pequena reunião tivesse procedimento. Foi um encontro extremamente rico, em que, mais do que expor suas propostas, o referido candidato ouviu as moradoras, as quais expuseram suas principais preocupações com relação à comunidade e às formas de atendimento e de proteção às crianças.

<sup>109</sup> As rondas são ações programadas entre conselho tutelar e outras instituições, como conselho de direitos, polícia militar, polícia civil, para visitar festas, bares e outros estabelecimentos, geralmente no período noturno, com o objetivo de fiscalizar o controle de entrada de menores dezoito anos e a venda de bebidas a adolescentes. Uma dessas rondas a que pude acompanhar era destinada a orientar funcionários dos navios de linha a respeito dos procedimentos para as viagens de *menores* de idade. Em caso de crianças e adolescentes, estes só poderiam viajar acompanhados por pais ou responsáveis.

cenários visitados e mesmo negociam formas de abordagem e o emprego de ações. Em certa ocasião, os conselheiros tutelares, então recém-empossados do cargo, sofreram ameaças de um grupo que fazia uso de drogas durante a visita a uma comunidade; logo após acionarem a polícia militar para proteger-lhes a integridade, receberam instruções e recomendações por parte dos soldados que intervieram – como ficar atentos a regiões ditas mais “perigosas” da cidade, não realizar visitas a determinados bairros sem escolta da PM, etc. Porém, mesmo esses planejamentos acordados em diálogos face a face demandam uma formalização documental.

A preponderância dos documentos na articulação do trabalho dessas pessoas e instituições e na emergência e conformação contingencial das redes de proteção, portanto, mesmo que se faça parecer um mecanismo meramente administrativo, de formalização e arquivamento, opera na distribuição e reorganização de funções e na delegação de responsabilidades institucionais no quadro geral de serviços públicos. Aqui, alinho-me a Letícia Ferreira (2013) quando esta demonstra, através de um estudo na unidade policial responsável pelos casos de pessoas *desaparecidas*, que aquilo que os policiais entendem como “apenas preencher papéis” na verdade envolve uma série de tomadas de posições com relação à definição e à classificação dos eventos e dos procedimentos que se cabe adotar, bem como a atribuição de responsabilidades entre os familiares que procuram tais serviços. Para a autora, a efetividade dos documentos “como instrumentos de gestão dos casos decorre da força do próprio suporte material em que foram transcritos, embora [...] policiais encarem esses papéis como só procedimentos” (idem, p. 59).

Além das relações interinstitucionais ou das associações que emergem através de sua produção e circulação, os documentos produzem o acolhimento dos indivíduos que acionam as *redes de proteção*, viabilizando o contato direto entre os “cidadãos”, sujeitos ou moradores de dada unidade política e determinados setores públicos. No contexto dessas relações e contatos, ainda, a produção e a circulação desses papéis oficiais também constituem formas de entendimento e categorias de classificação a respeito das experiências narradas pelos sujeitos.

Esses recursos classificatórios não se limitam aos modos de registro dos relatos e depoimentos – como o enquadramento em categorias jurídico-criminais tais quais *abuso sexual*, *estupro*, *aliciamento*, *assédio*. Eles se estendem na elaboração das justificativas técnicas e morais que fundamentam o acionamento de diferentes figuras

institucionais em torno do caso denunciado – salientando, por exemplo, efeitos psicológicos decorrentes das experiências vivenciadas; aspectos sociológicos da organização familiar e/ou comunitária em torno dos personagens da denúncia; elementos indicativos de *vulnerabilidade social* e de outras situações *de risco*; características descritivas da conduta ou do temperamento do acusado que sinalizem a urgência de contenção ou detenção do mesmo; etc.

Ao longo desse trajeto entre diferentes agentes do Estado, as narrativas singulares e as vivências contingenciais plenas de nuances inscrevem-se em enquadramentos específicos a cada campo técnico, capazes de significá-las tecnicamente para manejo por parte das instâncias estatais. Assim sendo, os documentos, conforme entende Letícia Ferreira (2013, p. 41), “têm uma força social que, por um lado, escapa aos poderes de Estado e, por outro, funcionam como meio de ação de agentes de Estado”. Isso não implica, ademais, que o ato de documentação necessariamente objetifique ou torne inertes às práticas estatais aqueles a respeito dos quais se documenta – antes, tais sujeitos negociam os termos e os sentidos da produção dos registros técnicos (LOWENKRON e FERREIRA, 2014, p. 78), materializando nos documentos uma espécie de “agência compartilhada” entre quem documenta e que é documentado (idem, p. 86).

Além disso, o trajeto dos documentos tem, em si, importância central na produção da autoridade e da legitimidade das redes de proteção. Em seus estudos acerca da burocracia do Paquistão, Hull (2003, p. 300-301) conclui que as práticas de documentação escrita, nos contextos burocráticos, são ritualizadas de tal maneira que produzem uma agência coletiva, através da difusão da responsabilidade pela produção material do artefato gráfico. Aqui a *circulação* dos documentos tem papel central: ela promove múltiplas interações entre diferentes setores e campos, de maneira que a autoria e a agência são distribuídas ao longo de uma ampla rede de funcionários (idem, p. 303). É por meio da circulação dos papéis que a autoridade coletiva ou institucional é construída (idem, 302). Sendo assim, a autoridade das organizações não deriva do poder de indivíduos singulares, mas é construída coletivamente – ainda que geralmente de modo desigual – por um grupo de indivíduos por meio de sua escrita (idem, p. 301).

Nesse contexto, a circulação dos documentos produz uma agência coletiva, nos termos de Matthew Hull (2003, 2012), ou uma agência compartilhada, tal como propõem Laura Lowenkron e Letícia Ferreira (2014). Desse modo, os documentos exercem uma função nas organizações institucionais não meramente como veículo de

informações, de dados e de decisões, mas também como “ferramentas na construção de significados partilhados” (ver HARPER, 1998 apud HULL, 2012, p. 257)<sup>110</sup>.

Além da circulação, o próprio lugar institucional ocupado pelos indivíduos que produzem, assinam e encaminham os documentos – desde relatórios técnicos, fichas de ocorrência, ofícios, pareceres – confere a tais papéis estatuto pessoal, coletivo e de efeito burocrático, muito embora costume constar a assinatura do indivíduo ou do grupo de indivíduos responsável pela escuta, pelo atendimento específico e/ou pelo registro inscrito no corpo do arquivo – nesse sentido, em caso de audiências ou de outros procedimentos judiciais, é o profissional responsável pelo caso e que o assina quem responde por ele, por exemplo.

Os documentos viabilizam a emergência não só de práticas em torno de políticas públicas e novas relações entre sujeitos, mas também de outros documentos – os quais, por sua vez, desencadearão outros conjuntos de relações e outros campos de debate. Tal observação se evidenciava nas reuniões de comitês ou conselhos que discutiam e deliberavam a respeito do quadro de políticas públicas na região ou no estado. Durante a reunião do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em 2012, por exemplo, as participantes construíam descrições, elaboravam diagnósticos e delineavam possíveis soluções ou estratégias de intervenção a partir da análise dos documentos já anteriormente produzidos e que circulavam – ou justamente não circulavam devidamente – entre os serviços públicos, sobretudo nos serviços de justiça.

Essas formas mais coletivas de debate também possibilitam a discussão a respeito da produção desses documentos e de seus conteúdos nos contextos institucionais, como questões referentes à validade

---

<sup>110</sup> Ao pensar a respeito dos conflitos de alto poder bélico e da forma como a imoralidade (ou amoralidade) das estratégias de guerra e do desenvolvimento técnico de seus instrumentos se sobrepôs à moralidade dos indivíduos, Zygmunt Bauman (2012) relembra Hannah Arendt, que, nas palavras do autor, “revelou o hábito ‘flutuante’ da responsabilidade no interior do corpo burocrático”, cujas consequências ela denominou “responsabilidade de ninguém” (idem, p. 165-166). Trazendo as considerações de Arendt para o período contemporâneo, Bauman identifica como as cada vez mais altas tecnologias de guerra, ao parecerem autônomas em relação aos gestos de seus operadores, produzem efeitos pelos quais esses operadores não se sentem moralmente responsáveis, na medida em que os efeitos da ação dos instrumentos decorrem de apenas terem apertado um botão, por exemplo (idem, p. 167).

técnica, à legitimidade e à força para fins jurídicos, e à consolidação da credibilidade do relator e dos personagens que figuram nos relatos. Na mesma reunião do comitê estadual mencionada anteriormente, por exemplo, as integrantes do grupo colocaram em pauta, em determinado momento do encontro, as constantes tensões em torno da legitimidade e do valor dos relatórios, bem como acerca das condições de produção de provas materiais que sustentam os inquéritos e os processos.

*Foi lembrado que, em algumas regiões, pela falta de pessoal, apenas uma pessoa executa todas as tarefas, de modo que seu testemunho e análise são postos em descrédito (como pelo fato de acompanhar a família há longa data, por exemplo). Uma psicóloga lembrou que viu colegas da profissão serem processados em virtude da produção de relatórios; e, uma vez que o conselho não pode arcar com a defesa dos profissionais, há um extremo cuidado na produção de laudos e documentos. A promotora, por sua vez, salientou as condições do testemunho, que, além de revitimizar a criança, constroem suspeitas e descrédito sobre o depoimento, em virtude de sua repetição contingente e, aparentemente, imprecisa. Ademais, as condições dos exames periciais são problemáticas, como a falta de iluminação, a imprecisão do material utilizado, a imperícia dos técnicos e a demora na apuração dos casos (Diário de campo – 8 de novembro de 2012).*

Não só os contextos de produção como também as formas de armazenamento e de categorização dos documentos constituem tema de debate e de preocupações nos circuitos que tratam da atuação, da efetividade e das condições de trabalho das redes de proteção. No Comitê em questão, como já discutido no capítulo anterior, atestavam-se as dificuldades com relação à realização de consultas nos arquivos de inquéritos e de processos judiciais. Em Curalinho, a busca por documentos específicos também apresentava obstáculos aos conselheiros tutelares em sua instituição. A ausência de uma logística administrativa de organização e classificação de seus arquivos levava os interessados a procurar os documentos impressos pasta a pasta, inclusive sem que houvesse uma correspondência entre os papéis impressos e suas versões digitais. No entanto, o aspecto mais emblemático fora o extravio

de parte dos arquivos quando de um roubo à sede do conselho tutelar, poucos anos antes de minha chegada à cidade. Desconfiava-se de que fora premeditado com o objetivo de eliminar o material institucional. Portanto, o acervo se encontrava extremamente vulnerável: o registrado digitalmente não dispunha de um trabalho contínuo de backup em rede segura, de maneira que a troca de computadores por motivos de falha de hardware, por exemplo, assegurasse a manutenção dos arquivos até então produzidos; e o físico estava exposto não apenas à organização inadequada, mas também a interferências físicas de outra natureza (como roubo, incêndio, extravio...).

### 3.3 *Usuários: estratégias e negociações*

A “legibilidade” do Estado inscrita nos documentos não necessariamente comunica os mesmos termos que figuram no entendimento, na retórica ou nas intencionalidades dos sujeitos que procuram os serviços institucionais. Conforme já mencionado, os sentidos (do conteúdo e da materialidade) dos documentos podem adquirir ênfases e rumos diversos de acordo com o modo como funcionários e cidadãos fazem uso deles.

Motivações e intencionalidades distintas mobilizam os sujeitos a procurar os serviços públicos para efetuar denúncias e solicitar modalidades de intervenção. As queixas empreendidas diante de agentes institucionais e sua formalização mediante os documentos oficiais remetem a uma série de complexas relações de parentesco, de amizade, de confiança e de reciprocidade – rompidas, frustradas ou parcialmente descumpridas – que não cabem nas categorias formais através das quais o Estado apreende denúncias. Se os registros policiais ou assistenciais se referem a casos de *abuso sexual*, *maus-tratos físicos*, *exploração de mão de obra infantil* ou *abandono*, eles produzem enquadramentos que *reduzem a termo* os arranjos, as dinâmicas e os acontecimentos que integram as experiências e as narrativas dos queixosos. Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2014, p. 60) identifica a expressão *reduzir a termo* como se referindo a “um forte mecanismo de filtragem, que exclui da análise dos casos tudo aquilo que não puder ser diretamente vinculado aos mecanismos de enquadramento judicial”. Portanto, “reduzir a termo” as demandas implica enquadrá-las “em formulações jurídicas predefinidas, que permitam selecionar os aspectos (ou os  *fatos*) da disputa aos quais o Juizado pode se dirigir com respaldo institucional para tomar uma decisão” (idem, *ibidem*).

O efeito desses mecanismos, característicos de tradições jurídicas ocidentais, de distinção entre os elementos passíveis de integrar a ordem legal e aqueles pertencentes à ordem moral é a opacidade do insulto moral e das questões de reconhecimento social nos campos do Judiciário (idem, p. 60-62). Por conseguinte, uma série de *restos* permanece fora das bordas que criam quadros de inteligibilidade judicial, os quais não são por ela contemplados e “em que [se] misturam, em graus distintos, justiça, direito, política e moral” (RIFIOTIS, 2015, p. 264). Não se trata, porém, de ineficiência do judiciário, tampouco de negligência por parte dos operadores – trata-se de “um resto na produção de justiça”, sendo que esse resto “não é apenas o que sobrou do processamento judiciário, mas algo que não está previsto pela máquina com potencial contínuo de produção de sujeitos, não está previsto na lei” (idem, p. 288). Sendo assim, os fatos denunciados, tal como chegam aos registros e às categorias oficiais, poucas vezes se referem a um evento isolado; costumam, pelo contrário, vincular-se a uma trama de conflitos e de rupturas das expectativas e dos acordos morais entre os envolvidos – conflitos nem sempre diretamente relacionados às categorias que figuram nos registros oficiais.

Indo um pouco além, pretendo dizer não apenas que há inevitáveis distinções entre os incontáveis conteúdos experienciais e os que as categorias oficiais são capazes de comportar. Mais do que isso, há de se indicar que os registros oficiais, por meio de sua materialidade, falam de relações que extrapolam seu conteúdo. A materialidade, a existência ou a produção dos documentos que comportam queixas, denúncias, repreensões morais, e que oficializam a versão do denunciante é, por si mesma, dotada de relevância e de efeito naquele conjunto de relações. O documento – nas mãos dos cidadãos ou virtualmente existente nos arquivos institucionais, como uma verdade institucional em potencial que, de alguma forma, organiza os sujeitos envolvidos de forma inteligível aos agentes estatais – também serve à reordenação das relações conflituosas, especialmente naquelas circunstâncias em que, entrelaçados afetiva e moralmente por relacionamentos familiares ou próximos, os sujeitos não objetivam a tomada de medidas judiciais punitivas, mas a interrupção ou a mudança com relação às dinâmicas denunciadas. O registro formal da denúncia dispõe os sujeitos envolvidos nos emaranhados – por vezes moralmente esféricos – em termos de *vítima* e *agressor* ou denunciante e acusado, classificação que “é crucial no processo de modelação das próprias experiências pessoais” e, portanto, na “produção de sujeitos” (LOWENKRON, 2012, p. 16).

Portanto, ainda que por vezes o conteúdo não traga sentidos compartilhados entre os envolvidos – ou ainda que as categorias legais inscritas nos documentos não contemplem os sentidos partilhados pelos sujeitos denunciados e denunciantes –, a existência material de um registro que disponibiliza os conflitos ao conhecimento do Estado tem tanta ou mais força que o conteúdo que ele armazena. “*Eu já fiz B.O. contra ele*”; ou “*eu já procurei o conselho tutelar outra vez*”; ou ainda “*eu tenho o papel do conselho*” são referências à possibilidade de que o jogo de poderes e o campo de relações podem inverter-se.

Desse modo, entramos no campo das relações que os sujeitos estabelecem com o Estado e dos agenciamentos em torno de seus recursos, de seus instrumentos e de seus significados. As inúmeras histórias que pude acompanhar ou das quais tomei conhecimento durante o trabalho de campo mostram maneiras diferentes de acionar uma rede de acolhimento e de justiça, bem como motivações ou momentos-chave variados para a decisão a respeito da denúncia. Tal exercício evidencia a agência moral implicada nessas relações; os projetos e negociações de que os sujeitos lançam mão; suas avaliações morais acerca das experiências que marcam suas vidas; o modo como se constituem como sujeitos de direitos ao recorrerem a instituições e ao acionarem, demandarem ou mobilizarem as políticas públicas. As lógicas do aparar de arestas para que as demandas sejam inscritas nos circuitos judiciais (e na relevância da abordagem policial) são, de um modo ou outro, também agenciadas pelos sujeitos que procuram os serviços ou as *redes de proteção*, os quais elegem recortes específicos da trama de acontecimentos para que o conflito seja inteligível às linguagens institucionais a que se recorre.

Nesse sentido, podemos sugerir que, quando as redes de proteção são acionadas por vítimas ou familiares por meio de uma denúncia sobre situações contínuas de abuso sexual ou sedução de crianças e adolescentes, uma aproximação aos casos possibilita vislumbrar tanto a multiplicidade de aspectos que caracterizam aquelas cadeias de relações, quanto os projetos que se constroem nos contextos da violação ou do assédio. É o caso da experiência das irmãs Bruna e Amanda, cuja descrição será retomada aqui.

Por outro lado, essas denúncias podem desvelar ainda projetos que foram rompidos em virtude do descumprimento de alguma espécie de obrigação moral e/ou financeira e que se procuram reaver ou restituir pela intervenção institucional no campo de relações interpessoais. Nesse caso, emergem diferentes possibilidades morais de sentido a respeito da experiência, que pode passar de estrategicamente permitida ou

domesticamente tolerável para um ato considerado criminoso pelos denunciante. As histórias de Francine, Estela, Clara e Olívia trazem à tona esses aspectos.

### 3.4 Bruna e Amanda: denúncia e projetos

A história de Bruna e de Amanda foi apresentada na parte introdutória deste trabalho. Tomei conhecimento da história dessas irmãs em uma das muitas manhãs que passei junto ao conselho tutelar, ainda nos meses iniciais da pesquisa de campo em Currálinho. A equipe de conselheiros tutelares em exercício à época, bastante receptiva e acolhedora, permitiu que eu acompanhasse os funcionários e técnicos que atenderiam àquela missão.

Segundo a denúncia, ambas, juntamente com dois outros irmãos, sofriam maus-tratos por parte dos avós paternos, sendo que Bruna também era aliciada sexualmente pelo avô. Desde que a mãe falecera, as crianças viviam com o pai na casa desses avós. A autora da denúncia foi a própria Amanda, à época com 12 anos de idade. Amanda decidiu sozinha procurar o conselho tutelar. Questionada a respeito de como sabia da existência da instituição, disse que a irmã lhe lembrara que ela estivera ali em outra ocasião, quando a avó *colocou seu pai na justiça*<sup>111</sup>; na escola, entretanto, jamais tivera recebido informações sobre o CT. Chegando à cidade, abrigou-se na casa de um casal de conhecidos da família, a quem ele se referia como seus “*amigos*”, enquanto apontava na direção da mulher, do lado de fora da sede do conselho, à espera da menina. Contava-me que o casal tinha dois filhos, de quatro e seis anos, com quem ela se dava bem.

Como já relatado anteriormente, a mãe de Amanda e de Bruna falecera anos atrás, quando a irmã mais nova, Camila, era apenas um bebê. O parâmetro de idade nos era bastante confuso entre os relatos e a documentação. Se a irmã dizia que Camila tinha quatro anos, espantamo-nos ao descobrir que, segundo sua certidão de nascimento, guardada cuidadosamente por uma das tias (esposa de um irmão da mãe), a caçula tinha já havia completado o sétimo aniversário. Extremamente desnutrida, Camila caminhava com dificuldade, aparentemente não falava direito, e tinha o corpo muito pequeno e magro, equivalente à compleição física de uma criança de menos idade que seus sete anos. A constatação era que, sem a intervenção do CT e

---

<sup>111</sup> *Colocar alguém na justiça* significa recorrer ao Judiciário ou mover ação judicial contra determinada pessoa.

das instituições de atendimento psicossocial, Camila não teria resistido por mais tempo vivendo naquelas condições. Amanda inclusive nos alertara a respeito da possibilidade iminente de morte da irmã caçula devido a seu crítico estado de saúde.

A figura da mãe era bastante presente na conversa com Amanda naquele momento em que primeiro procurou o CT. Bastante comunicativa e simpática, a menina permaneceu longamente na recepção da sede conversando comigo, mesmo após os procedimentos dos conselheiros. Refletindo acerca do que ela e seus irmãos vinham vivenciando, ela me dizia: *“é ruim não ter mãe, né? As pessoas enxotam a gente [...]. É muito triste não ter a mãe da gente”*. Na relação com a avó materna, Amanda parecia encontrar algo mais próximo do conforto que ela imaginava receber junto à mãe<sup>112</sup>.

Já sua mãe, antes de falecer, teria contado à avó materna que Bruna era filha de outro homem, não do esposo com quem vinha convivendo até então – o qual, por sua vez, também não ficara sabendo, até o falecimento da companheira, da não consanguinidade com a filha mais velha. Descrevendo a irmã, Amanda dizia: *“ela é bem magra, tem cabelo liso... igual a minha mãe era”*. Apesar das vezes em que discutiam e se batiam, Amanda disse gostar muito de Bruna; contou que, após as brigas, a irmã mais velha, que é muito *brava*, acabava arrependendo-se e buscava agradar-lhe, como forma de reaver a amizade entre elas. Uma das razões dessas brigas eram as vezes em que Bruna batia no irmão, a quem Amanda defendia. Por outro lado, Bruna era a responsável pelos cuidados com a pequena Camila.

Na ocasião em que procurou o CT para realizar a denúncia, Amanda estava morando com a avó materna, Teresa, em uma casinha na entrada do braço de rio onde, mais à frente, os avós paternos e o pai moravam com as outras crianças. Na casa de dona Teresa, viviam também dois de seus filhos, além de mais dois netos *“já grandes”* que decidiram permanecer com a avó quando sua mãe (filha de dona Teresa) se mudou de lá. Amanda se sentia acolhida junto a essa avó, que a recebera prontamente. Todavia, ambas temiam o pai de Amanda, o qual dizia que iria buscá-la e que a levaria de volta *nem que fosse amarrada*.

---

<sup>112</sup> Enquanto conversávamos, ela me apontou uma pessoa que passava na rua e me disse que se tratava de uma prima sua, que seria *“mulher e homem”*. Perguntei o que significava sua afirmação, ao que ela me respondeu: *“ela tem os dois. Ela tem a paca e o... Ela tem força de mulher e força de homem”*. E continuava, referindo-se à figura materna na vida dessa pessoa: *“é triste, porque a mãe tem medo dela. Ela diz pra mãe que quer ser homem”*.

Dona Teresa se via impossibilitada de tomar qualquer providência, uma vez que, segundo a menina, o pai ameaçara matá-la caso não devolvesse a pequena. A despeito dos apelos da filha, que *implorava* para ficar com a avó materna, o pai se mostrava irredutível. Negando-se a permanecer na casa dos avós que lhe infligiam maus-tratos, Amanda persistia no projeto de viver com a avó materna, junto à qual encontrava o tratamento que almejava, além da relação próxima com os primos e os tios.

Quando procurou o conselho tutelar, não apenas o projeto individual de Amanda estava delineado em seu horizonte – ou seja, o de permanecer vivendo na casa da avó materna. Ela entendia que aos irmãos era necessário fornecer também outras formas de vencer as duras condições de vida às quais se vinham submetendo. Entendia que Bruna precisava ser afastada das investidas sexuais do avô e das ameaças espirituais que a amedrontavam. Também tinha claro para si que Camila carecia de cuidados médicos urgentes e de um acompanhamento rotineiro de cuidado e carinho que ela só encontraria em outro lar que não aquele em que estava morando – caso contrário, viria a falecer. E supunha também que não poderia caber ao irmão a lida cotidiana com a coleta de açaí, tal como acontecia a mando do pai. Afinal, para ela, era uma atividade perigosa para um menino tão pequeno, que já caíra duas vezes do açazeiro e machucara gravemente as costelas.

Além de Amanda, Bruna também sabia onde queria refugiar-se e passar a viver: na casa de seus tios (um irmão da mãe e a esposa deste), em frente à casa da avó materna. Era a casa “*com um sofá azul*”, conforme indicara a pequena denunciante quando procurou o CT pela primeira vez. Foi na casa dos tios, situada em um rio principal da localidade, em frente a um braço de rio, que a equipe formada pelo conselho tutelar e pelas técnicas do atendimento psicossocial encontrou hospedadas Bruna e Camila. Com a casa da avó localizada próximo à outra margem do rio, ambos os lares (do tio materno e da avó materna) eram frequentados entre os familiares. Bastasse algum movimento ou chamado, algum dos rapazes se empenhava em um *casquinho*<sup>113</sup> a remo ou a motor para conduzir a avó, por exemplo, de uma casa à outra. Havia muitos jovens na residência, em cuja varanda o famoso sofá azul dava as boas-vindas aos visitantes. Esclarecidos sobre a denúncia formalizada por Amanda, os familiares se surpreenderam e sorriram; e uma tia comentou que *ela tivera mesmo coragem* de cumprir o que prometera. Ao conversarem com os conselheiros tutelares, o tio e a

---

<sup>113</sup> Tipo de embarcação de madeira.

esposa – cujo trabalho na roça e no preparo da farinha assegurava o sustento da família – mostraram grande interesse em ficar com as crianças, sobretudo com Bruna, que sonhava em viver com eles e com suas filhas; e com Camila, que necessitava de cuidados redobrados com relação à sua saúde e à sua recuperação. Era nessa casa que a tia guardava, com muito cuidado, as certidões de nascimento dos sobrinhos – que outrora haviam sido danificadas e desgastadas pelo mau manuseio.

Assim que foram atestadas as “adequadas” condições de moradia para as crianças e confirmado o desejo dos tios em acolhê-las, um conselheiro e um policial seguiram para a casa dos avós paternos, conduzidos por um primo de Bruna em um *rabudo* rio adentro. Fui autorizada a fazer a viagem com eles, acompanhando a menina, para a busca dos objetos pessoais de Bruna e de seus irmãos. A descrição do trajeto e do casebre em que as crianças viviam já foi aqui apresentada. Naquele mesmo dia, as crianças ficaram com os tios; ainda seria decidido entre os familiares se Camila passaria a viver permanentemente com a avó ou com a tia. Quanto a Amanda, a avó reiterara o desejo de manter a neta consigo.

Quando da audiência no CT e da interpelação ao avô, ficou claro aos conselheiros que a avó paterna não tinha conhecimento acerca das acusações de aliciamento contra o marido. Além da forma como ele abordava Bruna, mandando que a menina tirasse a roupa íntima a fim de que ele lhe *benzesse a paca*, o avô a ameaçava dizendo que, se a neta contasse a alguém a respeito, acabaria punida e morta pelo *santo* do avô. Não se tratava, portanto, de uma coerção física – inclusive tendo em vista as deficiências físicas com que o idoso convivia –, mas de uma coerção principalmente espiritual.

Se as meninas passaram com alegria à casa dos familiares – sendo que Camila foi imediatamente internada no HMC para reversão do quadro agudo de desnutrição em que se encontrava –, o garoto resistiu muito à ideia de ser afastado do pai. Aos prantos e apavorado com a experiência extraordinária de visita ao conselho tutelar, o menino demonstrava ansiedade e apreensão com o que se passava na sala de audiência da sede da instituição. Nossos esforços em distraí-lo na cozinha e na recepção da sede eram vão. Ao final, os conselheiros entenderam o forte laço entre o pai e o filho; acataram o desejo da criança; e confiaram no *amor* que o pai demonstrava pelo menino. Através da audiência, o conselho tutelar entendeu que as orientações formais ajudariam no aprimoramento das relações domésticas com o pequeno. Horas depois naquele mesmo dia e em outras vezes

posteriormente, encontrei pai e filho caminhando tranquilamente pela orla e pela Ponte do Cafezal, sendo que em todos esses momentos o pai me cumprimentava serena e educadamente.

O que é possível depreender da história dessas crianças é que, quando a denúncia foi efetuada, Amanda e Bruna haviam consolidado um projeto de saída daquela situação que vivenciavam. Ambas viam para si e para os irmãos alternativas viáveis à configuração doméstica e às adversidades cotidianas com que lidavam. Mais que isso, elas já tinham essas soluções não apenas formuladas, mas também negociadas junto aos familiares que fizeram o acolhimento. Não era à toa a reação dos familiares de admiração, surpresa e alegria com a *coragem* de Amanda em cumprir a promessa que lhes fizera de recorrer ao CT em busca de um desfecho mais ameno para ela e para seus irmãos. A iniciativa foi de Amanda – em contraposição à avó materna, que se via acuada com as ameaças do pai cada vez que este tentava buscar a filha de volta.

Não só a forma como Amanda tomou a decisão de procurar o CT, mas também os planos que ela e Bruna esboçaram com vistas a mudar suas rotinas, bem como as leituras que empreendiam sobre as relações familiares que consideravam injustas, desvelam tanto a capacidade de mobilização de recursos e de ação por parte das meninas quanto o modo como se constituem como sujeitos. Portanto, em lugar de uma perspectiva essencialmente vitimizante a respeito das irmãs e de suas inegavelmente duras condições de vida, Amanda e Bruna nos ensinavam, naquele momento, sua capacidade de ação, sua criatividade na elaboração de projetos, sua *coragem* – em suma, seu protagonismo.

Esses aspectos remetem às reflexões de Rifiotis (2012a) a respeito da proposta de um deslocamento de foco dos “direitos dos sujeitos” para os “sujeitos de direitos” no campo dos Direitos Humanos. A partir da clássica história de *João e Maria*, o autor sinaliza para a tendência contemporânea em se dar ênfase ao sujeito-vítima, acometido por uma vida “em situação de risco”, de uma maneira tal que o sujeito-agente, que protagoniza ações e estratégias de enfrentamento, passa despercebido ou ocupando um segundo plano.

“João e Maria” é uma narrativa de dificuldades, precariedade de condições de vida, sofrimentos, abandono, etc., mas ela é também uma história de enfrentamento, superação, união dos irmãos e autonomia. A narrativa inicia-se com uma situação-limite pela precariedade, falta de

alternativas e abandono e se desenvolve na resistência (pedacinhos de pão para marcar o caminho), nas falsas soluções (casa de chocolate) e, finalmente, no enfrentamento de adversidades (luta contra a bruxa) e na conquista da liberdade e do tesouro. É uma história de mudança das condições de vida dos personagens, de conquista de uma condição idealizada: a vida em família sem misérias, resumida nas palavras finais como uma vida na fartura e sem preocupação. Porém, a leitura atual é diferente. A partir da nossa perspectiva, enfatizamos outros aspectos da história de João e Maria: a vitimização, pobreza, dependência e impotência, deixando em segundo plano a capacidade de ação que é destacada na tradição oral de João e Maria. É como se a ênfase dada na leitura contemporânea ao centrar-se na vitimização obliterasse o ponto-chave da narrativa tradicional: a capacidade de agir (RIFIOTIS, 2012a, p. 15-16).

Não se trata, evidentemente, de negar o sofrimento narrado por Amanda; a angústia de Bruna diante do avô a quem acusava de assédio sexual; o visível grave quadro de saúde apresentado por Camila. Trata-se, sim, de pensar que tipos de sujeito se constituem a partir dessas experiências, ainda que sejam adversas, difíceis e trágicas<sup>114</sup>. O esforço – a partir do que é proposto por Rifiotis (2012a) – é por uma leitura que, em lugar de tomar as pessoas como alvos inertes de políticas públicas ou como objetos da formulação de direitos, privilegie os *sujeitos* e a dimensão vivencial de suas experiências, bem como suas condições de emergência. Por meio desses empreendimentos etnográficos, torna-se possível o projeto de se repolitizarem as vítimas, como sugerem Fassin e Rechtman (2009).

Voltando à experiência das irmãs, o protagonismo institucional de Amanda no desfecho da situação familiar não parou por aí. Vez ou outra, pude encontrá-la na cidade, junto a essa família com quem se hospedava

---

<sup>114</sup> Evidentemente, como lembraram as professoras Antonella Tassinari e Miriam Hartung em suas arguições a esta tese, o quadro específico aqui analisado se refere a meninas com idades entre 12 e 14 anos, cujos projetos, campos de ação e meios de negociação parecem distintos em relação àqueles de que dispõem ou que vislumbram as crianças de 3 ou mesmo de 7 ou 8 anos, por exemplo – casos que serão descritos mais adiante.

em Curralinho ou sozinha, à procura de auxílio e de recursos junto ao setor de assistência social do município, que se havia comprometido em oferecer ajuda aos núcleos familiares que se dispuseram a acolher as crianças, como por meio de cestas básicas ou de cadastramento em programas de repasse de renda. Em um desses momentos, eu a acompanhei até a sede da assistência responsável exclusivamente pelo programa Bolsa Família, para que pudesse encontrar-se com Flor, a assistente social que vinha doce e atenciosamente atendendo seu caso e que fizera a viagem até a casa do tio das meninas.

### *3.5 Gabriela: estupro, represálias e a busca por justiça*

Se o caso protagonizado pelas irmãs Amanda e Bruna evidencia sua capacidade em elaborar projetos para enfrentar as adversidades com que conviviam, a história envolvendo Gabriela e sua família traz à tona a capacidade dos sujeitos de recorrer às diferentes instâncias de acesso à justiça e de agenciar as conexões da rede.

Assim que estive em Limoeiro do Ajuru, em maio de 2013, eram recentes os fatos relacionados a Gabriela, então com 11 anos. Seu pai, Henrique, buscava de todas as formas algum veículo que lhe possibilitasse ver a *justiça ser feita*, uma vez que o acusado tinha laços de parentesco com um político da região – o que, segundo ele, impactava o andamento das investigações.

Através da mediação do conselheiro tutelar Antônio, fiz uma visita à família de Gabriela em uma tarde quente de sol. A residência ficava na ponte<sup>115</sup> em que vivia o conselheiro – cuja família me acolheu receptiva e amavelmente –, a poucas casas dali. A casinha de madeira ficava já avançando sobre o rio, sendo acessada por uma longa ponte a partir da ponte/rua principal. Um pequeno comércio funcionava na parte da frente da casa, que trazia uma plaquinha anunciando a venda de carvão e de gelo no local.

Henrique me recebeu muito bem junto à esposa e à filha mais velha, Gisele. Avisaram-me que Gabriela estava tomando banho nos fundos da casa e que logo estaria conosco. Parecia permanentemente muito assustada, não falava uma palavra sequer e se mantinha isolada em um canto do amplo cômodo que reunia as peças da cozinha e da sala de TV. Toda a narrativa sobre a sequência de fatos era contada pelo pai,

---

<sup>115</sup> Assim como em Curralinho, aqui a ponte de madeira servia como rua, como via pública, por onde circulavam pedestres, ciclistas e motociclistas para acesso a residências, estabelecimentos comerciais e outros pontos da cidade.

com uma ou outra participação de Gisele, a irmã adolescente de 16 anos. Henrique era quem detinha um controle narrativo sobre o episódio e sobre as experiências da filha – fato que também chamava a atenção dos conselheiros.

O pai começou, então, a me relatar o que vinha vivenciando desde o final do mês de março daquele ano, quando a vida e a rotina da filha mudaram completamente – elementos que também estavam descritos no conjunto de documentos referentes ao caso, entre os arquivos do conselho tutelar do município. De acordo com Henrique, a menina havia sido convidada por uma prima, maior de idade, a dar uma volta pela cidade. Ambas ainda estiveram na casa da avó paterna de Gabriela no final daquela tarde e, em seguida, a prima a convidou para uma visita à casa de seu padrasto – esposo da tia de Gabriela. Ao chegarem lá, essa mesma prima pediu que a menina se sentasse na cama, ao lado do acusado, e lhe ofereceu um copo de água. Mais tarde, ela contaria ao pai que percebera um pó branco misturado à água. Cerca de cinco minutos após bebê-la, sentiu uma tontura e se deitou na cama, a fim de esperar que o mal-estar passasse. Lembra-se de que, em meio àquele torpor, o homem lhe oferecera dois reais, recusados por ela. Sem conseguir esboçar fisicamente alguma reação, sentindo-se bastante entorpecida, notou que o acusado chamou a prima até a sala e que momentos depois entrou sozinho no quarto onde ela estava deitada. O homem tirou a roupa de Gabriela e, em seguida, despiu-se, deitando-se nu sobre ela. A menina sentiu muitas dores. Segundo consta na ficha de ocorrência e no relatório do CT encaminhado ao CREAS, o acusado ainda lhe teria dito que *não se preocupasse*, pois ele *havia usado camisinha* – mas Gabriela percebeu-se “*molhada*”, o que fez conselheiros e técnicos suporem que ele mentira.

Eram cerca de onze horas da noite quando Henrique decidiu procurar Antônio em sua casa, afirmando que a filha estava desaparecida desde as cinco da tarde, após sair com a prima. Sabia que ambas haviam seguido para a casa do padrasto da prima; e, sem detalhar o que o fazia levantar tais suspeitas, afirmou ter certeza de que ela fora levada até lá para que ele “*mexesse*” com ela. Enquanto Antônio acionava outros conselheiros, Henrique ficou vigiando a casa do acusado; a essa altura, já afirmava com veemência sobre a presença da filha no local, pois fora destratado pelo homem quando lá esteve perguntando por Gabriela. Nesse momento, segundo a menina lhe contara, ao ouvirem a chegada e o chamado de Henrique a prima e seu padrasto trataram de escondê-la debaixo da cama, onde permaneceu entre trinta minutos e uma hora. Passado esse tempo, Gabriela foi levada por outro enteado do acusado

até a casa da esposa deste último, tia paterna da menina, onde passou a noite. Sentia fortes dores no corpo e, sem conseguir andar, precisou ser carregada pelo rapaz.

O CT acionou a PM. Ao pedirem ao acusado permissão para vistoriar sua casa, Gabriela já fora levada dali. Henrique contava a madrugada sofrida em busca da filha desaparecida. Temia que ela tivesse sido levada por desconhecidos ou que tivesse sido morta. Amigos mobilizaram-se para fazer buscas no rio; o conselho tutelar estava à sua procura. Foi uma noite interminável para a família e para as pessoas que a ajudavam. Às seis da manhã, Gabriela deixou a casa da tia e foi encontrada em determinado ponto do caminho pelo pai, a quem contou o que havia acontecido. Henrique recorreu imediatamente ao conselho tutelar, que tomou as providências cabíveis.

Segundo os arquivos do conselho tutelar daquela cidade, os laudos indicaram desvirginamento e a necessidade de exames complementares que pudessem detectar sinais precisos de violência, gravidez ou abortamento. Alguns dias depois, em decorrência dos agravos físicos, Gabriela deu entrada no Hospital Municipal de Limoeiro do Ajuru, onde permaneceu internada por dois dias, sentindo fortes dores “*na pente*”. O documento médico alegava “algia no baixo ventre associada a febre”.

O que angustiava o pai e mesmo preocupava os conselheiros era a presença constante do acusado junto aos técnicos à medida que Gabriela era encaminhada às instituições para a realização dos procedimentos necessários à apuração do caso. Quando do depoimento na delegacia, por exemplo, ele foi visto acompanhando o movimento das operações policiais; e, na unidade de saúde, enquanto esperavam atendimento para o *exame de conjunção carnal* da menina, ela e um conselheiro perceberam quando o acusado entrou na sala do médico, o qual a chamou assim que o homem deixou seu consultório. Essa presença constante se tornava ameaçadora ao ser associada por eles a seu capital social, ao conjunto de relações que mantinha com pessoas ditas influentes no município e a seu parentesco com um político local. Tais elementos produziam, sobretudo na família da menina, o receio da impunidade através de uma suposta manipulação de provas e de uma possível negociação de influências junto aos profissionais diretamente vinculados aos processos técnicos e decisórios relativos ao caso.

Depois desses episódios, o acusado fugiu. Mesmo assim, segundo relatava Henrique, ele se fazia virtualmente presente no cotidiano da família – fosse nos agudos efeitos psicológicos que o episódio desencadeara em Gabriela, fosse pelas ameaças que pessoas próximas ao

acusado vinham fazendo contra ela e sua família. A menina desistiu de frequentar a escola; sentia-se envergonhada pelo ocorrido e alegava vir recebendo ameaças por parte da prima em função da denúncia, bem como afirmava sentir-se vigiada pelo acusado. Gabriela os temia profundamente, uma vez que, segundo a família, ambos costumavam rondar sua casa. Até mesmo Gisele chegou a ser ameaçada no caminho para a escola pelo enteado do homem. Em vista disso, Henrique passou a acompanhar a filha mais velha em seu trajeto entre a escola e a casa, tomando o cuidado para que ela não mais andasse sozinha.

Diante da sensação de demora dos procedimentos judiciais e do receio de impunidade, o pai buscava tornar públicos o episódio, a vitimidade da filha e a acusação contra o homem que a estuprara. Para tanto, acionava diferentes setores e veículos do campo da produção de justiça, como foi o caso da audiência pública referente ao fenômeno do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, em maio de 2013. Na ocasião, Henrique tomou a palavra e declarou o abuso sexual vivenciado por sua filha; e demandou energicamente que o prestígio social e a rede de relações de que dispunha o acusado não impedissem que ele fosse punido; questionou a emissão de mandado de prisão contra o marido da irmã, sobre o qual recaíam inúmeras provas.

Um mês após o ocorrido, o CT encaminhou um segundo relatório ao juiz detalhando as consequências emocionais e sociais na vida de Gabriela, constando inclusive que o pai chegara a colocar a casa à venda para deixar a cidade depois de ter sido ameaçado. No que diz respeito ao sensível trabalho do CREAS daquele município – uma equipe bastante receptiva e acolhedora –, os atendimentos psicossociais junto à menina e aos pais revelaram, de acordo com relatórios, sequelas oriundas da situação de abuso, tais como *isolamento social*, uma vez que ela se recusava a falar com as pessoas e a sair de casa; *medo* constante de deixar o lar e mesmo de ir à escola, por supor que o acusado iria atrás dela; *ansiedade* e efeitos físicos, como tremores; *falta de confiança*, expressa em sua evitação social; e *dores na região pélvica*. Para os técnicos, segundo consta em relatório, a família não dispunha de “*suporte emocional*” para garantir a Gabriela a segurança e o apoio de que ela precisava, uma vez que não teria contribuído para os atendimentos, dificultando “*o trabalho de fortalecimento dos vínculos*”. Dessa maneira, tendo em vista um quadro depressivo que a menina estaria vivenciando, o CREAS, na figura de seus técnicos, recomendou que Gabriela fosse encaminhada para acolhimento junto ao PROPAZ, em Belém.

Essa situação coloca mais fortemente em relevo a família como domínio de intervenção (SCHUCH, 2013; CRUZ, 2014; FERREIRA, 2015) nos casos envolvendo abuso sexual de crianças e adolescentes, como parte de uma economia moral do Estado (FASSIN et al 2013). Ao acionar serviços públicos para a mediação e resolução do conjunto de efeitos decorrentes da violação contra Gabriela, seu Henrique acabou por inserir não apenas o acusado, mas sua família sob a lente das avaliações do Estado. A família passou a figurar como unidade a ser protegida, por meio de ações assistenciais e de segurança, ao mesmo tempo em que se tornou objeto também de escrutínio moral – remetendo à ambivalente moral do Estado.

Como assinala Leticia Ferreira (2015), as famílias, porém, não figuram passivamente diante das ações institucionais; elas respondem, destacando a particularidade das crianças e adolescentes envolvidos em cada caso e disputando os parâmetros morais “a partir dos quais são descritas, comparadas e avaliadas” pelos técnicos e funcionários que atuam nas instituições (idem, p. 226). No caso de seu Henrique, cuja peregrinação em busca de *justiça* deixava evidente sua habilidade em produzir conexões, essa pouca adesão aos procedimentos psicossociais desponta como resposta, como resistência – ou como uma avaliação eletiva daqueles procedimentos que ele considera relevantes ou não ao articular uma rede em torno de si, de Gabriela e de seus demais familiares. Ademais, assim como constatam Adriana Vianna e Juliana Farias (2011, p. 87) a respeito das mães em busca de justiça para seus filhos mortos por policiais, a peregrinação de seu Henrique entre diferentes instâncias e a sua capacidade de acionar distintos recursos simbólicos e políticos implicavam um “domínio crescente de códigos de conduta e de elaboração de estratégias para fazer-se ouvir”, bem como revelavam certo “controle sobre os trânsitos burocráticos necessários para que um processo [andasse] [...]”.

Meses depois da primeira visita, estive novamente na casa da família, em uma tranquila tarde de domingo. Assim que cheguei, havia muitos familiares presentes, conversando em uma roda no espaço da sala-e-cozinha da casa. Logo depois, perto da hora do início do jogo pelo campeonato brasileiro a ser transmitido pela TV, os visitantes foram embora, deixando-me com os familiares da menina.

Gabriela completara 12 anos entre nosso primeiro e nosso segundo encontro. A mãe, que gentilmente se colocou a preparar o café, disse que seus colegas da escola estiveram em sua casa, pedindo que a menina voltasse às aulas. O gesto, de alguma forma, acalentou a família e fez Gabriela se sentir bem-quista entre os companheiros da turma.

Entretanto, ela abandonara aquele ano letivo, e os pais tinham a esperança de que a filha estivesse pronta para retomar os estudos já no ano seguinte. Gabriela continuava bastante retraída, mas já passou a trocar algumas palavras comigo, a esboçar um sorriso ou outro. Diferentemente da primeira vez em que estivemos juntas, quando ela parecia alheia às interações em sua presença, agora a menina acompanhava a conversa, olhava-nos e respondia a alguns questionamentos sobre a escola, sobre os amigos e sobre a relação com a irmã. Continuava, todavia, bastante amedrontada com o que lhe acontecera.

Depois da última visita, recebi um telefonema de Gisele convidando-me para acompanhá-las na audiência sobre o caso. A adolescente me dizia que Gabriela pedira que eu estivesse presente no dia. Entretanto, aquela audiência acabou sendo desmarcada. Após esses acontecimentos, não tivemos nova chance para um reencontro.

### *3.6 Carolina: apelo às instituições, narrativas sobre tráfico de pessoas e acusações contra o padrasto*

As famílias, ao recorrerem a instituições com o objetivo de efetuar denúncias, muitas vezes operam com modalidades ou com categorias-chave da inteligibilidade legal e jurídica. Muito embora grande parte dos casos se refira a uma complexa trama envolvendo questões morais, rearranjos domésticos, conflitos familiares, a referência a termos relacionados a abuso sexual de crianças e adolescentes é que se faz centralmente presente no acionamento das redes que envolvem apuração policial e judicial.

Era uma sexta-feira, novembro de 2013, quando os conselheiros foram procurados pela mãe e pelo padrasto de Carolina. Segundo dona Cristina, a filha, de 14 anos, fora levada por Marieta, uma mulher residente em uma comunidade da zona rural, nas proximidades do Rio Canaticu. Segundo o depoimento da mãe e do padrasto, moradores da sede urbana do município, a mulher teria inclusive chegado a levar Carolina para Belém sem o consentimento dos responsáveis. Mais do que isso, quando interpelada por dona Cristina e o marido no trapiche na manhã daquela sexta-feira em que visitava a cidade, Marieta teria dito ao casal que mandaria a menina de volta na semana seguinte.

Dona Cristina e o esposo recorreram, então, ao conselho tutelar e à delegacia. Alegaram que Marieta estaria criando resistências para devolver-lhes a menina e impedindo-os de manter laços com ela, o que os fazia suspeitar de suas intenções para com a adolescente. Para

reforçar a aura de suspeitas sobre a intencionalidade da mulher, lembravam que ela possuía outras filhas com pouco mais de idade que Carolina e que, junto à casa daquela família, funcionava um bar, frequentado por moradores daquela localidade rural. A forma como, segundo o relato e a descrição do casal, Marieta transitava com a menina de uma cidade a outra e como construía impedimentos à relação entre a adolescente e seus familiares, supostamente dificultando sua comunicação, fez com que mãe e padrasto recorressem a serviços institucionais levantando suspeitas de que Carolina estivesse sendo objeto de uma ação com fins de *exploração sexual e tráfico humano*.

Aqui, o casal mobilizou um repertório de profundo impacto no campo de discussão dos direitos humanos e dos direitos de crianças e adolescentes – e especialmente naquela região. Ao recorrerem à intervenção do Estado na figura das instituições com que estabeleceram contato – conselho tutelar e delegacia –, mãe e padrasto articularam temores em voga, extremamente atuais e de profundo apelo no campo criminal. Afinal, os casos aos quais se caracteriza como *tráfico humano* ou como *exploração sexual de adolescentes* não costumavam vir à tona de modo explícito, sobretudo naquela cidade. Cabe lembrar, ainda, que, como descrito anteriormente, a temática havia sido tratada recentemente pela novela de horário nobre, sensibilizando a opinião pública e diferentes setores.

Dada a gravidade da denúncia e das acusações levantadas por eles, o conselho tutelar rapidamente se articulou para uma visita à casa da família, onde moravam mais duas crianças, irmãs mais novas de Carolina. O caminho até lá se dava por trechos empoeirados, mas de fácil acesso para quem seguia a pé. Quatro dos cinco conselheiros seguiram até a pequena casa; e, com seu consentimento, acompanhei-os até lá. Era uma residência de madeira, bastante pequena e sem luz elétrica. De onde paramos, à entrada da casa, esta parecia dispor de um quarto ou de uma parede que separava a sala de entrada do restante da residência. Na tarde daquele mesmo dia, reunimo-nos na entrada da casa da família com a mãe e o padrasto para conhecer mais detalhes da denúncia trazida à tona. A preocupação da mãe e as acusações que o casal formulava deixaram a equipe alerta a respeito de potenciais ou eventuais riscos a que Carolina estaria exposta. Os conselheiros decidiram, então, que iriam ainda naquele fim de semana atrás da menina.

No sábado, após o almoço, tentamos contatar o tesoureiro do município, com quem o CT frequentemente podia contar em situações de emergência que demandavam recursos ou materiais. O comando da

Polícia Militar disponibilizou a lancha da corporação, o piloto e um soldado para apoio à operação do conselho tutelar. Foi-me permitido pela mãe e pelos conselheiros que eu os acompanhasse até a comunidade onde a menina estava. As ações do CT se deram sem o acompanhamento da polícia civil, uma vez que, segundo informações de Cristina e do companheiro, o investigador de plantão teria alegado que não havia indícios suficientes que justificassem uma diligência até o local – e que, portanto, caberia esperar até a data em que Marieta prometera trazer Carolina de volta. O responsável pelo plantão explicava à mãe e aos conselheiros que não havia modo de registrar ocorrência uma vez que as características relatadas pela queixa não encontravam, até então, categoria correspondente no sistema da polícia civil.

Levamos cerca de meia hora na lancha, sob um sol forte e muito vento. Ao chegarmos ao local, indicado pela mãe, vimos que se tratava de uma casa bastante ampla, tendo como vizinhas algumas outras casas de madeira em um terreno contíguo, e com uma varanda na qual funcionava o bar a que Cristina se referira – e que estava fechado àquela hora. Assim que a lancha da polícia encostou no trapiche, muitos dos familiares vieram para fora das casas, a fim de saber de que se tratava aquela visita inesperada. Havia muitas pessoas vivendo naquelas residências, e muitas delas saíam de dentro da casa de Marieta – pela porta lateral ou pelas janelas, no caso de adolescentes e crianças.

Marieta veio nos receber, acompanhada de seu esposo. Assim que ouviu explicações a respeito da visita do conselho tutelar, tratou amistosamente de esclarecer os fatos, procurando deixar explícitas suas boas intenções para com Carolina. Contou que a adolescente tivera problemas vivendo na casa do pai e da tia – próxima dali –, que tinha uma relação muito difícil com esta última e que, por isso, fora acolhida por ela. Marieta a teria encontrado chorando, sozinha, no trapiche, enquanto passava de barco – ela realizava venda de roupas e de acessórios entre moradores naqueles arredores, bem como de vez em quando fazia incursões para cobranças decorrentes das vendas. Após conversar com a adolescente, Marieta se teria oferecido para levá-la para viver com sua família, solicitando a permissão dos adultos com quem ela residia. Um pouco mais jovem que suas filhas, Carolina passara a lhe fazer companhia. E Marieta explicava que lhe comprara roupas e objetos de uso pessoal, uma vez que a menina não tinha quase nada consigo, sequer xampu e outros produtos de higiene pessoal.

Carolina apareceu assustada e um tanto chorosa. Ficou calada ao lado de Marieta, enquanto a mãe, Cristina, lhe falava algumas palavras de reconhecimento e de reencontro. Em seguida, a adolescente

acompanhou os conselheiros Bianca e César até um canto da varanda para uma conversa em particular. Enquanto isso, junto com o policial militar, Cristina e eu conversávamos com Marieta, sem que qualquer animosidade se instalasse entre elas, até que Carolina, aos prantos e bastante contrariada, foi conduzida novamente para perto da mãe. Ficou decidido que naquele dia ela retornaria à sede do município com Cristina e que Marieta e o esposo deveriam comparecer ao conselho tutelar para formalizar os esclarecimentos – o casal receberia uma advertência por abrigar uma *menor de idade* sem informar às autoridades competentes e por conduzi-la irregularmente até a capital, sem consentimento dos responsáveis. Faltava ainda esclarecer as condições em que se dera a viagem: se em barco particular ou em barco de linha, o que envolvia questões legais específicas sobre a condução de menores de idade desacompanhados dos responsáveis.

No caminho de volta, Carolina veio sentada ao lado da mãe. Visivelmente frustrada, permaneceu em silêncio durante todo o trajeto ao longo do rio. Quando chegamos, o padrasto as esperava no trapiche em frente à rua do conselho tutelar. Bianca decidiu, então, que Carolina seria levada até a sede da instituição para uma conversa para pensar os procedimentos que seriam tomados a partir dali. Com a mãe e o padrasto do lado de fora, foi o primeiro momento em que ouvi a voz da adolescente, sentada no banco de madeira localizado na recepção da sede. De cabeça baixa, ainda muito triste, contou-nos que o padrasto costumava cometer abusos contra ela, fazendo comentários e insinuações e se valendo da falta de luz na residência à noite para *perturbá-la*. Carolina nos falou pouco a respeito – o suficiente para Bianca decidir encaminhar a menina para atendimento psicológico junto a Vanessa, quem teria a competência para acolher o depoimento adequadamente e de modo efetivo, sem que Carolina se sentisse exposta ou tivesse de reiterar mais de uma vez seu relato.

Bianca aconselhou a adolescente a ficar perto da mãe e lhe prometeu que o conselho tutelar tomaria as providências necessárias, sem que o padrasto fosse alertado sobre a denúncia que a enteada fazia contra ele. Assim que ela saiu, pedi permissão a Bianca para, durante o domingo – o dia seguinte –, visitar a família, a fim de verificar se Carolina estava bem. Entendemos que seria uma boa maneira de ficarmos alerta à readaptação e à segurança da adolescente por aqueles próximos dias, tendo em vista a boa relação que eu estabelecera com Cristina e o marido naquele período. Algum tempo depois, no caminho de volta para casa, passei em frente à residência da família e encontrei o padrasto sentado na calçada, conversando com um vizinho, enquanto os

irmãos mais novos de Carolina brincavam na rua. Perguntei pela menina, que, de acordo com ele, teria ido com a mãe comprar umas roupas perto dali. Troquei algumas palavras com os adultos enquanto brincava com as crianças e logo segui meu caminho. No dia seguinte, retornei ao local e encontrei a casa fechada. Soube que Carolina estava na casa de uma amiga e segui até lá – porém as duas haviam saído para dar uma volta.

Os dias seguintes foram de arranjos e estratégias, pelos conselheiros, para que o caso de Carolina fosse “solucionado”. Através da mãe, soubemos que a adolescente estava morando na casa de uma professora, a quem ajudava nos cuidados com um bebê. A professora foi procurada para que Carolina comparecesse ao CREAS para atendimento psicossocial. Houve certa tranquilidade entre os conselheiros diante da notícia, afinal ela permaneceria distante do padrasto e acolhida por uma mulher por quem Carolina nutria afeição e que lhe queria bem.

A história de Carolina, portanto, trazia uma série de aspectos, versões e nuances que complexificavam o caso. Evidentemente, não se trata aqui de indicar onde estão as “verdades”, tampouco ler as intencionalidades de cada um dos sujeitos envolvidos. Antes, cabe sinalizar a pluralidade de leituras e versões mobilizadas pelos sujeitos que compõem esse cenário, a forma como supostas intenções são interpretadas e julgadas de acordo com o posicionamento desses sujeitos nas tramas do enredo e o modo como, ao narrarem suas impressões e experiências, fazem emergir repertórios afins a pautas mais amplas no campo dos direitos humanos e na agenda local vigente no que diz respeito às preocupações em torno da infância e da adolescência. Tantas vertentes e tantas possibilidades tensionam sobremaneira o caso que chega ao CT e que demanda estratégias múltiplas de intervenção para sua apuração e resolução.

### *3.7 Olívia: denúncia em meio a conflitos conjugais entre mãe e padrasto*

No final de agosto de 2014, o conselho tutelar organizou uma equipe junto à psicóloga do CREAS para atender uma denúncia na Vila do Piriá. A mãe procurara a delegacia e o conselho dias antes, bastante furiosa com o marido, após um grave desentendimento conjugal. Nesse contexto, ela também denunciou o esposo por abuso sexual cometido contra sua filha Olívia, de 10 anos, enteada do acusado.

Encontramos Ana na ponte da Vila, próximo ao trapiche em que a lancha nos havia deixado. Ela estava hospedada na casa de uma irmã de Roberto, seu marido; os filhos haviam ficado com o pai, em uma

comunidade mais afastada da vila, e Olívia fora levada para a casa da avó materna, situada em frente à residência da família, do outro lado do Rio Piriá. Ana começou a narrar o episódio em que Roberto, alcoolizado, fizera acusações contra sua reputação após uma crise de ciúme durante uma festa. Tônico, um conhecido, teria tirado Ana para dançar, mediante consentimento do próprio esposo dela. Este último, entretanto, em determinado momento passou a acusá-la de ter *beijado o pescoço* de Tônico – o qual, por sua vez, para piorar a confusão, alegou que mantinha um caso com Ana. Uma série de ameaças teria sido desencadeada a partir de então: Ana desafiou Tônico a provar tal calúnia; Tônico quis bater nela; Roberto passou a ofendê-la; e Roberto e Tônico passaram a trocar acusações.

Apesar de se referir a um histórico de comportamento ofensivo do esposo, Ana ponderava, afirmando que ele, no fundo, era um bom homem; que não costumava *bater*; e que suas agressões “*eram mais com palavras*”. Além disso, alegava que as ofensas aconteciam exclusivamente “*quando ele bebia*”.

O episódio de agravo conjugal fora a motivação para que Ana denunciasse o esposo com relação às queixas de sua filha mais velha sobre atitudes sexualmente abusivas. Olívia, de dez anos, era enteada de Roberto, mas vinha sendo criada por ele juntamente com os quatro filhos do casal. A mãe dizia que a filha contara há alguns meses sobre as investidas sexuais do padrasto, as quais coincidiam especialmente com o período de *resguardo* após o nascimento do filho caçula de Ana e Roberto.

Voltamos à lancha e seguimos para a casa da mãe de Ana, onde Olívia estava abrigada temporariamente. Conversamos muito durante todo o trajeto; e, através do relato de detalhes sobre a história de sua família extensa, identificamos inclusive seus laços de parentesco com pessoas que me eram bastante próximas na cidade. O acesso à casinha de madeira se dava por uma ponte bastante longa que a ligava ao trapiche onde atracavam os barcos. Olívia nos recebeu na chegada, saindo de dentro do lar quando ouviu o barulho da lancha. Era uma criança extremamente comunicativa, que ajudou o piloto com instruções sobre como e onde parar o veículo naquelas condições de maré baixa. Os conselheiros tutelares seguiram com a mãe para dentro da casa da avó, que, segundo Ana, não sabia a respeito do abuso sexual. E Vanessa me permitiu que acompanhasse sua primeira conversa com Olívia. Sentamo-nos no trapiche, sob um telhado de palha, abrigando-nos do sol. E a psicóloga começou doce e delicadamente uma conversa com a menina.

Na ausência da mãe, Olívia respondia às perguntas e narrava os eventos com serenidade e clareza. Dizia-nos que Roberto *ficava de enxerimento* com ela; que há algum tempo o padrasto costumava deitar-se em sua rede e tentar agarrá-la. Nessas situações, ele lhe passava a mão *no peito e na paca*, tentando beijá-la à força. Olívia narrava os episódios com riqueza de detalhes, situando alguns dos eventos nos períodos em que a mãe dava especial atenção ao irmão caçula, ainda bebê. A menina chegou a contar à mãe o que vinha acontecendo; e a providência tomada por Ana foi confrontar Roberto, alertando-o a não repetir mais aquele tipo de gesto. Em virtude de Olívia ter reportado à mãe o ocorrido, o padrasto chegou a agredir a enteada, chutando-a *por baixo da rede* e dando-lhe *um tapa* no momento em que ela foi “*pegar uma lanterna*”, bem como teria feito ameaças de que *quebraria sua cara*.

Nesse meio tempo, Ana foi levada até o outro lado do rio, na companhia dos conselheiros tutelares, com o objetivo de buscar os filhos que haviam ficado sob os cuidados de Roberto. Ana e as crianças passariam os próximos dias ali, com sua mãe. Em seguida, tomamos um café, conversamos com as crianças, até que Roberto chegou de barco à frente da casa da sogra, chamando Ana para uma conversa. Nesse momento, Bianca comentou conosco que, pelo que ela presenciara, havia a possibilidade de o casal acabar reatando o relacionamento. A questão que se colocava no horizonte de preocupações dos conselheiros naquele momento era: como ficaria a situação de Olívia em caso de reaproximação entre a mãe e o padrasto?

No dia agendado para os procedimentos em Currálinho, Olívia foi levada aos CREAS, para ser ouvida por Vanessa no contexto institucional. Diferentemente da forma narrativa e aberta da conversa naquela manhã ensolarada no trapiche da casa da avó, ali cabia a Vanessa realizar perguntas específicas, direcionadas a um roteiro técnico, com vistas a apoiar ou a completar um inquérito policial.

Portanto, as questões eram dirigidas, voltadas a detalhes e a termos mais técnicos e claros. Elas promoviam na pessoa ouvida – no caso, Olívia – um posicionamento, um enquadramento, a partir de uma linguagem orientada ao campo dos operadores técnicos. Tamanha alteração nos contextos de interação e nos padrões de linguagem impactava o domínio de Olívia sobre sua narrativa. Essas disjunções não se limitavam, porém, à entrevista no CREAS, mas repercutiam especialmente no depoimento prestado na delegacia junto ao delegado Túlio. Alguns termos lhe eram pouco familiares; demandavam a repetição das perguntas ou mecanismos de transposição das categorias

pressupostas pelo roteiro em termos mais habituais à menina. Apesar do cuidado e da delicadeza dos profissionais que realizavam as perguntas, buscando correspondências entre o roteiro formal e a linguagem narrativa de Olívia, tal obstáculo se evidenciava necessariamente por seus efeitos: a criança hesitava nas respostas que outrora dera com facilidade, não compreendia algumas frases, respondia a algumas questões demonstrando insegurança quanto à linguagem e ao entendimento que fazia dela.

Quando da entrevista no CREAS, por exemplo, foi o primeiro momento em que Olívia sinalizou a existência da chamada “conjunção carnal” nos episódios de abuso sexual por parte do padrasto. Questionada sobre se Roberto *colocara o pênis em sua vagina*, a menina pensou um pouco, precisou de uma forma de tradução dos termos, para em seguida dizer que *sim*. E, com um pouco mais de tempo, ela se lembrou da vez em que uma fralda que estava dentro de sua rede apareceu “*suja de sangue*”. Aquele contexto formal de interação trouxe um elemento novo, extremamente fundamental à produção da peça judicial – e, por isso, as perguntas eram elaboradas em tais moldes nas instituições responsáveis. Entretanto, em contrapartida, produziam em Olívia respostas inseguras, uma narrativa entrecortada por termos que ela demonstrava não dominar muito bem.

Na delegacia, Túlio tratou de ouvir a mãe a respeito do conflito com Tônico e das denúncias de abuso contra Roberto. Em seguida, autorizou-me a acompanhar o depoimento de Olívia, que voltou a repetir – pela terceira vez em minha presença – aspectos relacionados ao evento do abuso. Nesse contexto, o roteiro narrativo e a forma de linguagem eram ainda mais marcados. Uma das perguntas era sobre Roberto ter tentado ou não “ter relação sexual” com ela. A menina hesitou um pouco; e, após algumas reformulações, respondeu afirmativamente que o padrasto introduzira “*o pênis*” em sua “*vagina*”. Tal revelação surpreendeu a mãe, que se mostrou transtornada. Ana alegou não saber sobre a conjunção carnal: apenas que ele a apalpava e lhe tocava *o peito*; que “*na brincadeira, brincando*”, ele pegara o seio da enteada. Assim que o delegado deixou a sala, a mãe se virou para a filha e, apreensiva, perguntou por que ela nunca lhe houvera contado. No retorno, Túlio explicou a Ana que, contra as difamações de Tônico, ela procederia se fosse de sua vontade, ao passo que sobre Roberto pesava o que se configuraria como *estupro de vulnerável*.

A partir de então, foram colocadas questões bastante precisas a respeito da sequência de acontecimentos referentes ao abuso, com a finalidade de responder aos requisitos pressupostos pelo inquérito

policial. Túlio perguntou à menina se Roberto lhe fazia tais coisas quando a mãe *“estava presente ou ausente”*. Após um silêncio duvidoso de Olívia, o delegado reformulou a pergunta: *“quando está em casa?”*. A menina respondeu que sim; e em seguida perguntou à mãe, que lhe disse que era Olívia quem sabia as respostas. Túlio perguntou, então, sobre a *frequência* com que Roberto a assediava; percebendo que a criança não entendera, reforçou: *“se é mais difícil, se é algumas vezes...”*. E ela respondeu que *“algumas vezes”*. Questionada sobre o que o padrasto fazia quando entrava na rede com ela, respondeu, já um pouco aborrecida e impaciente com a necessidade de repetir os detalhes da experiência, que ele *“tentava pegar na paca, no peito...”*. Olívia teria contado à mãe, que, segundo seu depoimento, lhe prometeu que *“falaria pra ele parar com isso”*. O delegado interveio com a pergunta: *“e ele parou?”*. Ana reconheceu que não fora suficiente.

Ana não sabia precisar há quanto tempo tomara conhecimento dos abusos cometidos pelo marido contra a filha. Num primeiro momento, alegou que desconfiava de que Roberto abusava da menina desde que Olívia tinha seis anos; depois, entretanto, afirmou ter ficado sabendo três meses antes do registro da denúncia. Questionada novamente a respeito do que sabia sobre o caso, Ana tornou a responder que a menina lhe falara apenas duas vezes sobre o assédio de Roberto e que só fora informada pela filha sobre a tentativa de agarrá-la e de *“que ele falava coisas pra ela”*. Afirmou não saber *“de nadinha”* a respeito dos outros fatos relatados por Olívia, dizendo-se surpresa com as revelações que sua filha detalhava. Túlio lhe perguntou ainda quais providências ela tomara quando avisada pela menina; respondeu que conversou com o esposo e que ele negou tudo. Disse que não imaginava que *“ele fosse fazer isso com uma criança”*. E Roberto teria respondido que *“não era doido de fazer isso com a filha dele”*. *“E isso convenceu a senhora?”*, perguntou o delegado, obtendo resposta afirmativa de Ana.

Na segunda vez em que Olívia se queixou a Ana, disse-lhe que Roberto tentara *“pegar no peito e nas partes”* da enteada. E, assim que o marido retornou da roça, ela *“se estressou”* ao inquiri-lo. Segundo a mãe, ele teria dito que ela *“parasse com aquela arrumação ou ele daria um fim”*, alegando que considerava Olívia *uma filha*. Ana disse que, se a filha lhe contasse novamente sobre suas ações inadequadas, *“daria parte dele”*. Roberto, por sua vez, repetiu que *“daria um fim”*, que *“daria um jeito”* em Olívia a fim de que ela parasse de ficar *“inventando coisas”*. Diante das afirmações do esposo, Ana teria perguntado se aquilo era uma ameaça contra ela e a filha, obtendo como retorno o silêncio de Roberto. Ainda de acordo com o depoimento da

mãe, depois disso Olívia não mais lhe teria relatado situações de assédio e que, ao perguntar à filha “*se ele tinha feito de novo*”, a menina lhe assegurara que não.

Bastante desconcertada, a mãe foi orientada a retornar outro dia para a continuidade dos procedimentos. Os conselheiros temiam que o casal fizesse as pazes e que os fatos relatados por Olívia fossem esquecidos pela genitora. De fato, no dia marcado, Ana não compareceu à sede do município. Ela também não dispunha de telefone de contato. E assim se evadiu das obrigações formais que lhe pesaram a partir do momento da denúncia. No dia em que a equipe foi encontrá-la, Bianca e Leonardo lembravam quão furiosa Ana se mostrara com o marido, fazendo parecer, na avaliação dos conselheiros, que a denúncia de abuso sexual emergira não exatamente de sua indignação com relação à filha, mas do conflito conjugal que se estabelecera entre eles.

Tais considerações nos remetem às incontáveis etnografias sobre violência contra a mulher e a atuação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Esse campo de reflexões sinaliza, há alguns anos, para o ato da queixa junto aos serviços de polícia com o objetivo de reordenar as relações domésticas e as relações entre o casal, as quais foram desequilibradas em virtude de situações de agressão ou ameaça por parte do companheiro, buscando uma mediação e acionando uma rede de solidariedade em torno de si (ver GREGORI, 1993; GROSSI, 1995, 1998; SOARES, 1999; RIFIOTIS, 2004, 2015). Pela leitura realizada pelos conselheiros tutelares, Ana não parecia ter recorrido ao Conselho Tutelar e à delegacia de polícia civil necessariamente com a intenção de providenciar a punição do companheiro em virtude dos episódios de abuso sexual contra Olívia. Antes, trazer à tona a acusação levantada pela filha – sobre a qual ela tivera conhecimento antecipadamente ao período da publicização e que, no entanto, mantivera em segredo – parecia uma maneira de demonstrar poderes diante das atitudes desrespeitosas do marido, com quem, até o momento em que procurou o CT, considerava ter rompido o relacionamento. Nesse sentido, seu poder de *levá-lo à justiça* não apenas lhe dotava de algum poder de negociação no espaço doméstico e conjugal como também restituía o insulto moral a que fora submetida quando o esposo levantou suspeitas e/ou acusações a respeito de uma suposta traição de Ana com Tônico – razão pela qual ela ficara tão furiosa com Roberto. Ao deparar-se com o processo que o marido inevitavelmente enfrentaria decorrente dos novos elementos que emergiram do depoimento de Olívia, Ana compreendeu que sua iniciativa fora muito além do *susto* e

que ela perderia os poderes de decidir ou não sobre o andamento do processo.

Até o dia em que deixei a região, não tive novas informações a respeito do caso. O conselho tutelar se mobilizava junto à secretaria de assistência para uma nova visita à residência da família. E as informações eram que Ana e Roberto haviam, de fato, voltado a viver juntos.

### *3.8 Estela, Érica, Francine: negociações matrimoniais, fuga e restituição*

Na Vila do Piriá, uma localidade ao longo do rio de mesmo nome (Rio Piriá) com alta concentração de pessoas, de residências e de serviços, sargento André, com longa experiência de atuação na cidade de Currálinho, foi escolhido pela então nova gestão municipal para ser o responsável por questões referentes à segurança pública naquela comunidade.

Sargento André conhecia bem os moradores da vila e dos pequenos conglomerados situados nas proximidades dela, nos braços e furos fluviais que se ramificavam a partir do rio principal. Para dar conta da fiscalização na região e do acolhimento de denúncias, contava com alguns auxiliares, igualmente funcionários da prefeitura, que agiam como uma espécie de vigilantes e mediadores. André costumava ficar atento a acontecimentos, a relatos pessoais e mesmo a *fofocas* que lhe pareciam sinalizar para a ocorrência de situações potencialmente criminosas ou irregulares. Era nesse sentido que ele costumava contatar com frequência o conselho tutelar e a delegacia de polícia civil, unidades para as quais encaminhava os casos levantados para a condução dos procedimentos formais.

Acompanhei as ações de André quando dos casos envolvendo crianças e adolescentes – entre maus-tratos, *trabalho infantil*, abuso sexual e exploração sexual. Após apurar os casos, ouvir as denúncias de populares e ouvir relatos dos familiares, André entrava em contato com o conselho tutelar e com uma das policiais da delegacia de polícia civil, Débora, a quem ele confiava o andamento das denúncias e a concretização dos inquéritos. Ele, então, planejava com os moradores da vila e com os membros das instituições acionadas uma data para que fossem todos até a sede do município, acompanhados por ele, para as medidas cabíveis. Salvo raras vezes em que a família dispusesse de embarcação e combustível para o trajeto, a viagem até Currálinho era

feita através de um barco comercial que diariamente fazia a linha entre a sede do município (saída ao meio-dia) e a vila (saída à meia-noite).

Quando das visitas do conselho tutelar à vila, fosse para ronda junto aos bares e casas noturnas naquela localidade, fosse para o acompanhamento de casos específicos, André atualizava os conselheiros a respeito de informações que vinha apurando. Ele descrevia, dentre outros personagens, meninas que, segundo observações suas e comunicados de terceiros, vinham apresentando conduta incomum na escola e interesses iniciais em relacionamentos afetivo-sexuais – a seu ver, incompatíveis com sua faixa etária, entre dez e doze anos, por exemplo. Em certa ocasião, no momento em que um grupo de três meninas passeava pela ponte (sendo a ponte, aqui, equivalente a uma avenida ou rua) – dentre elas duas adolescentes e uma pequena menina de 11 anos –, André nos sinalizou o grupo com um movimento de cabeça, comentando em seguida: *“Tá vendo essas ali? Um grande fogo!”*. Essa observação alocava nas meninas a capacidade – se não de consentir – de desejar e de coproduzir as situações eróticas e sexuais em que viessem a se envolver – perspectiva bastante diferente daquela que costuma tomá-las como passivas diante das dinâmicas e iniciativas sexuais<sup>116</sup>. Segundo soubera, a menina franzina de 11 anos vinha sendo apontada pelos rapazes do entorno como alguém que integrava o circuito de pares sexuais; e, por isso, decidiu chamá-la para uma conversa com Bianca. A conselheira foi tomada de surpresa por tal atitude; mesmo assim, realizou uma conversa amistosa com a menina e lhe fez recomendações gerais a respeito da escola, de sua conduta e da relação com a família. Horas mais tarde, já no período da noite, um dos agentes de segurança relatou a André que a menina fora vista na companhia de um rapaz de 14 anos, ambos nus.

Para André, essas situações ocorriam, sobretudo, mediante o consentimento, a anuência ou o descaso por parte dos pais para com a criação de seus filhos e filhas. Após narrar uma série de situações similares, ele nos dizia: *“os pais, aqui, eles apoiam [...] Os pais largam de mão”*. Em sua avaliação, as mães não costumam *“conversar com as filhas sobre menstruação, mudanças no corpo”*; não costumam, portanto, fornecer informações ou promover diálogos que instruem as meninas a respeito de manter pudores corporais e de agir impeditivamente às investidas externas. Essa perspectiva sinaliza para um desdobramento curioso acerca da capacidade de essas meninas se

---

<sup>116</sup> Remeto aqui às considerações constantes na nota 114 a respeito das diferentes idades das meninas que compõem esses cenários.

constituírem *sujeitos* no conjunto de relações em questão. Afinal, o impedimento às abordagens sexuais, eróticas ou abusivas se configura como uma capacidade sua – assim como a de desejar, como dito no parágrafo anterior. Porém essa capacidade depende de um aprendizado geracional, familiar, cuja intervenção mediante a constância do diálogo seria capaz de direcionar a ação dessas meninas para o aceite ou para o repúdio aos enlaces afetivo-sexuais. Por outro lado, ele entendia que, uma vez que o desejo de ingressar no campo de trocas sexuais emergisse e se impusesse, seria bastante difícil interrompê-lo: “*quando elas entram cedo no sexo*”, alegava, “*não adianta brigar*”. Os holofotes sobre as adequações sexuais invariavelmente recaíam sobre as meninas – dificilmente sobre os meninos.

A relação entre os projetos em que as meninas se veem engajadas e a coparticipação dos pais e/ou familiares na elaboração e no andamento desses projetos se torna mais sensivelmente notável quando se trata dos casos matrimoniais. Dentre tantas situações mediadas por André na Vila, descrevo aqui alguns casos que parecem apresentar um ponto em comum: a forma como as acusações de abuso sexual apareceram relacionadas a rupturas, injunções ou controvérsias nas negociações matrimoniais das adolescentes e/ou de seus familiares.

\*\*\*\*\*

Sargento André me sinalizou uma ação que ele e sua equipe fariam em outubro de 2013 e me convidou a acompanhá-la para conhecer as experiências locais. Duas famílias o haviam procurado com denúncias sobre – o que ele classificava como – *abuso sexual* contra suas filhas. Sua equipe faria uma busca junto às famílias denunciantes com a finalidade de conduzi-las até a sede do município, onde seriam realizados os procedimentos formais.

Era uma sexta-feira de sol intenso quando entrei no *rabudinho* conduzido por Vítor, um dos agentes de segurança da vila. Saímos do pequeno trapiche localizado em frente à casa onde se hospedam André e seus funcionários durante o período de trabalho. Seguimos por longos trechos de rio, indo de casa em casa, atrás das pessoas a quem lhe cabia visitar. Encontramos uma e outra casa fechada; segundo vizinhos, as famílias haviam viajado para receber salário ou benefícios sociais na cidade. Tomamos, então, o rumo do extenso Rio Piriá, levando considerável tempo até nosso destino, e atracamos em uma serraria situada à beira do rio. Alguns trabalhadores, protegendo-se do sol na cobertura do trapiche, olhavam-nos curiosos, até que Vítor perguntou pela família que procurávamos. Tratava-se de Vilma e de sua filha única, Estela, de 14 anos. Vilma trabalhava na cozinha da serraria, no

preparo das refeições dos funcionários da empresa, dentre os quais estava seu esposo. Por isso, ela e a família passavam maior parte dos dias em uma das casinhas disponibilizadas pela empresa aos funcionários, as quais compunham um pequeno vilarejo no entorno da serraria. Além disso, naquela ocasião, encontrava-se vivendo com a família uma irmã pequena do padrasto de Estela.

Vilma procurara os agentes de segurança da vila para denunciar Inácio, um rapaz de cerca de vinte e seis anos que, segundo ela, teria tirado Estela da casa da família com a promessa de uma união matrimonial e que, no entanto, teria logo em seguida abandonado a adolescente, sem prestar maiores esclarecimentos. Nas palavras de André, o caso tratava-se de *sedução*: “*o caboclo passou papo, usou a menina e depois não quis mais*”. Toda a acusação da mãe fora inicialmente formulada nos termos de um caso de abuso sexual, com vistas à menoridade jurídica de Estela.

Assim que começamos a conversa, Vilma falava por Estela, respondendo às perguntas e narrando a sequência de fatos pela filha. Revoltada com o rapaz, a mãe alegava que o jovem conhecera seu esposo, padrasto de Estela, na Vila e que costumava *parar*<sup>117</sup> com a família quando em visita à comunidade. Nessas ocasiões, porém, ele costumava dormir *fora*<sup>118</sup> com o esposo de Vilma, ao passo que Estela dormia com a mãe na parte mais interna da casa. A partir de então, Inácio teria pedido permissão para namorar a adolescente, o que, poucos meses depois, se transformou em uma união conjugal. A mãe alegava que cedera ao pedido do ex-genro porque temia que, em caso de negativa, os jovens se relacionassem à sua revelia e, principalmente, que Estela acabasse engravidando. Por um lado, tal temor se devia à obrigação de sustentar mais uma pessoa na casa; em caso de gravidez de Estela e da ausência do pai da criança, caberia a ela e ao esposo arcar com os custos de mais uma pessoa em seu lar, além do peso sobre a reputação moral da adolescente. Por outro, no momento da conversa comigo e com o agente de segurança, Vilma narrava também um receio com relação à regulação formal sobre a menoridade: “*tinha medo de ela engravidar e pegar alguma coisa pro meu lado*”. Diante desse quadro, Vilma dizia que o rapaz teria “*bem dizer pegado ela na marra*”.

Com poucos meses desde que a mãe aceitou o namoro, Estela foi levada para viver com Inácio em uma casinha de precária estrutura e

---

<sup>117</sup> Hospedar-se, pousar.

<sup>118</sup> Não ficou muito claro em sua fala, mas entendi que fora e dentro, aqui, se referiam ao quarto da casa.

sem luz elétrica. Com o tempo, ele passara a deixar a menina sozinha, mesmo em noites de chuva. Estela sentia medo e se sentia profundamente insegura com tal situação, até o dia em que o então companheiro a abandonou e passou a viver com outra jovem, com quem já mantivera relacionamento anteriormente. Quando tivemos a chance de conversar a sós, Estela me disse que ele tinha dois filhos e que andava em débito com relação à pensão das crianças. Embora infeliz com a situação em que se encontrava, não demonstrava, pelo que conversamos, ter-se envolvido com o jovem por um desejo e uma vontade tão intensos; antes, ela demonstrava ter aceitado o relacionamento por uma questão circunstancial, dados o arranjo das relações, o interesse do rapaz e o consentimento da mãe. A convivência, porém, teria produzido uma forma de apego e de afeto, de modo que ela aparentava certa fragilidade ao tratar do assunto.

Vilma lembrava que procurava oferecer de tudo à filha e prover não só suas necessidades básicas, mas suas vontades. Para tanto, listava bens que lhe costumava comprar de presente, reunindo seu salário e o de seu marido. Tratava-se de jeans de marca de prestígio, sandálias caras e outros objetos de uso pessoal, os quais engendravam uma narrativa em torno do que Adriana Vianna (2002, p. 205) chama “bens de cuidado”. Estes, segundo a autora, “representam sinais do investimento que pode ser calculado e, ao mesmo tempo, que nunca pode ser expresso claramente em termos materiais, já que serve de indicativo da ação desinteressada que não espera pagamento imediato ou não o espera na mesma moeda”. Quando viajávamos em direção à Vila, a partir de onde as duas seguiriam para Currealinho, a mãe me falava repetidamente sobre sua indignação, alegando que o rapaz havia “*bagunçado*” com a filha, a quem ela tratara sempre como sua prioridade. Ao mesmo tempo, Vilma se mostrava apreensiva, questionando-se sobre as consequências jurídicas que eventualmente pudessem acabar pesando sobre ela, uma vez que consentira com o relacionamento da filha menor de idade – receio que ela sinalizara quando disse temer que a filha engravidasse, pois poderia *pegar pro lado dela*. Embora esse temor lhe trouxesse alguma hesitação quanto à denúncia, apostava nesse recurso como forma de restituir aquilo que Inácio lhes teria tirado – fosse a reputação moral e matrimonial de Estela, fosse a desconsideração ou o insulto decorrente da quebra de contrato junto à mãe e à menina.

O sol já se punha no retorno da serraria; mesmo assim seguimos até a casa da família, localizada em um furo de rio mais próximo à Vila, com o objetivo de buscar os documentos pessoais de Estela e da mãe. Sem visão no breu daquela noite, cortado por pequenos fachos de luz da

lua e da lanterna de Vítor, o *rabudo* bateu em um tronco no meio do rio, o que quase nos levou à água. Mesmo com uma das pás da hélice do barco motorizado quebrada, conseguimos seguir caminho, em menor velocidade. As roupas estavam no varal, e o cachorro vinha em nossa direção ao longo do trapiche em que atracamos. Por meio dessa “aventura”, pude perceber as dificuldades que se colocavam no trajeto: troncos de árvore e curvas acentuadas no curso do rio; riscos em torno dos códigos de sinalização entre os barcos (um acidente em uma dessas curvas causara a morte de um jovem meses antes); poucos pontos de luz, restringindo-se a lanternas, ao luar e às lâmpadas nas casas ribeirinhas que possuíam gerador.

Assim que chegamos à vila, jantamos e tomamos banho na casa dos agentes de segurança. Trata-se de uma construção de madeira de dois pisos, sendo que a cozinha e o banheiro ficam no térreo, ao passo que os quartos dos agentes se situam no andar de cima. Em seguida, ajestamos as redes na sala em que eu estava hospedada – um repartimento no térreo em que funcionava um órgão relacionado ao meio ambiente (o responsável, que estava em viagem, gentilmente me cedera o espaço durante minha estada) – para que Vilma, Estela e a criança se acomodassem até a hora de saída do barco para Curralinho.

O barco já estava bastante lotado quando chegamos ao trapiche, de maneira que tivemos dificuldades para encontrar um local em que pudéssemos atar nossas redes. Estela me sinalizou, um tanto nervosa, a presença de Inácio no barco, junto com sua atual companheira, com quem dividia a rede. E, por isso, instalei-me ao lado da adolescente, num pequeno espaço perto do motor, enquanto sua mãe achou lugar nos fundos do barco para passar a viagem junto com a criança de quem vinha cuidando. Fazia muito frio. A madrugada, somada à *maresia*, soprava gelada; e Vilma veio até Estela, a única dentre elas que trouxera uma coberta. Não pude esconder meu desconforto com o fato de a mãe ter deixado a criança sozinha nos fundos do barco para pedir abrigo na rede da filha, onde inclusive não havia espaço. Ofereci, então, minha coberta a Estela e recomendei que a sua ficasse com Vilma e a menina. Por mais que me esforçasse, essa cena provocou um enquadramento emocional e moralmente distinto na observação sobre o caso.

Chegamos pela manhã de sábado a Curralinho. E, junto, uma forte inflamação na garganta. André e a família seguiram direto para a delegacia, esperando o horário em que teria início o expediente. Pouco depois, chegaram, para procedimentos equivalentes, a família de Érica, de 12 anos, e a do rapaz com quem ela fugira – e sobre cuja história narrarei mais adiante. O dia seria bastante comprido.

Ao longo daquele dia, enquanto todos se concentravam em frente à delegacia à espera de atendimento, pude conversar um pouco com Inácio. Este me disse que fora Vilma quem *empurrara* Estela para ele, indicando que o breve relacionamento fora motivado e incentivado pela mãe da adolescente, o que o fizera acabar engajando-se na união. Não entrou em muitos detalhes, apenas atribuindo a Vilma a responsabilidade pela relação incerta e desastrosa. Tanto o rapaz quanto a adolescente narravam sua união como efeito de circunstâncias sobre as quais ambos não se viam tendo controle. Para Estela, que inicialmente não se interessara pelo rapaz, a união fora resultado das vontades de Inácio e de Vilma; para Inácio, fora decorrente da vontade exclusivamente da ex-sogra. Nem a jovem nem o garoto situavam suas escolhas no fluxo de seus relatos, fazendo parecer que foram levados a viver juntos. Assim como proposto por Werneck (2014), é possível identificar como agência do agente (fazer algo por vontade e decisão próprias) e agência da estrutura (ser levado por alguma força a fazer algo) figuram como dispositivos morais utilizados situacionalmente pelos sujeitos para justificar-se – no caso de Estela e de Inácio, ambos narravam ter sido *levados* ao casamento por outras vontades que não necessariamente as suas. Vale lembrar que, da parte da mãe, um movimento semelhante se fazia, na medida em que ela supunha ter-se convencido pelo desejo e pelo pedido do rapaz, bem como pela possibilidade de um relacionamento entre os jovens mesmo a seu contragosto.

Nessa manhã, em frente à delegacia, ao lado de Inácio estava seu irmão, um pouco mais jovem, envolvido no caso em torno de Érica. Inácio e Igor esperavam sentados no pequeno banco entre duas árvores nas proximidades da delegacia de polícia civil, perto de onde todos os demais personagens das duas histórias aguardavam. E isso nos leva ao próximo caso.

\*\*\*\*\*

Quando André contatou a escritã da polícia agendando atendimento para aquele fim de semana, tinha como objetivo dar encaminhamento não apenas ao caso de Estela, mas também à situação de Érica. Ouvira falar do caso envolvendo a menina de 12 anos dias antes, quando Ivone, a mulher responsável pelos serviços domésticos na casa dos agentes de segurança – moradora da Vila –, me contara sobre a garota que *fugira com um e depois com outro*. Segundo essa interlocutora, *todas as filhas* daquele casal costumavam *fugir*, sendo que das cinco mulheres apenas uma de 15 anos permanecia com os pais. E, ainda de acordo com Ivone, havia suspeitas de que o pai, um homem

tido como distinto e fervorosamente religioso, costumava abusar das filhas; a própria mãe das meninas lhe teria contado que o esposo *tentara agarrar* uma das jovens quando *saía para pescar*.

Apesar de demonstrar intimidade e cumplicidade com Estela assim que elas se encontraram em frente à delegacia, Érica falava pouco com as demais pessoas presentes, mostrando-se bastante reservada. Era uma adolescente alta, muito bonita, cujos cabelos escuros escondiam um grave acidente sofrido anos antes: Érica sofrera escarpelamento do lado esquerdo, quando parte de seu cabelo prendeu no motor do barco da família – acidente bastante recorrente entre mulheres na região amazônica. Através de conversas com familiares e com outras pessoas envolvidas que aguardavam atendimento, fui informada de que ela havia fugido da casa da família com Igor; e, em seguida, fugira com outro rapaz, Fabiano. Sua mãe me dizia não entender o motivo da fuga; alegava haver uma boa e harmoniosa convivência familiar, bem como falava sobre os preceitos religiosos que costumavam seguir e sua dedicação à igreja. Foi em uma das vezes em que os pais saíram para o culto religioso que Érica fugiu de casa com Igor. Este, por sua vez, dizia que Érica lhe confessara a intenção de sair de casa porque sofria diversos tipos de maus-tratos por parte dos pais, especialmente do pai, assim como suas irmãs também costumavam vivenciar. Ele se referiu vagamente a surras, castigos e obrigação com afazeres domésticos, sem entrar em muitos detalhes.

No breve período que se sucedeu à fuga com Igor, questão de alguns dias, a adolescente conheceu Fabiano, com quem decidiu fugir em seguida. Fabiano, que era conhecido de Igor, tinha cerca de vinte anos e vivia em Limoeiro do Ajuru, onde Érica fora localizada. Os pais do rapaz o acompanharam à delegacia para prestar depoimento e esclarecer os fatos assim que ele foi intimado a comparecer. Ele alegava gostar muito de Érica e ter boas intenções para com a menina, prometendo-lhe união matrimonial e os planos de uma vida juntos; Fabiano tinha emprego e vinha provendo casa e o sustento do jovem casal. Seus pais, por sua vez, apoiavam a decisão do filho, que tinha como objetivo regularizar juridicamente sua situação.

Do pouco que consegui conversar com Érica, esta não definia claramente com quem pretendia ficar, tampouco se pretendia manter o relacionamento com Fabiano. Tanto Igor quanto Fabiano se referiam ao desejo de Érica de deixar a casa dos pais e de livrar-se de um contexto em que ela se sentia infeliz, deixando entrever a fuga como um projeto da adolescente. Para Érica, então, a fuga matrimonial apresentava-se como a concretização de um novo projeto de vida ao alcance das

possibilidades de uma jovem menina de 12 anos de idade, colocando em pauta uma motivação um pouco diferente daquelas que Juliana Caruso (2011) identifica como sendo mais recorrentes na literatura antropológica – quais sejam, a falta econômica para arcar com os custos implicados no casamento; a honra da jovem e da família; e os interditos matrimoniais. A fuga, mais do que a possibilidade de vivenciar um relacionamento amoroso, parecia constituir um projeto de Érica, o qual envolvia ir para longe de seus genitores, sobre os quais, a julgar pelas falas dos interlocutores, pareciam pesar suspeitas que envolviam desde maus-tratos, negligência, até abuso sexual. Pela fuga, a adolescente parecia buscar resolver um tipo de “conflito pai/filha” que, além de questões referentes à autoridade masculina/paterna (ver MALUF, 1993, p. 30), envolvia desdobramentos sensíveis das assimetrias implicadas nessa relação. Nesse sentido, as reflexões de Fernanda Cruz (2014; 2015) sobre a *fuga* na história de vida de jovens egressas de serviços de acolhimento institucional nos oferece uma leitura profícua e complementar; ela demonstra como a fuga consiste de uma forma de crianças e adolescentes se colocarem em circulação – “autocirculação” – não apenas como forma de escapar a situações de maus-tratos, mas também como meio de “assumir a condução da sua própria vida, de se tornar agente no processo de criação de novos modos de existência” (idem, p. 135). Os pais, por sua vez, recorreram ao sargento André, sua ponte de acesso aos serviços legais e jurídicos do Estado, salvaguardados pela *menoridade* da filha que tentavam reaver.

Nesse dia, a delegada estava na cidade. Ela respondia por dois municípios e raramente estava presente na unidade de Curalinho. Em virtude do grande volume de trabalho na sede da delegacia, não acompanhei depoimentos nem as dinâmicas que aqueles casos desencadearam no interior da instituição. No entanto, pelo mesmo motivo e pela dificuldade em deslocar funcionários da delegacia naquele momento, a delegada me chamou e me pediu que acompanhasse as duas meninas até o Hospital Municipal, com o objetivo de realizarem exames de conjunção carnal para a construção dos inquéritos. Essa circunstância me possibilitou um breve contato com o atendimento médico e com a equipe de enfermagem diante de casos dessa natureza<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Em um cenário marcado pelas queixas a respeito da falta ou da insuficiência nos quadros públicos, vi-me, em ocasiões como esta, como uma espécie de voluntária a preencher lacunas possíveis. Essa ativação da minha disponibilidade, por sua vez, possibilitou que eu adentrasse em determinados

Com os documentos da delegacia em mãos, conduzi Estela e Érica pela avenida principal da cidade até a unidade hospitalar. Passamos pelo pronto-atendimento e seguimos até a recepção onde se concentram as atividades da equipe de enfermagem. As meninas conversavam entre si, um tanto constrangidas com aquele ambiente. Apresentei os documentos a uma das enfermeiras, que gentilmente olhou para as meninas e informou que o médico se encontrava em horário de cirurgia, sendo que só poderia nos atender depois que operasse o último paciente. O médico trabalhava por um turno de quinze dias no município e dispunha de outros quinze dias do mês para voltar à capital, onde vivia com a família. Essa condição não se limitava a Currálinho, mas compunha o cenário de outros municípios marajoaras; além do regime de trabalho e do reduzidíssimo número de médicos (o *Mais Médicos* viria a amenizar tais problemas), os salários de profissionais que se dispusessem a atuar no interior do Estado eram extremamente altos, inviabilizando o orçamento disponível para a saúde. O relativamente curto período com algum médico atuando na cidade, o grande volume de trabalho e a dependência de seu aval para muitas decisões e procedimentos tornavam as funções do hospital demoradas e difíceis<sup>120</sup>. Sentamo-nos nas cadeiras próximas ao balcão da enfermagem, assistindo a desenhos animados na pequena TV presa à parede, e esperamos por algumas horas até que o médico pudesse atendê-las. Como o tempo demorasse a passar e a fome começasse a trazer incômodos, telefonei a um amigo pedindo que nos levasse alguns lanches, uma vez que não podíamos sair dali; e uma das técnicas em enfermagem nos conduziu até o refeitório do hospital. Enquanto *merendávamos*, Érica e Estela pareciam mais à vontade, entre conversas e risos – apesar da expectativa em torno dos exames.

Assim que o médico deixou a sala de cirurgia, ainda levou um tempo mexendo nos prontuários. Era um senhor de idade, de pequena estatura e de feição grave, que nos olhava por cima dos óculos enquanto inclinava o queixo para baixo. Expliquei-lhe a situação, e ele conduziu

---

circuitos, ao mesmo tempo em que pude assegurar alguma espécie de retorno ao campo.

<sup>120</sup> Para algumas outras funções, como exames de lesão corporal em casos de violência doméstica, as enfermeiras podiam realizar os exames e emitir os pareceres sem a necessidade da presença do médico. Ao acompanhar, entre a delegacia e o hospital, uma conhecida que fora brutalmente espancada pelo companheiro, fomos prontamente atendidas por uma enfermeira que era “*filha de Currálinho*” e que retornara ao município após sua formação em Belém.

as meninas até sua sala, atendendo-as uma a uma. Ambas estavam bastante nervosas e apreensivas. Assim que conversou com as duas, o médico chamou uma das enfermeiras para acompanhar o exame, e seguimos para a sala de obstetrícia. Uma por vez, as meninas entraram na sala, foram orientadas a despir-se para uso do avental hospitalar e questionadas a respeito de alguns aspectos de saúde. Em ambos os casos, do outro lado da porta ouvia o médico dar instruções, às vezes repetindo-as ríspidamente, até que o exame fosse concluído. Ao deixarmos a sala, acompanhadas pela enfermeira, esta tecia expressões de desagrado com relação à conduta do médico; chegamos a comentar sobre a rispidez com que ele tratara as adolescentes e com que tratava a própria equipe de enfermagem. Estela e Érica, por sua vez, mostravam-se ainda mais constrangidas; pedi que aguardassem e perguntei ao médico sobre o horário em que o laudo ficaria pronto. Respondeu-me que não havia pressa e que dispunha formalmente de um prazo de alguns dias para aprontar os documentos. Argumentei a respeito da urgência que se sobrepunha, uma vez que a delegada precisava daqueles dados antes que as famílias retornassem para a zona rural, região longínqua em que residiam. Depois de uma resposta evasiva e da opacidade de meu interlocutor aos argumentos apresentados, decidi conduzir as meninas de volta à delegacia, onde suas mães seguiam os procedimentos legais. Comuniquei à delegada a conversa que tivera com o médico acerca dos prazos de elaboração do laudo; segundo ela, não era a primeira vez que ele se mostrava pouco colaborativo para com os serviços da polícia civil. Horas depois, ela iria pessoalmente buscar o laudo.

O barco com destino à Vila já saíra. E as mulheres se questionavam como retornariam a suas casas, já que no domingo aquela linha de transporte não funcionava. Foi feita uma negociação com um senhor que comparecera à delegacia em seu próprio barco, aparentemente um conhecido ou um afim de um dos rapazes envolvidos no caso, para que ele conduzisse as mulheres e suas filhas até a Vila do Piriá, alterando seu trajeto para casa. Para tanto, sargento André entrou em contato com o tesoureiro da prefeitura – personagem frequente nas negociações mesmo nos fins de semana –, que habilmente tratou de providenciar combustível para a viagem. À medida que o tempo passava e que as condições para que o senhor as conduzisse se complicavam, a mãe de Érica se mostrava mais preocupada com o retorno, ao passo que Vilma iniciou, revoltada, um série de reclamações; queixava-se do que ela considerava má vontade do homem. Diante daquela sequência de acontecimentos, acabei sinalizando que a possibilidade de “carona” consistia de um *favor* e de uma gentileza do dono do barco e que lhe

cabia ser compreensiva e paciente. A mãe de Érica concordou comigo – Vilma, porém, sentindo-se contrariada e com raiva, foi para longe de onde nos encontrávamos.

Do ponto de vista da lei, Fabiano e Igor teriam cometido *estupro de vulnerável*, considerando a idade de Érica inferior a 14 anos. Porém, naquele arranjo de negociações entre a própria adolescente, os rapazes e seus familiares, emergia a perspectiva de uma série de projetos, tecidos especialmente em torno do desejo de Érica de sair das condições em que vivia com a família. Fabiano já providenciara a casa para viver com a adolescente, sua família já declarara apoio à união conjugal desejada pelo rapaz; para ele, Érica era uma jovem que não meramente aceitara, mas que *decidira* viver com ele maritalmente. A adolescente, por sua vez, não se via como vítima das ações dos rapazes; ela reconhecia sua intenção e seu desejo de, nas diferentes ocasiões, ter fugido com cada um deles.

Entre os pais, estabelecia-se uma negociação a respeito do que aconteceria dali para frente: se Érica reataria com Igor (possibilidade esta que, entretanto, parecia bastante remota), se passaria a viver definitivamente com Fabiano, ou se retornaria à casa dos pais. E mesmo Fabiano não era percebido como alguém que induzira, sequestrara ou roubara a adolescente. Antes, o que se colocava em pauta era a fuga de Érica, sua atitude de deixar a casa dos pais com a ajuda de Igor e, em seguida, de deixar Igor para fugir com Fabiano – aliás, a dupla fuga era comentada com mais afincamento do que propriamente o ato de deixar a casa dos pais. Da parte da família, diferente de como se colocava Vilma em relação a Inácio, não era claro ou evidente o desejo de punir os rapazes – nem Igor, muito menos Fabiano. O que se colocava como um desejo de primeiro plano era que a filha retornasse, que os envolvidos se apresentassem para esclarecimentos e que a situação fosse de alguma maneira formalizada e acertada. No entanto, ao acionar os mecanismos de justiça, iniciando uma rede a partir de André, a família acabava por fazer emergir outras categorias e outras formas de leitura que em princípio não pareciam adequadas para descrever a sequência de eventos do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, tampouco pareciam devidamente pertinentes para os membros daquela rede que se articulava em torno da denúncia em questão.

As medidas legais tomam, nessas circunstâncias, forma de registros e de procedimentos oficiais, levados a cabo por profissionais que, apesar de suas sensibilidades a contingências e de seus distintos entendimentos contextuais sobre os fatos, não podem esquivar-se de

aplicar aos casos a formalidade da lei. Nesses casos, os procedimentos se tornam algo como o “apenas preencher papéis” de que fala Letícia Ferreira (2013). Em outras palavras, os procedimentos se realizam dentro de um quadro de formalidade e oficialidade, previsto na conduta dos profissionais que integram os serviços de segurança pública, ainda que, em seu entendimento, dados os arranjos e as negociações entre os personagens do inquérito, aquilo acabe “*dando em nada*”. Ao mesmo tempo, ainda que os enquadramentos legais não deem conta das nuances, das escolhas e dos projetos distintos que mobilizam os sujeitos das ações, eles não necessariamente implicam que os procedimentos “não deem em nada”: as medidas formais e sua elaboração e materialização através dos documentos *produzem* efeitos acerca tanto dos fenômenos específicos – como instrumentalizar os envolvidos com outras categorias para leitura dos eventos ou para legitimação de suas narrativas, prover alterações nas condutas e nas relações entre as pessoas através de medidas judiciais ou de decisões propostas pela própria polícia na mediação do conflito –, quanto dos fenômenos como um todo – estatísticas em torno de determinadas categorias jurídicas, números que orientarão o planejamento de políticas públicas, judicialização e criminalização dos sujeitos.

\*\*\*\*\*

Menos de duas semanas depois, sargento André esteve novamente na delegacia de Currealinho, após agendar atendimento com Débora e com as conselheiras Bianca e Marcela para uma família. Os pais acompanhavam Francine, a filha de 13 anos, e seu irmão, de 15, os quais se haviam envolvido com ingestão de bebida alcoólica junto a um grupo de pessoas na zona rural, na localidade do Rio Mutuacá. O pai alegava ser *crente*; disse que, certa noite, ele e a esposa deixaram os filhos adolescentes em casa e seguiram para a igreja. Sem maiores explicações a respeito de sua chegada a casa e da presença ou ausência dos filhos no momento em que retornou do culto, o pai disse que eram duas horas da manhã quando ouviu som muito alto e tratou de verificar o que acontecia. Ao levantar-se, notou que os filhos adolescentes não estavam em casa: ambos se encontravam em um local habitualmente frequentado por jovens para o consumo de bebida alcoólica, de onde provinha a música em alto volume. Francine e o irmão estavam bastante bêbados, junto a um grupo de adultos conhecidos na comunidade.

A escrivã tratava de apurar o caso da oferta de bebida alcoólica aos adolescentes por parte dos homens denunciados quando André interveio, aproveitando a presença das conselheiras tutelares, dos pais e do casal de filhos adolescentes. Segundo ele, havia denúncias de que o

pai *entregara* Francine para “*ser usada sexualmente*” por um homem que frequentava a localidade. Tratava-se de um empresário comerciante que regularmente comprava madeira do pai da menina. O pai ameaçou desmentir a versão de André, mas acabou por silenciar-se e consentir, bastante sem jeito. Em seguida, disse que não mais tivera visto o tal homem. André nos dizia que ficara sabendo a respeito do fato através de uma testemunha, que via a menina sair à noite em direção ao barco desse homem, com quem teria passado algumas noites. A não ser André e o pai de Francine, ninguém mais falava além de Débora, que ouvia as partes e apurava a dupla ocorrência. A mãe permaneceu em silêncio, bem como a adolescente e seu irmão.

A forma como André colocou em pauta a denúncia fez com que Débora buscasse amenizar a situação reordenando as denúncias e as dinâmicas dentro da sala de depoimento. Ela entendia que André expusera inadequadamente a intimidade de Francine, rompendo os pressupostos de confidencialidade que regem os procedimentos em torno das situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Diante daquilo, a queixa do pai a respeito do aliciamento dos filhos para consumo de bebida alcoólica parecia ocupar um segundo plano, de maneira que ele se calou diante da escrivã de polícia.

Francine foi, então, encaminhada para exames de conjunção carnal e diverso de conjunção carnal. Para tanto, acabei por acompanhá-la até o hospital, enquanto seus pais permaneceram cumprindo o ritual da delegacia. Como ela não tivesse conseguido reagir às perguntas e aos relatos, caminhamos tranquilamente até a unidade hospitalar, sob um sol muito forte. Ao retornarmos, decidimos sentar no banco instalado no meio da avenida, em frente à escola, em função de sua cobertura, para nos protegermos do calor e para que ela desse um tempo entre a denúncia, o exame e o depoimento. Disse-lhe que não tivesse medo de contar o que sentisse necessidade de trazer à tona; aconselhei-a a confiar na escrivã, que a acolheria com compreensão e carinho e que buscaria ajudá-la, sem julgamentos, se algo de “errado” estivesse ocorrendo em sua casa. Perguntei-lhe a respeito do que André dissera minutos antes. Francine baixou a cabeça, hesitando entre me responder e permanecer guardando para si. Em seguida, confirmou o ocorrido. Contou-me que o homem em cujo barco passara as noites comprava madeira de seu pai e que, além disso, lhes dava em troca alimentos e outros artigos de necessidade doméstica. Residente em outro município, ele era casado, e a família de Francine sabia sobre sua vida conjugal fora de Curralinho. Por seu relato, ficava subentendida uma relação comercial subjacente a

esses contatos sexuais, a qual teria por fim o benefício material e financeiro da família.

A história de Francine, nesses termos, parecia enquadrar-se entre aqueles casos que remetem, dentre outros elementos, à disponibilidade das filhas púberes pelos familiares em circuitos de reciprocidade matrimonial ou sexual – por vezes em troca de produtos, serviços, bens simbólicos ou mesmo de um arranjo matrimonial que garanta às meninas uma vida mais amena e próspera do que aquela que seus pais lhes podem assegurar. Sob a ideia recorrente de que “*cavalo velho quer capim novo*”, uma máxima local que impera na moral sexual e na economia dos desejos, os contatos sexuais entre homens adultos e meninas adolescentes e mesmo pré-adolescentes constituem uma forte potencialidade. É comum ouvir que as famílias “*deram*” as meninas para alguém, como o caso de uma garota de 11 anos, também nos arredores da Vila, que fora *dada* pelos pais a um homem mais velho – os encontros ocorriam em uma casa cedida por uma mulher conhecida na comunidade.

Não raramente, o consentimento para que determinados relacionamentos entre uma filha adolescente e um homem adulto ocorram passa por determinadas lógicas de reciprocidade, como a provisão da família da menina através de auxílios financeiros regulares, oferta de alimentos e ajuda com o sustento dos demais irmãos e irmãs da jovem, por exemplo. Rompido esse contrato de reciprocidade, os pais (nos casos aqui descritos) recorrem à delegacia e a instâncias jurídicas com o objetivo de denunciar o genro, alegando sedução ou abuso sexual tendo em vista a menoridade da filha. O descumprimento do acordo pode conduzir, portanto, à denúncia e às medidas legais.

Foi o que a história de Patrícia fez emergir. O jovem casal formado por Patrícia, de 14 anos, e por um rapaz de cerca de vinte e cinco foi intimado a comparecer à delegacia para prestar esclarecimentos. Segundo os pais da adolescente, o genro teria *seduzido* a menina – “*menor*” – e, além disso, costumava envolver-se com outras mulheres. O curioso, para a escritã da polícia, era o fato de que aquele casal já vivia junto há bastante tempo, compondo uma união sólida que, inclusive, fora consentida pelos pais de Patrícia. Além disso, a jovem alegava ser bem tratada pelo esposo, ter uma vida feliz ao seu lado e não sentir falta de nada em seu cotidiano – até porque ele também assegurava que a esposa permanecesse na escola e continuasse os estudos. Intrigada com a mudança de registro moral em que os pais enquadravam o casamento da filha, Débora levantou uma hipótese, apoiando-se em sua experiência com episódios semelhantes na região.

Descobriu que, desde o início do relacionamento, o companheiro de Patrícia costumava ajudar os pais da adolescente com dinheiro e com outros recursos possíveis. Porém, nos últimos tempos, o rapaz não mais vinha providenciando auxílio financeiro aos sogros, rompendo com o contrato e com a lógica de reciprocidade que se estabelecera entre eles desde que ele e Patrícia começaram a se relacionar sob seu consentimento. Segundo o que ela pôde apurar, teria sido, portanto, a partir dessa ruptura no acordo que os pais de Patrícia transformaram o relacionamento da filha de um casamento aceitável a uma união passível de intervenção jurídica. Entendo que esses apontamentos sinalizam não meramente para uma ruptura comercial de um acordo financeiro; trata-se, em lugar disso, de uma ruptura moral na economia das relações que constituem parentesco – ou afinidades.

No caso de Estela, se levássemos em conta a perspectiva de Inácio – qual seja, a de que Vilma *empurrara* Estela para uma vida matrimonial com o rapaz – e a própria afirmação da mãe de que lhe caberia arranjar o casamento antes que a filha engravidasse dentro de casa, uma leitura com mesmos elementos poderia ser aqui estendida. A preocupação com a idade reprodutiva das meninas e o receio de que uma gravidez culmine em “mais uma boca para alimentar” – sobretudo em se tratando de um contexto de escassez (sazonal ou permanente) – são comuns entre as famílias que arranjam, facilitam ou consentem casamentos das filhas púberes com rapazes adultos. Se no caso de Patrícia o rompimento do contrato estava na cessão da provisão familiar, no caso de Estela o descumprimento se dera pelo abandono da jovem por cuja existência material e moral Inácio outrora se responsabilizara. Essas histórias sugerem, portanto, que, para além dos marcos da exploração ou da comercialização sexual a partir dos quais tais experiências possam ser lidas por agentes oficiais, há outros elementos regendo os acordos matrimoniais aqui descritos – como a reciprocidade, a circulação de bens e serviços, as obrigações familiares implicadas no estabelecimento de laços entre afins.

### 3.9 Pâmela: usos dos canais de denúncia

A ocorrência envolvendo Pâmela, sua irmã mais nova e sua mãe também se relacionava, de certa maneira, a uma ruptura de contrato, porém com a articulação de diferentes arranjos de parentesco e com diferentes agenciamentos em torno das categorias de acusação.

Nas primeiras leituras sobre os arquivos do CT de Curralinho, encontrei uma denúncia realizada através Disque 100; e, como

pressupõe esse instrumento, a mesma era anônima. O conteúdo do registro dava conta de que uma mulher, Margarida, utilizava o espaço da *própria casa para explorar sexualmente* suas filhas de 13 e 7 anos, as quais, segundo a pessoa denunciante, eram oferecidas a homens adultos em troca de dinheiro. O registro realizado pelo disque 100 fora encaminhado ao conselho pelo Ministério Público do estado no ano anterior, 2012, solicitando que a instituição apurasse a denúncia e realizasse o acompanhamento do caso. A meta era a produção de um relatório que mantivesse o MP a par do que se passava com relação àquela família, bem como o encaminhamento de procedimentos cabíveis, caso a denúncia se mostrasse verídica.

Pouco depois que a nova equipe de conselheiros tutelares assumiu o cargo, em meados de 2013, foi emitido um novo ofício pelo MP do Pará, em caráter de urgência, solicitando que o caso fosse devidamente apurado, uma vez que não houvera recebido a atenção demandada outrora e que a promotora permanecia sem informações. Uma equipe com quatro dos cinco conselheiros foi formada para realizar a visita em determinada tarde – Bianca, Marcela, César e Leonardo. Especialmente no início de sua gestão, esse grupo priorizava realizar as atividades conjuntamente, com o objetivo de discutir coletivamente as decisões em busca de um aprendizado conjunto; encontravam, pois, no compartilhamento das visitas e dos debates uma forma de aprender o ofício para o qual haviam sido eleitos. Contudo, apesar de seus esforços, encontravam dificuldades e resistências da parte do quinto conselheiro em integrar a equipe com mesma disposição. Como estivesse observando as atividades da instituição, convidaram-me a acompanhá-los.

Seguimos por lugares da cidade por onde eu ainda não havia circulado até então, entre ruas de terra que levantavam uma areia fina sob o calor escaldante do verão. À medida que caminhávamos, afastávamo-nos da direção da beira do rio. Naquele bairro, as casas eram mais humildes, todas de madeira e sem pintura, construídas sobre uma base suspensa em relação ao solo. Foi em uma esquina que paramos, procurando por Margarida. A porta da casa estava aberta; e a mãe das meninas citadas na denúncia nos recebeu deitada na rede que cortava a sala de entrada, onde se embalava no momento em que chegamos. Margarida era cadeirante, assim como alguns de seus familiares, os quais residiam em uma casa próxima ao local em que eu morava. Era comum vê-la passando com o auxílio do esposo ou da filha adolescente em direção à casa de seus parentes.

Bianca e Marcela trataram de lhe explicar o motivo da visita, situando a natureza da denúncia que se esboçara contra ela. Margarida se mostrou bastante surpresa. Pelo fato de os conselheiros já conhecerem quase todas as pessoas da cidade, a denúncia também lhes caía estranhamente em se tratando daquela mulher. Margarida alegava tratar-se de uma denúncia falsa e caluniosa. E em seguida se pôs brevemente a pensar quem lhe poderia ter feito tal acusação; sem levar muito tempo, supôs que tivesse sido seu ex-companheiro, com quem mantivera uma história cheia de turbulências e de quem se separara não fazia muitos anos. César lembrava em detalhes episódios conhecidos de conflito entre o casal e um temperamento considerado difícil manifestado pelo homem em questão. Considerando o histórico do relacionamento e a conduta do ex-esposo, ela supunha tratar-se de um ato de vingança da parte dele. E entendia que a situação se relacionava a um caso de *inveja* sobre ela ou sobre Pâmela, agora com 14 anos.

Não tardou, todavia, para que Margarida começasse a narrar suas desconfianças em relação às intenções e ao comportamento do ex-marido para com Pâmela. *“Eu acho que a Pâmela tem alguns segredos guardados [...] Ela é muito revoltada”* – avaliava a mãe, pensativa, enquanto elaborava seu entendimento e seus enunciados sobre o que se passara. *“A Pâmela tem uma grande tristeza no coração [...], de modo que ela só anda comigo”*.

À medida, porém, que a narrativa se estendia, as desconfianças e hipóteses de Margarida adquiriam estatuto de declarações, como certezas sobre fatos que ela conhecia mas que não tornava explícitos. Disse-nos que as pessoas que moravam próximo ao casal *“sabiam”*, em virtude do comportamento do homem e das discussões domésticas. Lembrou ainda que o ex-marido, algumas vezes, a chamara *“corna”* e chegara a lhe dizer, sem pudores, em meio a brigas: *“eu usava tu e a tua filha”*. Passou a contar que *“começou”* quando Pâmela tinha a idade de sua irmã caçula, então com 8 anos, e que o homem tratava de *“passar creme”* na menina.

Outro elemento sinalizado por Margarida a denotar a intencionalidade suspeita do ex-companheiro era o *ciúme* incomum que ele manifestava em relação à enteada. A mãe nos contou que, quando a filha iniciou um namoro com um rapaz (conhecido na cidade pela prática de delitos), o padrasto ficou furioso: *“virou o caramba! Quebrou celular, quebrou tudo”*. E passou a persegui-la, a cercá-la, além de criar impedimentos ao relacionamento amoroso de Pâmela. Chegou ainda a lhe impor a condição de que, *“se ela desse pra ele”*, permitiria o namoro com o rapaz. Diante dessas circunstâncias, Margarida entendia

que “*ainda bem*” que a filha não engravidara do padrasto – o que sinalizou para um conhecimento mais apurado sobre a possível situação abusiva vivenciada pela adolescente.

Ao final da conversa, Margarida admitiu que Pâmela sentia profundo medo do ex-padrasto, pedindo à mãe constantemente que trancasse devidamente a casa para sua proteção. A mãe reconhecia que, “*se soubesse que isso aconteceria à [sua] filha*”, jamais se teria envolvido com o ex-companheiro, com quem se casara grávida da caçula, a quem ele registrou. Enquanto conversávamos, a preocupação era em manter a filha de oito anos fora da sala, apesar de suas tentativas frequentes de ouvir o que era conversado. Margarida alegava que a pequena era “*muito apegada*” ao pai e que lhe contaria tudo caso tomasse conhecimento do conteúdo da conversa. Questionada pelos conselheiros, ela não sabia dizer se a menina também teria sido, em algum momento, assediada pelo homem.

Pâmela chegou entre a metade e o final da conversa. A mãe nos explicara que ela se havia casado com um bom rapaz que trabalhava com seu atual companheiro. Ambos costumavam ausentar-se por alguns dias em virtude de viagens, períodos em que elas procuravam tomar conta uma da outra com mais afinco. A forma como Margarida se referia ao casamento de Pâmela no início de sua adolescência – média etária de matrimônios mais comum entre jovens da zona rural, não tão comum entre jovens da sede urbana – o fazia parecer uma modalidade de resolução para a vulnerabilidade moral a que a filha houvera sido exposta. O casamento passava a resguardá-la, assegurando a provisão material e moral para sua segurança, sobrevivência e reputação.

Diante de histórias como a de Patrícia – anteriormente discutida – esse caso, na versão narrada por Margarida, demonstrava a possibilidade de acionamento circunstancial da acusação de abuso e exploração sexual infanto-juvenil não apenas para reorganizar as relações quando do rompimento de contrato entre a família da adolescente e o parceiro, mas também como ato de vingança e/ou represália contra a adolescente e sua mãe.

### *3.10 Clara e Clarice: conflitos, acusações e arrependimentos*

A história de Clara constitui um desses nós difíceis de desatar no espectro das denúncias realizadas de forma parcial e contingente aos conselheiros tutelares. E, considerando o recuo das denunciante, foi mais um evento que ficou sem desfecho institucional, o que deixava os conselheiros tutelares frustrados.

Era final do mês de setembro de 2014. Bianca encontrava-se profundamente desconcertada e buscava meios de levar o ocorrido adiante para que o caso, bastante nebuloso, fosse devidamente apurado. Ela contava que fora chamada pouco antes da meia-noite por uma adolescente de 13 anos, Clarice, e um menino mais novo, cuja idade ela desconhecia. Ambos pareciam, segundo ela, extremamente nervosos e alegavam que sua mãe, Violeta, lhes pedira que chamassem pela conselheira pessoalmente. Bianca saiu às pressas, acompanhando as crianças.

Ao chegar à residência da família, localizada no mesmo bairro, foi convidada pela mãe a entrar e percebeu que a mesma, logo em seguida, trancou a porta. Violeta relatava que fora agredida fisicamente pelo companheiro e que o mesmo ainda teria segurado com força os braços de Clara, a enteada de 16 anos – filha da denunciante. A mulher dizia que fora ameaçada por ele com uma faca. O padrasto, por sua vez, visivelmente embriagado, tentava explicar à conselheira as razões da discussão que se estabelecera poucos minutos antes. Dizia que possuía, em seu celular, uma gravação com comentários do namorado da enteada Clara a respeito da vida íntima do casal; alegava ainda que insistentemente buscara orientar a adolescente e alertá-la sobre a conduta do rapaz, até que, segundo seu conhecimento, o namoro se findara. Porém, o comportamento do jovem, que o padrasto entendia como uma afronta à reputação da enteada e de sua família, levou o homem a cogitar um ato de vingança, a *fazer algo contra* o namorado de Clara. A briga daquela noite, segundo o padrasto, teria decorrido dessas ameaças.

Diante daquela situação, ainda de acordo com o relato da conselheira, Violeta pedia a Bianca que o companheiro fosse preso, uma vez que temia retaliação contra ela e suas filhas adolescentes. O padrasto, desesperado, questionava se Bianca mandaria prendê-lo, até que ela explicou quais seriam suas atribuições como conselheira tutelar e o que lhe cabia naquele momento. Os questionamentos passaram a recair, a partir daí, sobre Violeta, que, segundo contou Bianca, ouvia do esposo: “*quer foder minha cartola? Quer que eu apodreça na cadeia? É isso que vocês querem? É esse o pagamento que vocês me dão? Eu ajudei a criar vocês!*”. E, em seguida, ameaçou pegar uma faca para cometer suicídio: “*é isso que vocês querem? Então eu vou me matar*”. Bianca explicou que, naquele momento, o homem andava entre a sala e a cozinha, supostamente em busca de uma faca com a qual ameaçava matar-se, embora uma faca estivesse justamente sobre a mesa, logo à

sua frente – a mesma que ele utilizara momentos antes com o objetivo, segundo a mãe, de ameaçá-las.

Essa sequência, de um lado, deixou Bianca extremamente assustada, percebendo-se de alguma forma diante de um grave risco à sua integridade e aos riscos de sua função. De outro, produziu um efeito de arrependimento e complacência junto à esposa e ao filho pequeno, que, sensibilizados, apelavam ao homem que se contivesse. Aquela tensão, segundo Bianca, durou até que Clara tivesse a iniciativa de pegar a faca com a finalidade de escondê-la do padrasto no momento em que ele seguiu para outro cômodo da casa. Violeta, comovida pela atitude extrema do homem, passou a pedir que o marido permanecesse na casa, pois não pretendia que ele fosse preso; alegava que apenas desejava ter uma conversa na presença da conselheira e da polícia a fim de que pudessem negociar os eventos e fazer um novo acordo de convivência pacífica na família. Clara, por sua vez, decidiu reagir, advertindo à mãe que alguma providência precisava ser tomada, uma vez que o padrasto “*ficava perturbando [a mãe] a noite inteira*”, impedindo-a inclusive de dormir em paz. Clara alegava que a mãe, atormentada permanentemente pelo companheiro, “*parecia um zumbi*”.

Tal sequência, sobretudo com a reação de Clara, chamou a atenção de Bianca, que decidiu telefonar para Marcela, outra conselheira. Esta última, sem hesitar, acionou a polícia militar. Atônita, Violeta relatou novos fatos, dizendo, de forma evasiva, que não imaginava que o companheiro tinha como intenção “*ajudar a criar [as meninas] para ele*”. Assim que os policiais militares chegaram à residência, o padrasto tratou de fugir pelos fundos do quintal. Bianca e o sargento da PM estabeleceram, então, uma conversa a sós com Clara, a qual relatou que, dias antes, o padrasto teria tentado agarrá-la, tocando seus seios e sua cintura, sendo impedido pela própria adolescente de continuar o abuso. A menina relatou ainda a Bianca que chegou a chamar pela mãe; e que, ao contar-lhe o ocorrido, esta não teria tomado qualquer providência. Em seguida, Clarice, a irmã mais nova, relatou que o padrasto também teria tentado agarrá-la, mas que não teria revelado o episódio à mãe. Ambas, aos prantos e demonstrando nervosismo, esclareceram a Bianca e ao sargento que o padrasto sempre sentira muito ciúme das enteadas, proibindo-as de realizar sozinhas até mesmo o trajeto entre a escola e a casa<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> Enquanto me contava sobre aquela noite, chamava a atenção de Bianca o fato de que Clarice dissera que impedira o padrasto afirmando: “*nem meu pai fez isso comigo*”. Ficamos intrigadas com o que ela pretendia dizer quando o disse,

No dia seguinte, quando tomaria as devidas providências, logo cedo pela manhã Bianca recebeu a visita de Violeta acompanhada de Clara. A mãe pedia, na presença da filha, que Bianca não procedesse contra o esposo e que o caso “*terminasse por ali*”. Segundo ela, a família resolveria o caso de forma pessoal e doméstica, que ela e o esposo “*se acertariam*” a seu modo e que o mesmo iria embora para Macapá. Esses termos fizeram Bianca desconfiar de que, após sua saída com a polícia, o homem teria retornado à casa, apesar da negativa de Violeta, que afirmava não saber seu paradeiro até aquele momento. Como justificativa para que Bianca não levasse a denúncia adiante, a mãe alegava que, se houvesse uma intervenção formal, o esposo poderia tomar medidas que a levassem a perder a casa em que morava com os filhos, deixando-a sem ter para onde ir. Violeta reforçava seu posicionamento reconhecendo os esforços do companheiro ao longo de todos aqueles anos e lembrando que ele lhe “ajudara a criar” os filhos. Em consideração às benfeitorias do marido, entendia que a denúncia lhe traria prejuízos ainda maiores em função de outrora já ter sido feito contra ele registro policial, o qual redundara em medida protetiva.

Por fim, a mãe alegava que todo o episódio decorrera do namoro da filha, não aceito pelo padrasto; e que, a partir disso, Clara se teria tornado “*malcriada*” e “*respondona*”. Ademais, dizia Violeta que a menina viria expressando o desejo de “*sair de casa e ter suas próprias coisas*”. Dessa maneira, a mãe construía suspeitas sobre a intencionalidade da filha e, portanto, sobre seu depoimento, atribuindo a projetos individuais de Clara – como a manutenção do namoro, a saída de casa e o acesso a bens que a família não lhe podia garantir – a motivação das alegações (segundo ela, falsas) feitas pela adolescente. Esta permaneceu calada até que Violeta terminasse de falar; e em seguida perguntou se o padrasto seria preso. Diante de uma possível acusação de estupro, Clara pediu que a *queixa fosse retirada*.

Convocada a prestar esclarecimentos formalmente, a mãe não compareceu ao conselho tutelar, tampouco forneceu dados pessoais dos membros da família, o que fez Bianca registrar a ocorrência pessoalmente entre os documentos formais do conselho tutelar para possíveis apurações.

Mesmo após o pedido para que os procedimentos não tivessem continuidade e a falta da família ao compromisso na sede do conselho tutelar, Bianca procurou restabelecer o diálogo com Violeta e Clara.

---

já que o abuso sexual, em teoria, talvez fosse tão inaceitável quanto – ou menos “aceitável” – se cometido por seu consanguíneo.

Com sua permissão e com o consentimento da mãe e da adolescente, pude conversar com Clara em uma visita que ela e a mãe fizeram à conselheira; e, em seguida, acompanhei-a até seu lar. A casa da família, situada na mesma rua em que mora Bianca, era bastante ampla, com uma pequena escadaria de acesso aos quartos, no andar superior. Clara tinha um quarto próprio, pequeno e bastante organizado, com cama e uma televisão. Violeta me mostrava o espaço privado da filha mais velha como forma de demonstrar que ela era bem tratada e que costumava ter seus desejos atendidos por ela e pelo padrasto. E, quando olhei a vista da janela do quarto, Violeta me mostrou a grade recentemente ali instalada, contando que a medida fora tomada pelo esposo depois que flagraram o namorado de Clara – que entrara pela janela e sem permissão dos donos da casa – dormindo na rede, ao lado da cama.

Logo em seguida, descemos e nos sentamos à mesa para um café. Tomando-me como uma espécie de mediadora, ambas passaram a relatar suas diferenças e a relatar críticas entre si. De um lado, Clara reclamava do fato de a mãe e o padrasto jamais permitirem que ela participasse de atividades extracurriculares ou de atividades com amigas e colegas. De outro, Violeta se queixava pelo fato de a filha desejar bens de consumo que lhe exigiam muito esforço para comprar. Para ilustrar, relatava sobre o episódio recente em que Clara trocara o celular, segundo ela comprado pelo padrasto a duras penas, por um aparelho de qualidade inferior com uma amiga da escola – ao que Clara completava, aos risos, que sonhava com um terceiro modelo de telefone móvel. A mãe narrava tais aspectos sempre procurando mostrar que o marido era um bom homem, a quem, entretanto, as filhas haviam acusado injustamente por razões particulares. Para tanto, ela também lançava mão de acusações sobre a saúde mental de Clara, alegando que ela não era *muito certa*.

Violeta também esclareceu que era bastante carente no passado e que realizava *programas* para sobreviver. Foi nesse contexto que conheceu seu esposo, o qual lhe propôs casamento. A partir da união, ele assumiu a mulher e seus filhos. Em virtude dessa trajetória, ela lhe parecia extremamente grata, muito embora já tivesse, anos antes, registrado contra ele ocorrência por ameaça e agressão. Ao mesmo tempo em que reconhecia as situações de violência doméstica e a agressividade do esposo, Violeta salientava suas qualidades, sua capacidade de prover a casa e a família e sua parceria ao longo dos anos. E me dizia que o filho mais novo, que sofrera profundamente na noite do conflito, era muito apegado ao padrasto.

Tal episódio desvelava aspectos delicados do trabalho dos conselheiros tutelares. Após levar o ocorrido ao conhecimento de outros

profissionais, como a psicóloga, os policiais militares e colegas de instituição, Bianca foi inúmeras vezes advertida a respeito do risco que correria indo sozinha até a residência e aceitando entrar na casa em que se dava o conflito. Ela avaliava, porém, o desenrolar imprevisível, os imponderáveis e as contingências da sequência de fatos que se sucederam desde a chegada das crianças. Comovida pelos apelos da adolescente e do menino diante de uma emergência, tratara de verificar imediatamente o chamado; convidada pela mãe a entrar na casa, entendeu que deveria aceitar o pedido para ouvir os relatos de forma confidencial e discreta, preservando a privacidade e a imagem dos membros da família.

Além disso, podemos pensar aproximações entre as posturas de Ana e de Violeta. Ambas recorreram ao CT quando de um episódio-limite de conflito conjugal ou doméstico; e, de diferentes maneiras e com diferentes ênfases, trouxeram à tona revelações sobre a conduta dos companheiros em relação às suas filhas, enteadas dos acusados. Assim como Ana, Violeta também recuou em relação à denúncia contra o companheiro: de acordo com a dinâmica daquelas interações dramáticas, ela mudou da demanda para que ele fosse preso (efetuada junto à conselheira, não à polícia) para um interesse em *apenas conversar*. A presença de Bianca, para ela, inicialmente apaziguaria os ânimos exaltados, imporá alguma autoridade sobre o marido e, de alguma forma, o intimidaria a ponto de aceitar o novo acordo proposto pela esposa. Por fim, o temor diante dos desdobramentos jurídicos inevitáveis bastou para que Violeta tratasse rapidamente de “desmentir” tudo que havia sido dito na noite anterior.

\*\*\*\*\*

A partir de tais reflexões, passemos aos modos de resolução de conflitos de que lançam mão as famílias ou os agrupamentos envolvidos, bem como as relativizações que figuram em interpretações alternativas por parte de alguns atores responsáveis pela apuração dos casos nas redes.

## CAPÍTULO 4. Situações de abuso sexual em contextos familiares

As narrativas, histórias, relatos e experiências de abuso sexual de crianças e adolescentes eram mais frequentemente associadas a contextos familiares. Nesse sentido, os episódios que entrelaçavam conflitos, moralidades e parentesco implicavam, além da denúncia e dos desdobramentos institucionais mobilizados pelas *redes de proteção*, uma série de negociações no interior das famílias nucleares e/ou extensas.

Ouvi algumas vezes a respeito do morador do Rio Canaticu que vivia maritalmente com a esposa e com a filha, assim como também ouvi sobre o homem que teria engravidado duas de suas descendentes. Sargento André também dispunha de uma longa lista de casos de abuso sexual intrafamiliar nos arredores do Piriá: dizia do “*pai que engravidou a filha de 14 anos*”; da menina de 12 anos que foi abusada por dois de seus irmãos; da menina de uma família de quinze filhos no longínquo Rio Jué que, segundo denúncias, vinha sendo abusada pelo pai – e cujo caso fora desvelado quando o agente de saúde realizou uma visita à pessoa da família que caíra do açazeiro e se ferira gravemente; do pai condenado a dezessete anos de prisão por estuprar a filha adolescente, a qual acabou engravidando e, ao realizar o teste de DNA na criança, “*botou nele*”; do padrasto que estaria “*rachando*” a adolescente.

Durante o período em campo, jamais ouvi o termo *incesto* entre os interlocutores. Ainda que fossem frequentes as denúncias ou os fatos sobre os quais se tinha conhecimento envolvendo abuso sexual ou união marital entre pessoas de relações próximas de parentesco, o incesto constituía um domínio de difícil discussão – a menção ao termo era ausente ou inconsistente também entre os agentes, aqueles que dispunham de autoridade “social, moral e psíquica” para legitimar e nomear os fatos incestuosos (ver DUSSY e LE CAISNE, 2007). A ausência de categorias ou de modos narrativos para referir-se aos interditos sexuais/maritais torna mais delicada a tarefa da escrita etnográfica nesse sentido. Mas há apontamentos importantes que cabem às nossas reflexões.

Maior parte dos casos em estudo colocavam juntos dois planos interditos da moralidade sexual (ver HÉRITIER, 1996; RUBIN, 1998): de um lado, o sexo dentro de redes comuns de sangue e de parentesco; de outro, o contato erótico-sexual com crianças ou com meninas recém-chegadas à adolescência. Sendo assim, não me parecia claro o quanto das reações de reprovação moral ou as de consternação, horror ou indignação – quando elas existiam – se devia a transgressões relativas às conexões de parentesco e o quanto se relacionava ao modo como se

colocavam em contato sexualidade e infância. Essas porosidades conceituais e morais entre os planos da consanguinidade e do abuso sexual infantil são discutidas por Nancy Fischer (2003) em suas reflexões sobre o modo como o incesto tem sido tratado hodiernamente na cultura popular. Para ela, a *consanguinidade* e o *abuso sexual infantil*, duas maneiras de falar sobre o incesto, constituem as pontas de um continuum *sangue-desejo* que relaciona o velho e o novo sistema de parentesco e sexualidade (idem, p. 93):

The older system of kinship and sexuality is represented by the symbol of blood, while the newer system is represented by the symbol of desire. The blood end of the continuum corresponds to what Foucault (1978) called the “deployment of alliance,” an older system of organizing sexuality where the family is defined in terms of biological relations, sex is about procreation, and incest is about offending the boundaries of kinship. The desire end of the continuum corresponds to Foucault’s “deployment of sexuality,” a newer system of organizing sexuality where diverse relationships define the family and sex is constructed in terms of pleasure and perversion. Under the deployment of sexuality, the meaning of incest is about perpetrators’ pathological desires and the harm it causes individuals (idem, ibidem).

Ao analisar comentários jornalísticos sobre dois casos amplamente divulgados<sup>122</sup>, Fischer demonstra que, embora os *laços de sangue* se apresentem como critério relevante no julgamento sobre os relacionamentos considerados moralmente “errados”, eles pesam menos – de um lado em virtude das configurações familiares contemporâneas, não mais baseadas exclusivamente no sangue; e de outro por conta da influência feminista nos discursos populares, que inseriu no debate sobre incesto o tema das relações de poder e da “violência de gênero” (ver ainda LOWENKRON, 2012). Esses elementos figuram nas disputas em

---

<sup>122</sup> Um deles é a divulgação do envolvimento amoroso entre Kathryn Harrison e seu pai; outro é o de Woody Allen com a filha adotiva de Mia Farrow.

torno das definições sociais sobre o que se configura ou não como incesto<sup>123</sup>.

De qualquer forma, no que se refere às histórias que conheci em campo, os casos envolvendo pai e filha eram pontuados de forma distinta, dando-se certa ênfase nos relatos geralmente por expressões como “*o próprio pai!*” ou “*a própria filha!*”. Além deles, outra relação consanguínea de ascendência era narrada com certa consternação – a de avô e neta. No caso de Bruna, descrito anteriormente, a referência à existência do interdito aparecia justamente ali onde não havia consanguinidade: o abuso sexual por parte do avô paterno passou a parecer mais “provável” (na falta de um termo melhor) a partir do momento em que Amanda contava que sua irmã não era filha biológica do filho do acusado.

Com relação à maior parte das histórias contadas no capítulo anterior, porém, há uma recorrência dos casos envolvendo padrastos e enteadas<sup>124</sup>. É recorrente no senso comum a ideia – ou a “interpretação” – da figura genérica do padrasto como potencialmente perigoso, como aquele que vai acabar por desejar simultaneamente *a mãe e a filha*. Uma mulher me dizia, a respeito de um caso envolvendo padrasto e enteada, que a mãe da menina errava em deixá-la a sós com o companheiro quando viajava para a capital, afinal “*nem com o pai da minha filha eu confio de deixar ela... e é o pai dela! Imagina padrasto!*”.

A seguir, trago outras histórias envolvendo arranjos familiares e diferentes modalidades de associação por parentesco entre os envolvidos.

---

<sup>123</sup> Fischer demonstra como os comentários estabeleciam diferentes entendimentos sobre o relacionamento amoroso de Woody Allen com Soon-Yi Previn, considerando-o ou não incestuoso.

<sup>124</sup> Os arranjos familiares implicados nessas histórias nos fazem lembrar o que François Héritier (1994) denomina incesto de segundo – especificamente nos casos relativos a Carolina, Olívia, Pâmela e Clara, por exemplo. Aqui, a partir dessa premissa teórica/etnográfica, a transgressão moral estaria alocada não somente nos contatos intergeracionais com meninas – *menores* –, nem unicamente nas investidas ou abusos sexuais nas unidades domésticas e nos arranjos familiares, mas também na relação que um afim estabelece com duas mulheres aparentadas por laços consanguíneos. Essas equiparações ao conceito formulado por Héritier dependeriam, no entanto, de uma série de outros elementos que, infelizmente, não foram contemplados detalhadamente pela pesquisa em campo. Agradeço à professora Miriam Hartung suas observações a esse respeito.

#### 4.1 Renata e Lucas: complexas relações de parentesco

Em abril de 2013, a história dos primos Renata e Lucas chegou ao conhecimento da Comissão Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Currálinho. Arlete, a então presidenta da CMDCA, foi contatada pela diretora da escola em que ambos estudavam. De acordo com o relato de Vitória (diretora), Renata, de sete anos, fora estuprada em fevereiro daquele ano pelo primo Lucas, de treze. Embora o caso tivesse ocorrido em uma região ribeirinha de Currálinho, fora levado a instâncias do município vizinho: Renata, muito ferida, ficou internada no hospital regional de Breves; e Lucas foi apreendido em sua casa pela polícia daquela localidade.

Ambos vinham sendo representados por uma tia, Luciana, irmã da mãe da menina e da mãe do adolescente, uma vez que ambas as genitoras viviam gravidezes de alto risco naquela ocasião. A tia também não dispunha legalmente da posição de testemunha dos fatos, pois se encontrava em Belém quando tudo ocorreu.

Os documentos referentes à trajetória institucional de Lucas desde o episódio do estupro ficavam cuidadosamente guardados em uma pasta por Luciana. Era final do mês de abril de 2013 quando esta me levou à casa de seu namorado, em que estava hospedada com os filhos mais novos, situada pouco depois do campinho da escola, mata adentro. Entre uma xícara e outra de café, Luciana me apresentou a pasta guardada com zelo, alegando que nem mesmo a diretora da escola, Vitória, chegara a ver seu conteúdo. Na pasta, além de documentação referente à condução do menino à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (com data de 14 de fevereiro), o termo de audiência junto ao juiz da comarca de Breves (datado de 20 de fevereiro daquele ano) compilava documentos como a internação de Lucas no Hospital Regional de Breves quando fora atingido por um tiro (em 2011), o boletim de ocorrência junto à autoridade policial de Breves (datado de 7 de fevereiro de 2013) e o relato da sessão junto ao representante do Ministério Público naquela cidade.

O boletim de ocorrência, categorizado como *estupro de vulnerável* e *crime contra a dignidade sexual*, era uma síntese muito breve. Dava conta de que o adolescente fora apresentado à delegacia por um policial civil em virtude de estupro cometido contra sua prima, de sete anos de idade, na noite anterior, junto à casa de forno, próximo à residência da menina. Trazia ainda a informação segundo a qual a vítima se encontrava em internação hospitalar devido à significativa perda de sangue.

Já o termo de audiência trazia o relato de quando Lucas foi apresentado ao juiz da comarca de Breves mediante acusação do Ministério Público. De acordo com o texto presente no documento em questão, Lucas confirma a representação que lhe é feita. A respeito da noite dos fatos, registra-se que ele teria convidado Renata, a prima, para *fazer sexo*. Ela teria aceitado, mas o próprio Lucas não tinha certeza de que a prima pudesse saber do que se tratava. De acordo com o relato, ainda, Lucas se teria despedido e, em seguida, despedido Renata. O adolescente alegou que se arrependia do ocorrido e não soube explicar ao certo o que houvera; mas pontuava que, *no interior*, sua tia se casara aos 12 anos de idade. Lucas descreveu, perante o juiz, o medo que sentira junto aos adultos na delegacia de Breves, onde um dos detidos teria tentado tomar-lhe as sandálias e as roupas – tendo sido defendido por outro homem que cumpria detenção.

Ainda no termo de audiência, o defensor público alegava que Lucas conhecia o contexto do interior, em que os meninos relatam o início da vida sexual antes do ingresso na adolescência, e que, embora soubesse que fazia algo *errado e escondido*, desconhecia quem houvesse sido processado por sexo com crianças ou com menores de idade. Ademais, a defesa citava que Lucas não sabia ler e que escrevia muito pouco. E sublinhava as ameaças e sustos que o adolescente teria recebido na delegacia, ouvindo de policiais, segundo ele, que seria estuprado na prisão, como forma de punição moral pelo estupro contra a criança de sete anos.

Da parte do juiz, por fim, foi destacado que o caso pertencia à Comarca de Curalinho e que, portanto, o Ministério Público em Breves não dispunha de atribuição para oferecer representação, tampouco entrar com o pedido de internação de Lucas. Tendo isso em vista, o juiz conferiu mandado de *desinternação* e solicitou à tia responsável que o adolescente comparecesse à Comarca de Curalinho dentro do prazo de um mês a partir daquela data.

A defesa de Lucas, tanto em seu relato quanto da parte do defensor público que o representa, aponta para certa inépcia, fundamentada pela falta de exemplaridade (jamais conheceu alguém que fosse processado), pelas características de seu meio de convivência (relacionamentos afetivo-sexuais ainda na pré-adolescência) e pela limitação no processo de aprendizado formal (não sabe ler e escreve pouco). Apontá-lo como néscio acabou parecendo uma transformação do pressuposto da inimputabilidade, substituindo-se a ideia de inconsciência acerca dos atos pela ausência de parâmetros jurídicos ao

longo de sua experiência que orientassem moral e eticamente sua conduta.

A dupla condição de Luciana, como tia tanto do acusado quanto da vítima, rendia-lhe desconfortos, impasses e conflitos. Segundo ela, sendo ambos seus sobrinhos, não poderia “*tomar partido*”, apenas ampará-los; por ambos lhe cabia zelar, sem desamparar Renata e tampouco permitir que Lucas recebesse formas de punição distintas das que judicialmente lhe caberiam.

Sua convicção, porém, era de que os desacordos e as agudas consequências deveriam ser resolvidos “em família”: “*é problema de família, tinha que resolver em família... mas resolveram abrir pra todo mundo!*”. Seu desejo era que os pais de Renata dissessem querer *que terminasse por ali*. Segundo seu relato, Luciana ainda tentara convencê-los a desistir do processo, alegando que, se o fizessem, o cunhado poderia também ser processado por exploração da mão de obra infantil, uma vez que Lucas trabalhara desde muito pequeno com o casal. O cunhado, porém, teria dito que, mesmo sob o risco, *levaria o caso até o fim*; e que se decepcionara com o sobrinho, a quem tinha *como um filho*. Para Luciana e demais membros da sua família relacionados a Lucas, o envolvimento com setores formais de justiça parecia marcar indelevelmente a reputação familiar. Ela me dizia, atormentada, que sua família *jamais estivera envolvida com a justiça* e que, *justamente na primeira vez, era um caso como esse*.

Por outro lado, muito embora defendesse fortemente um modo caseiro ou familiar de resolução do conflito, Luciana repetia que, para ela e para seu pai – que criara o neto Lucas –, “*se o [Lucas] fez algo errado, deve responder, deve pagar pelo que fez*”<sup>125</sup>. A própria frase que encerra o parágrafo anterior – *justamente na primeira vez, era um caso como esse* – deixa evidente que a tia enxergava com gravidade a situação desencadeada pelo sobrinho. O modo ou mecanismo de responsabilização do adolescente pelo ato do estupro, porém, não ficava claro em sua fala – se se tratava da necessidade de uma forma de retratação, por exemplo. De qualquer maneira, à menção de que os irmãos de Lucas queriam um advogado para cuidar da causa, Luciana

---

<sup>125</sup> Tal formulação nos remete às reflexões de Álvaro Pires (2004) a respeito da racionalidade penal moderna e mais especificamente ao que ele qualifica como uma “estrutura normativa telescópica” – isto é, a uma lógica que justapõe ou mesmo cola uma norma de sanção (viabilizando a aplicação de uma pena ou punição) a uma norma de comportamento: “aquele que faz x pode ou deve ser punido com y” (idem, p. 41).

dizia que *venderiam tudo para pagar* pelos serviços de um. E completava: “*o melhor advogado é deus*”.

A cautela com relação à acusação e à punição sobre Lucas, porém, não ocorria sem prejuízo da condição de vitimidade de Renata, cujas intenções e ações eram igualmente colocadas sob suspeição no conjunto de comentários sobre o episódio de violação. O que membros da família argumentavam em questionamento à alegação de estupro era que, mesmo o fato acontecendo entre 18 e 19 horas, os pais só teriam tido conhecimento horas depois, às 23h. “*Se ele tivesse [forçado], tu não achas que ela ia contar na hora?*”. Vez ou outra, ouvi também uma versão segundo a qual Lucas e Renata mantinham um *namorico de primos*, como me contava que teria escutado uma das professoras da escola. Em algum momento, uma pessoa da comunidade relatou que chegara a ouvir que “*diziam que ela ‘andava’ com os meninos por aí*” – uma insinuação de que Renata iniciara algum tipo de aproximação íntima com os garotos da comunidade. E até o fato de vez ou outra Renata ter-se eventualmente *sentado no colo* do primo era mencionado como fator de questionamento e de desconfiança sobre a intencionalidade da menina<sup>126</sup>, bem como de relativização moral do ato cometido pelo rapaz – do mesmo modo como o tinham sido sua idade, a pouca escolaridade, a exemplaridade pelas uniões matrimoniais entre adolescentes em sua rede de parentesco, etc.

Em quaisquer dessas circunstâncias, a idade de Renata se mostrava um elemento periférico ou não figurava na forma como as avaliações e impressões eram elaboradas, o que se diferencia de outras fontes de valoração moral a respeito de casos similares (ver CUNHA, 2015)<sup>127</sup>.

A proximidade geográfica e residencial entre os familiares agudizava sobremaneira os conflitos, bem como tornava difícil a determinação judicial de que Lucas mantivesse a distância de no mínimo 10 metros em relação à prima. O conjunto de irmãos (mães, tios, tias) e

---

<sup>126</sup> Tais alegações que pude ouvir em campo pareciam versões mais amenas do que aquelas que haviam sido reportadas, via denúncia, a Arlete. Esta ouvira horrorizada outras narrativas que circulavam na comunidade com o objetivo de colocar em questionamento a vitimidade de Renata, como o boato de que a menina já “*tivera relações sexuais anteriormente*” e que “*sentira prazer*”.

<sup>127</sup> Patrícia Marcondes A. da Cunha (2015) descreve, em sua preciosa etnografia com base em recursos no Tribunal de Justiça de Santa Catarina referentes a estupro intrafamiliar, um caso em que a tenra idade das vítimas (não mais que seis anos) era frequentemente destacada nos registros, sinalizando-se para o fato de que elas não apresentavam “*condições de se defender*” (idem, p. 96).

os avós de Lucas e Renata viviam próximos entre si. A família fora estabelecendo-se ao longo do mesmo rio, o Rio Tauari, resultando cada novo matrimônio na construção de uma casa familiar nas proximidades. Isso implicava que todas as crianças e adolescentes frequentassem a mesma escola, os mesmos círculos, e o mesmo barco-escola – com a diferença entre turnos matutino e intermediário. Essa inevitabilidade do encontro, ainda que em menor grau e ainda que muito brevemente, entre Lucas e Renata também preocupou, no início, funcionárias da escola – quando o barco chegava trazendo Renata para o período intermediário, Lucas estava passando pelo trapiche em direção ao barco, para retornar a casa após seu período de aulas (matutino).

Luciana negava a informação segundo a qual Renata ficara internada no hospital de Breves e que levava sete pontos para a reconstituição da vagina. A tia alegou que a menina passou pelos exames que confirmaram o ato sexual, mas que não estivera internada. “*As pessoas aumentam*”, dizia-me. Em uma ocasião festiva na escola, acompanhei o momento em que Renata, sentindo fortes dores *na pente* (isto é, na região pubiana), foi conduzida até a casa da diretora, Vitória, e deitou na rede atada na sala. Ficamos sozinhas na casa, tentando manter afastadas as demais crianças, que em todo momento passavam, curiosas. Assim que ela disse querer encontrar a mãe, levei-a devagar até o corredor em que esta conversava com Luciana e uma professora, apoiada na mureta. Renata caminhou com dificuldade, curvando o corpo em torno do ventre. A tia ficou visivelmente transtornada e aborrecida com a conversa que a mãe estabelecia com a filha ali, entre tantas pessoas que se aglutinavam para assistir à reunião com representantes da prefeitura. Protestava alegando que o assunto não deveria ser tratado em público. Parecia insinuar que a mãe espetacularizava o sofrimento da filha para valer-se de alguma espécie de vantagem moral no contexto de disputa familiar. Assim que começaram a discutir, saí em busca de medicação para a criança.

Público e o privado estavam em disputa. Luciana insistia no *segredo* em torno do ocorrido, da resolução e de seus desdobramentos. Para ela, assim como o episódio deveria ter sido resolvido “*em família*”, a situação de saúde de Renata também deveria ser tratada intimamente. Sua irmã, porém, não só publicizara o *estupro* em busca de justiça como ainda, para Luciana, frequentemente tratava de seus desdobramentos de modo público.

O que muitas professoras e funcionárias avaliavam é que o episódio de violação envolvendo Lucas e Renata falaria mais dos conflitos familiares entre os adultos do que propriamente das

preocupações com a garantia de bem-estar dos menores. Uma das críticas à mãe de Renata era que ela não seguia o tratamento tal como proposto para a criança, não a levando com regularidade às sessões com terapeutas. Mais do que isso, ouvi questionamentos acerca de sua própria condição de mãe<sup>128</sup> e sobre a forma como se preocupava com os filhos, uma vez que, durante uma semana, viajara com as filhas mais novas para Breves, deixando sem comida e sem cuidados os meninos mais velhos<sup>129</sup>. Um deles era chamado à casa de uma das professoras, situada na pequena vila contígua à escola, para receber alguma alimentação além da merenda escolar.

Tais comentários e considerações sobre a mãe de Renata, assim como discutido sobre o caso envolvendo Gabriela e seu Henrique, trazem à tona a economia moral do Estado. Por um lado, a família é o espaço de intervenção das ações públicas; por outro, a família vive sob a compaixão pelo que ocorreu a uma das filhas e sob a suspeição por não possibilitarem que os recursos disponibilizados para atender à criança cheguem até ela. Isso nos leva ainda, de alguma forma, a aproximações com a noção de “cidadania malograda” (DEBERT, 2006), na medida em que, na visão desses personagens-chave que observavam a conduta da família de Renata, ainda que os serviços de atenção às vítimas infantis de abusos sexuais fossem assegurados, os pais não garantiam que a menina pudesse desfrutar deles como direitos seus.

---

<sup>128</sup> Por um lado, podemos levantar aqui o recorte de gênero na forma como genitores são cobrados com relação ao cuidado e às responsabilidades com sua prole. A figura do pai de Renata pouco era acionada nas falas, restringindo-se aos contatos com a polícia quando do episódio ou à relação de trabalho e de consideração para com Lucas, por exemplo. Mas há de se levar em conta também que era a mãe – pela consanguinidade – quem se vinculava mais diretamente no campo das relações familiares em torno da disputa pela “verdade” sobre os fatos. Por outro lado, há de se considerar que a avaliação moral sobre “papel de mãe” e “papel de pai” se vale do modo como eles desempenham certas atividades ou tomam certas atitudes com relação à proteção e ao bem-estar da prole. Enne, Vianna e Carrara (2002, p. 46) sinalizam, a partir do estudo de processos em centrais de inquérito no Rio de Janeiro, casos nos quais as mulheres, ao denunciarem seus maridos por agressões no âmbito doméstico, fortalecem seu papel de mãe – do mesmo modo como o pai, ao agredir o filho, falha em seu papel paterno.

<sup>129</sup> Evidentemente, não cabe, aqui, denunciar ou criar especulações a respeito das motivações da mãe. Trata-se, antes, de expor a forma como avaliações circulavam e atualizavam os lugares dos sujeitos em relação ao evento do estupro. A não ida regular a Breves, por exemplo, podia relacionar-se ao alto custo da viagem, por exemplo.

Nos primeiros meses, a posição de Lucas na escola tornara-se delicada entre alguns adultos. Segundo Luciana, que também integrava o quadro de funcionárias da escola responsáveis pelos serviços gerais de limpeza e cozinha, as demais colegas a *olhavam feio*, e duas secretárias consideravam o menino *um monstro*, o que a magoava profundamente. Uma das professoras me relatava inclusive desconforto com o julgamento de uma dessas secretárias, que o teria denominado *psicopata*. Tais termos remetiam à ideia de um ser abjeto, situado “fora das fronteiras da normalidade e também da moralidade” (VIEIRA, 2011, p. 291). Na primeira vez em que o visitei, Lucas não conversava muito, permanecia calado e sozinho, curvado; andava com as costas encolhidas, as mãos retraindo a camiseta à sua frente, na linha pouco abaixo da cintura, como se simulasse um bolso inexistente. Meses depois, em novembro daquele mesmo ano, 2013, eu o vi animado, brincando entre os colegas, participando ativamente de tarefas coletivas em torno da infraestrutura da escola e sendo paquerado por uma das meninas da turma. Quando conversamos, no interior do barco-escola em frente à casa dos avós e pouco antes de anoitecer, ele me contou sobre seus dias na delegacia e sobre um homem que conheceu – igualmente detido por lá – e de quem ganhou muita afeição. Porém, como ele dissesse não gostar de lembrar-se do ocorrido, não lhe perguntei a respeito do evento.

A própria sequência de acontecimentos daquela noite era objeto de distintas versões, pouco claras ou precisas: ou ele a teria convidado a andar para o local afastado em que ocorreu a violação; ou ela teria roubado dele uma castanha e corrido na direção da casa de farinha. Em uma rápida conversa com a mãe de Renata, sentada à mesa do alojamento de uma das professoras, soubemos da possibilidade de que houvesse outros rapazes na noite do estupro e que Lucas os estivesse protegendo; os tais rapazes teriam fugido da localidade após o fato. Como Lucas, meses depois, tivesse confirmado que estava só, entendi que talvez a forma como as versões são construídas visam também a criar alguma forma de harmonia ou de amenização dos conflitos no seio da família. Em outras palavras, construindo uma narrativa em que os agressores seriam, na verdade, *outros*, a violência ficaria exteriorizada, para além das fronteiras familiares – sobretudo tendo em vista que a própria mãe de Renata, vítima da violação sexual, colocava em evidência a hipótese da não autoria do sobrinho.

A maneira como essas versões narrativas são construídas e passadas adiante acabam ordenando ou reordenando os eventos de acordo com o universo ou a inteligibilidade moral dos sujeitos. Se, na narrativa da mãe de Renata, Lucas teria sido quase que incapaz de

cometer o ato sozinho, para uma das secretárias da escola, Juliana, a conduta do adolescente tido como *monstro* era avaliada retrospectivamente como problemática, muito embora ela fosse a única a apontar o comportamento habitual de Lucas como tendo sido sempre “problemático”, agressivo e violento, como se o perigo estivesse a todo instante potencialmente no campo de ação do menino. Ao contar sobre o que “conhecia” acerca do evento, Juliana operava, portanto, mais claramente a separação entre bem e mal reposicionando distintamente os sujeitos na narrativa e acentuando a especulação em torno de determinados detalhes hipotéticos em torno do fato (como o de que Lucas teria chegado a jogar a prima na água para tirar de seu corpo os rastros de sangue decorrentes da violação).

Já Luciana deslocava ou descentrava da figura de Lucas a totalidade de sua capacidade de agência. Mãe de três rapazes entre dezessete e oito anos, Luciana fazia retrospectivamente avaliações a respeito do que faltara na educação de Lucas para o trato com as mulheres e meninas à sua volta. Lembrava que sempre ensinara aos filhos que *a mãe enrolada na toalha* não lhes pertencia e que, *se vissem as primas nuas, ainda assim elas não pertenciam* a eles – algo que sua irmã jamais teria ensinado ao rapaz. Aqui, novamente parece operar a alegação de inépcia, acionada como modo de separar da pessoa do menino a monstrosidade atribuída ao ato praticado e a intencionalidade em torno dela.

Outra forma de reordenar moralmente os atores e os eventos era pelas narrativas em torno da espiritualidade. Tia Helena, esposa de um dos irmãos de Luciana – e, portanto, das mães de Lucas e de Renata –, fizera de sua casa, à margem do rio, um local para a realização de cultos da igreja *Deus é Amor*. Sua devoção e imensa fé também a auxiliavam na leitura e no entendimento acerca dos episódios conflituosos que ocorriam na família, sobretudo em relação ao caso de violação sexual de Renata pelo primo. Foi na segunda temporada de campo no Rio Guajará, em novembro de 2013, que Helena me contou sobre a conversão de Lucas à sua religião e a adesão do rapaz à sua igreja.

Quando perguntei a Helena se o sobrinho *estava tranquilo*, se na escola o tratavam bem, ela respondeu que ele sempre fora um rapaz calmo, nunca fora de confusão, e que tudo estava melhor. Em seu relato, Helena destacava a conversão religiosa como um fator central na reorganização das relações; além disso, ela teria promovido, nos termos de César Teixeira (2014), uma “reforma moral” do sujeito que Lucas se tornara desde o ocorrido, fazendo emergir uma nova *pessoa* ou um novo sujeito a partir de sua ascensão moral (TEIXEIRA, 2014, p. 380).

Helena disse ainda que, após a audiência com o juiz, tudo se tinha *acalmado um pouco*. Ao me narrar os caminhos da conversão de Lucas, contou-me que o pastor *revelara* que a família deveria seguir o caminho da igreja, recado que Helena teria transmitido a alguém da família, mas a mãe do rapaz pouco lhe dera ouvidos. Para ela, havia algo no modo como a família conduzia a existência; eles estavam no mundo *“apenas para sobreviver”*. Parecia dizer que a vida não tinha sentido ou completude enquanto não viviam a palavra de fé tal como ela vinha vivendo. Mas não me apontou descritivamente os atributos pelos quais ela entendia que eles estavam, por assim dizer, fora de rota. Para ela, as famílias viviam uma desorganização (espiritual) da qual o episódio fora uma espécie de sintoma ou alerta.

A chave para a transformação espiritual da família de Lucas veio também de uma *revelação*. Segundo Helena, um dos parentes teve um sonho e lembrou à mãe de Lucas que ela não cumprira a promessa de oferecer um culto em agradecimento ao fato de o filho *“ter voltado”* (não ter sido *“preso”* quando da audiência em Curalinho); e, segundo o sonho, se ela não cumprisse a promessa, deus lhe *“tiraria o fruto mais precioso”* – a criança recém-nascida, irmã caçula de Lucas. Essa revelação teria mexido com a mãe do garoto, a qual teria mandado realizar o culto de ação de graças em Breves.

Na fala de Helena, a ausência de adesão a um guia espiritual, que reverbera no “modo” como a família vive, ocasionava os fatos. Disse que Lucas ficava em casa; que seu filho, Ricardo, sempre fora apegado ao primo; e que o sobrinho ficava na casa com suas filhas pequenas quando ela saía, mas que jamais algo acontecera em sua casa. Segundo a tia, suas orações e sua fé são uma espécie de chamado a deus, que, atendendo às suas preces, protege seu lar. Por outro lado, aos núcleos familiares envolvidos, a situação de estupro cai como uma espécie de “punição” ou, antes, como um aviso ou sinal de que algo não vai bem e de que as relações precisam ser reordenadas por intermédio da espiritualidade.

Esse mesmo recurso da via espiritual para explicar ou descrever eventos em torno dos conflitos no âmbito do parentesco fora acionado também por Luciana, quando de minha primeira estada na comunidade. Luciana me convidou a passar uma noite na casa de seus pais, no rio em que sua família mora. Além de conhecer os irmãos e os avós de Lucas, fui conduzida a visitas a alguns moradores do rio Tauari, dentre os quais uma senhora cuja casa passara por um incêndio meses antes, na ocasião da violação sexual da pequena Renata. O acidente resultou em queimaduras graves pelo corpo de sua filha, uma adolescente que

também frequentava a escola Portugal. Segundo a mãe, a jovem se sentia envergonhada por conta das cicatrizes. Quando retornávamos para a casa dos avós de Lucas, no barquinho a remo, Luciana especulava que o incêndio e os ferimentos da jovem que se acidentara soavam como uma espécie de punição divina em virtude de comentários acusatórios que a mãe, dona da casa, teria feito contra Lucas e a respeito do episódio envolvendo Renata e o primo.

Através das versões narrativas, os sujeitos eram ressitoados no campo das relações entre os membros da comunidade, acomodando formas possíveis de lidar com o ato em si moralmente condenável, com os efeitos do evento e com as reconfigurações da imagem moral dos envolvidos. Não à toa, as estratégias de “abrandamento” e reclassificação moral favoráveis a Lucas pareciam mais bem elaboradas e relativizadoras quanto mais próximo se estivesse dele, de sua trajetória e de seu cotidiano.

Para os mais distantes desse campo de relações cotidianas, como para Arlete, por exemplo, os dados relativos ao evento causavam imediata comoção, indignação e demanda por punição de culpados. Ao receber os primeiros relatos por telefone, sentada na rede de seu quarto, Arlete reagiu com horror ao episódio e a seus desdobramentos no contexto das relações familiares, tecendo expressões de pavor. A apreciação moral sobre Lucas como *um monstro* fazia Arlete imediatamente delinear modos específicos de qualificar o adolescente, de proceder no tratamento de seu caso e de intervir junto a ele (ver SANTOS, 2014). Os aspectos do evento, tomados a distância, eram mais facilmente lidos sob a matriz do bem e do mal e suas variantes – como vitimidade e monstrosidade. À medida que sua perspectiva foi sendo aproximada, foi sendo possível captar as demais implicações que marcavam o ocorrido, como a aplicação dos direitos de crianças e adolescentes do ponto de vista do acusado, também menor de idade, quando apreendido. Mais do que isso, foi sendo possível visualizar que, ali onde se se imaginava um *monstro* e uma vítima marcada para o resto da vida, havia um garoto franzino, muito magro e acuado, que aparentava bem menos que seus atuais 14 anos e evitava responder diretamente às nossas perguntas; havia uma criança cujas sequelas físicas e emocionais careciam do acompanhamento terapêutico indicado pela rede que a acolheu, mas que, segundo relatos de moradores locais, não o vinha recebendo; havia dois primos cuja convivência, antes próxima, sofrera uma ruptura violenta. Nas palavras da professora Mônica, havia um menino antes *alegre* que, depois do grave ato contra a prima, passara a *viver acuado*; e uma menina que *aprendera a viver com medo*. O

impacto, para ambos, no aprendizado da sexualidade constituiria um capítulo à parte.

A esse respeito, Luciana questionava o modo como institucionalmente o caso fora conduzido, apoiada também em esclarecimentos e ponderações que o juiz lhe houvera sinalizado. Além de o Conselho Tutelar, segundo ela, ter sido contatado por último dentre as instituições acionadas e de Breves ter invadido a jurisdição de Currallinho, Lucas teria sido detido como sendo *maior de idade*, conduzido algemado até a delegacia, e ficado “*preso*” durante todo o carnaval em uma “*cadeia comum*”. Ademais, ainda segundo ela, as algemas teriam causado ferimentos no braço em que o rapaz levava um tiro acidental dois anos antes, o qual lhe rendera sequelas permanentes.

O maior efeito das acusações em relação aos procedimentos formais adotados quando da apreensão de Lucas, porém, pairava sobre a suspeita de que os pais de Renata tivessem oferecido dinheiro à polícia do município vizinho para que a detenção fosse realizada imediatamente. Vale salientar que tais acusações eram levantadas por demais familiares, aqueles interessados na resolução particular do conflito e que consideravam o envolvimento de instâncias estatais um empecilho.

Quanto aos procedimentos legais, não me ficou claro o que fora decidido quando da audiência com o juiz da comarca de Currallinho. Os meses se seguiram, e Lucas frequentava a escola normalmente. Como já mencionado, a relação com os colegas parecia próxima e amistosa, e ele se sentia à vontade entre os colegas na hora do intervalo, nas aulas de educação física, nas atividades esportivas. Nunca falamos sobre o que acontecera naquela noite – a qual, ele deixava claro, só queria esquecer.

Já Renata era mais reservada, menos acessível para conversas nos corredores da escola. Sempre conversamos sobre a família, sobre a escola, sobre suas idas a Breves com a mãe e as irmãs, sobre tarefas domésticas que ela realizava para ajudar a mãe, sobre as atividades prediletas no dia-a-dia, sobre seus colegas de sala de aula. Embora muitas vezes solitária e calada, a menina interagia com algumas colegas e com a irmã mais nova, que frequentava o mesmo período escolar. Certo dia, acompanhei-a até a sala de aula, onde um grupo brincava com sementes de *bole-bole*<sup>130</sup>; ao perguntar se ela não brincava também, Renata respondeu que os colegas *não a deixavam*, mas que a restrição a

---

<sup>130</sup> Desde as práticas de brincar na região sul, conheço a atividade das crianças com as sementes de *bole-bole* como jogo das Cinco Marias – realizado com pequenos saquinhos de pano recheados de areia ou de grãos de arroz.

participar da brincadeira não se limitava a ela; estendia-se a outras crianças. E, quando questionei se ela tinha alguma amiga na escola, respondeu baixinho, com vergonha, quase em segredo, que era Thaís, a menina de longos cabelos lisos que brincava com as sementes junto aos colegas.

Nos horários de aula, Renata era vista frequentemente andando pelos corredores ou sentada à mesa do pátio central, onde se servem as merendas, ou em torno da venda de *bombons*. Quando questionada, dizia não ficar na sala porque não gostava de “*ouvir historinhas*”, apenas “*de escrever*”. Entretanto, durante nossos instantes fazendo companhia uma à outra, por vezes Renata pedia material para fazer desenhos; e, quanto à escrita, ela pouco reconhecia as letras, tampouco conseguia montar palavras a partir de fonemas. Cheguei a encontrá-la do lado de fora da sala, sentada em uma carteira, subscrevendo frases que a professora lhe passara – uma forma de acompanhar a atividade escolar dos colegas que se encontravam dentro da sala de aula.

Se algumas pessoas, como Juliana, diziam que antes do ocorrido a menina tinha comportamento diferente e costumava assistir às aulas, outras se lembravam de Renata com similar dificuldade em permanecer na sala de aula e em permanecer atenta às atividades escolares. Juliana contava que muitas vezes, como pude presenciar, a menina reclamava de dores, sinalizando para a região entre o ventre e a vagina, e pedia algum remédio.

Entre as versões segundo as quais um dos genitores teria impedido que a menina fosse levada a Curralinho e aquelas segundo as quais os pais não a levavam para os devidos tratamentos em Breves, tia Helena sentia falta da presença de técnicos que outrora se haviam comprometido a visitar os diferentes núcleos familiares envolvidos para identificar os sinais que culminaram em tamanho conflito – e que, no entanto, não teriam aparecido.

\*\*\*\*\*

O caso até aqui relatado, a respeito dos primos Lucas e Renata, aponta para uma forma de conflito familiar desencadeado por um episódio de violação sexual envolvendo grau de parentesco – qual seja, o de primos paralelos maternos. O parentesco aparecia, nos relatos, não como o peso de uma transgressão incestuosa, mas como elemento a tornar difícil a convivência e a demandar dos aparentados uma série de esforços para reacomodar as relações<sup>131</sup>.

---

<sup>131</sup> Juliana Caruso (2011) observa, a partir de seus estudos sobre fuga matrimonial em duas localidades de Florianópolis (SC), o modo como, em uma

Os esforços para a amenização do conflito que se instaurou a partir de então passam principalmente pelo acolhimento do autor do estupro, pela relativização de sua intencionalidade e pelo abrandamento da condição da vítima. Com o tempo, há certa acomodação desses sujeitos, em algum grau modificados por essa nova experiência, no conjunto de relações familiares – seja através do apelo afetivo dos personagens associados tanto ao rapaz quanto à menina; seja através do compromisso com uma reordenação espiritual, responsável por certa assepsia das qualidades morais do ato de violação. Além disso, apesar de algumas especulações a respeito da autoria do estupro, Lucas assumiu seu ato e alegou arrependimento, tanto verbalmente perante as autoridades a que foi apresentado quanto em seu comportamento perante os colegas e familiares.

O caso envolvendo os primos Lucas e Renata coloca em cena não apenas associados por parentesco, mas dois personagens com idade inferior àquela que denota a maioridade penal. Outro caso que conheci durante o trabalho de campo envolvia dois irmãos consanguíneos, ambos considerados *crianças*, com idades inferiores a doze anos. Se os acontecimentos em torno da violação de Renata suscitavam tantas versões e possibilidades, o caso envolvendo Talita e Artur era um tanto nebuloso e permanecia na penumbra do silêncio.

#### *4.2 Talita e Artur: um mistério envolvendo duas crianças*

Era início do período de campo em Currálinho, fevereiro de 2013. Fazia as primeiras idas ao conselho tutelar e iniciava o contato com a rotina da instituição, quando conheci Cláudia. A jovem mãe chegou à sede com duas crianças: um pequeno menino muito astuto e uma menina de colo. Comparecera à sede para uma visita ao conselheiro Felipe, por quem seu filho nutria muito carinho e apego. Felipe era extremamente competente no trabalho com crianças e adolescentes, e seu carisma o tornava bem aceito entre as famílias na região. Sua experiência anterior

---

delas, a união entre primos se configura como perigosa e interdita, especialmente quando eles possuem uma vinculação matrilateral e apresentam em suas genealogias outro casal formado pela união entre primos – nesses casos, circunda o casal a ideia de uma possível punição divina, assinalada como doença do incesto ou do sangue (idem, p. 245). É a partir dessas modalidades de arranjo que Caruso identifica na fuga matrimonial, além das motivações tratadas na literatura antropológica (como a falta de recursos econômicos ou a necessidade de preservar a honra da moça ou da família), a possibilidade de se contornarem proibições e interditos.

como professor em uma escola na zona rural o fazia olhar especialmente para os dados das unidades educacionais; e sua trajetória o fizera disputar, sem sucesso, as eleições do ano anterior para a câmara de vereadores pelo partido do prefeito derrotado.

Cláudia e as crianças viviam em uma pequena casinha de madeira nas bordas da sede urbana do município – conforme pude constatar meses depois, em uma visita no contexto de outra ocorrência. Em seu bairro, eram frequentes os casos de uso e tráfico de drogas, inclusive entre crianças e adolescentes. E, naquela manhã de fevereiro, a admiração do primogênito de Cláudia por Felipe era o gancho para narrar a forma como ela e as crianças pretendiam manter-se longe de atividades ilícitas e do consumo de substâncias ilegais.

A mãe de Cláudia abandonara o companheiro para viver com outro homem em uma cidade próxima, deixando aquele completamente desolado. A forma como o esposo abandonado vinha sofrendo era alvo de comentários entre as pessoas que lhe eram próximas ou que o conheciam. E, no arranjo entre os lares, os filhos acabaram ficando em Curralinho. Uma delas, de sete anos, por exemplo, em determinado momento passou a viver com Cláudia, a irmã mais velha, cujos rendimentos eram extremamente irrisórios para seu sustento e o dos filhos. Muito jovem e com poucos recursos, Cláudia encontrava dificuldades em manter as crianças. Pleiteava, portanto, que os recursos recebidos pela mãe através do Bolsa Família fossem repassados a ela para o cuidado com os irmãos, já que a suspeita era a de que, ao retirar os valores mensais do benefício, a mãe os repassava ao atual companheiro.

Em uma localidade tão fortemente marcada pela identificação das pessoas através de seus laços de parentesco – *fulana* é sempre filha de alguém, casada com alguém, irmã de alguém, prima de alguém, sendo que esses sujeitos costumam frequentemente ser chamados por apelidos (muitas vezes curiosos) –, Cláudia me foi indicada como sendo *a irmã do Joca*. Este era um jovem rapaz bastante conhecido na cidade. Joca era extremamente prestativo e muito disposto para o trabalho. Tido pelos demais moradores como um rapaz de certo modo ingênuo, era bem-quisto e frequentemente requisitado entre comerciantes e servidores do município, os quais sempre lhe ofereciam oportunidades de trabalho, como mototaxista, office boy, funcionário em empresas de embarcação, agricultor ou extrativista na zona rural, etc. Quando o conheci, em uma visita que ele realizava à casa de Arlete, contava sobre sua recente experiência trabalhando na roça em uma localidade *do interior*.

Em algum momento daquela primeira conversa, Felipe me contou sobre o episódio de abuso sexual que marcava a família de Cláudia e Joca. A irmã mais nova, na ocasião com três anos de idade, foi vítima de violação sexual; e o irmão de nove anos, Artur, foi apontado como suposto autor do estupro. Cláudia se referia a uma difícil convivência com o irmão e a uma vigilância que desenvolvera a partir de então na relação do menino com sua filha pequena e com outra de suas irmãs.

Artur, como eu viria a saber mais tarde, era o menino que eu quase sempre encontrava perambulando pelas ruas, pedindo dinheiro insistentemente. Junto com outros meninos de idades próximas, Artur andava pela praça em um grupo de garotos pedindo lanche ou dinheiro aos frequentadores que faziam um passeio noturno; os mesmos meninos também seguiam as pessoas que paravam para um guaraná na orla ou para um sorvete perto do trapiche municipal. A permanência daquele grupo de crianças até altas horas da noite nas vias públicas, desacompanhados de responsáveis, era uma preocupação constante de moradores e dos conselheiros tutelares. Recaíam sobre os meninos suspeitas e/ou acusações sobre consumo de drogas, relação com o tráfico ou prática de pequenos roubos – muito embora eu jamais tenha presenciado tais eventos entre aqueles pequenos. Aquelos meninos *na* rua eram, ao mesmo tempo, uma população a que se deveria proteger e a que se deveria prestar vigilância – eram a vulnerabilidade e o perigo (FASSIN et al, 2013). Quando me tomavam no meio da rua, acompanhando-me em passos largos, costumava perguntar-lhes sobre a frequência na escola e sobre a localização de seus responsáveis – o que os fazia dar respostas evasivas poucos segundos antes de desistirem de me seguir e de me largarem falando sozinha. O fato é que, vez ou outra, Artur me abordava sozinho, durante o dia, próximo dos mercadinhos e das padarias da cidade, sempre no espaço da rua. Mesmo acompanhando-o para a compra de algum pão ou lanche, o menino se comunicava pouco, dificilmente respondia à conversa que eu tentava estabelecer.

Os registros formais do CT dão conta mais precisamente da sequência e do período dos fatos. Segundo esses mesmos arquivos, o fato foi denunciado pelo Hospital Municipal de Currálinho junto ao conselho tutelar ao final de novembro de 2011, quando a menina de 3 anos, Talita, foi levada por uma senhora para atendimento médico, queixando-se de dores na região genital. Assim que deu entrada no Hospital Municipal de Currálinho, Talita foi atendida por uma enfermeira, a qual constatou rompimento do hímen da criança e imediatamente notificou o CT. Sem maiores informações registradas a

respeito da apuração dos fatos junto às crianças e aos demais familiares, Artur é indicado como o suposto autor da violação sexual a que Talita foi submetida.

A partir do registro de ocorrência, o conselho tutelar toma uma série de providências institucionais e junto à configuração familiar. Encaminha a denúncia à delegacia de polícia para a investigação do caso e ao juiz da comarca local, solicitando, em ambas as circunstâncias, que a instituição possa receber informações que a habilitem a acompanhar o desenrolar do processo. Além disso, notifica os pais por meio de um termo de advertência (em que, no entanto, apenas a mãe é citada); e imediatamente lavra um termo de responsabilidade em que os pais entregam a criança “*de livre e espontânea vontade*” à mulher que a levou ao hospital. Talita passa alguns dias sob os cuidados dessa mesma senhora, até que um novo termo de responsabilidade firma-lhe um novo lar, junto de outra moradora do município que se dispõe a ficar com a menina.

O conselho tutelar ainda realiza uma visita à casa dos pais de Talita a fim de avaliar as condições de vida da família, ocasião em que constata a presença de mais duas meninas, de 5 e de 10 anos, além das crianças Talita e Artur. Essas outras meninas também são temporariamente transferidas para outro lar, para convivência com famílias conhecidas. O termo de advertência realizada a partir de então é assinado pela mãe por meio de impressão digital, uma vez que ela desconhece a escrita do próprio nome; do mesmo modo, consta que a mãe não dispõe de documentos de identificação civil. No documento – em que apenas o nome dela é mencionado, estando ausente a notificação ao pai –, argumenta-se que a mãe é negligente com relação às crianças, “*a ponto de ocorrer que a criança [Artur] estuprou a irmã, a criança [Talita], quando os mesmos haviam sido deixados sozinhos pela mãe em casa*”.

Pouco mais de uma semana após o ocorrido, o CT encaminha ao CRAS um pedido para que sejam realizadas visitas e a elaboração de estudos sociais junto às residências da mãe das crianças e das mulheres que acolheram Talita e as demais meninas, a fim de que as informações fomentem o processo de destituição de tutela junto ao poder judiciário.

No início de 2013, porém, a menina que àquela época tinha 5 anos estava, aparentemente, vivendo com Cláudia. Meses depois, uma denúncia chegou ao CT a respeito da entrada da menina no HMC com mifase. Diziam que as moscas “*sentaram na cabeça*” da pequena ou se falava da presença de *bichos* em seu couro cabeludo. No hospital, com o acompanhamento de alguns conselheiros, as enfermeiras se

desdobravam para convencer a criança a cortar os cabelos e a acalmar-se para a aplicação do tratamento. Tal episódio levou o CT a uma nova intervenção junto à família, com o objetivo de apurar as condições de salubridade na casa de Cláudia.

O episódio de violação sexual não fora devidamente esclarecido. Se alguma versão consistente dá conta de um depoimento das crianças envolvidas, ela se encontra sob sigilo, junto a instituições de assistência psicossocial e aos registros policiais a que não se pode ter acesso. Se na história apresentada anteriormente Lucas assumia a responsabilidade pela violação contra a prima Renata a despeito das suspeitas sobre sua autoria, aqui as dúvidas sobre a autoria de Artur na violação contra a irmã eram menos explícitas, mais veladas e cautelosas e não emergiam na defesa da possível inocência do menino. Não ouvi maiores relatos a respeito de hipóteses outras para a violação sexual de Talita, a não ser por uma denúncia registrada junto ao CT duas semanas após a notificação do HMC. Essa denúncia dava conta de que a mãe das crianças costumava sair de casa, deixando os filhos pequenos sob a responsabilidade de Cláudia; mais do que isso, a denunciante alegava que jovens costumavam reunir-se na casa, na ausência da mãe, para *cheirar cola* e que desconfiava, portanto, que Talita fora vítima de abuso sexual não por parte de Artur, mas por parte de algum desses adolescentes que frequentavam o lar em que a criança morava. Esses mesmos adolescentes, alegava, vinham fazendo-lhe ameaças, o que a fazia temer por sua segurança e pela de seus filhos.

Assim como no caso anterior, entre Renata e Lucas, o episódio envolvendo Talita e Artur se inscrevia na complexidade de quadros com menores de idade sendo apontados não apenas entre as vítimas, mas entre os autores. Em ambas as situações, interpunham-se, a despeito da menoridade de vítima e autor/acusado, diferenças significativas de idade e, portanto, de compleição física entre as partes. Todavia, se Lucas tinha a seu favor uma série de estruturas narrativas de familiares que buscassem amenizar a gravidade dos atos que ele confessara ter praticado, Artur não parecia dispor de elementos explicativos sobre suas supostas atitudes, tampouco de voz nos registros preliminares sobre a apuração dos fatos.

Se Talita e Artur estavam associados pela coresidência e pela consanguinidade, a coresidência dos adolescentes Alice e Rodrigo era decorrente da união matrimonial entre seus genitores.

#### 4.3 Alice: e o filho da esposa do pai

Os conselheiros Bianca e César estavam na Vila do Piriá para uma agenda de atividades do CT – e eu os acompanhava. Ao saber da presença dos conselheiros, seu Miguel procurou-os na casa em que estávamos hospedados, durante o café da manhã, para contar sobre um conflito que se instaurara em sua família. Era final de setembro de 2013.

Miguel se referia a uma denúncia feita por um dos filhos, de acordo com o qual a irmã mais nova, de 14 anos, vinha sendo vítima de abuso sexual por parte do enteado do pai, de 15 para 16 anos, sem que este último tivesse tomado providências. Para o senhor já de certa idade, seus filhos se haviam revoltado contra sua união com a nova esposa, com quem estava casado há dois anos. Assim que a mãe de seus dez filhos faleceu, ele passou seis meses sozinho, até conhecer a nova mulher. Ele enaltecia as boas qualidades da esposa, dizendo em todo momento que ela *cuidava* dele, preparando-lhe as refeições e administrando seus medicamentos – afinal, ele *sofria do coração*. Por outro lado, acusava os filhos de o terem abandonado. Em sua queixa, Miguel não se referiu diretamente à sua filha Alice nem ao enteado Rodrigo – os envolvidos no caso em pauta acerca do abuso sexual. Apenas afirmou querer reaver os filhos mais novos, que haviam sido levados para a casa de um irmão mais velho.

Pouco tempo depois, tratamos de atravessar o rio, em direção à casa de um dos filhos de seu Miguel, onde Alice estava abrigada. A viagem até a vila, com alimentação e combustível oferecidos pela prefeitura municipal, fora realizada no barco particular do pai de uma das conselheiras, cujo esposo se dispusera a conduzi-lo. As casas de alguns dos irmãos eram próximas entre si naquela localidade, de maneira que, com a chegada dos conselheiros, muitos deles seguiram com seus filhos e companheiros até a residência em que estava a menina, para participar da conversa e das decisões sobre o caso. O irmão que acolhera Alice e que denunciara o pai e o garoto desmentiu as acusações que Miguel tecera a respeito da suposta represália dos filhos contra seu casamento, bem como a acusação de que os mesmos o haviam abandonado. O rapaz esclareceu que o pai nada fez quando a filha lhe contou sobre as investidas de Rodrigo e lembrou que a rede da irmã estava “*suja de sangue*”. Disse ainda que seu Miguel costumava dormir com a esposa em outra casa, deixando Alice com o irmão de 16 anos, Rodrigo e um filho mais velho da companheira dormindo na residência da família. Segundo ele, Alice e o irmão eram muito tímidos e bastante apegados entre si, ao passo que os filhos da madrasta eram

“levados”, e Rodrigo era “*muito enxeridinho*” e costumava “*andar só de cueca*” pela casa – hábito que fora contido por Miguel e pela esposa com o tempo.

Orientados todos a comparecer à delegacia de Currealinho para a apuração dos fatos, reuniram-se diante da escritã a menina Alice, o irmão que denunciara os abusos, Rodrigo, Miguel, a esposa e dois conselheiros. Sargento André, que os acompanhara até ali, esclareceu brevemente o caso, sinalizou a necessidade de se “*chegar a uma conclusão*”, e lembrou que os adultos poderiam ser responsabilizados pelos fatos denunciados.

Débora, a escritã, primeiramente ouviu Alice. Bastante tímida, a adolescente evitava responder às perguntas, apenas esboçando tristeza e constrangimento enquanto tentava desviar os grandes olhos azuis, que vez ou outra olhavam atentamente sua interlocutora. A escritã precisou longamente orientá-la sobre seu direito ao corpo e à intimidade, sobre a proteção que a lei lhe garantia e sobre a importância de defender-se quando diante de situações abusivas. Para tanto, falava também de si, lembrando que ambas eram mulheres e que podiam partilhar de sentimentos em comum. Mesmo assim, Alice se limitou a falar que Rodrigo costumava *colocar a mão dentro de sua rede* durante as noites.

Quando do depoimento de Rodrigo, um garoto franzino de cabelos tingidos, a escritã fez-lhe perguntas sobre as acusações de ter colocado a mão dentro da rede sem a autorização de Alice. Hesitando em dar respostas, o rapaz dizia *não lembrar* e *não saber*. Após a insistência da policial, o adolescente alegou que “*foi sem querer*”: “*eu me mexi, e a mão foi parar dentro da rede dela*”. Débora habilmente desenvolveu um diálogo com Rodrigo, explorando os sentimentos que o rapaz eventualmente nutria por Alice. Ele admitiu gostar da filha do padrasto, achá-la bonita e ter desejado tocá-la, “*pegar na cara dela*”. A menina, porém, não correspondia aos sentimentos do garoto; diante de suas investidas, ela “*chamava nome*”, deixando-o furioso. Rodrigo alegava, porém, que jamais se deitara na rede da menina e que jamais *fizera nada*. A respeito da reação da mãe e do padrasto, contou que sua mãe o repreendeu quando ele chegou da escola, afirmando que a enteada havia contado ao pai sobre o rapaz tê-la *apalpado*. À medida que se sentia pressionado pelas perguntas da escritã, entretanto, Rodrigo deixou escapar: “*mas não meti dedo nenhum*”. A partir daí, o adolescente confessou que a esperava dormir para, então, passar a mão nas partes íntimas de Alice, por dentro da roupa da menina – reforçando, em sua defesa, que não havia *metido o dedo*. Débora decidiu pedir uma

medida protetiva em favor de Alice e abrir procedimento contra Rodrigo por estupro.

A seguir, foi a vez do testemunho do pai de Alice. Miguel repetia inúmeras vezes que *sofria do coração*, aparentemente tentando sensibilizar a policial a fim de que ela fosse menos severa. Disse que os fatos teriam tido início há pouco mais de duas semanas. Desde quando o casal se uniu, Alice dormia no quarto com uma irmã de 18 anos, até que esta última *“arrumou homem”*, três meses antes, e Alice passou a dormir fora do quarto, com os demais moradores da casa. Segundo o pai, após ser avisado pela filha, mandou que ela **trocasse sua rede de lugar** – o que, sublinhava ele, a menina não teria feito. A mãe do rapaz, por sua vez, tentou chamá-lo para tirar satisfação; mas *“nem que ele estivesse acordado ele responderia”*. Após tais acontecimentos, uma das filhas de Miguel pediu que Alice pudesse dormir em sua casa e a levou. *“Nessa arrumação, foi segunda, foi terça, foi quarta, e não veio mais”* – reclamou o pai, lembrando que mandara recado pedindo que a filha retornasse. Soube, então, que Alice estava na casa de outro irmão e que não levara sequer suas roupas, deixando para trás inclusive sua rede nova, que ganhara de presente do pai.

Débora buscava apurar se Miguel e a esposa haviam sido negligentes com relação à situação de abuso sexual sobre a qual Alice lhes avisara. Miguel alegava que Rodrigo era rebelde com a mãe, sendo bastante refratário às suas ordens. Defendia-se dizendo que jamais *“acoitaria”* esse tipo de coisa e que, chamado para uma conversa, o adolescente alegou *“não lembrar”*, *“estar dormindo”* ou *“estar sonhando”*. A escrivã, então, confrontou Miguel, sinalizando que ele *não havia acreditado na filha* e que sua medida fora *tirá-la do quarto*; de certa forma, entendia a policial, ele a *colocara para fora de casa* ao não tomar providências imediatas, permitindo que a caçula fosse embora. Em vez de alguma iniciativa favorável à filha, Miguel deslocara para ela a responsabilidade de sair ou não do campo de ações do enteado, orientando-a a sair do local em que costumava dormir. Perguntando-lhe *“o que ele esperava que acontecesse para tomar alguma providência”*, Débora lhe disse que *“a menina tem de ser resguardada”*. E indicava na fala de homem uma preocupação exclusivamente em manter seu casamento e as vantagens advindas dele, mesmo que isso lhe custasse o bem-estar dos filhos.

A partir desse momento, ficou-nos evidente que, para ele, a relação entre o casamento e a intimidade da filha não se organizavam hierarquicamente segundo prioridades. Antes, a questão da sexualidade e da intimidade de Alice não era algo que ele fosse capaz de

compreender e de priorizar. Sem dialogar a respeito dos sentimentos da filha, ele entendia que a mediação policial implicava realizar uma escolha entre permanecer ou não casado, subsumindo toda a situação do abuso sexual ao roteiro da aceitação ou não de seu casamento pelos seus filhos. Retoricamente, perguntava-se se teria de abrir mão da esposa, que lhe cobria de cuidados e de atenção, em favor de Alice. Repetia que a mulher chorava muito com toda aquela situação e tornava a insinuar suspeitas de que tudo fosse invenção dos filhos para separá-los. Por fim, pediu à escritã que sua esposa fosse chamada para mediar uma eventual conversa pela separação, porque, do contrário, ela entenderia que ele é que não a queria mais.

Diante da aparente incapacidade de Miguel de sensibilizar-se com a situação da filha, Débora e eu nos entreolhamos, já impacientes. Ela, então, adotou como estratégia transpor o episódio como se a vítima fosse sua esposa: o que ele faria, afinal, se sua esposa fosse apalpada contra a própria vontade? O que ele sentiria se soubesse que sua esposa fora abusada por outro homem? Sem que ele reagisse à arguição, tomei – ainda que inapropriadamente – a liberdade de intervir, perguntando-lhe o que ele sentiria se um *homem* o tocasse indevidamente, se um *homem* lhe tocasse as partes íntimas, contra sua vontade. Miguel se assustou de imediato; e respondeu prontamente, demonstrando completa abjeção à hipótese. Com base em sua reação, conversamos construindo paralelos entre o que ele sentiria e o que sua filha provavelmente sentira em relação a Rodrigo. Débora lembrava que, como pai, lhe cabia proteger a filha; e que, pelo contrário, Alice recebera indiferença da pessoa por quem mais esperava ser protegida.

Mesmo assim, após Miguel ser dispensado, concluímos que ele não conseguia sensibilizar-se com a violação da intimidade da adolescente por um rapaz. E, segundo as conselheiras tutelares, apesar dos constantes avisos do homem de que poderia passar mal em virtude de seus problemas cardíacos, foi a esposa de Miguel quem precisou ser levada às pressas ao hospital, após um mal-estar súbito.

A relação entre Alice e Rodrigo, ambos com idades inferiores a dezoito anos, dava-se pela coresidência, esta efeito da união matrimonial entre o pai da menina e a mãe do rapaz. Passemos agora à descrição referente a um caso de abuso sexual envolvendo indivíduos relacionados por parentesco consanguíneo, coresidentes por rearranjo doméstico, e dessa vez envolvendo uma criança/adolescente e um homem idoso: Fabiana e seu avô paterno. Nesse caso, é possível identificar que a reordenação familiar após o conflito consistiu,

sobretudo, no afastamento da autora da denúncia, cujas declarações foram desacreditadas em favor da defesa do acusado.

#### 4.4 Fabiana: saúde mental na leitura dos conflitos

No que diz respeito às crianças e adolescentes que figuram como vítimas nos casos de abuso sexual intrafamiliar, as formas narrativas de reacomodação desses eventos conflituosos pode passar não apenas pela suspeição a respeito dos desejos e das intenções da vítima, mas também pelo questionamento acerca de sua condição mental. Passo a relatar, aqui, um caso que teve origem no município de Limoeiro do Ajuru e que chegou ao CT de Curalinho – ocasião em que tive conhecimento dele.

Fabiana tinha doze anos quando, ainda no primeiro semestre de 2011, foi retirada da casa em que vivia, no interior do município de Limoeiro do Ajuru, após denúncias de que vinha sofrendo abuso sexual por parte do avô, seu Emílio. Fabiana, a caçula entre seus irmãos, perdera o pai muito cedo, vítima de afogamento. A mãe a deixara, por sua vez, com os avós maternos e *desaparecera no mundo*. Comentários de familiares e de conhecidos davam conta de que ela sofria de transtornos mentais, o que justificava razoavelmente o abandono dos filhos, a fuga repentina e a abdicação dos laços com a família. Esses transtornos, todavia, não eram especificados ou endossados por algum diagnóstico médico com o qual familiares tivessem entrado em contato.

A denúncia acerca do abuso sexual partiu da própria Fabiana. A adolescente teria relatado aos professores da pequena escola na zona rural do município as investidas do avô desde que ela tinha sete anos de idade, quando ele teria iniciado as tentativas de manter com ela relação sexual. Nesse período, ela já vinha sendo criada por ele e pela avó. Meses antes de relatar os abusos aos professores, o avô havia novamente tentado agarrá-la depois de mandar que todos saíssem da casa. Segundo Fabiana, ela não revelava as situações de abuso aos demais familiares por *medo*.

De acordo com relatos de conselheiros à época e com o próprio conjunto de documentos encaminhados ao promotor público responsável pelo município, um vizinho também teria chegado a procurar a unidade do Conselho Tutelar para comunicar que, na localidade em que morava, era de conhecimento comum que um avô abusava há anos da neta de 12 anos – no caso, Fabiana –, mas todos temiam fazer a denúncia. Segundo informações apuradas pelos conselheiros tutelares que estiveram na localidade em que acusado e vítima moravam, seu Emílio mandava todos saírem da casa e permanecia a sós com a neta, sendo que em uma

dessas ocasiões ele chegou a fazer ameaças com um terçado. Quando da chegada dos conselheiros, ele já havia fugido para a casa de uma irmã sua, em outra localidade da zona rural.

Com a diferença de alguns meses entre o registro de ocorrência realizado pelo conselho tutelar de Limoeiro do Ajuru (e a demanda por busca e apreensão do acusado) e a realização de perícia junto ao PROPAZ em Belém, as análises deram conta de que Fabiana não era mais virgem e de que ela não apresentava vestígios de desvirginamento recente.

Em determinado momento, sem ter para onde ir, Fabiana passou a viver provisoriamente na casa de Anita, uma ex-conselheira tutelar, no município de Limoeiro do Ajuru. Documentos encaminhados ao CREAS local relatam que a família, na ocasião, não quis responsabilizar-se por ela, alegando ser Fabiana uma pessoa de *difícil convivio*. Em abril de 2013, porém, o CT daquele município entrou em contato com o de Currallinho a fim de apurar se os familiares indicados pela menina, então com 14 anos, teriam condições de acolhê-la. A permanência de Fabiana não vinha sendo boa para ela nem para a dona da casa que a recebera até aquele momento; Anita sinalizava dificuldades em estabelecer uma relação adequada com Fabiana e, especialmente, o desejo desta em sair dali para viver com familiares consanguíneos. A adolescente repetia que queria viver com a irmã mais velha, que se estabelecera em Currallinho, onde se casou e teve filhos. Uma tentativa anterior de viver com um irmão fora frustrada em virtude de conflitos entre ela e a esposa do irmão, a qual a teria, inclusive, agredido fisicamente com relativa gravidade – sem possibilidade de convivência, Fabiana foi retirada da casa do irmão, quando passou a viver com dona Anita.

Gustavo, o conselheiro de Currallinho, muito solicitamente me convidou a acompanhar o caso assim que foi contatado pelo conselheiro de Limoeiro do Ajuru, Antônio. Para o CT de Limoeiro, seria necessário um relatório avaliativo do CREAS de Currallinho a respeito das condições de vida da família de Fabiana, com o objetivo de apurar se ela poderia ou não ser acolhida na cidade. Em Currallinho, demos algumas voltas pela cidade atrás das referências que Fabiana conseguira passar a Antônio; e a solução veio do Cabo Joel, um policial militar que trabalhava na vigilância do fórum. Cabo Joel tinha como particularidade o fato de conhecer todas as pessoas da cidade: sabia o endereço de cada morador, o nome completo, o apelido, a razão do apelido, nomes dos parentes... E foi ele quem nos indicou com precisão onde poderíamos encontrar a família que procurávamos.

Por fim, chegamos à casa de uma tia materna de Fabiana. A casa de madeira, “*de altos e baixos*” e bastante acolhedora, ficava em uma rua esburacada e bastante tomada pela lama, por onde Gustavo viu que a moto dificilmente passaria. Chovera, como de praxe no inverno amazônico, e as muitas poças venciam as frágeis tábuas de madeira que improvisavam, no caminho ao longo da rua, uma espécie de passarela, com a finalidade de reduzir, à medida do possível, o contato dos pés dos transeuntes com a lama – ou pelo menos com os buracos. E, naquele final de manhã, a esse cenário se misturava o cheiro do açai batido, que exalava deliciosamente do posto de venda na esquina da rua.

A tia vivia com o marido, filhos e alguns netos; e quase todos vieram até a varanda para saber de que se tratava a chegada do conselheiro tutelar à residência. Assim que ouviram o relato do conselheiro, que procurava especialmente a irmã de Fabiana, a tia e seu esposo reagiram com receio à vinda da menina. Hesitantes, demonstraram preocupação com o comportamento de Fabiana, tendo em vista as acusações que ela desencadeara contra seu Emílio – pai da dona da casa, a quem recorriamos. Ambos alegavam que a adolescente “*acusava as pessoas*”, que era “*doente mental*”; e, de alguma forma, temiam seu comportamento na convivência com sua família. A tia e o marido ficaram por alguns instantes tecendo comentários avaliativos entre eles, sem nos dar maiores detalhes; mas expressavam profundo receio e desconforto. Mesmo assim, mostraram-se receptivos a acolher Fabiana, que poderia dividir o quarto de cima com uma das filhas do casal.

O exercício retórico de questionar a integridade mental e moral da *vítima* ou da pessoa que revela ou denuncia o abuso sexual dentro de arranjos familiares é algo sinalizado por Dorothée Dussy e Léonore Le Caisne (2007) em seus estudos sobre as práticas de silenciamento e de revelação em torno do incesto. Para as autoras, por vezes familiares e pessoas próximas dos envolvidos em casos dessa natureza acabam, como forma de proteger a ordem familiar dos efeitos morais da denúncia, reorganizando-se em torno do acusado, não em torno da pessoa que acusa – a qual, pelo contrário, passa a ter questionada sua honestidade moral e intelectual (como *louca*, *perversa*, *maldosa*, *ingrata*).

Conforme o combinado com o conselheiro Gustavo, dois dias depois o casal compareceu à sede do CT para uma conversa em maiores detalhes. Ambos chegaram cedo, apesar da forte chuva que caía sobre as estradas de lama. E, em seguida, passaram a nos narrar os fatos em torno da denúncia. Sem saber precisar há quanto tempo ocorrera o episódio de

abuso sexual e de denúncia (“*seis anos... não, não faz tudo isso... faz quatro anos... não, dois anos...*”), a tia, que falava sem parar, dizia que, na ocasião, a casa de seu pai fora incendiada como represália após a emergência das acusações contra ele. Depois desse episódio, ele viveu um período no município de Curralinho – quando se encontrava doente –, em uma casa próxima à da filha com quem conversávamos. No retorno para Limoeiro, seu Emílio ficou morando por um tempo na casa de outra filha, visto que sua residência fora incendiada. A tia de Fabiana ainda nos contou que, não suportando a acusação que pesava sobre si, seu Emílio vivia aos prantos, adoecera e chegara a ameaçar se matar, tendo sido dissuadido pelas filhas e pela esposa. Para ela e suas irmãs, as acusações contra seu pai eram injustas; e, ainda de acordo com ela, a mãe *não entendia como ou quando isso poderia ter acontecido*, uma vez que estava “*sempre em casa e por perto*” e “*nunca via nada*”.

Ao final da conversa, a tia relatou que a irmã da menina era demasiado carente e que ela própria teria melhores condições de responsabilizar-se por Fabiana, tendo em vista o tamanho de sua residência e o somatório de renda de que sua unidade familiar desfrutava. Por fim, de forma diferente daquela hesitante de dois dias antes, o casal avaliou muito positivamente que Fabiana poderia ficar com eles. O marido da tia repetia: “*ela pode ficar no quarto de cima, com a minha filha*” – e tive a impressão de que, em face dos eventos que os levaram até ali, ele manifestava uma distância respeitosa e, portanto, segura em relação à adolescente. Eles pontuavam, porém, a contrapartida para o acolhimento de Fabiana: evangélicos, estipulavam que ela não poderia sair, sobretudo para festas, pois a família costumava permanecer em casa, saindo apenas para a igreja e, no caso das crianças, para a escola. A preocupação era que a filha adolescente recebesse algum tipo de orientação diferente daquela que eles buscavam passar; segundo eles, ela sequer fazia uso de celular, para evitar as ditas *más companhias* e situações que comprometessem sua segurança e reputação. Afinal, de acordo com ela, através do celular “*alguém liga, chama, marca encontro*” e, dessa forma, os jovens acabam ampliando o tempo de permanência *na rua*. Caberia a Fabiana, portanto, continuar os estudos e acompanhar a família nas atividades religiosas.

Após relatórios avaliativos do CT e o acordo para o acolhimento da menina, Fabiana chegou a Curralinho, direto para a casa dos tios. Em um ofício de junho de 2013 ao CREAS, o CT de Limoeiro do Ajuru esclarecia que Fabiana foi entregue à tia em Curralinho. Dentre alguns aspectos gerais que o documento trazia sobre a configuração do lar para onde a adolescente fora encaminhada, constava o longo período de

permanência da tia na cidade, o emprego regular e estável de seu marido junto à prefeitura, o acesso da tia a recursos regulares do Bolsa Família, a presença dos 8 filhos do casal na residência – além da informação de que uma de suas filhas sofreria de surtos e transtornos psicológicos, muito embora jamais tivesse procurado ajuda profissional por entender que ela não oferecia riscos. As narrativas em torno da instabilidade psicológica e de supostos transtornos mentais eram comuns à família extensa, muito embora nenhum dos casos citados apresentasse relação com diagnóstico e acompanhamento especializado.

Mas a saga de Fabiana teria ainda muitas reviravoltas. Ciente de que a menina se mudara para Currálinho, sua irmã procurou o CT reivindicando sua tutela e se mostrando bastante descontente com a caracterização que a tia fizera das condições de seu núcleo familiar. Da parte da adolescente, era seu desejo viver na casa da irmã, tal como me relatara quando tive a oportunidade de conversar com ela, ainda na casa de dona Anita, em um fim de tarde na varanda. Olhávamos o vai e vem da rua, e Fabiana me explicava os movimentos da praça central da cidade. Novamente ouvida pelo CT, a menina também reclamou dos serviços domésticos que a ela cabiam na casa da tia; e, segundo ela, costumava receber um tratamento diferenciado em relação aos primos, não sendo levada a passar o dia de folga fora da cidade, por exemplo. Consultada, a tia se mostrou bastante decepcionada com a decisão da sobrinha, tendo deixado claro que, em caso de mudança, não se disporia novamente a acolher Fabiana.

Diante dos fatos, a irmã e cunhado decidiram receber a adolescente. A irmã, bastante jovem, tinha dois filhos pequenos; o esposo trabalhava com transporte em carretos e com entrega de água mineral. Também houve um esforço de ambas as unidades de CT para que Fabiana não cessasse os estudos. Poucos meses depois, porém, as irmãs passaram a viver agudos desentendimentos. Passaram a procurar com frequência uma das conselheiras, cuja residência ficava próxima à delas, relatando suas brigas. Apesar dos esforços para que fosse estabelecida alguma conversa, elas se evitavam e mantinham uma rivalidade difícil de ser objetivamente compreendida. Diante da ausência de uma exposição acerca dos motivos das brigas, o que algumas pessoas próximas especulavam era que aparentemente os desentendimentos ocorriam por conta do possível ciúme da mais velha em relação a seu marido e Fabiana. Apesar da alta necessidade de intervenção por parte dos órgãos de assistência psicossocial, dificilmente as irmãs relatavam atendimentos junto aos técnicos.

Depois de muitas intervenções, de muita conversa e de muitos esforços da parte dos conselheiros tutelares, Fabiana foi viver com uma senhora na cidade de Belém, a quem faria companhia e ofereceria ajuda nos trabalhos domésticos. Pouco tempo depois, no entanto, seria reportado ao CT que novos problemas surgiram naquela convivência. E novamente coube ao CT apurar os fatos e encontrar novos rumos para Fabiana.

Para além dos conflitos recorrentes que Fabiana vivenciava em suas relações domésticas e nos diferentes arranjos familiares de que passava a fazer parte, estava em pauta sua versão a respeito de uma violência sofrida. Além de seu relato, prontamente acolhido pelos professores da escola em que estudava, havia depoimentos de vizinhos sobre o comportamento do avô, laudos médicos que indicavam desvirginamento ainda no período pré-púbere (considerando ausência de vestígios de desvirginamento recente quando ela tinha 12 anos), e o próprio ato de fuga de seu Emílio. E, no entanto, em uma avaliação de equivalências, para membros da família a natureza conflituosa dos relacionamentos em que Fabiana adentrava (por motivos que escapam a esta pesquisa) era indício de algum “transtorno mental” – o que colocava, por sua vez, em xeque toda a sua versão sobre os fatos. A possibilidade de que a adolescente vivenciasse alguma espécie de “problema” psicológico era acionada para colocar sob suspeição as acusações que ela formulara contra seu Emílio, de maneira que os elementos que serviam de indícios sobre a veracidade do abuso eram subsumidos pela descrença sobre sua sanidade mental.

Além disso, como já apontado anteriormente, a narrativa a respeito de um eventual quadro de saúde mental comprometimento não era incomum quando se descrevia a família extensa de Fabiana – ou, mais especificamente, quando se referia a mulheres da família. Porém nenhum dos casos sinalizados pelos parentes recebia algum tipo de acompanhamento psicoterapêutico ou uma legitimação médica – nem a adolescente protagonista do relato, nem a filha da tia que a acolheu, nem a mãe que a abandonara. Ao mesmo tempo, a despeito das demandas institucionais, não havia acolhimento e atendimento permanentes, consistentes e adequados para Fabiana, de maneira que suas eventuais necessidades clínicas pudessem ser apuradas e sanadas. Mais do que isso, sem o acompanhamento psicossocial solicitado, ficava nebulosa a relação (se ela existia) entre a situação de abuso relatada por ela e suas reiteradas dificuldades de relacionamento em cada lar para onde era conduzida.

A forte presença de referências à saúde mental das mulheres associadas por parentesco conduz ao campo das relações entre gênero e saúde mental (SILVEIRA, 2004; MALUF, 2009; ROEDER, MINELLA e MALUF, 2010; MALUF e TORNQUIST, 2010; MALUF, 2010). Ao debruçar-se sobre políticas públicas e experiências sociais alocadas em tais interseções, Sônia Maluf (2009; 2010) identifica que o gênero se faz significativamente presente entre as pesquisas antropológicas sobre saúde mental e perturbações nervosas, tanto pelo alto número de mulheres identificadas como sofredoras de tais males quanto por aspectos que os associam estreitamente à “experiência social de gênero” e aos “significados sociais dados à experiência da doença e do sofrimento psicológico, físico-moral ou do *nervoso*” (MALUF, 2009, p. 149, grifo da autora). Entretanto, diferente dos casos trabalhados por Duarte (1994) e por Maluf (2009), em torno de Fabiana (e de sua mãe) o sinal de um quadro de “distúrbio” ou de um quadro aflitivo não se configurava em relatos – elaborados por terceiros – sobre efeitos de ordem física, apenas de ordem moral, situando seu comportamento moral no jogo de avaliações sobre seu estado mental/psicológico (ROEDER, MINELLA e MALUF, 2010, p. 185). O mesmo ocorria com Clara, personagem presente no capítulo anterior, a quem a mãe acusava “*não ser bem certa*”. No caso de ambas as adolescentes, as menções à sua saúde mental não chegavam a assinalar demandas por atendimento psicossocial ou por acompanhamento médico; elas continham um aspecto acusatório que, na disputa retórica que emergia a partir das denúncias, lançavam mais do que um descrédito sobre a cognição das meninas: constituíam um tipo de descrédito moral sobre seu testemunho<sup>132</sup>. Essa “fórmula” se repete na história de Milena, sobre a qual tratarei a seguir.

---

<sup>132</sup> A partir do momento em que conheci Fabiana, passei a observar com mais atenção o modo como, durante investidas de sedução em espaços coletivos, muitos homens chamavam as mulheres que reagiam negativamente às suas cantadas ou às suas abordagens por *loucas*, *doidas*, *malucas* e termos correlatos. De alguma forma, era como se a investida, muitas vezes em voz baixa ou em gestos “discretos”, de fato não *existisse* até que produzisse uma reação por parte da mulher alvo da abordagem – se aceita, formava-se um casal em potencial; se ela fosse publicamente rejeitada ou descartada pelo alvo do “galante”, era invalidada por ele, restando à mulher incomodada a formulação de uma dúvida sobre sua sanidade mental. Tudo se passava – tal como o efeito que o “sedutor” acabasse por produzir – como se a reação tivesse sido gratuita. Devo admitir que, nesses momentos, no fluxo e nas emoções dos acontecimentos, apurei um

Além da pauta da saúde mental como desqualificadora do testemunho, há outros elementos a serem sinalizados na história de Fabiana. Diferentemente do caso envolvendo Lucas e Renata, por exemplo, aqui o avô da adolescente jamais assumiu a autoria das acusações que lhe foram feitas. Pelo contrário, ele fugiu da localidade em que morava; e, segundo a filha, dispôs-se, abalado, a sacrificar a própria vida como uma forma de demonstrar certa “honra” e de expressar publicamente uma reputação ilibada frente às denúncias da neta. Não ocorreu, assim como na situação envolvendo os primos do Rio Tauari, um processo de reconhecimento, arrependimento e compromisso por transformação<sup>133</sup>. Muito embora uma série de indícios fomentasse a versão de Fabiana – como o laudo pericial, o testemunho de vizinhos –, os parentes se alinharam à credibilidade moral ou à força da imagem do patriarca, atribuindo a denúncia a dúvidas acerca da saúde mental da adolescente. O recurso para resolução da desordem naquele arranjo familiar estabelecida com a denúncia foi, portanto, o afastamento da adolescente.

#### *4.5 Milena: acusações de “loucura” e de “ingratidão”*

O caso de Milena envolvia alguns elementos comuns ao repertório referente à experiência de Fabiana, tais como o acolhimento da denúncia entre suas professoras, a mediação da escola junto ao conselho tutelar, o descrédito da família em relação às acusações formuladas pela adolescente e, sobretudo, as formulações a respeito de sua saúde mental.

Era meados de junho de 2013, por volta do horário do almoço, quando Lívia e Raquel apareceram na quitinete em que eu morava para uma visita inesperada. Ambas eram professoras em uma das escolas localizadas na sede urbana de Currealinho, sendo que Raquel e eu nos havíamos conhecido em uma das intermináveis filas do banco postal, em dia de pagamento de salário dos professores. As duas me procuraram na saída do horário de aula com o objetivo de relatar o caso de Milena, de 16 anos, aluna da escola em que trabalhavam. De acordo com a adolescente, ela vinha sofrendo maus-tratos físicos e abuso sexual por

---

sentido de observação mais como feminista do que como aspirante a antropóloga.

<sup>133</sup> Como já dito anteriormente, não cabe aqui sinalizar a veracidade ou não da acusação. Antes, o compromisso deste trabalho é descrever os eventos narrados pelas pessoas envolvidas e pelos documentos produzidos a partir dos eventos.

parte do padrasto, também professor na unidade de ensino que ela frequentava.

O relato de Milena ocorrera poucos meses antes, quando, aos prantos e muito nervosa, contou à direção da escola que seu padrasto, Ernesto, a agredira fisicamente; nessa ocasião, ela também declarou que vinha sendo molestada sexualmente por ele desde seus 8 anos de idade, quando, em virtude da união entre sua mãe e Ernesto, a menina, junto com a irmã e o irmão mais novos, passaram a viver na casa desse homem. Em face das graves acusações, as professoras acionaram o CT, ao qual demandaram a tomada de providências cabíveis; e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), à qual solicitaram afastamento do professor para a apuração das denúncias mediante processo administrativo.

Do ponto de vista do percurso institucional formal, as professoras redigiram um relatório com detalhes da escuta que realizaram junto a Milena, o qual foi encaminhado ao conselho tutelar e à SEMED. O conselho tutelar deu início ao procedimento sumário: realizou audiência com a mãe e o padrasto da adolescente, e encaminhou a denúncia à delegacia de polícia civil – a cujos procedimentos, todavia, não tive acesso. Já a procuradoria geral do município emitiu parecer alegando que caberia apurar se os fatos denunciados haviam acontecido em *“repartição do trabalho”* e *“no exercício do cargo”*. E, diante do parecer, a SEMED concluiu que não lhe caberia abrir processo administrativo contra o servidor, uma vez que as acusações não recaíam sobre práticas em ambiente de repartição pública. Dessa forma, a secretaria julgou procedente que o conselho tutelar se encarregasse da apuração das denúncias.

A impossibilidade de respostas imediatas angustiava as professoras. Para Raquel e Lívia, a adolescente confiava nelas – e, pondo-se no lugar de Milena, sentiam que essa confiança não poderia ser quebrada. Ambas lembravam, incomodadas, que, procuradas pela menina, prometiam que o padrasto/professor seria afastado – o que, apesar do tempo transcorrido, não acontecia. Ademais, a demora na tomada de providências levantava dúvidas sobre o real andamento do processo e sobre a natureza do interesse dos envolvidos nos modos de resolução do caso. Para elas, era nebuloso o caminho que a denúncia teria ou não tomado a partir dali, tendo em vista especialmente o prestígio social e profissional de que Ernesto desfrutava.

Quanto aos fatos, as professoras guardavam detalhes do relato de Milena que a própria adolescente me confirmaria dias depois, quando nos encontramos na saída do colégio. O evento do qual ela inicialmente

se queixou junto à direção da escola foi uma agressão física que o padrasto teria empregado contra ela por motivo de uma discordância doméstica. Milena me contava que sentia muitas dores em função de um dente, sem conseguir consulta odontológica no município. Chegou a tentar arrancá-lo sozinha, mas a dor a fez desistir. Em função disso, sua mãe chamou o padrasto para fazê-lo – e o homem, de quem Milena dizia ter muito medo, “*acordou com os olhos vermelhos... com as veias nos olhos*”. Bravo, ele teria pedido um “*fio de pesca*”, a que a adolescente chamou *anzol*. Assim que ele tentou arrancar-lhe o dente, a menina desistiu da tentativa, uma vez que a dor lhe era muito aguda. Nesse momento, enfurecido, ele teria *pulado em seu pescoço*; assustada, ela correu para o quarto, ao que o homem entrou e *avançou* sobre a enteada. Segundo Milena, portanto, Ernesto a teria *engasgado* e em seguida a empurrado contra a parede. A mãe teria chegado a pedir que o marido não batesse na filha, porém ele reagiu, tornando a enteada culpada pela reação violenta. Após esse episódio, Milena tomou a decisão de contar na escola o que lhe acontecia. Lembrou que foi chamada à direção porque chorava muito. Às professoras, a adolescente mostrou marcas vermelhas no pescoço e um inchaço na testa.

Nessa oportunidade, ela também o acusou de molestá-la sexualmente desde seus oito anos de idade, quando a mãe se uniu conjugalmente a ele e passou a viver com os três filhos na casa do marido. Ainda de acordo com a adolescente, Ernesto costumava deitá-la sobre a cama e passar-lhe talco ou óleo sobre seu corpo<sup>134</sup>; e, em seguida, passava a acariciá-la, beijar-lhe os peitos e *mexer* em suas partes íntimas. Milena me disse que, até em virtude da idade que tinha na ocasião, não entendia o que significavam aquelas ações; mas, em certo momento, passou a sentir nojo, inclusive nojo do próprio corpo. Durante o banho, lembrando-se do que acontecia, ela pensava no padrasto *mexendo* nela, passando-lhe as mãos nas *partes íntimas*, o que a fazia sentir extrema ojeriza. Na conversa com as professoras, perguntada se o padrasto a forçara a *ter relações*, respondeu-lhes que, para fugir, teria chegado a pular a janela do quarto, enrolada em uma toalha ou lençol. A mãe não saberia dos acontecimentos porque ele a *perturbava* quando da ausência da esposa.

---

<sup>134</sup> No caso de Pâmela, a mãe, Margarida, fazia referência a episódios em que o companheiro *passava creme* no corpo da enteada quando esta era pequena. Do mesmo modo, aqui é narrado o recurso do toque – inclusive de maneira imprópria – no corpo da menina por meio da justificativa de um gesto que aparentemente seria de cuidado e de carinho.

Milena também se referiu, em nossa conversa, a um irmão de Ernesto que costuma frequentar a casa. Muito constrangida ao descrever o olhar desse homem sobre ela, contou que ele a assedia e que lhe *fala coisas*, como o fato de que, *se ela não fosse sobrinha, ele a namoraria*. O irmão do padrasto ainda teria entrado no quarto enquanto ela se vestia após o banho e tentado puxar-lhe a toalha.

Além da adolescente que fazia a denúncia, preocupava as professoras o fato de que ela tinha outros dois irmãos: uma irmã de 14 anos, Maíra, e um garoto pré-adolescente. O menino, contavam-me, relatava certo ódio ao padrasto, o que elas relacionavam à possibilidade de que ele fosse também vítima de maus-tratos por parte de Ernesto. Já Maíra era, na avaliação de Milena, o alvo de maior sentimento de ciúme por parte de Ernesto. Segundo a adolescente, a irmã mais nova teria mudado o comportamento em relação ao padrasto quando este agrediu Maíra a ponto de ela ter batido contra a cabeceira da cama. A partir desse momento, a irmã mais nova passou a dizer que Ernesto não era seu pai e que o denunciaria em caso de nova agressão. A reação do padrasto, relatava-me Milena, foi sentar-se à beira da cama e começar a chorar, acusando Maíra de *não gostar dele*. Após essa sequência de acontecimentos, a mãe teria brigado com a filha. Esse tipo de enredo – a explosão do padrasto, a intervenção da mãe, a culpabilização sobre as enteadas e a rendição emocional vitimista de Ernesto – era recorrente na narrativa de Milena ao contar diferentes episódios de agressão e de desentendimentos domésticos.

Pela mãe, Milena demonstrava carinho e preocupação, mas também demonstrava sentir-se alvo de certa rejeição materna. Alegou que tem a sensação de que a mãe não gosta dela e que costuma tratá-la de modo diferente em relação a seus irmãos. Parecia traduzir essa suposta rejeição por meio das negativas da mãe a determinados pedidos seus ou necessidades específicas. Disse também que a mãe é usuária do programa Bolsa Família, mas que *não sabe o que ela faz com o dinheiro*. Hesitante entre construir ou não algum tipo de acusação contra a mãe, argumentou que precisa de roupas e sapatos, mas que ela jamais lhe comprava.

Se para as professoras Milena afirmou que queria abandonar a casa em que vivia para passar a morar com o pai biológico, a mim a menina afirmou que desistira da ideia, pois se sentia na obrigação de estar por perto para proteger a irmã mais nova. Em virtude disso, decidira *aguentar* mais um pouco e ao menos esperar terminar os estudos. Ademais, quando da intervenção do CT, teria ouvido, segundo seu relato, que, caso procedesse com a denúncia contra Ernesto, teria de

se dispor a nunca mais ver sua mãe – a quem ela dizia amar, *apesar de tudo*.

Quanto ao pai, Milena me repetia que não tinha plena certeza de que ele fosse mesmo seu pai consanguíneo. Ele vive com outra mulher e cuida dos filhos oriundos de relacionamento anterior da esposa. E lhe disse que não teria plenas condições de recebê-la em seu lar, pois vive em uma casa muito humilde e simples e que, portanto, não lhe teria muito a oferecer. Mas se prontificou a ajudá-la, dizendo que Milena *contasse com ele*. Apesar das referências ao genitor, sobre cuja paternidade ela lançava dúvidas, a adolescente não me deixou claro se ele estava ou não a par das denúncias feitas pela filha.

Assim que a denúncia foi encaminhada para o CT, o conselheiro responsável, além de encaminhar o relatório para a delegacia de polícia, notificou o casal e o recebeu para uma audiência de esclarecimento. De acordo com os registros do CT, o padrasto alegou inocência; disse desconhecer o motivo das acusações e afirmou que Milena seria “*uma pessoa de comportamento estranho*” – construindo suspeitas sobre a integridade intelectual e psicológica da enteada (DUSSY e LE CAISNE, 2007). A respeito das agressões físicas, Ernesto confirmou que já batera na adolescente, ato que ele considerava normal, visto que, para ele, “*bater é uma forma de educar*” – mas que as agressões não eram constantes. Questionada a respeito de concordar ou não com as surras, a mãe disse apoiar a medida, pois as filhas seriam “*mal educadas*” e, afinal, “*um tapa não mata ninguém*”. Alegou ainda que a filha em questão seria muito agressiva e que considerava, com certeza, absurda a acusação de aliciamento.

Aqui, diferente do caso de Fabiana, Milena não dispunha de testemunhas, tampouco de laudos periciais que endossassem as acusações verbais contra Ernesto. O que ela tinha em mãos era sua própria narrativa, além de hematomas e marcas que materialmente não comprovavam nada mais além das agressões físicas que o próprio padrasto admitira empregar contra ela, como “*forma de educá-la*”, e sobre as quais a mãe declarara ter conhecimento. Somada à reputação moral de Ernesto – esta decorrente, sobretudo, de seu prestígio social como professor e servidor público –, essa ausência de indícios enfraquecia sobremaneira a posição de Milena no contexto das acusações, levando a uma situação similar à de Fabiana: o descrédito em relação à sua estabilidade psicológica e emocional.

Milena alegava que, depois que a acusação chegou ao conhecimento da mãe e do padrasto, passou a ser considerada *louca*; e a mãe chegou a acionar uma psicóloga para acompanhar a filha. A

preocupação que Lívia expunha era em torno do modo como a mãe relatara a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico pela filha junto à profissional contratada – isto é, a hipótese da professora era que a mãe poderia ter alegado que Milena *contava muitas mentiras* ou que vinha apresentando um *comportamento diferente*. Além da família, o questionamento acerca de sua sanidade mental passou a vir também do pastor da igreja que ela frequentava. A gravidade residia, para as professoras, no fato de a igreja e a família, “*as duas coisas mais importantes*”, estarem duvidando da adolescente. Mesmo quando entrei em contato com Milena pela primeira vez por telefone, ela disse ter desconfiado quando não reconheceu o número, pois lhe teriam telefonado a partir de um número desconhecido acusando-a de *estar doida*.

Desde que a denúncia veio à tona, ele parou de importunar Milena e a irmã. Todavia, dentro de casa, ela era lembrada a todo instante a respeito de quem paga as contas da casa, de quem sustenta financeiramente sua mãe e seus irmãos, de quem lhes dá o que comer e o que vestir. Ainda de acordo com ela, o padrasto a chantagearia perguntando se ela realmente iria “*denunciar o paizinho*”, “*vão denunciar o paizinho de vocês?*”, enquanto a mãe – que teria passado a tratá-la diferente desde a intervenção do CT – a faria sentir-se culpada indicando que Ernesto seria preso por sua causa<sup>135</sup>. Na avaliação de Lívia, a forma como Milena era pressionada dentro de casa a voltar atrás nas denúncias despertara na menina certa piedade diante do padrasto, a quem ela e seus irmãos consideravam um pai – a adolescente o chamava “*papai*”. Sendo assim, além de mãe, padrasto e próximos (como o pastor) terem lançado suspeitas sobre sua integridade mental, também colocaram em pauta uma suposta ingratidão por parte da menina, que não reconheceria os esforços materiais empregados para sua sobrevivência e a de seus irmãos.

O contato com Milena era bastante difícil. Ela me explicava que, especialmente após sua acusação contra o padrasto, era constantemente vigiada, inclusive o eram suas mensagens e ligações via celular. Ela não podia sair de casa desacompanhada, a não ser que fosse para cumprir seus compromissos escolares. E um irmão da mãe que morava com a família, segundo ela, era um personagem importante nessa tarefa de vigiá-la, impedindo-a inclusive de frequentar “*a praça com as amigas*”. Na primeira ocasião em que nos encontramos, às vésperas das férias de

---

<sup>135</sup> Além das acusações de Milena, pesavam sobre Ernesto comentários – de terceiros – sobre veiculação de imagens eróticas junto a alunos da escola.

verão (meio do ano), ela estava de viagem marcada para uma temporada na casa de familiares na capital. Em um segundo momento, ela me contava que as coisas haviam melhorado, e o assunto já pouco integrava o conteúdo de nossas conversas – Milena me falava sobre as férias e sobre assuntos mais pessoais.

As histórias de Milena e de Fabiana apresentam especificidades importantes. Evidentemente, a existência e a consistência dos indícios materiais que endossassem as acusações pesam e fazem profunda diferença na apuração dos fatos e no fluxo de procedimentos institucionais que se seguem à denúncia. No entanto, entendo que há detalhes que não podem passar despercebidos: o modo como a reputação moral dos acusados parece impactar a credibilidade da denúncia e a força com que as redes se acionam e operam. No caso de Fabiana, o prestígio moral do acusado era um valor relevante na configuração familiar; a reputação do patriarca ribeirinho diante de sua família extensa lhe oferecia como ponto de partida um crédito diante da alegação de inocência. A despeito da descrença de boa parte dos familiares, Fabiana teve amparo institucional imediato desde a primeira denúncia realizada. E, de alguma forma, o apoio institucional teve força sobre a forma como a família, mesmo descrente, produziu arranjos para acolhê-la. Já no caso de Milena o prestígio do acusado extrapolava as fronteiras da família nuclear, a qual dependia materialmente (talvez ainda mais do que moralmente) dele: sua reputação era consolidada no espaço público, no qual ele dispunha de prestígio e credibilidade moral junto a seus pares e a instituições da cidade. Era em virtude desse aspecto, por exemplo, que Livia e Raquel temiam que a denúncia não fosse devidamente apurada por todas as instâncias às quais isso caberia.

#### *4.6 Marina: mãe, padrasto e um novo lar*

O temor de Milena de que fosse afastada de sua mãe e de seus irmãos não era sem fundamento. Dependendo das decisões tomadas pela mãe em relação ao padrasto e do andamento dos procedimentos de investigação e dos resultados do julgamento, ela poderia repetir a história de Marina.

Conforme descrevem os documentos produzidos no contexto do conselho tutelar de Limoeiro do Ajuru, o padrasto de Marina teria

tentado estuprá-la<sup>136</sup> quando a menina tinha de 11 para 12 anos de idade. De acordo com uma ficha de atendimento realizada no primeiro semestre de 2012 na mesma instituição, ela vivera com uma tia em Belém por um período de cinco anos, até que, segundo a mesma tia, a mãe decidiu buscá-la a pedido do padrasto, e a menina passou a viver na zona rural de Limoeiro do Ajuru. Diante das graves denúncias, o conselho tutelar encaminhou ofício à delegacia de polícia civil solicitando encaminhamento da menina para realização de exames de conjunção carnal e de ato libidinoso.

Em prazo imediatamente posterior à ocorrência, o conselho também emitiu um documento concedendo a guarda provisória de Marina a um casal residente em outra localidade na zona rural do município, com a justificativa de que a criança estava “*em situação de risco na própria família*”. A família que a acolheu era formada por um pastor evangélico, sua esposa e mais nove filhos – todos membros da igreja que a mãe e a avó materna de Marina frequentavam. A mulher encontrara a criança e a mãe aos prantos na casa da avó e, ao saber do ocorrido, dispôs-se, juntamente com o marido, a responsabilizar-se pela menina. Os registros ainda dão conta de que, alguns meses depois, o pastor, que nesse período se mudaria para a zona rural do município de Curalinho, compareceu ao CT prestando informações sobre a adaptação de Marina, sua frequência na escola e sua participação nas atividades da igreja. Ao mesmo tempo, ele relatou aos conselheiros a tristeza da menina por sentir falta da mãe, bem como as tentativas desta última em reavê-la.

De fato, ao longo desse período, a mãe estivera na sede do conselho dizendo que o companheiro fora embora e que ela desejava mudar-se para Limoeiro com o objetivo de ficar com seus filhos, trazendo Marina de volta para perto de si. Em uma série de documentos, como fichas de atendimento e relatórios do CREAS, consta o interesse constante da mãe em ficar com a menina; entretanto, apesar de suas reiteradas alegações de que estaria separada do marido, constatava-se que, na verdade, eles continuavam mantendo um relacionamento estável, o que impedia que Marina pudesse efetivamente tornar a viver no lar materno.

O padrasto, que teria confessado o crime para outras pessoas, permanecia solto, apesar do mandado de prisão expedido contra ele e

---

<sup>136</sup> A ficha de ocorrência do conselho tutelar registra denúncia de “tentativa de estupro”. Já o relatório do CREAS se refere a um caso de “abuso sexual” ao longo de anos consecutivos.

das constantes e quase precisas informações acerca de seu paradeiro – o que foi reportado durante a audiência pública sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes realizada no município em 2013. Tal fato motivava vários questionamentos por parte de parceiros das *redes de proteção* – conselheiros tutelares, técnicos da área psicossocial, representantes do Conselho Municipal de Direitos –, que entendiam que o *abusador* deveria ser afastado da convivência familiar, não a *vítima*.

Marina, por sua vez, expressava o desejo de viver com a mãe caso o padrasto fosse afastado. As avaliações psicossociais do CREAS junto à menina, à mãe e ao casal que a acolheu davam conta, seis meses depois do ocorrido, de que Marina apresentava “*comportamento adequado à sua idade*” e, portanto, não manifestava “*comprometimento psíquico*” em decorrência do abuso sexual. Por outro lado, os técnicos responsáveis concluíam o sofrimento, a dificuldade em falar sobre o assunto e a saudade que Marina sentia dos familiares, dos quais fora afastada desde então.

Em setembro de 2013, o CT de Currealinho, a pedido da promotoria, realizou uma visita à casa da família que acolhera Marina, na Vila do Piriá, e que ainda permanecia com a menina. Acompanhando os conselheiros Bianca e César, foi a primeira vez em que vi a menina cuja trajetória eu só conhecera, até aquele momento, através de documentos institucionais e relatos de conselheiros. Extremamente doce e encantadora, ela revelava estar feliz e bem adaptada vivendo com a família do pastor. Disse sentir saudade da mãe e de seus irmãos menores, que não via há longa data. E sonhava com o dia em que pudesse reencontrá-los. A preocupação do pastor era que ele e a esposa consideravam mais adequado que Marina fosse colocada em um núcleo familiar de relações consanguíneas mais próximas, sobretudo levando-se em conta que a guarda do casal sobre a menina era considerada temporária.

Nesse caso, portanto, não apenas a opção da mãe em permanecer com o marido como também a inexplicável postergação do cumprimento do mandado de prisão do padrasto constituíam alguns dos impedimentos institucionais para que Marina e a mãe voltassem a viver juntas.

#### 4.7 Daniela e Úrsula: histórias repetidas em família

Ainda nos primeiros meses em campo, conheci seu Otávio, um simpático senhor de idade morador do Rio Canaticu, zona rural. A

casinha ficava bastante distante das demais, em um ponto privilegiado que separava um rio principal de seu braço.

Seu Otávio era conhecido no conselho tutelar de Curralinho; e me foi prontamente apresentado por Francisco na cozinha da sede. Desde que sua neta Daniela sofrera abuso sexual por parte do próprio pai, seu Otávio, aproveitando suas viagens à cidade para retirada de sua aposentadoria, vez ou outra comparecia ao CT para atualizar os conselheiros a respeito da situação da menina, que passara a viver com ele. O caso de Daniela era bastante emblemático naquela instituição, tendo em vista uma série de desdobramentos que o caso adquiriu.

Daniela vivia com o pai e os irmãos, também na zona rural. A mãe falecera quando a menina era muito pequena. Em dezembro de 2011, seu Otávio procurou o conselho tutelar para apurar os fatos após saber que a neta, então com 13 anos, estava grávida. Ao questioná-la, conforme informações junto ao CT, Daniela alegou que mantivera uma relação amorosa com um rapaz, estudante na mesma unidade escolar que ela frequentava. Como a adolescente não soubesse dizer o nome do garoto, seu Otávio levantou fortes suspeitas a respeito de seu antigo genro, residente no mesmo rio. De acordo com o avô, muito embora o pai fosse ciente da gravidez de Daniela, não fora capaz de tomar qualquer providência – muito pelo contrário, o pai teria dito que *não se importava*.

Por outro lado, quando seu Otávio o informou que levaria a denúncia ao conselho tutelar para a devida apuração dos fatos, o pai de Daniela demonstrou profundo nervosismo e implorou, *pediu pelo amor de deus*, que o avô não tentasse solucionar o caso, que não recorresse a instância alguma. Mais que isso, prometeu que, assim que a criança nascesse, assumiria todas as responsabilidades legais com relação ao recém-nascido. O comportamento do pai de Daniela chamou ainda mais a atenção do avô, que, contrariando os apelos do antigo genro, seguiu até a cidade para registro da ocorrência junto ao CT.

Nos arquivos do conselho tutelar, consta um novo registro de seu Otávio com relação à situação de Daniela. No mês de março do ano seguinte, 2012, ele relatou que, em decorrência da gravidez resultante da violação sexual incestuosa, a neta abandonara os estudos – fato que a própria escola já reportara aos conselheiros. Poucas semanas depois, no início de maio, Daniela entrou em trabalho de parto no Hospital Municipal de Curralinho, onde permaneceu internada por alguns dias. Consta ainda nos registros que lá ela foi ouvida pelo escrivão da polícia civil, juntamente com alguns conselheiros. Nessa ocasião, a adolescente contou que por duas vezes *“foi violentada”* pelo pai; detalhou que,

enquanto ela dormia, o mesmo se deitava em sua rede e pedia que ela tirasse a roupa. Além disso, ele dizia *gostar muito* dela e a constrangia a não relatar a ninguém o que acontecia, afirmando que ele poderia ser preso e, como consequência, seus irmãos *passariam fome*.

O bebê faleceu minutos após o nascimento. Os procedimentos seguintes envolveram o encaminhamento de Daniela para atendimento psicossocial. Inicialmente, o CT a encaminhou ao CRAS de Currálinho. Posteriormente, os arquivos dão conta de um empréstimo realizado pelo CT para custear a ida de Daniela a Belém, na companhia de uma conselheira, para receber o devido atendimento em uma das unidades do PROPAZ. A seguir, entre junho e setembro, o CT solicita, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, recursos para que a adolescente mantenha o tratamento em viagens periódicas para consultas na Santa Casa de Misericórdia, na capital – uma vez que ela não dispunha de recursos para tal. Sem o retorno esperado nesse período, o CT aciona o Ministério Público, formalizando denúncia contra a ausência de providências por parte da Secretaria.

Outro desdobramento dos fatos foi a mudança com relação à moradia. Retirada da casa do pai por medida judicial, Daniela passou a viver em um lar temporário. A família que a acolheu foi justamente a da secretária do conselho tutelar, dona Lourdes, uma mulher com trajetória bastante sólida junto a uma igreja evangélica da cidade, instituição responsável também por atividades junto aos jovens. Tempos depois, a adolescente passou a morar com o avô, seu Otávio, e dois tios. Mesmo passado certo tempo, dona Lourdes, mãe de três filhas (duas delas com idades próximas à de Daniela), falava com muito carinho dela, lembrando-se da convivência com a menina cuja história marcara profundamente os conselheiros que a auxiliaram. Nas ocasiões em que Daniela acompanhava o avô até a cidade, buscava realizar visitas a dona Lourdes, por quem guardava profunda estima.

No seu primeiro encontro com seu Otávio, na sede do conselho tutelar, ele me explicava sobre sua constante preocupação com Daniela. Segundo ele, a neta parecia manter vínculos afetivos com o pai, mesmo após os abusos. Observara, angustiado, a filha acenar a distância quando o pai passava. A maneira como o avô relatava o comportamento da neta sugeria que esta se mostrava, de alguma forma, “seduzida” pelo pai. Mas podemos pensar, alternativamente à interpretação do avô, a forma inerentemente paradoxal como Daniela organizava, dentro de si, os lugares morais contraditórios que seu pai passara a ocupar em sua vida – de um lado, o protetor que cuidara dela desde o nascimento; de outro, o homem acusado de estuprá-la. Dussy e Le Caisne (2007) assinalam essa

superposição de “papéis” no grupo familiar e o fato de que o incesto acomoda emoções e posicionamentos contraditórios entre aqueles que o vivenciam; afinal, faz-se necessário associar, de um lado, os discursos normativos que consideram o incesto algo abominável e, de outro, a experiência cotidiana, marcada por relações afetivas, que, se revelada, pode colocar em risco os laços da criança com sua família. Segundo as autoras, portanto, o enquadramento moral de que os sujeitos lançam mão para compreender e significar sua experiência é fortemente condicionado pelos afetos com relação aos envolvidos. Para Daniela, talvez a abordagem sexual por parte de seu genitor não tivesse feito dissolver todos os demais aspectos da relação que ambos vinham mantendo ao longo dos anos. Da parte do avô, o esperado era que o acusado fosse preso; porém o homem, na iminência de ser preso, fugiu, levando consigo seus outros filhos.

Encontrei Daniela uma vez na sede do CT. Tínhamos pouco tempo. Ela estava acompanhada de uma prima mais nova, Úrsula – uma menina muito pequena, que aparentava menos idade do que realmente tinha. Ambas estavam na cidade acompanhando o avô, que cumpria seus compromissos mensais junto ao banco enquanto elas visitavam dona Lourdes. Conversamos sobre a escola: ambas frequentavam o mesmo colégio na zona rural, para onde seguiam por meio do barco-escola. Úrsula passara a viver na mesma casa, com Daniela, o avô e os tios; e ambas auxiliavam nos trabalhos domésticos – desde a lavagem de roupas até o preparo da comida. Logo em seguida, após estímulo de dona Lourdes, conduzi Daniela para uma sala particular do CT, onde pudemos conversar mais abertamente – já que Úrsula aparentemente desconhecía os acontecimentos envolvendo a prima.

Daniela é uma adolescente encantadora. Extremamente articulada, ela fala bem, é expressiva e simpática. Imediatamente, assim que nos sentamos na pequena sala de reuniões, ela se mostrou falante. Contou sobre a convivência na casa do avô e sobre a forma como ele a vigiava permanentemente, tomado por excessiva preocupação. Ela acabava sentindo-se com pouco espaço. Disse que não encontrara mais o pai, que continuava foragido. Não falamos sobre o evento do estupro, tampouco sobre a gravidez dele decorrente – apenas a respeito de sua adaptação desde então. Meses depois, dona Lourdes falaria de uma série de queixas da adolescente a respeito do avô, que não apenas se mostrava “muito chato” como ainda lhe “andava dizendo coisas”; segundo me contava, a menina relatava que o avô lhe dissera que ela era muito bonita e que “se não fosse neta dele...”.

Voltei a encontrar Daniela em uma ação encabeçada por duas conselheiras tutelares, Marcela e Bianca, e pela psicóloga do CREAS, Vanessa. As três reservaram um dia de setembro de 2014 para realizar visitas a alguns lares rio adentro, com a finalidade de apurar e acompanhar situações que vinham sendo denunciadas ao conselho tutelar. Uma das casas visitadas foi a de seu Otávio. Lá Daniela e o avô nos receberam com simpatia. A adolescente, então com 16 anos, explicou-nos que faltara à escola por conta de uma gripe, da qual vinha recuperando-se lentamente. Úrsula, porém, estava em período de aula e levaria algum tempo para retornar ao lar.

A visita à casa de seu Otávio tinha como propósito avaliar a ordem das coisas depois que sua outra neta, Úrsula, então com 12 anos, revelara vir sofrendo abusos sexuais por parte de um primo desde seus 9 anos de idade. O primo em questão era adulto; possuía por volta de 30 anos de idade. Seu Otávio estava revivendo uma situação que dolorosamente lhe era conhecida; e nos contou sobre o encontro com o delegado da cidade, sobre o alerta de que o abusador seria preso. Avaliando as condições conflituosas da família, Vanessa pontuou que as pessoas, sendo adultas, *sabem o que é certo e o que é errado*, sinalizando a inevitabilidade das consequências legais.

Em seguida, Vanessa pediu que Daniela a conduzisse para outro lugar da casa, para uma conversa mais particular – e fui autorizada a acompanhá-las. Como já mencionado, Vanessa era uma autoridade importante no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e de abuso sexual, com longo tempo de atuação no município. Não era incomum que as meninas e os meninos que já tivessem passado por seus serviços desfrutassem de liberdade e de confiança junto a ela. Não era diferente com Daniela, a quem Vanessa atendera na ocasião do abuso sexual que a adolescente vivenciara. Passamos pelo quarto da casa em que Daniela e Úrsula dormiam; o avô e os dois tios maternos dormiam nos demais espaços da casa. E nos sentamos à mesa da cozinha, situada nos fundos da casa de madeira. De uma porta próxima dali, víamos os fundos do terreno – e o mato muito verde dava uma cor especial ao dia nublado.

Vanessa, então, demonstrou interesse primeiramente a respeito da prima, já que fora Daniela quem a havia apoiado com relação à denúncia; depois perguntando a respeito dela própria. Daniela nos contou que, desde a denúncia contra o primo, se instalara um conflito na família, que se refletia em uma espécie de troca de acusações. A tia, mãe do rapaz, acusava Daniela e o avô por terem tornado pública a denúncia a respeito dos abusos cometidos pelo filho. Dizia, segundo a

adolescente, que o avô *colocara o filho dela na polícia*. Daniela não escapava da fúria da tia, que a chamava “*alcoviteira*” e “*assanhada*”, por ter intermediado a denúncia ao acolher a queixa da prima. Na tentativa de convencerem o avô e as meninas a abrir mão da denúncia – contava-nos –, a família chegou a oferecer-lhes dinheiro (duzentos reais) e a prometer que *manteriam* Úrsula.

Úrsula revelou o abuso primeiramente à prima Daniela, com quem vinha morando na residência do avô. A decisão por revelar a alguém o que vinha sofrendo ao longo dos últimos três anos veio porque o primo passou a fazer ameaças contra ela. Daniela ficou surpresa com a revelação da prima mais nova; disse que não sabia de nada e que, sempre que o primo chegava à casa do avô, ia para a cozinha conversar com Úrsula – situação sobre a qual ela jamais formulara quaisquer suspeitas até então.

Nesse último contato em campo com Daniela, a adolescente contou sobre como ia sua vida. Argumentou que a falta à escola era bem justificada e que vinha frequentando as aulas regularmente. Disse ainda que estava namorando um rapaz mais velho, com cerca de 30 anos, mas que o avô não aceitava muito bem a relação. Mediando a situação, Vanessa perguntou-lhe se o rapaz já havia pedido permissão a seu Otávio para namorá-la – e sinalizamos que este seria um caminho viável, considerando as preocupações do avô com as netas.

Na experiência acompanhada por seu Otávio junto às netas, repetiam-se não só as situações de abusos sexuais intrafamiliares, como também as situações de ameaça e constrangimento para que as meninas permanecessem em silêncio. Se o caso de Daniela só veio à tona a partir de sua gravidez, Úrsula acabou recorrendo à prima mais velha e muito próxima para desabafar uma situação sobre a qual, após alguns anos, ela não suportava mais manter segredo. Se a barganha do pai de Daniela para que seu Otávio desistisse da denúncia foi o suposto compromisso em assumir as responsabilidades com a criança (filho/neto) que estava a caminho, a do abusador de Úrsula foi o suposto compromisso em mantê-la financeiramente ou em repassar valores à família.

Por fim, um dos aspectos mais sobressalentes no caso envolvendo Daniela foi a condução da gravidez, a qual já estava entre o quarto e o quinto mês quando a denúncia foi realizada. De qualquer forma, o caso serviu para prestar atenção na ausência da abordagem acerca da legalidade da interrupção voluntária da gravidez em casos de estupro. Assim que soube de sua história, ainda sem informações sobre o estágio da gestação na ocasião da denúncia, fiz algumas perguntas sobre o procedimento em casos como o de Daniela, sem obter respostas

consistentes. Nos registros de ocorrência, nas histórias contadas, nos exemplos lembrados, nos cursos de formação, tal alternativa não desfrutava de um lugar para debate ou esclarecimento. Apesar de configurar-se como um *direito* a ser acionado ou não pelas vítimas de estupro, o acesso ao serviço médico para a interrupção voluntária da gravidez é pleno de obstáculos, tanto pelos receios de estigmatização social ou revitimização por parte da vítima quanto por controvérsias de ordem moral que permeiam os setores e os funcionários envolvidos (ver PORTO, 2009). Suponho que, em se tratando de localidades cujas rotinas – inclusive junto aos setores públicos – se caracterizam tão fortemente por preceitos religiosos cristãos, negociar circunstancialmente, debater publicamente e propor institucionalmente o abortamento legal como alternativa às meninas que engravidaram em decorrência de estupro sejam medidas pouco aventadas<sup>137</sup>.

#### 4.8 Larissa e Laís: o padrasto, o tio e as muitas desconfianças

Junto com o caso de Lucas e Renata, foi relatada ao CMDCA a situação vivenciada por Larissa, à época com 12 anos, igualmente estudante na unidade de ensino dirigida por Vitória. De acordo com a denúncia, Larissa vinha sendo aliciada sexualmente dentro de casa pelo padrasto.

Vitória decidiu apurar o caso porque se comentava amplamente na comunidade a relação entre o padrasto e a menina, bem como a forma como ele a tratava: com ciúme e com controle. Vitória decidiu, então, chamá-la para uma conversa, questionando-a acerca dos supostos boatos sobre sua condição doméstica. Larissa confirmou à diretora que o padrasto lhe lançava “*uns olhares diferentes*”; que tentara *tocá-la*; e que chegara a oferecer-lhe presentes em troca de que ela lhe “*desse uma chance*”. O relato da adolescente aborreceu profundamente Vitória, que também não compreendia aquilo que ela caracterizava como conivência e negligência da mãe de Larissa – se é que ela estava ciente de tal situação.

---

<sup>137</sup> Em conversas bastante privadas, em tom de “segredo”, conheci histórias de mulheres que haviam, em algum momento de sua vida, interrompido uma gravidez, especialmente através do uso de chás com plantas ou raízes da vegetação local. Esses aprendizados circulavam entre as mulheres informalmente. Entretanto, o tema era de difícil menção em debates mais abertos ou públicos.

Por outro lado, Vitória notava que a menina vinha desenvolvendo uma relação de demasiado carinho com o padrasto. Segundo a diretora, ela o chamava *pai* e tinha muito medo de que ele fosse preso. O padrasto, por sua vez, sentia extremo *ciúme* de Larissa – a ponto de ter matriculado a enteada em uma série letiva anterior à que ela deveria cursar, com o objetivo de mantê-la em um turno escolar frequentado por alunos mais jovens. Em outras palavras, sendo uma escola pequena, o turno da manhã abrigava as turmas a partir de 5ª série até o final do ensino fundamental; já o turno intermediário era ocupado pelas séries iniciais e pelas turmas de 1ª a 4ª séries. Tendo isso em vista, Larissa foi matriculada novamente na 4ª série – quando deveria cursar a 5ª – para que não mantivesse contato com adolescentes mais velhos do turno da manhã, pelos quais ela pudesse interessar-se ou com quem pudesse envolver-se. O que se comentava na escola, ainda, era que o padrasto teria feito ameaças a funcionárias da unidade escolar caso Larissa não fosse matriculada no período intermediário, alegando que faria algum tipo de denúncia contra a diretora *em Curralinho*.

Na avaliação de algumas pessoas atentas a Larissa na escola, o reflexo das abordagens do padrasto em relação a ela incidia diretamente na forma como a menina tivera subitamente despertado seu interesse afetivo-sexual pelos rapazes à sua volta. Segundo essas falas, ela vinha demonstrando demasiado interesse pelos garotos da escola, mostrando-se curiosa a respeito da aparição de cada rapaz novo que surgisse. Ouvi, dentre alguns argumentos, que sua sexualidade teria “*aflorado dentro de casa por causa [do padrasto]*” ou que teria despertado “*muito rápido por causa do aliciamento*”.

Foi a diretora quem me possibilitou conhecer a adolescente, com o gentil consentimento da própria menina. Vitória caminhava em minha direção, abraçada a Larissa; e percebi que se tratava de uma simpática garota que me cumprimentara sorridente mais cedo, ao passar por mim na chegada de seu barco. A aluna e a diretora demonstravam cumplicidade e carinho uma pela outra – como geralmente eram as relações que Vitória estabelecia com os alunos e as alunas da escola. Devidamente apresentadas, seguimos para uma sala vazia, ao final do corredor, nos fundos da escola. Como não soubesse ao certo o que Vitória lhe dissera sobre minha presença, comecei perguntando-lhe sobre a escola, sobre o que gostava de fazer no tempo livre, sobre seus amigos e sobre sua família. Disse-me que vivia com a irmã mais nova, a mãe (uma mulher bastante jovem) e o padrasto (um pouco mais jovem que sua mãe). Na escola, ela fazia amizades facilmente, vivia entre grupos de amigas e amigos, e integrava as turmas que se juntavam para

jogar futebol no campinho. Era comum vê-la, assim como a outras adolescentes, com as bochechas rosadas, molhada de suor, em virtude das partidas que realizavam nas horas vagas ou no intervalo da merenda.

Em seguida, comentei que realizava uma pesquisa. E, sem especificar ou nomear o objeto do estudo, falei que se relacionava a casos como o que ela vinha vivenciando. Larissa prontamente passou a me relatar casos de violência doméstica a que ela, a irmã e a mãe ficaram sujeitas na relação com o padrasto. Ele por vezes se mostrava bravo, agressivo, e algumas de suas atitudes expressavam certo ciúme em relação a Larissa – como sua intervenção junto a um rapaz que ele soube estar amorosamente interessado na enteada. Mesmo assim, ela falava pouco a respeito desses episódios de violência por parte do marido da mãe. Acabava por amenizar ou diminuir suas atitudes. E somente mais tarde, ao longo da conversa, Larissa timidamente me contou que o padrasto lhe “*falava saliências*” – isto é, falava-lhe conteúdos de cunho erótico ou sexual, com o objetivo de seduzi-la. Entretanto, mesmo ao tecer tal comentário, apressou-se em dizer que isso ocorrera *apenas uma vez*. Fiquei de conhecer sua mãe no dia da reunião que ocorreria na escola no fim de semana seguinte, mas elas acabaram não comparecendo ao evento. Tampouco consegui visitá-las em sua casa, uma vez que entendemos que minha presença despertaria desconfianças e um mal-estar junto ao padrasto.

Meses depois, em um segundo momento em campo, enquanto caminhávamos pela varanda em torno da escola, Larissa fazia questão de sublinhar que o padrasto mudara muito o comportamento dentro de casa e em relação a ela. Repetiu algumas vezes, com ênfase fonética, que estava tudo *muito melhor* naquele momento com a família. Então conversamos sobre os temas dentro dos quais ela se sentia à vontade, como as relações entre os colegas no espaço da escola. Contava-se sobre o garoto de quem ela gostava, sobre os meninos que se interessavam por ela e sobre os casais em potencial que perambulavam pela escola. Momentos depois, quando alguns de seus colegas se juntaram a nós, fiquei por dentro de segredos e de todas as fofocas amorosas que animavam o cotidiano daquela unidade de ensino.

A permanência da proximidade entre Larissa e o padrasto preocupava a diretora e as professoras mais próximas que estavam cientes da situação. Estas percebiam mudanças no comportamento da menina no sentido de ter mais tolerância com o tratamento por parte do padrasto e de ampliar a forma como relativizava e amenizava o comportamento do mesmo para com ela. Ao mesmo tempo, para essas mulheres que a acompanhavam no cotidiano da escola, Larissa parecia

demonstrar certo apego “emocional” ao marido da mãe. Professora Mônica, por exemplo, avaliava que, se no início das abordagens do padrasto a menina demonstrava resistência, com o tempo ela se mostraria relativamente seduzida por ele. Entretanto, se ampliamos o foco sobre a economia afetiva que alinhavava Larissa e o padrasto – e os demais membros da unidade doméstica –, percebemos a possibilidade de que laços de cuidado, de tutela e de dedicação a uma mesma figura na unidade doméstica (a mãe/esposa) estivessem dividindo espaço com os laços considerados sexualmente abusivos.

Mônica, uma jovem professora, lidava com surpresa e cautela diante dos casos de violação sexual que emergiam no contexto do trabalho. Disse-me que consultara uma psicóloga a respeito de como proceder diante dessas situações conflituosas envolvendo a intimidade de crianças e adolescentes. O retorno veio na forma de diretrizes gerais, de prescrições sobre como o mundo *deve ser*. Até que sua experiência profissional a colocasse em contato com tais circunstâncias, ela achava que esses episódios estariam distantes de sua realidade na escola.

Quando conheci Larissa, conheci também sua irmã um pouco mais nova, Laís. Alguns dias depois da conversa com Larissa, Laís me chamou para dar uma volta. Era uma menina doce, bastante pequena, cuja magreza aumentava suas feições delicadas. Abraçou-me pela cintura, segurando uma de minhas mãos por cima de seu ombro, e começou a conversar. Fizemos o trajeto que meninas e meninos realizavam diariamente no espaço da escola: pelos corredores em volta da escola. No caso das meninas, vemo-las em duplas ou em pequenos grupos, de braços dados, andando lado a lado e dando voltas sem parar. Era véspera da reunião da comunidade com os gestores, por isso as funcionárias limpavam avidamente a escola. Laís me disse que apenas sua mãe e irmã compareceriam ao encontro; afinal ela viajaria com o padrasto, a quem ela chama *pai*, pela *estrada de Breves*, onde ambos encontrariam outro conhecido, a quem ela chamava *tio*.

Passamos longo tempo conversando. Laís me contou sobre o casamento anterior da mãe, sobre o pai em Macapá, sobre a madrasta e sobre os irmãos que o pai lhe dera através de sua segunda união (uma menina e dois meninos). Disse que o pai (consanguíneo) só *triscara a mãe* uma vez, mas que não costumava bater nela; e que, na ocasião em que fora denunciado pela agressão, *ficou bravo com a ex-esposa*. Sem que eu perguntasse qualquer coisa a respeito, ela emendou dizendo que o padrasto, por sua vez, jamais agredira sua mãe – versão distinta daquela que Larissa me narrara dias antes. Quando perguntei como a mãe e o padrasto se haviam conhecido, Laís me explicou que o encontro

se dera na igreja que a mãe passara a frequentar quando convidada por um amigo a conhecê-la. Como a mãe *também era crente*, a relação com o padrasto *deu certo*.

Apesar dos muitos assuntos, havia um sobre o qual Laís se debruçava mais detalhadamente e por mais tempo: o *tio*. Ela já me falara dele no dia anterior, durante uma conversa mais breve. Ali, passeando pelos corredores, ela me explicou detalhes da vida dele. Disse que ele fora casado e que se separara devido a uma traição por parte da ex-mulher – com quem ele tivera *um bebê*. A ex-esposa, então, teria partido para outra cidade, onde conheceu um homem que a agredia e a ameaçara *de morte*. Com medo, a mulher retornou para sua cidade (não pertencente ao Marajó). E, entre outros detalhes da vida desse *tio* – como a amizade que ele mantinha com a ex-esposa, a filha –, Laís repetia o quanto era bem cuidada e bem-quista por ele. Era frequente que ele a levasse para a igreja, do mesmo modo como era comum que ele lhe presenteasse com agrados que a deixavam mais próxima afetivamente a ele. Ela me falava que o *tio* sempre a levava para Breves quando tinha de viajar para “*resolver coisas do trabalho*”.

Mesmo quando paramos de andar em torno da escola e nos aproximamos do campinho, onde Larissa jogava bola com os colegas, Laís continuou a falar sobre o *tio*, por quem parecia nutrir profundo carinho. Em algum momento final de nossa conversa, Laís mencionou seu apelido (os apelidos, afinal, são mais comuns que os nomes em Currallinho); e pude identificá-lo. Segundo as professoras, esse homem sobre quem a menina tanto falava não era casado, tampouco costumava *aparecer com alguém*, e tinha uma filha adolescente. Quando conversamos, elas disseram também ter estranhado que, no dia anterior, Laís tivesse dito sempre ir com ele à igreja.

Essa figura do *tio* me trouxe pessoalmente alguns desconfortos. Ele era demasiado presente na fala de Laís porque o era em sua vida. Passava longo tempo próximo a ela, especialmente em atividades que envolvessem o trânsito pela região; ele a presenteava com extrema constância; e Laís parecia emocionalmente envolvida pela forma como ele a tratava – com atenção, zelo extremo e mimos materiais. A menina parecia me apresentar muitos elementos comuns àqueles associados a casos de sedução de crianças e adolescentes. Aqui, como sujeito moral, eu me vi envolta por um conjunto de preceitos, de deduções morais ou esquemáticas, a respeito do que se veicula como sendo *típico* de situações de abuso sexual de crianças e adolescentes – e que, consequentemente, servem de uma espécie de alerta público para que

pessoas próximas a essas meninas e meninos identifiquem possíveis situações de violação com a finalidade de intervir.

#### 4.9 Alguns apontamentos

O conjunto das histórias até aqui apresentadas nos permite identificar alguns elementos mais ou menos recorrentes, comuns aos casos – tão plurais – de abuso sexual envolvendo crianças e/ou adolescentes que emergiram a partir do trabalho de campo.

Um deles se refere **às emoções e aos sentimentos** afetivos, amorosos ou eróticos utilizados nos relatos para demarcar aspectos da relação entre os acusados e as meninas denunciadas. O mais frequente deles consiste no *ciúme*. As adolescentes ou as testemunhas que endossam as denúncias, em muitos casos, sublinham o sentimento de ciúme, de insegurança e de *posse* que os acusados, em determinados momentos, expressam com relação às meninas. Tais emoções, frequentes nas histórias que envolvem padrastos e enteadas, materializam-se no controle sobre as atividades desenvolvidas pelas adolescentes, sobre os espaços frequentados por elas, sobre as relações de amizade ou namoro que elas estabelecem. Sendo assim, a mãe de Pâmela contava sobre o ciúme do padrasto e sua reação ao descobrir que a enteada estava namorando um rapaz da cidade – ocasião em que ele barganhou a concessão de permissão ao relacionamento em troca de que a menina mantivesse relações sexuais com ele. Por sua vez, Larissa e a professora a quem fez confidências referiam-se ao ciúme incomum do marido da mãe, que não só ameaçara um rapaz que demonstrava interesse amoroso pela menina como ainda exigiu que ela fosse matriculada entre alunos mais jovens. Milena frequentemente descrevia o controle excessivo a que era submetida, tanto pelo padrasto quanto pela mãe e pelo tio.

Além do ciúme, outros dois sentimentos eram mobilizados pelos sujeitos que descreviam ou narravam situações envolvendo adolescentes e acusados: o *carinho* e o *estar seduzida*. O avô de Daniela se dizia preocupado com o modo como a neta parecia, de alguma forma, corresponder afetivamente ao pai, acenando-lhe e sorrindo-lhe de longe quando ele passava pelo rio. Já Larissa era vista como paulatinamente seduzida pelo padrasto, que passara de alguém que lhe falava *enxerimentos* para alguém cujas ações pareciam não incomodá-la. E Laís, ao constantemente referir-se ao *tio*, mostrava o quanto ele era presente em sua vida. Apesar das leituras apresentadas por esses interlocutores, o modo como as meninas se comportavam diante dos

acusados ou suspeitos – apesar das acusações e das suspeitas – tem relação com o campo mais amplo da economia afetiva e emocional em que *vítimas* e *agressores* estão enredados para além do enquadramento acusatório ou criminal e das leituras judiciais (ou judicializantes). Antes de serem alocados em tais posições, as meninas e seus pais, padrastos, primos, avós ou *tios* partilham de relações de parentesco, de rotinas familiares, de experiências domésticas, de laços sociais comuns, de histórias e de memórias afetuosas. A conformação ou reacomodação dos laços e dos afetos entre os envolvidos a partir do ocorrido ou da denúncia não opera pelos mesmos princípios cirúrgicos e desembaraçados que a reordenação retórica decorrente do enunciado sobre *crime* e sobre *vítima/agressor*. Se a polarização moral dos envolvidos é clara e autoevidente a quem enquadra o fato específico do abuso sexual, recortando-o de toda a trama em que os sujeitos estão enredados, ela não apresenta fronteiras tão cristalinas na condução vivencial daquelas relações e daqueles laços. Como lembram Dussy e La Caisne (2007), as referências com que convivem as crianças que vivenciam situações de incesto são ambivalentes.

Um segundo elemento se refere aos **modos de abordagem** para com as meninas da denúncia. É recorrente a referência às ações dos acusados como *mexer com* as denunciantes ou *ficar perturbando*. *Mexer* e *perturbar* envolvem, além de dimensões não ditas por elas, o ato de *falar saliência* ou *ficar de enxerimento*, eventualmente tocando ou apalpando partes do corpo das meninas. Além disso, há modos recorrentes pelos quais se efetivam os toques e as aproximações físicas: no caso de Pâmela e Milena, os padrastos lançavam mão de passar-lhes *creme*, *óleo* ou *talco* desde quando ainda eram crianças – ocasião em que elas percebiam que os toques produziam deslocamentos em sua forma de perceber o contato. O avô de Bruna, por sua vez, usava da estratégia espiritual para prover que a menina se despisse, alegando que *benzeria sua paca*. Já Daniela, Gabriela e Alice indicavam a aproximação dos acusados por meio de seu acesso à rede em que as meninas dormiam – fosse deitando-se e acomodando-se ao seu lado como um pretense “protetor” (pai e padrasto), fosse furtivamente colocando a mão em busca de toque (enteado do pai).

Como terceiro elemento, despontam questões referentes **aos arranjos e às dinâmicas familiares**. Além dos casos envolvendo consanguíneos, como o de Daniela (pai-filha) ou de Fabiana (avô-neta), e dos casos envolvendo padrastos e enteadas, como Pâmela e Gabriela, há circunstâncias em que os graus de parentesco são acionados para expressar simultaneamente proibição e desejo: “*se não fosse*

*sobrinha...*”, tal como Milena ouviu de um tio não consanguíneo; ou “*se não fosse neta...*”, tal como, segundo relatos de terceiros, Daniela teria ouvido do avô. No caso das famílias recompostas, faz-se presente nos relatos a ideia de que os padrastos *criam, ajudam a criar* ou *sustentam*, o que ora serve como fator de amenização da gravidade do ato (como foi o caso da mãe de Clara), ora é acionado para barganhar a respeito da denúncia (como a situação contada por Milena), ora ainda emerge com a ideia de que se cria a enteada com intenções oblíquas – tal como a mãe de Clara e de Clarice desabafara com Bianca, em meio à tensão dos fatos, que não imaginava que o esposo criava as enteadas *para si*. Nesses casos, um dos pesos que recaem sobre as meninas denunciantes são as acusações de *ingratidão* (DUSSY e LE CAISNE. 2007).

Por fim, um quarto elemento a ser destacado concerne ao **lugar da saúde mental** nas formas de descrever ou (des)qualificar as denunciantes e o modo como ele assinala questões de *sujeito*. Como já dito, um eventual transtorno ou distúrbio psicológico ou psiquiátrico era acionado, em algum momento, nas histórias envolvendo Fabiana, Milena e Clara – com diferentes tônicas. Todavia, como forma de tensionar esse mote de reflexões, trago ao texto a história de Tamara. Era curioso como sua saúde mental se tornara central na sua configuração como *pessoa* desde o episódio envolvendo seu tio, à época vereador no município. Tamara tinha 12 anos quando foi resgatada pelo CT, após denúncia de vizinhos, dentro da casa materna. A adolescente fora agredida e mantida algemada na cama pelo irmão da mãe, que lhe infligira o castigo em virtude de a sobrinha ter saído de casa sem autorização dos familiares – prática que seria recorrente. O elemento mais inusitado da denúncia, porém, não se limitava ao *cárcere privado* ou aos punhos feridos pelas longas horas algemada ao pé da cama; tratava-se da acusação de que o tio a teria despido e passado molho de pimenta em seu rosto e em seus *órgãos genitais*.

A história de Tamara não se enquadra no rol de denúncias de abuso sexual aqui narradas. Mas de um lado é emblemático que seu tio, segundo a menina, a tenha despido e passado pimenta em suas partes íntimas. Além disso, o motivo alegado por ele em juízo e reiterado pela mãe referia-se ao fato de Tamara ser *desobediente*, sair de casa sem permissão e passar o tempo *na praça*, na companhia de amigas. Quando a conheci, Tamara tinha 16 anos e uma filha de pouco menos de dois anos de idade. O conselho tutelar foi até sua casa após um episódio envolvendo ela e sua irmã, Taiana, de 13 anos – situação que eu mesma presenciara. Na ocasião, a *Caravana do PROPAZ* realizava atendimentos no município; os profissionais de saúde e de segurança –

oriundos da capital e que prestavam serviços durante o dia – dormiam na grande embarcação que os trouxera e onde eram feitos os atendimentos e os exames médicos. Com o navio atracado no trapiche municipal, seus hóspedes davam ainda mais movimento e vida àquele portal de acesso à cidade e se misturavam com trabalhadores e moradores que usualmente frequentavam o local para seu labor, para viagens ou para lazer.

Do grupo de pessoas a serviço daquela ação do governo do estado com quem acabei fazendo amizade, dois rapazes relataram preocupação e desconforto com o modo como duas adolescentes – no caso, Tamara e a irmã – os vinham abordando. Ambos, sendo funcionários públicos, manifestavam especial preocupação com sua reputação; temiam que a aproximação por parte das meninas e sua permanência em torno do navio fosse publicamente interpretada – na forma de fofocas, por exemplo – de tal modo a comprometer sua imagem e carreira públicas. Em função disso, pediram a duas colegas suas, a Lara (minha amiga, moradora da cidade) e a mim companhia para retornarem ao navio após nosso breve passeio noturno pela praça. Ao chegarmos, os rapazes rapidamente entraram no navio; Tamara e Taiana, sentadas em um banco improvisado no canto do trapiche, em vão os chamavam, em seguida conversando entre si e olhando para o entra-e-sai da embarcação. Lara as identificou imediatamente, narrando o episódio sobre o qual eu lera nos arquivos do CT e ouvira falar entre moradores na cidade. Após a sequência de acontecimentos e diante do pedido dos funcionários, tomei a decisão de comunicar o fato a Bianca, conselheira tutelar com quem mantinha proximidade.

Bianca achou por bem realizar uma visita à família de Tamara. Afinal eram frequentes as queixas da mãe – e os comentários de outrem – de que a adolescente deixava a filha pequena em casa e saía pela cidade sem hora para voltar, frequentando festas e permanecendo na rua, na praça, e na companhia de outros rapazes. O receio da mãe era que Tamara engravidasse novamente, o que se apresentava como um problema tanto pelo comportamento *desobediente* da menina quanto pelos escassos recursos materiais e financeiros da família. A casa ficava em um bairro distante, já nos limites da sede urbana com uma área mais rural, em que a pequena estrada arenosa dava espaço a um grande terreno com pasto. A irmã mais velha queixou-se a Bianca sobre o comportamento de Tamara, que *largava* o bebê para *andar na rua* e frequentar as festas de fim de semana. E também se referia a suspeitas de que Tamara e Taiana andavam de namoro, demonstrando uma forma de vigilância, recorrente entre membros da família e agentes públicos locais, sobre a conduta sexual das jovens.

O que Tamara nos traz de novo para a discussão é justamente o modo como, desde seus doze anos e do episódio envolvendo o tio (momento em que tem início uma preocupação público-institucional com sua trajetória), o acento recai sobre sua conduta moral, sobre suas escolhas e sobre suas ações. A forma como ela é percebida e descrita hiperboliza o “outro lado” da vitimidade, da passividade e do aliciamento que costumam configurar boa parte dos enquadramentos sobre a relação entre menoridade e sexualidade. Mais do que como *sujeito*, Tamara é vista como um *perigo*, justamente por sua capacidade de ação. Quando ela aparecia nas festas, vagava pela rua, comparecia à praça, flertava – ou *andava* – com diferentes rapazes, era sobre sua agentividade sexual que se concentravam os temores e a necessidade de dispositivos de controle. A adolescente era descrita como sendo de conduta sexual desmedida, de desejo exacerbado e de frequente associação aos espaços públicos, o que a deslocava dos lugares-comuns da *menoridade* feminina. Tal comportamento chegara a servir de justificativa moral para o castigo infligido pelo tio, cujo gesto de passar pimenta nas partes íntimas de Tamara parecia um modo bastante emblemático de puni-la desde a fonte – por assim dizer – do “mal” que a tomava.

A história de Tamara parece tornar mais evidente do que as de Fabiana, Milena e Clara a forma como a agência (ORTNER, 2007) dessas meninas, quando voltada a projetos distintos ou opostos àqueles que figuram nas expectativas morais sobre elas, acaba por tornar-se passível de alguma modalidade de reprovação – tal como Sherry Ortner (idem) sinaliza o destino de determinadas heroínas dos contos de fadas. No caso das três últimas, o ato da denúncia, a ruptura com a ordem familiar e a publicização das acusações colocaram sobre as adolescentes o enfoque da saúde mental – independente, para nossa análise, se tais interlocutoras tinham ou não qualquer tipo de sofrimento psíquico. Colocar a lente sobre a saúde mental das adolescentes operava um universo de sentidos que possibilitava lançar dúvidas sobre a veracidade de seus relatos e sobre a credibilidade de seu testemunho. No caso de Tamara, foi em virtude de seu comportamento – sua frequência nos espaços públicos e as suposições sobre sua conduta afetivo-sexual – que a tônica sobre sua saúde mental ganhou força. A adolescente recebia acompanhamento psiquiátrico através do PROPAZ, em Belém; mas a falta de dinheiro para arcar com os custos das passagens (nem sempre a família obtinha sucesso solicitando as passagens junto à Secretaria de Assistência Social) e as dificuldades da mãe em deixar o emprego para acompanhá-la produziam lacunas nas rotinas de atendimento.

\*\*\*\*\*

Cabem ainda os agenciamentos morais não somente por parte dos envolvidos ou de seus familiares, mas também por parte de atores que integram as *redes de proteção* e que lançam mão de outras leituras e de outras sensibilidades sobre a cadeia de eventos.

## **CAPÍTULO 5. Judicialização, direitos e “cultura”: traduções e recategorizações**

Os esforços de recategorização dos acontecimentos para adequação à linguagem moral e conceitual específica de cada domínio (policial, judicial, político) parecem produzir, em linhas gerais, dois efeitos.

Um deles concerne a traduções para, como dito, adequação à linguagem de cada domínio. Assim, os relatos sobre os acontecimentos passam por enquadramentos a fim de adquirir inteligibilidade nas esferas em que adentram e em que serão tratados (isso rememora Geertz e os conceitos de experiência-próxima e experiência-distante). Essas traduções, por sua vez, não se referem apenas a termos ou categorias, mas também a formas de mensurar (é o caso das estatísticas que buscam caracterizar o fenômeno, por exemplo).

Outro efeito diz respeito a como leituras múltiplas empreendidas pelos sujeitos envolvidos nos eventos tendem a matizar-se quando capturadas por distintas esferas implicadas nas redes, as quais suprimem a pluralidade de repertórios, leituras e relativizações morais em favor de termos generalizantes que adquirem mais força nas redes a ponto de ganharem caráter de hegemonia. A pluralidade de leituras e de sentidos que se coloca em jogo no plano das experiências interpessoais conduz às diferentes linguagens ou economias morais que povoam e narram os eventos<sup>138</sup>.

### *5.1 Fluxos na rede: contextos de enunciação, traduções e um debate sobre judicialização*

A incursão no fluxo das redes também desvelou os diferentes contextos de enunciação da denúncia e do relato de vítimas e de testemunhas – na vila ou na casa, na escola, no conselho tutelar, na delegacia, no atendimento psicológico, etc.

A descrição sobre a história de Olívia, a menina de dez anos que acusou o padrasto de abuso sexual, oferece-nos sinais a respeito do

---

<sup>138</sup> Não se trata, evidentemente, de construir diferentes valorações morais a essas dinâmicas de narração – isto é, sinalizar seus “ganhos” ou “perdas” em termos valorativos ou dispensar-lhes avaliações “críticas”. Trata-se, antes, de descrever e mapear diferentes modos como as narrativas em torno da denúncia são conformadas e as diferentes categorias e linguagens que elas suscitam a partir do momento em que se inserem nas redes de proteção.

modo como os diferentes espaços, os diferentes interlocutores e as distintas linguagens próprias às instituições e aos campos técnicos a que elas correspondem se relacionam com o depoimento e com os enunciados da pessoa que efetua a denúncia ou a queixa. Trata-se das diferentes modalidades de interação e de linguagem através das quais se produzem depoimentos, narrativas e relatos para a produção de pareceres técnicos, de inquéritos policiais e de peças judiciais. Aqui, as considerações a respeito das condições de produção de uma entrevista na pesquisa etnográfica podem ser produtivamente aplicadas, na medida em que, conforme sintetiza Danielli Vieira (2014, p. 89-90),

De acordo com Charles L. Briggs (1986), o contexto de uma entrevista, de uma interlocução, é uma construção fenomenológica criada conjuntamente pelos participantes. Os contextos não são simplesmente dados situacionais; eles são continuamente renegociados. Cada declaração dos participantes da interlocução, portanto, reflete esse processo em andamento, assim como contribui para ele. Há uma constante troca de mensagens implícitas e, por vezes, explícitas, de como eles percebem o evento comunicativo e como desejam que sejam interpretadas suas falas.

Considerando as diferentes ênfases e enquadramentos implicados em cada instituição ou momento de abordagem, há diferentes modos de negociação e diferentes linguagens a serem negociadas.

Todavia, a circulação dos relatos sobre os eventos entre os diferentes nós da rede não apenas transforma a forma da enunciação por parte dos sujeitos que de alguma forma experienciavam ou testemunhavam as situações de abuso ou violação sexual. Ela também viabiliza traduções e novos enquadramentos conceituais e estatísticos na medida em que esses relatos são assimilados pelos diferentes sujeitos e instituições. Assim, entre as práticas cotidianas acompanhadas a partir do atendimento junto ao Conselho Tutelar ou à Delegacia de Polícia Civil e a forma narrativa como certas lideranças buscam retratá-las em quadros gerais, há uma série de modalidades de tradução: de um evento local específico para formas estatísticas; de um agrupamento de acontecimentos para a codificação em termos jurídicos ou assistenciais, por exemplo; de um fenômeno complexo e cheio de matizes para uma versão compatível com os conceitos hegemônicos no debate sobre a vitimização de crianças e adolescentes. Episódios como o de Carolina –

quando o investigador alegou não ter como registrar a queixa da mãe e do padrasto sobre a mulher que supostamente se recusara a devolver a adolescente – revelavam como nem sempre os operadores dos serviços de segurança pública, por exemplo, dispõem claramente de instrumentos ou de categorias para dar conta das situações por vezes inusitadas que acometem a vida cotidiana. Mas pensemos que ele tivesse tomado a decisão de, por meio de determinado esforço interpretativo, efetuar o registro em alguma categoria compatível com o sistema da delegacia – de que forma essa classificação provisória e imprecisa seria computada nas estatísticas oficiais?

Entre diferentes pontas desse exercício “comunicativo”, o processo de construção de dados oficiais parece às vezes operar por vias nebulosas, sobretudo em se tratando de contextos e instituições que pouca prática possuem em sistematizar ocorrências e em categorizar atendimentos. A diferença entre linguagens ou entre modos de computar casos pode, aqui, criar mistérios estatísticos ou recrudescer conclusões restritas ao senso comum, sem maiores aprofundamentos.

Dessa maneira, destaca-se o trânsito entre as práticas cotidianas locais, cheias de entraves e de seletividade no atendimento e na atenção básica, e o entendimento mais generalizado (ou regionalizado) por parte de instâncias que produzem discursos oficiais sobre o problema das violações sexuais contra crianças e adolescentes. Esse trânsito não merece apenas ser pensado em termos de ruptura ou troca de um modo (local) a outro (regional/global), mas principalmente em termos dos agentes tradutores, que registram ocorrências, codificam-nas em termos jurídicos/assistenciais/psicológicos e disponibilizam essas informações a outras instâncias, cujo contato com o tema, muitas vezes, não extrapola os dados ditos oficiais, já instrumentalizados e traduzidos não somente em uma linguagem técnica, mas na seletividade dos casos.

Um dos efeitos desses desníveis de contato e de linguagem, por exemplo, é a projeção estatística ou numérica a respeito dos casos “reais” em relação aos casos genericamente notificados. Em seus pronunciamentos oficiais, ancorados em sua experiência junto às atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Pará, Arnaldo Jordy, um dos deputados federais diretamente envolvidos nas ações da comissão, estima que o número de casos denunciados corresponde a apenas um quarto do número de casos reais<sup>139</sup>. Portanto, conforme explicava em uma reunião com os

---

<sup>139</sup> “CPI do Abuso Sexual no Pará registra 100 mil casos de abuso sexual contra menores em cinco anos”. Publicado em 25/02/2010 – portal Agência Brasil.

conselheiros tutelares de Curralinho, se 26.000 casos correspondentes a um período de cinco anos foram notificados à época da CPI estadual, ele estimava cerca de 100.000 situações como de fato tendo ocorrido no estado naquele mesmo período.

Evidentemente, há inúmeros fatores relacionados à produção desses dados numéricos e projeções estatísticas, que, longe de expressarem um espelho puro das dinâmicas locais, repousam entre estimativas genéricas alarmantes de um lado, e de outro a defasagem numérica decorrente daquilo que escapa aos instrumentos classificatórios, como os silêncios sobre os casos não revelados e os diferentes modos de registro das denúncias.

Quanto à atenção àquilo que “escapa” ao conhecimento oficial, o relatório da CPI da Pedofilia realizado pela ALEPA, por exemplo, sublinha o fato de que os casos de abuso, exploração e contato sexual em relação a crianças e adolescentes encontra dois grandes impasses: de um lado, as condições sociais de alguns acusados ou “perpetradores”, dentre os quais se encontram empresários, políticos e sujeitos com grande poder econômico e simbólico que mobilizam recursos, ameaças e represálias contra as tentativas de denúncia; de outro, a ausência de serviços públicos tais como delegacias especializadas e instituições de apoio descentralizadas demanda que as vítimas se desloquem a grandes distâncias e/ou que realizem a denúncia em delegacias comuns. Soma-se a essa suposição, ainda, a (compreensível) falta de unidade das notificações de casos entre os distintos pontos da rede. Afinal, se os atores da rede são acionados circunstancial ou contextualmente, como mencionado anteriormente, nem todos tomam como registro um determinado fato: há casos que chegam ao conselho tutelar mas que não chegam ao CREAS, por exemplo; do mesmo modo, há denúncias que chegam direto à delegacia, sem que o conselho tutelar seja acionado; a lógica de atuação do CMDCA não implica levantamento estatístico de casos gerais relacionados à infância e à adolescência; e alguns casos, embora sejam registrados em determinada instituição, são por ela apurados e solucionados por ali, sem que a denúncia seja levada adiante (ou por falta de provas, ou porque foi *desmentida* pela pessoa denunciante, etc.).

No que diz respeito ao caráter alarmante de parte dessas estimativas, o que se observa é que os números, por si só, não

evidenciam a natureza dos casos denunciados, englobando uma pluralidade de práticas e de narrativas sob um rótulo de forte apelo público e moral. Ao se aplicarem tais fórmulas estimativas sobre um conjunto de registros presentes nos arquivos do CT, o apelo político dos dados supostos pareceu-nos bastante anacrônico em relação ao caráter dos relatos que chegavam à unidade. A apresentação homogênea desses números acaba por “amalgamar” o debate emergente sobre as características e particularidades do tema, bem como por produzir estimativas cujos usos políticos pouco contribuirão para a compreensão a respeito dos fatos concretos (BADINTER, 2005). Em lugar de estabelecerem parâmetros gerais para a elaboração pragmática de políticas públicas e de programas que atinjam as especificidades do fenômeno, a forma como essas estatísticas se projetam criam uma espécie de pânico moral (COHEN, 1972; ver também MISKOLCI, 2007), conferindo ao tema do abuso sexual contra crianças e adolescentes no estado o efeito de um cenário desolador e caótico, quase incontornável. Penso que, além de construir índices alarmantes, capazes inclusive de estigmatizar as populações – sobretudo por meio do artifício da *cultura*, como será discutido a seguir –, tais elaborações numéricas se produzem como chamarizes, como imagens do intolerável e do moralmente limítrofe, na intenção de inserir a pauta e a região na agenda pública.

Outra maneira de estimar projeções consiste de comparar números com relação (1) à média de ocorrências por um dado período (por hora, por dia, por mês); (2) ao percentual de casos referente às idades mais tenras das vítimas; (3) ao aumento do número de registros em dado período, o que traz consigo as questões sobre a natureza desse aumento (se no número de ocorrências ou se na ampliação das denúncias); (4) ao número total de casos em determinado prazo. Nesse sentido, o Relatório Final da CPI da Pedofilia (2010, p. 1.082) trazia os seguintes números com relação ao estado do Pará:

No Pará, a cada dia, dois menores são vítimas de algum tipo de assédio. De 2004 a 2008, foram registrados 3.558 casos, sendo 3.057 contra meninas e 501 contra meninos; 688 deles ocorreram com crianças com menos de cinco anos de idade. Em Belém, os casos de crimes sexuais graves, como estupro e atentado violento ao pudor, passaram de 296, em 2003, para 529, em 2008. Considerados os últimos cinco anos, foram 1.720 crianças vítimas desse tipo de crime.

Outro dos efeitos concerne às lógicas de comunicação em que cada ponto da rede opera. A própria projeção estatística já ilustra tal afirmação; porém me cabe descrever outro importante exemplo. Já tendo retornado do campo, o coordenador do conselho tutelar me escreveu, em nome de nossa parceria ao longo daquele período, apresentando algumas questões formuladas por um jornal de grande circulação no estado do Pará, com a finalidade de dialogarmos e refletirmos a respeito delas. As perguntas lhe haviam sido encaminhadas pela promotora de justiça do estado, a quem inicialmente elas foram direcionadas. Encontramos muita dificuldade em estabelecer um canal de compreensão entre as questões do jornal – demandas muito pragmáticas e estatísticas, ancoradas em uma lógica de apuração de fatos mediante instrumentos técnicos específicos de investigação – e o quadro empírico com que nos defrontamos no município e no cotidiano do trabalho das instituições locais. A enquete envolvia perguntas a respeito do aumento no número de casos de “tráfico humano”, prostituição infantil e exploração sexual no município e das mudanças ou não a partir das CPIs estadual e federal, dentre outras. Desde nossa experiência, sabemos que o município de Currealinho – assim como outros da região – não dispõe de instrumentos para mensurar ou contabilizar os casos relativos ao chamado “tráfico de pessoas”, por exemplo, até porque se trata de um crime de difícil apuração mesmo em capitais em que se conta com especialistas e recursos técnicos. O mais próximo a que o conselho tutelar e outras instituições do município podem chegar em relação a dados de tal natureza concerne a registros de “fuga” ou de “desaparecimento”, os quais, de acordo com alguns membros da rede, *podem* – não necessariamente, claro – ser indícios do fenômeno caracterizado como “tráfico humano”. Considerando o número de crianças e adolescentes entregues para trabalho doméstico a famílias na capital, os caminhos a esse fenômeno se tornam ainda mais complexos e imprevisíveis. Ademais, a falta de capacitação e de instrumentos conceituais e técnicos e o baixo efetivo policial e de profissionais vinculados à área psicossocial, por exemplo, são entraves para a apuração das (sempre nebulosas e pouco tangíveis) denúncias acerca de prostituição infanto-juvenil.

\*\*\*\*

Há, ainda, outro elemento evidenciando o modo como essas traduções, classificações, enquadramentos e ressemantizações modelam categorias distantes e por vezes completamente “alienígenas” aos

contextos locais e aos setores que lidam diretamente com os casos que são levados à denúncia.

Durante a pesquisa de campo, raramente ouvia a categoria *pedofilia*, muito embora ela tivesse, anos antes, mobilizado a cidade por meio das ações da CPI. Nem mesmo entre gestores estatais. Isso remete diretamente às observações de Laura Lowenkron (2012) a respeito das disputas em torno do uso do termo, cuja aplicação no âmbito da CPI do Senado desagradou àqueles que consideraram um retrocesso atribuir a uma espécie de transtorno mental as razões dos abusos sexuais infantis.

Não há hodiernamente tipificação penal para pedofilia. Como conceito, ela encontra seu registro nos campos da psiquiatria<sup>140</sup> e da psicanálise<sup>141</sup> (ver OLIVEIRA, 2009a). Entende-se que *pedófilo* não necessariamente é um sujeito abusador, da mesma forma que um abusador não necessariamente seja um *pedófilo*: a *pedofilia*, como enquadramento do campo da saúde mental, diz respeito à atração afetivo-sexual por indivíduos pré-púberes, sendo que o indivíduo considerado *pedófilo* pode ou não ter contato íntimo/sexual com *menores*, da mesma forma como o abuso pode ocorrer de modo contingente (OLIVEIRA, 2009b, LOWENKRON, 2012). Um dos desdobramentos do uso corriqueiro do termo diz respeito à criminalização das fantasias e dos desejos ainda que não sejam acompanhados de atos considerados criminosos (ver LOWENKRON, 2012). Dito de outro modo, a *pedofilia* é objeto de saúde pública, ao passo que o abuso sexual é eminentemente objeto que remete ao campo jurídico.

Além disso, termos como abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, prostituição infanto-juvenil, pornografia infantil costumam aparecer associados à categoria pedofilia, a qual parece abarcar uma série de práticas distintas. No Brasil, sobretudo por meio da emergência da CPI da Pedofilia, o termo tem sido aproximado à pornografia infantil pela internet (LOWENKRON, 2012). Essas imprecisões, por sua vez, tornam nebulosa inclusive a tarefa dos sistemas judiciais de enquadramento classificatório dos sujeitos acusados ou perpetradores entre a punição jurídica e o amparo nos termos da saúde pública. O que se pode pensar é que, como sugerem as pesquisas de Tatiana Landini (2006) junto a materiais jornalísticos, elementos como a classe social interferem na construção do saber sobre os sujeitos, considerando sua constatação de que, entre classes médias e

---

<sup>140</sup> Como “parafilia”, isto é, desvio sexual, presente no DSM-IV.

<sup>141</sup> Como perversão, posição subjetiva diante da castração.

altas, os episódios de abuso e estupro de menores costumam ser denominados *pedofilia*, enquanto a denominação de estupro cabe aos casos que envolvem indivíduos de classes populares. Sendo assim, para Landini, a categoria *pedofilia* é acionada para justificar a *violência sexual* contra crianças e adolescentes quando ela é cometida por pessoas de classes mais elevadas ou de notoriedade pública, como políticos, empresários, intelectuais. De modo semelhante, ainda nos primeiros meses em campo, um homem que realizava sua denúncia junto ao Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral tecia suas impressões a respeito da maneira como percebia os recortes de classe nos debates públicos: ***“pobre é estuprador, rico é pedófilo; pobre é ladrão, rico é estelionatário”***.

Parece, portanto, tratar-se uma forma de classificação e explicação quando a “violência sexual”, costumeiramente atribuída a classes subalternas (FABRE e FASSIN, 2003), eclode entre setores dominantes; de uma categoria a manter diferenciações sociais ali onde a recorrência de práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes não pode mais ser atribuída exclusivamente à alteridade. A ideia de *pedofilia*, oriunda dos campos da psicologia e da psicanálise, mais apropriados por classes médias intelectualizadas, opera pelas teorias explicativas em torno da “doença”, do transtorno individual, quase como uma privação do indivíduo em relação à sua agência quando dos atos impróprios com menores. Desse modo, o uso descritivo de *pedofilia* como termo acaba por negligenciar o caráter relacional e/ou os contextos de dominação em favor de uma explicação baseada na psicologia individual (LANDINI, 2006, p. 132-133). Nesse caso, o controle e a produção de verdades sobre os sujeitos ancoram-se em diferentes aspectos articulados nos julgamentos e nos agenciamentos morais.

A proliferação da categoria e sua aplicação para amplo espectro de modalidades de práticas ou desejos afetivo-sexuais e eróticos (estupro, assédio, abuso, atentado violento ao pudor, consumo de pornografia infantil, práticas consentidas ou não), bem como sua imprecisão conceitual e jurídica, aponta para um processo ainda relativamente inicial de construção desse fenômeno como objeto social; dessa categoria como significativa e operadora de moralidades; desse campo como conjunto de saberes e de “verdades” sobre os sujeitos. Esses saberes que determinam e constroem a pedofilia em suas configurações como fenômeno contemporâneo articulam preceitos biomédicos em torno da puberdade e da cronologização da vida, pressupostos psicológicos e psiquiátricos em torno do trauma, princípios

legais a respeito da menoridade jurídica e crenças acerca de certa necessidade em se segregarem infância e sexualidade. Se por um lado o conjunto desses saberes e pressupostos remete a técnicas concretas de governamentalidade política e normatização da vida (FOUCAULT, 2008), por outro implica e viabiliza agenciamentos diversos em torno de seus efeitos, levando-se em conta as associações e ações de distintos atores que constituem projetos próprios na esteira desses eventos e da forma como criam impactos.

Entendo que, assim como Fassin e Rechtman (2009) descrevem a noção de trauma, a ideia de *pedofilia*, tal como tem sido veiculada e operacionalizada nos cenários hodiernos, ultrapassou seus sentidos e seu desenvolvimento clínicos (psicanálise e psiquiatria)<sup>142</sup>, estabelecendo-se como um horizonte moral, sendo que é no espaço das demandas jurídicas e por reformas legislativas que essa ênfase se mostra bastante claramente. Ademais, a própria nebulosidade conceitual nos usos do termo *pedofilia*, as imprecisões e hesitações em seu uso para os diferentes contextos e a remissão a campos nos quais ele não existe como objeto<sup>143</sup> apontam para uma linguagem moral, em emergência e sob configuração, sobre a infância, a sexualidade e as responsabilidades coletivas e do Estado diante de crianças e adolescentes.

\*\*\*\*\*

Tais quadros podem ser elucidados a partir do debate teórico em torno do que autores como Rifiotis (2004, 2008a, 2012a, 2012b, 2015) designam *judicialização das relações sociais*. A partir das investigações e das reflexões acerca dos conflitos conjugais, Rifiotis constata o fenômeno de transposição dos conflitos interpessoais para o âmbito jurídico, retirando-se dos sujeitos as possibilidades de resolução dos mesmos no interior dessas relações e conferindo ao Estado o poder de mediação. A esse processo, Rifiotis denomina judicialização das

---

<sup>142</sup> O campo da saúde mental trata a pedofilia sob os registros da psiquiatria e da psicanálise, diferenciando-a do abuso através de uma forma de localizar no sujeito o desejo e o impulso afetivo-sexual por indivíduos pré-púberes – em outros termos, um pedófilo não seria necessariamente um abusador, da mesma forma como um abusador não necessariamente seria um pedófilo.

<sup>143</sup> O campo jurídico não dispõe de tipificação penal para pedofilia; ela não existe como objeto na legislação. O que o direito prevê são crimes referentes a estupro e atentado violento ao pudor contra sujeitos menores de 14 anos. No âmbito das discussões hodiernamente, porém, os saberes jurídicos têm sido frequentemente chamados a pensar punições mais severas e exemplares para tais casos, instituindo-se um campo específico de crime, situado entre a “monstruosidade” e a “doença”.

relações sociais, categoria que reporta à leitura dos conflitos a partir dos mecanismos judiciais (RIFIOTIS, 2004; ver RIFIOTIS, 2012b) e que se refere, pois, à “crescente invasão do direito na organização da vida social”. Como efeito desse fenômeno, o direito, suas linguagens e seus instrumentos passam a adentrar mesmo aqueles espaços tidos como o domínio “das práticas sociais tidas, tradicionalmente, como de natureza estritamente privada, como são os casos das relações de gênero e o tratamento dado às crianças pelos pais ou aos pais pelos filhos adultos” (DEBERT, 2006, p. 16).

A judicialização, dessa forma, ao mesmo tempo em que implica o alargamento do acesso à justiça – por meio do alcance a causas vistas como privadas ou usualmente atribuídas ao domínio doméstico – e a aplicação de métodos repressivos e de curto prazo na resolução dos conflitos, acaba por desvalorizar outras modalidades que busquem mediá-los ou solucioná-los, bem como promove a leitura jurídica dos conflitos a partir de categorias universalizadas pressupostas pelo âmbito legislativo (RIFIOTIS, 2007, 2012a). Desse modo, como forma de leitura das experiências conflitivas a partir da perspectiva do crime, ela dificulta a compreensão e a intervenção junto a conflitos interpessoais (RIFIOTIS, 2012b).

Ao estender a noção de judicialização das relações sociais para a abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso ou da Lei Maria da Penha, Rifiotis (2006b, p. 13) entende que tal processo diz respeito a “uma questão polêmica, sobretudo no Brasil, onde o desenvolvimento de instrumentos legais não é correlato à capacidade de controle do Judiciário”. Pensar criticamente o fenômeno denominado judicialização não implica, porém, invalidar os mecanismos judiciais nas relações intrafamiliares, por exemplo; antes, trata-se de sinalizar que essa forma de leitura não pode ser exclusiva e que a criminalização dos “problemas sociais” é limitadora dos esforços descritivos e analíticos (RIFIOTIS, 2007, p. 247). E essas considerações de Rifiotis são centrais para que possamos percorrer distintos caminhos conceituais e analíticos e mapear diferentes efeitos sem, no entanto, eliminar de nosso horizonte os inquestionáveis ganhos sociais implicados numa “politização da justiça” (DEBERT, 2010) – esta decorrente de determinados aspectos da judicialização.

É nesse sentido que se interpõe a discussão a respeito da polarização entre *vítima* e *agressor* não só como efeito dos esquemas classificatórios e descritivos da linguagem jurídica, mas também como diretriz na formulação e implementação de políticas públicas (BRUNATTI, 2011; CUNHA, 2015) e como gramática analítica que

marca boa parte da produção acadêmica sobre o campo de estudos das violências (RIFIOTIS, 2006a; CUNHA, 2015), tendo em vista algumas fragilidades no processo de “tradução dos objetos de agenda social em objetos de pesquisa” (RIFIOTIS, 2006b, p. 5). Assim, a judicialização consiste da “passagem de uma leitura centrada na ‘violência’ para outra focada no direito” (RIFIOTIS, 2008a, p. 228).

Em sua etnografia sobre recursos no Tribunal de Justiça de Santa Catarina referentes a casos de estupro intrafamiliar, Patrícia Cunha (2015, p. 31), ao retomar aspectos de sua experiência como psicóloga, demonstra como, nos cursos e nas normativas de orientação para o trabalho com políticas de atendimento, “o estupro em contexto incestuoso era discutido a partir de uma leitura jurídica e psicopatologizante, com as crianças e adolescentes cristalizadas no lado das vítimas, e com seus pais, padrastos, avôs, tios, primos e irmãos no extremo oposto, no lugar de agressores”. Como vimos com Dussy e Le Caisne (2007), essa modalidade de apreensão dos eventos ignora e reduz toda a complexa economia afetiva que caracteriza os arranjos familiares. Além disso, produz-se um efeito moral sobre o próprio processo de questionamento a respeito do modo como tais polos são construídos e organizados:

[...] no espaço institucional, questionar aquele olhar cristalizado na díade vítima-agressor ou as implicações da prática de denunciar causava em si certo incômodo, como se os maus-tratos contra as crianças – dentre os quais os abusos sexuais intrafamiliares – operassem como uma categoria a-histórica e a-cultural, e como se o fato de colocar em questão o aspecto relacional da situação já tivesse em si mesmo algo de perverso [...] (CUNHA, 2015, p. 31).

Desse modo, a judicialização desenha dois desdobramentos relevantes: de um lado, “a morosidade e acúmulo de processos no judiciário, pela ampliação do seu escopo de ação”; e de outro os efeitos homogeneizadores decorrentes da polarização entre vítima e agressor (RIFIOTIS, 2012d, p. 18).

Diante de tais debates, é importante não se perder de vista que, apesar desses efeitos, o avanço do campo dos direitos sobre domínios mais privados da vida constitui espaços oriundos de demandas dos movimentos sociais e conquistas em torno de uma agenda igualitária, capaz de traduzir em direitos os interesses de determinados segmentos

(DEBERT, 2006, p. 18). No que diz respeito ao campo da infância e da adolescência, esses aspectos merecem ser especialmente sublinhados; afinal, a ação das instituições que visam à *promoção dos direitos* se propõe a assegurar a esses pequenos e/ou jovens sujeitos modalidades de equiparação das relações assimétricas de poder às quais estão submetidos.

Levando-se em conta seus diferentes desdobramentos e implicações, a judicialização, portanto, parece-me uma chave conceitual importante no que tange à circulação e à apropriação das denúncias ao longo dos fluxos nas redes de proteção. De um lado, ela remete à linguagem e aos instrumentos por meio dos quais o Estado acessa as relações domésticas, familiares, afetivamente próximas, de modo a promover o acesso à justiça e formas de equiparação entre relações assimétricas mesmo naqueles domínios tradicionalmente tomados como privados e isentos das ações e dos instrumentos dos setores públicos. De outro, expressa transformações ou traduções políticas e judiciais da experiência e os desníveis entre as formas de resolução a que se chega e as expectativas dos sujeitos que empreendem a denúncia (ver RIFIOTIS, 2012a, 2012b), de maneira que, em alguma medida, esse procedimento acaba por eventualmente promover a desistência (ou dificultar a adesão) dos sujeitos em relação ao conjunto de procedimentos.

Além disso, outro aspecto contemplado pelo debate sobre a judicialização diz respeito a configurações de sujeito e aos modos de conceber o sujeito com base nas leituras de que se lança mão. O viés judicial pressupõe, em linhas gerais, um ordenamento dos envolvidos em termos de vítima e agressor – polos que podem ser associados respectivamente a concepções de passividade e atividade/agência. Ao designar certos eventos como *violência* e seus envolvidos como vítima e agressor, instaura-se essa classificação como “crucial no processo de modelação das próprias experiências” (LOWENKRON, 2012, p. 16). É nesse sentido que a lei é “também produtora de sujeitos, e a judicialização define posições de sujeito” (RIFIOTIS, 2012d, p. 19). Entretanto, como sabemos e como vimos até aqui, essas categorias atribuem aos envolvidos posições com pressupostos morais previamente organizados. Essa modalidade de apreensão judicial, embora se destine a fins jurídicos específicos, deixa de fora a complexidade dinâmica que caracteriza as relações por ela descritas – especialmente em se tratando da condição de crianças e adolescentes como sujeitos.

Antes de passarmos ao próximo tópico, faz-se necessário aqui um adendo extremamente relevante ao conjunto de reflexões que compõem este trabalho. Pensar nessas crianças e adolescentes como “sujeitos” –

ou como “sujeitos de direitos” – não implica, de forma alguma, negar ou desconsiderar as significativas relações de poder em que as mesmas se encontram enredadas juntamente com os demais protagonistas dos episódios de abuso sexual. A díade gênero-idade constitui o centro dos dramas aqui relatados<sup>144</sup>, bem como das assimetrias que situam desigualmente os sujeitos envolvidos tanto uns em relação aos outros quanto em relação aos canais públicos de acolhimento institucional e de promoção de justiça formal. Em lugar de teorizá-las ou de abordá-las com base na literatura a respeito, optei por apresentar descritivamente tais relações de poder na medida em que narrava os casos ao longo dos capítulos anteriores, detalhando as complexas tramas em que os episódios e seus desdobramentos se davam. Ademais, o que podemos pensar a partir daqui é o modo como enquadramentos inevitavelmente produzem “restos” (RIFIOTIS, 2015), os quais, por sua vez, revelam especificidades das relações e distintos graus de negociação. Se Amanda e Bruna dispunham de uma série de ferramentas que lhes possibilitaram construir projetos para abandonar a situação que vivenciavam, coube à pequena Olívia recorrer à mãe, ao passo que Milena, quando aos oito anos, não se via capaz de precisar seu desconforto diante das “carícias” do padrasto, levando alguns anos até ser capaz de compreender aquele sentimento.

## *5.2 Crianças e adolescentes: entre sujeitos e direitos*

As agendas públicas de incentivo à denúncia, mobilizadas em torno da linguagem dos “direitos”, também costumam vislumbrar crianças e adolescentes envolvidas/os em casos de abuso sexual ou de “sexo intergeracional envolvendo menores” (LOWENKRON, 2008) de modo homogêneo e direcionar as demandas por justiça em relação a acusados comumente caracterizados também de forma homogênea (ver LOWENKRON, 2008; CUNHA, 2015).

De acordo com o que foi discutido em capítulos anteriores, o conjunto de interações, de práticas cotidianas e de negociações nos arranjos familiares permite que se entreejem sujeitos com distintos projetos e com sentimentos ambivalentes nas tramas das relações – além de diferentes graus ou recursos para agenciamentos, conforme discutido acima. Nesse sentido, a classificação dos envolvidos em termos de vítima e agressor toma um corte no fluxo das relações para registrá-los e enquadrá-los, subsumindo os agenciamentos que precederam o ato

---

<sup>144</sup> Observação de Adriana Vianna na ocasião da defesa desta tese.

denunciado, bem como aqueles que sucedem a ele. Há aqui dois tipos de sujeitos delineados pela leitura criminalizante: o sujeito-vítima – marcado pela minoridade e cuja vitimidade é condição de reconhecimento social e de acesso à justiça (RIFIOTIS, 2014a; VIEIRA, 2014) – e o sujeito-agressor ou o *monstro* – sendo que este último passa a ter sua própria humanidade questionada (idem).

É nesse sentido que Laura Lowenkron (2012) traz a discussão sobre a emergência do “pedófilo” como um “monstro contemporâneo”, entendendo, com base em Foucault, que “a noção de *monstruosidade* não se restringe ao domínio do proibido ou do contra a lei, mas do ininteligível ou do contra a natureza, combinando, portanto, o impossível, o proibido e o inimaginável” (idem, p. 2). Para ela, um dos aspectos mais atemorizantes na figura *monstruosa* do *pedófilo* é o fato de que ele “se parece conosco” (idem, p. 124). Ao se levar em conta o caráter de exterioridade e de alteridade que marca as concepções morais sobre as *violências* (RIFIOTIS, 1997), essa semelhança e indistinção com relação ao sujeito considerado pedófilo ou abusador acaba por embaralhar nossas referências tradicionais.

Por outro lado, essa monstruosidade não diz respeito a algo que acomete instantânea e homogeneamente aqueles sujeitos que realizam tais práticas transgressivas. A proximidade ou a distância em relação a eles, em termos de serem considerados um “*de nós*” ou um “*outro*”, impacta sobremaneira o modo de caracterizar esses sujeitos. Como nos fala Steven Hitlin (2015, p. 46-47),

[...] indivíduos são definidos [...] por suas prioridades morais autojustificadas. Consideramos as pessoas de nossos próprios grupos como sendo mais morais do que aquelas que definimos como as “*outras*”; vemos nossas próprias ações [...] como aceitáveis, até mesmo quando as condenamos em outros. E somos mais generosos com nossos próprios sentimentos e ações, uma vez que as pessoas geralmente estão convencidas de sua própria decência moral, quando não consideram a si mesmas como exemplos de moralidade [...].

É nesse sentido, por exemplo, que o episódio envolvendo Lucas e Renata trouxe diferentes modos de qualificar moralmente o adolescente – de “monstro” que deveria ser contido e punido, na visão de Arlete; ao garoto que precisava ser defendido e receber novas chances, na visão da

maioria de seus parentes. Designar ou nomear o *agressor* segundo aquela polaridade implicada na perspectiva judicial, em muitos casos narrados, tornava-se particularmente impraticável. Nos casos envolvendo pessoas demasiado próximas, era comum que, mesmo que as denúncias viessem à tona, houvesse ponderações a amenizar a falta moral decorrente do ato cometido pelo acusado – sublinhavam-se suas boas qualidades, o fato de ser *um bom homem, um bom marido, um bom pai*; de ter *sustentado* ou *assumido* os enteados ou de *não ter deixado faltar nada*. Assim, essas operações no ato de narrar os eventos tornavam os sujeitos e os atos por eles praticados não tão intoleráveis ou inaceitáveis quanto pressupunham as narrativas oficiais dedicadas à *proteção aos direitos* de crianças e adolescentes<sup>145</sup>.

Por outro lado, aqui estamos situando tais debates no campo da infância e da adolescência, em relação ao qual há alguns impedimentos morais específicos. Adriana Vianna (2002, p. 231) se refere aos “intoleráveis da infância” como tipos de práticas que se mostram altamente antagônicos com relação às crianças: abandono, sexo, violência e mercado. Para ela, essas modalidades, como valores, desautorizam seus agentes a manter seu laço com a criança, muito embora haja maneiras variadas de falar a respeito e de construir silêncios em torno delas (*idem, ibidem*).

Ainda de acordo com Adriana Vianna (2002, p. 9), o termo *menor* diz respeito àqueles considerados incapazes ou parcialmente incapazes de responder integralmente por seus atos e que, portanto, carecem de um tipo especial de proteção que os coloca sob a autoridade responsável de outrem. A menoridade implica autonomia parcial e subordinação no âmbito de um conjunto de relações ou de uma determinada configuração social (*idem, ibidem*). Assim sendo, “o caráter tutelar da gestão de *menoridades* depende [...] do reconhecimento de que esta se dá não apenas através da construção de mecanismos de controle sobre indivíduos submetidos a essa condição

---

<sup>145</sup> A forma como historicamente a infância foi significada é contemplada por autores que tratam seus sentidos e seus modos de regulação (ARIËS, 1981; VIANNA, 2002; SCHUCH, 2009b; LOWENKRON, 2012; CRUZ, 2014). Não me deterei aqui a tais análises; apenas assinalo a importância de tais abordagens, como a ideia de *infância inocente* e *sujeitos especiais de direitos* (LOWENKRON, 2012); normas de regulação internacional da infância (VIANNA, 2002, p. 71); mudanças históricas na legislação em torno da figura do menor para a infância universal e o sujeito especial de direitos (SCHUCH, 2009), etc.

legal, mas também da produção de *responsáveis* – indivíduos ou redes de indivíduos – por esses *menores*” (idem, p. 33).

Com relação à tutela, há ainda de se explorarem as relações com o Estado. Luiz Eduardo Figueira e Regina Lúcia Teixeira Mendes (2014) abordam, com vistas aos direitos do trabalhador, os sentidos da categoria “hipossuficiência” no discurso jurídico brasileiro, demonstrando que ela serve de justificativa para necessidade de proteção pelo Estado. Tal noção, como demonstram os autores, justifica a tutela estatal para determinados segmentos sociais; por meio dela, é possível vislumbrar como o princípio universal é atualizado de forma particular nas sensibilidades jurídicas. A ideia de hipossuficiência pressupõe que, embora os direitos fundamentais se destinem a todos os brasileiros, eles estão indisponíveis, cabendo ao Estado a missão de protegê-los – os direitos. Ainda segundo os autores, a tutela de direitos se torna tutela de pessoas, que seriam, na visão dos operadores, incapazes de decidir sobre si. A doutrina jurídica coloca que tutelados pela lei e garantidos pelo Estado são os direitos; porém essas noções são revistas na medida em que se persegue a igualdade jurídica, ao se entender que “o Estado deve tratar desigualmente os desiguais” (idem, p. 525). Os cidadãos tidos como mais fracos “são vistos pelo mundo jurídico como seres tuteláveis, incapazes, a terem suas vontades minimizadas e substituídas pela vontade do agente do Estado, daí a ideia de hipossuficiência” (idem, *ibidem*). A ideia de igualdade jurídica que nos rege não parte de tratar a todos igualmente, mas de um mecanismo compensatório que trata de “desigualar juridicamente para igualar socialmente” (idem, p. 526). É, portanto, o princípio da isonomia jurídica que abre espaço para a ideia do direito à diferença. No entanto, sinalizam os autores que a condição de “protegido” perpetua a posição de submissão dos tutelados, interessando, pois, mais ao protetor do que a quem ele protege.

Esse debate consta nas reflexões de Rifiotis (2012a; 2014), para quem a ênfase nos direitos desvela a relação entre direitos do sujeito e sujeito de direitos. Se em um primeiro momento o debate em torno do Estado e das políticas nos colocam centralmente os direitos do sujeito – reforçados, sobretudo, pela judicialização das relações sociais e pela institucionalização das lutas sociais (RIFIOTIS, 2008b) –, sua proposta é promover um “deslocamento do centro de gravidade do debate atual” com direção aos sujeitos de direitos (RIFIOTIS, 2012a, p. 16). Essa inversão, ancorada na “volta do sujeito” e, portanto, nas práticas sociais (RIFIOTIS, 2014b), leva em conta a dimensão vivencial das experiências, a agência e a ação social dos sujeitos, os quais se

apropriam dos direitos e os operam circunstancialmente, mobilizam-nos e dão-lhes vida. Se a primeira abordagem situa os sujeitos em termos de tutela e minoridade e privilegia a responsabilidade do Estado em assegurar os direitos dos cidadãos, a segunda parte de situar o lugar dos sujeitos, sua participação e sua maioridade, tendo em vista um “sujeito social que se apropria e ressignifica seus direitos de modos específicos e contingentes relativamente ao campo de possibilidades a partir do qual ele organiza sua ação” (RIFIOTIS, 2012a, p. 21-22). Sendo assim,

[...] ao falarmos de sujeito de direitos a atenção analítica e política deve voltar-se para o sujeito como operador, avaliador, integrador de múltiplas perspectivas e formulador de modos de ação coerentes com a sua perspectiva. Precisamos conhecer melhor este operador, seus modos de agir e avaliar o mundo e seus interlocutores no mundo. [...] sem esta perspectiva vivencial, que resgate e problematize a agência dos sujeitos, os Direitos Humanos estarão condenados a se tornarem em um repertório, um conjunto de valores, sem que saibamos como entre eles e com eles vivem os sujeitos aos quais eles se referem. Afinal, o patrimônio que podem representar os Direitos Humanos somente poderá ser construído e mantido vivo com os seus sujeitos (RIFIOTIS, 2014b, p. 130).

A discussão proposta por Rifiotis a respeito da relação entre sujeito de direitos e direitos do sujeito é lida de forma teoricamente instigante e produtiva por Fernanda Cruz (2014). A autora lança mão da técnica de reversão figura e fundo de Roy Wagner (2010) com o objetivo de demonstrar como as ênfases podem ser dinâmicas, ora sendo os direitos colocados em primazia em relação aos sujeitos, ora privilegiando-se o foco sobre os sujeitos com relação ao campo dos direitos. É a partir dessa chave teórica que Cruz (idem, p. 74) analisa como historicamente a trajetória das políticas de proteção à infância e à adolescência aponta para a centralidade do Estado e dos direitos do sujeito, tendo alocado os sujeitos como fundo em contraposição aos direitos, estes na posição de figura. O efeito desse modo como as políticas e os direitos são tornados figura obscurecem os sujeitos, que permanecem em segundo plano – ou como fundo. O que a abordagem etnográfica voltada à dimensão vivencial dos sujeitos propicia é a

inversão desse modo de focalização, trazendo ao centro – ou como figura – os sujeitos com relação às políticas públicas e ao campo dos direitos (CRUZ, 2014, p. 114). Dessa maneira, direitos e sujeitos configuram uma relação dinâmica:

Trata-se, portanto, não de identificar aqueles que estão simplesmente submetidos às leis, mas sim de enfatizar que há uma dupla relação entre sujeitos e direitos: os direitos fazem das crianças e adolescentes sujeitos, cidadãos e estes, ao serem vistos como sujeitos, têm seus direitos reconhecidos e garantidos pela lei (idem, p.78).

A partir daqui, somos conduzidos, portanto, ao tema do sujeito e de seus modos de constituição. Cabe situar que o sujeito difere do ator, do indivíduo e da pessoa (MALUF, 2013; RIFIOTIS, 2014b); ele é “aquele que atua frente a lógicas externas, avaliando-as e situando-as, identificando e operando sobre contradições que elas geram em outros contextos” (RIFIOTIS, 2014b, p. 125). Mais ainda, o sujeito constitui elemento central na abordagem antropológica do contemporâneo (MALUF, 2013).

### *5.3 Sobre moral e configurações de sujeito*

Os debates sobre moralidade (e ética) conduzem a questões de agência, engajamento ético e modos de subjetivação. Michel Foucault (1984) sinaliza caminhos que têm sido produtivos nas reflexões antropológicas. Ao propor-se uma abordagem da história da sexualidade, ele entendeu como necessária a análise dos três eixos que a constituem – a saber, “a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam suas práticas e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (idem, p. 10). Para tanto, centrou-se nas práticas que conduziram os indivíduos a “prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser” (idem, p. 11). Para ele, portanto, é através dessas modalidades de relação consigo que o indivíduo “se constitui e se reconhece como sujeito” (idem, *ibidem*).

A ideia de *moral* em que se ancora o pensamento de Foucault tem a ver com a multiplicidade de sentidos que ela guarda. Conforme

explica o autor, moral designa, por um lado, um “conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos” (idem, p. 26). Essas regras podem ser formuladas de modo coerente e explícito no interior de determinada doutrina, mas também podem ser transmitidas de modo difuso, constituindo um conjunto de elementos heterogêneos, que se mostram complementares ou díspares e contraditórios. A esse conjunto prescritivo, ele propõe chamar “código moral”. Por outro lado, moral também se refere ao comportamento empírico dos indivíduos com relação às prescrições, o que implica suas formas de submissão, resistência, respeito ou negligência com relação a determinados princípios e conjuntos de valores. Assim sendo, o estudo dessa “moralidade dos comportamentos” concerne à maneira e às “margens de variação ou de transgressão” pelas quais os indivíduos se conduzem em referência a um sistema prescritivo a respeito do qual possuem consciência mais ou menos clara (idem, *ibidem*). Mas um terceiro sentido ainda se impõe – e este é o que particularmente nos interessa aqui: “a maneira pela qual é necessário conduzir-se [...], a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo com referência a elementos prescritivos que constituem o código” (idem, p. 27). Assim sendo, diante de determinados códigos de ação, os indivíduos agem em conformidade ou em divergência com eles, constituindo-se, mais do que como agentes, como *sujeitos morais*.

Com base em tais reflexões, Foucault entende que o indivíduo se constitui como sujeito moral na relação consigo, em suas ações, pensamentos ou sentimentos. A ênfase nessa forma de se conceber moral – centrada nas formas de subjetivação e das práticas de si – reside nas formas de relação consigo, nas técnicas pelas quais essas relações são elaboradas, nos modos pelos quais o sujeito se coloca como objeto a ser conhecido e nas suas próprias reflexões, nas práticas que possibilitam a transformação de si mesmo (idem, p. 30). Ademais, é através da realização da *ação moral* que o indivíduo se constitui como determinado tipo de *sujeito moral* (idem, 28) – o sujeito se constitui pela prática. Uma ação moral, por sua vez, não se reduz a atos conforme a regra, lei ou valor. Muito embora ela guarde relação com esses conjuntos prescritivos, ela implica sobretudo uma relação consigo, a qual não se limita a uma “consciência de si”, mas se refere à constituição de si como sujeito moral, processo em que

[...] o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define

sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se. Não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco a constituição do sujeito moral sem os “modos de subjetivação”, sem uma “ascética” ou sem “práticas de si” que as apoiem. A ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras e de interdições (idem, p. 28-29).

Judith Butler (2004), por sua vez, retoma as discussões de T. W. Adorno sobre ética e moralidade em um diálogo com o pós-estruturalismo com o intuito de rebater as críticas segundo as quais a teoria do sujeito em Foucault minaria a possibilidade de se pensarem a agência (*agentivité*) e as responsabilidades morais. Em Adorno, assinala Butler (idem), a moralidade depende de um “eu” que age e que, portanto, só existe implicado pelas condições sociais e morais de sua emergência, as quais excedem a significação pessoal; o “eu” não se aparta, portanto, da matriz moral a partir da qual emerge nem do conjunto de relações que constituem sua história. Para ela, é justamente o fato de o “eu” não dispor de pleno controle sobre as condições sociais de sua emergência que se torna possível o aparecimento da moralidade, uma vez que, quando se percebe em discordância em relação às normas morais que negocia, o sujeito passa a deliberar sobre essas normas, colocando-as sob crítica e questionamento. Ademais, essa chamada “opacidade” que o sujeito dispõe sobre si mesmo decorre da relação que mantém com os outros – relação esta que, por sua vez, constitui precisamente o lugar da responsabilidade ética.

A partir dessas reflexões, ainda, Butler destaca que, diferentemente de Nietzsche, que concebe a internalização da moralidade como enfraquecimento da vontade, Foucault a concebe como inventiva, sendo que esse “eu” que a moralidade faz emergir não concerne a uma agência a ser reprimida por um conjunto de regras, mas a um processo permanente e aberto de questionamento a respeito da relação que se elabora consigo mesmo, sempre em referência à *injunção*.

A injunção, por sua vez, concerne à “cena” em que o sujeito se elabora e implica que ele não seja meramente um efeito de normas e que tampouco seja livre em relação ao conjunto de normas que o produzem e que viabilizam sua reflexividade. A agência, portanto, não ocorre senão relativamente a “um campo de restrições que ao mesmo tempo habilita e constanja”. É nesses termos que Butler situa o paradoxo segundo o qual o sujeito se produz pela força da moralidade, mas ao mesmo tempo encontra sua relação com ela.

As discussões em torno de moralidades e políticas públicas, por sua vez, remetem ainda às políticas e às lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003). A inscrição dos sujeitos como *vítimas* lhes assegura o ingresso em uma economia jurídica e moral que lhes possibilita ganhos jurídicos específicos. Didier Fassin e Richard Rechtman (2009) debruçam-se sobre o processo pelo qual, no período de menos de três décadas até hodiernamente, o “trauma”, em seus sentidos clínicos e metafóricos, difundiu-se como uma linguagem menos clínica que moral, passando a referir-se a diferentes eventos e a operar na definição de políticas de reparação e reconhecimento – isto é, um significante para uma pluralidade de significados. Através da linguagem do trauma, operando como um horizonte moral, emergiu uma nova condição de vitimidade, em que a vítima passou a ser reconhecida como tal, e o trauma passou a ter legitimidade em lugar das suspeitas usuais que sobre ele costumavam recair. Ademais, a verdade do trauma, argumentam os autores, reside não na psique, mas na economia moral das sociedades contemporâneas, referindo-se a uma linguagem de nossa era ao expressar uma relação específica entre tempo e memória.

De acordo com os autores, esse processo contemporâneo de ampliação do campo semântico da noção de trauma traz implicações históricas e políticas: de um lado, perde-se de vista o caráter historicamente recente da ideia segundo a qual a exposição a uma forma de violência pode ocasionar traumas e o reconhecimento de si como vítima; de outro, o atrelamento de certo caráter patológico aos eventos violentos obscurece os agenciamentos de que as pessoas identificadas como vítimas são capazes de lançar mão. Nesse sentido, Fassin e Rechtman (2009, p. xii) objetivam “desnaturalizar o trauma e repolitizar as vítimas”. Ao mapear os processos históricos pelos quais a noção de trauma adquiriu o estatuto de que desfruta atualmente, eles assinalam um *turning point* marcado pela influência dos movimentos sociais e das demandas por direitos sobre os círculos profissionais da psicologia e da psiquiatria e a difusão de uma ideia mais generalizada de trauma por espaços morais das sociedades contemporâneas. Assim sendo, Fassin e

Rechtman (idem) identificam uma dupla genealogia do “trauma”, uma de ordem clínica e outra de ordem moral, que opera nas políticas de atenção e de reparação às vítimas.

O trauma, portanto, não se configura apenas como fonte de angústias e sofrimentos a serem tratados, inclusive por programas públicos oriundos de iniciativas nacionais e transnacionais, mas também como uma chave na luta por garantias de direitos (idem, *ibidem*). Para Fassin e Rechtman (2009), conceber a dimensão estratégica do trauma implica reconhecer a inteligência social dos atores envolvidos, na medida em que se lançam luzes sobre os modos como os agentes sociais (psiquiatras, psicólogos, vítimas de acidentes, refugiados, advogados e ativistas) utilizam, reformulam e modificam as categorias de trauma e de desordem de estresse pós-traumático. Afinal, vítimas não são sujeitos passivos, portadores de rótulos legitimados por um tipo de expertise vitimológica; antes, agenciam a ideia de trauma em busca de reconhecimento, seja ele em relação a ressarcimento financeiro por danos ou à classificação social segundo uma categoria pública mais amena e honrosa.

Tal debate, portanto, remete diretamente à agência e à dimensão vivencial (RIFIOTIS, 1997, 1999, 2006, 2014b) das práticas sociais. Se tomado como dado e como uma linguagem neutra e universal em relação a um conjunto etiológico e de sintomas, o trauma oblitera os agentes e suas experiências específicas, negligenciando os diferentes significados e projetos que eles agenciam a partir dessas experiências (ver FASSIN e RECHTMAN, 2009). Se os eventos denominados traumáticos não reduzem os sujeitos, tampouco estes concordam necessariamente com a imagem do sujeito traumatizado. Não há como saber se as pessoas se consideram ou não vítimas; mas, se encontram no espaço moral da vitimidade e do trauma a possibilidade e os meios de serem ouvidas, revelam mais sobre as economias morais de nossa era do que sobre sua intimidade e subjetividade (idem, *ibidem*). É nesse sentido que, de acordo com Fassin e Rechtman (idem), o reconhecimento público a partir do qual as vítimas se mobilizam acionando a noção de trauma cria possibilidades para uma antropologia do sujeito, isto é, voltada aos processos políticos de subjetivação em lugar das “profundidades individuais”.

Por um lado, a recorrente apreensão e leitura dessas experiências sob o signo do trauma aprisionam, em um marco de determinismo emocional insuperável, crianças e adolescentes que experienciam o

abuso, o estupro e a exploração sexual<sup>146</sup>, negligenciando outras dimensões de suas vidas e os agenciamentos e projetos que emergem dessa experiência ou para além dela – e poderíamos dizer que o mesmo processo se aplica aos perpetradores do abuso ou estupro, cuja trajetória, anterior e posterior ao evento, passa a ser em grande medida lida e condicionada publicamente por ele. Por outro, adequar-se a ou identificar-se com essas formas de classificação constitui uma via para a consecução de ganhos jurídicos e para formas de restituição moral.

#### 5.4 A noção nativa de “cultura”: um debate sobre moralidades

Ainda em 2012, enquanto visitava a Comissão de Justiça e Paz, em Belém, tive contato com uma carta escrita por um homem que se encontrava preso ou detido em algum município do Marajó. Nessa carta, endereçada ao bispo Dom Luiz Azcona e à irmã Henriqueta Cavalcanti – ambas figuras de notoriedade no embate contra abuso e exploração sexual infanto-juvenil no Pará –, ele lembrava que já lhes pedira ajuda em outra ocasião, quando buscava recursos financeiros para a elaboração de um documentário a respeito da exploração sexual de crianças e adolescentes no Marajó. Alegava ter sido preso injustamente, sob a acusação de que forjara imagens representando casos de abuso sexual de crianças em embarcações quando contratado para obter flagrantes a serem exibidos por um programa de TV. De acordo com o autor da carta, ele vinha sofrendo uma espécie de retaliação por expor uma realidade que, para muitas autoridades e pessoas de grande prestígio e poder econômico, seria inconveniente que se tornasse pública. De fato, ele reconheceu que o vídeo entregue à equipe de TV que solicitou o flagrante havia sido forjado; todavia, segundo ele, a versão produzida simulava fielmente uma situação recorrente na realidade marajoara – a das chamadas *meninas balseiras*.

---

<sup>146</sup> No relatório da CPI empreendida pela ALEPA, por exemplo, há afirmações como: “afirmamos com convicção que muitas vítimas têm a sua integridade como seres humanos irremediavelmente comprometidos, ainda que possam ter superado o trauma inicial” (p. 13); “o abuso sexual [...] afeta irremediavelmente o desenvolvimento das vítimas. É a desumanização de quem é atingido, destruindo a sua identidade, transformando-a em mercadoria e objeto que atende à nefasta necessidade do abusador. Se junta à violação do corpo, a violação da alma” (p. 13); “a CPI permitiu trazeremos à luz crimes silenciosos, malignos, com sequelas emocionais incuráveis e dar voz aos que foram atemorizados para se calarem” (p. 14).

O que a experiência do autor da carta me permitiu entrever foi uma ideia que seria reiterada ao longo do campo, embora sob diferentes categorias – ou “camuflagens” conceituais. Segundo o denunciante-acusado, a delegada lhe dizia, a respeito do quadro de exploração sexual infantil na região, que “*não podemos mudar, está na cultura desse povo*”.

A ideia de *cultura* como uma chave explicativa para a alta incidência de situações de violação sexual de crianças e adolescentes é bastante recorrente, muito embora o que se entenda por “cultura” e as avaliações morais a que ela se vincule ou que ela descreva sejam variadas. Aliás, não apenas casos de exploração e abuso sexual, mas outros episódios de conflito, resolução de contendas ou violação de direitos são também capturados pela explicação de que se trataria da “cultura” daquelas pessoas, daquela família extensa, daquela povoação, daquela vila – e, no limite, daquela classe socioeconômica.

Essa noção de *cultura*, equacionada às ideias de costume, hábito, tradição e trajetória de repetição histórica ao longo de gerações, remete a concepções de imutabilidade, de resistência ao desdobrar do tempo, de impermeabilidade a conceitos oriundos das reconfigurações do Estado de direito. E daqui se delineiam, em linhas gerais, dois desdobramentos: um é o recurso da ideia de cultura como equivalente ao que se poderia chamar de “resistência à ação civilizatória do Estado”; outro é a ideia de cultura como acomodação, isto é, como meio de justificar, por vezes até com um caráter de compaixão, as situações adversas que tendem a repetir-se, a despeito das tentativas de intervenção por parte das instituições relacionadas ao Estado. Vale esclarecer que esses “desdobramentos” aqui referidos não se constituem de procedimentos usuais distintos; trata-se, antes, de uma forma analítica de justamente “desdobrar” aspectos implicados pelo uso da noção de “cultura” nesses contextos. Além disso, ambos, igualmente atravessados ou implicados pelo campo das moralidades, acabam por operar invariavelmente uma distinção entre *nós* (os sujeitos da enunciação) e *eles* (os sujeitos sobre cujas concepções e ações se fala).

A modalidade de cultura como modo de condenação civilizatória é acionada, sobretudo, por sujeitos cujos princípios e cuja orientação se articulam ao Estado de direito. É o caso de professores, gestores, secretários. Aqui se interpõem conflitos e acomodações entre os entendimentos e valores do Estado e os das famílias ribeirinhas. Esse “diálogo” se mostra tenso, por vezes conflituoso. Na localidade do Rio Guajará, bastante distante da sede de Currealinho e situada entre este município e o de Breves, enquanto apurava o caso de Lucas e Renata,

pude ouvir essa modalidade de elaboração. Como já descrito anteriormente, a menina, à época com sete anos, fora estuprada pelo primo, com treze na ocasião; e o fato envolvia membros de uma família extensa que morava ao longo de um mesmo rio, o Tauari – um braço do Guajará. Ao avaliarmos o caso e as recorrentes narrativas dos sujeitos, pareciam sobressair mais os conflitos e acusações que os adultos promoviam e interpunham entre si usando como meio o ocorrido do que a própria situação do estupro. Mesmo os cuidados com a criança e com o adolescente protagonistas do episódio de violação ficavam – como não só ouvi mas também pude presenciar – em um segundo plano. Como não cessassem as brigas nem mudasse o grau de atenção às crianças, avaliava-se, da parte das professoras da escola daquela comunidade, que era da tradição e da *cultura* do povo daquele rio a predileção pelo conflito, pelas normas e soluções domésticas, e, conseqüentemente, pela permanência dos parâmetros morais internos e/ou locais em detrimento dos parâmetros propostos por instâncias institucionais como escola, justiça e sistema de saúde. Essa fórmula avaliativa não se restringia aos processos ou às tentativas de intervenção no caso do estupro e do conflito familiar instaurado a partir daí, mas também era acionada ao se relatar a falta de engajamento de pais e alunos da localidade à formação escolar das crianças e adolescentes, às dificuldades de adesão dos adolescentes à lógica escolar, etc. Tampouco se restringia ao setor da educação: era utilizada também para sinalizar uma suposta ineficiência de medidas públicas municipais, por exemplo, antes mesmo que elas fossem adequadamente planejadas ou implementadas – situação que, por sua vez, tornava particularmente difícil acreditar em que medida haveria essa resistência e em que medida ela era uma construção fantasiosa para justificar antecipadamente que o município não tomasse qualquer iniciativa<sup>147</sup>.

Outra modalidade do uso da concepção de cultura se relaciona, como dito acima, a uma ideia de acomodação. Trata-se de uma forma conceitual de narrar que as coisas são do jeito que têm sido e que não serão modificadas em curto prazo; que elas são como o são, a despeito

---

<sup>147</sup> A ideia de que determinadas medidas políticas referentes a educação e conscientização não funcionariam no município era recorrente. Certa vez, ao procurar gestores municipais com a proposta de um projeto referente aos animais de rua e à promoção da saúde pública, ouvi que *não adiantaria*, que as pessoas *não mudam*, que tal tipo de intervenção seria inegavelmente *ineficaz*. Essa formulação acabava inclusive se sobrepondo ao argumento relativo ao baixo orçamento do município para ações públicas.

de tentativas de intervenção (estatais e civilizatórias) para alterá-las. Ou seja, mais do que descritiva e ancorada em uma operação distintiva de julgamento com base na reiteração do passado (como a modalidade anteriormente discutida), concerne a uma operação constatatória do estado de coisas do presente e articulada a projeções (a de que não haverá mudanças). É nesse sentido que entendo, por exemplo, a fala da delegada ao autor da carta mencionada acima. E é nesse sentido que compreendo também a fala de um interlocutor bastante envolvido na apuração de casos no Marajó segundo o qual as ações de denúncia da CNBB eram, de alguma forma, ineficientes, na medida em que “*é da cultura*” local que as adolescentes sejam colocadas, ainda bastante jovens, em contatos sexuais com adultos e mesmo que os pais favoreçam, facilitem, incentivem ou pelo menos aceitem esses contatos ou os contatos com determinadas classes de homens. Para ele, portanto, sendo “da cultura”, haveria uma espécie não exatamente de resistência, mas de contramovimento a determinadas pautas propostas pelas agendas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes; de sentidos situados além ou aquém dessas pautas oficiais, a correr paralela ou concorrentemente a elas. Apesar de sua indignação diante dos casos, pois, ele pragmaticamente estabelecia “a cultura” como canal de práticas a serem reiteradas, na contramão dos pressupostos de órgãos oficiais e das políticas públicas de atenção à infância e à adolescência.

Essas formas de usar a ideia de cultura – ou de tradição – têm como efeito, conforme dito antes, uma distinção entre *nós* e *eles*: os adeptos das lógicas de Estado e civilizatórias e os *outros*, os impermeáveis a elas, isto é, aqueles que se amparam em lógicas “anteriores” e “ultrapassadas” (sob uma concepção temporal e evolucionista) ou que vivem sob lógicas paralelas, tangenciais e/ou distintas às hegemônicas (do Estado). Ademais, elas se relacionam estreitamente a mecanismos de distinção de classes sociais na medida em que os “outros”, *eles*, os sujeitos de cuja “cultura” se fala, invariavelmente são sujeitos financeiramente pobres, com pouco acesso a recursos simbólicos, materiais e políticos; são pessoas de baixa escolaridade e de pouco contato direto com instituições formais do Estado. É preciso ter em vista, no entanto, que o que está em jogo aqui se relaciona aos modelos não ideais ou não “ideologicamente valorizados de *família*” (VIANNA, 2002, p. 63, grifo da autora), os quais “são traduzidos em termos de faltas (de *pobrezas*)”, de modo que essa percepção “orienta os expedientes administrativos mobilizados em cada caso” (idem, *ibidem*).

Fassin et al (2013, p. 14) lembram que é a partir de suas margens, em se tratando daquelas populações periféricas, “que uma verdade do Estado contemporâneo pode ser apreendida: na maneira de tratar os pobres e delinquentes, estrangeiros e detentos, na forma de administração das zonas urbanas sensíveis e nos dispositivos que prestam às fronteiras [...]”. A partir das margens (TROUILLOT, 2001; DAS e POOLE, 2008), evidenciam-se mais claramente a economia moral do Estado e suas práticas administrativas. Para tanto, em lugar da concepção de Estado como uma entidade com força central que perde ou desarticula seu domínio à medida que se aproxima das margens, Das e Poole (2008, p. 19) propõem que as práticas e políticas de vida nas áreas de margem “modelam as práticas políticas de regulação e disciplinamento que constituem aquilo que chamamos Estado”.

Irllys Barreira e César Barreira (2014), em sua etnografia acerca da economia moral das trocas eleitorais, sinalizam para formas de relação entre pobreza e moral no campo das práticas políticas. Os autores entendem que “a pobreza suscita uma reflexão sobre a moral, traduzindo em seu bojo reflexões sobre a filantropia, a obrigação e a expectativa de programas políticos contra a desigualdade” (idem, p. 479). Assim sendo, “a pobreza cria, portanto, uma situação de obrigação no processo de diferenciação e desigualdade. Trata-se de um discurso que circula nas mentes de postulantes a cargos de representação e eleitores, instituindo uma espécie de ‘senso comum da moralidade’” (idem, p. 477). Como vimos ao longo deste trabalho, todavia, as reflexões sobre filantropia e sobre a necessidade de programas de combate à desigualdade não estavam apenas entre os candidatos a cargos administrativos; elas eram permanentes entre demais personagens articulados ao campo das políticas públicas, associados mais diretamente ao Estado ou em diálogo com ele. Através dessas observações, construía-se correspondências gerais entre a ocorrência de casos de abuso e exploração sexual à miséria, à pobreza, à vida materialmente escassa a que estavam submetidas certas populações. Esse tipo de abordagem, porém, equipara-se, por exemplo, àquele paradigma que associa a violência à pobreza e à exclusão (RIFIOTIS, 2006a; VIEIRA, 2014)<sup>148</sup>.

---

<sup>148</sup> Segundo Clarisse Fabre e Éric Fassin (2003), algumas formas de imaginário social concebem a “violência sexual” a partir de um preconceito de classe, associando-a a classes proletárias e pauperizadas, a imigrantes, a áreas rurais e periferias, a estrangeiros “selvagens” – desse modo, a ideia de “cultura da violência” e de “cultura da pobreza” são aproximadas em tal campo de

Em uma lógica em que as políticas sociais se orientam pela “falta” (RIFIOTIS, 2008b; 2014b; CRUZ, 2014), essas famílias são tomadas como objetos de intervenção das práticas políticas e administrativas do Estado tanto pela via da assistência, da caridade e da compaixão humanitária quanto pela via do controle e da vigilância, do perigo em potencial. Se na primeira perspectiva vigora uma imagem de populações *vulneráveis, em risco* (CRUZ, 2014), às quais cabem práticas de gestão tutelar (ver VIANNA, 2002), na segunda essas populações possuem uma agentividade potencialmente perigosa, uma potência que precisa ser controlada, disciplinada e domesticada pelas técnicas de governo e de governamentalidade. Nesse jogo ambivalente da economia moral do Estado, a julgar pelas avaliações e falas de gestores e de outros funcionários de serviços públicos, nem as tecnologias de controle são eficazes, tampouco as políticas de assistência parecem mostrar seus efeitos “salvacionistas”, uma vez que há uma série de mecanismos de resistência que, para muitos deles, estaria alocada na *cultura dessas pessoas*. Aqui, a ideia de *cultura* parece operar uma espécie de inversão do lugar da “agência” (ORTNER, 2007) ou da “potência de ação” (CRUZ, 2014) com relação a essas perspectivas sobre as populações: afinal, aqueles *vulneráveis* resistem ao não aderirem às lógicas administrativas mediadas pelas instituições; e aqueles potencialmente perigosos ou centrífugos parecem opacos às técnicas governamentais em virtude de certa suscetibilidade à (ou prevalência da) “*cultura*” – tendo em vista que aqui *cultura* equivale a *estrutura* na argumentação que Wenerck (2014) propõe a respeito de agência do agente e agência da estrutura como dispositivos morais acionados situacionalmente pelos sujeitos.

A categoria *cultura*, nesses termos “nativos”, tem correspondência com a noção de cidadania malograda, tal como proposta por Guita Debert (2006). O modo como as populações-alteridade figuram nas falas e referências de gestores e demais agentes *sobre* elas supõe que, embora o Estado lhes ofereça condições por meio de serviços como educação formal ou acolhimento e assistência psicossociais, por exemplo – condições formuladas segundo a economia moral do próprio Estado –, elas falham em usufruir desses acessos a formas convencionalizadas de cidadania. E, por isso, ainda que os

---

acepções. Nesse sentido, indicam que as relações de poder devem ser pensadas como algo “entre nós”, não apenas como algo que ocorre entre “os outros” (FABRE e FASSIN, 2003, p. 134).

agentes responsáveis por colocar em movimento o campo das políticas públicas destaquem seu lugar e participação – às vezes, biografia – junto ao funcionamento dos mecanismos morais do Estado, entendem que esses seus *outros* “*não mudam, não tem jeito*”.

Há de se destacar aqui, mais uma vez, a ambiguidade com relação à *presença* e à *ausência* do Estado no modo como os gestores avaliam as condições e dinâmicas políticas da localidade. Em função de o Estado ser *ausente*, as pessoas se encontram em situações *vulneráveis* ou em *risco*; porém elas permanecem em situação *vulneráveis* e em *risco* **apesar** dos caminhos e das “oportunidades” que o Estado oferece.

Entre a *cultura* e o *Estado ausente*, a abordagem dos casos referentes a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes cria condições de emergência de uma ideia de sujeito *abandonado* por mecanismos externos de enquadramento “civilizatório”; de um sujeito cuja razão moral é obliterada por faltas simbólicas e materiais; de um sujeito cujas ações, escolhas, decisões, dilemas e vontades não ocupam lugares nas reflexões e nos debates sobre o conjunto de ocorrências ou sobre o *fenômeno* em torno dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, não somente crianças e adolescentes como também seus pares mais próximos podem vir a desfrutar do lugar compassivo (mas também suspeito) da “vítima”. Em vista disso, tomo aqui uma reflexão de Danielli Vieira (2014, p. 44) para continuar minha argumentação.

Tais figuras fazem parte de configurações do sujeito contemporâneo em que a emergência da figura da vítima do espaço público aparece como modalidade de expressão do sujeito (FASSIN e RECHTMAN, 2007). A “vítima” remete às ideias de inocência, de minoridade (BRUCKNER, 1997), e passa a ser considerada a condição necessária e legítima de demanda por reconhecimento social (HONNETH, 2003) por acesso à justiça (RIFIOTIS, 2011; 2012; 2013).

Para nossas reflexões, pensemos, para este momento, a “vítima” a que a autora se refere como esse sujeito “abandonado pelo Estado” e à mercê dos “designios culturais”. Além do lugar nas demandas por reconhecimento social e por acesso à justiça, essa condição figura também nas demandas por políticas públicas e nas disputas por espaço na agenda pública. O curioso é que, no entanto, ao mesmo tempo em que se fazem frequentes as demandas por ações “*do poder público*” ou para que o Estado se faça “*presente*”, supõe-se a inviabilidade ou uma

quase impossibilidade de que tais medidas produzam mudanças esperadas, uma vez que “*não adianta, é da cultura desse povo*”. Ademais, a aparente apatia que os gestores indicam nas dinâmicas desses seus *outros* deixa entrever as mobilizações e os recursos de que estes mesmos lançam mão ao não absorver integralmente as – ou ao não aderir “satisfatoriamente” às – lógicas do Estado.

### 5.5 ... e sobre “amoralidades”

Uma proposta possível é pensar o lugar desses sentidos de *cultura* na conformação do cenário de violações sexuais a partir da ideia de amoralidade, tal como Strathern (1997) propõe. No contexto da proposta de uma antropologia das moralidades (ver HOWELL, 1997), a autora sugere que o campo das moralidades abarca não somente o que se tem por moral e imoral – mas também o amoral. Ao discutir impasses implicados pela crítica feminista ao duplo padrão de gênero das leis, Strathern identifica, com base em sua etnografia entre os Hagen (e a partir de narrativas sobre casos de envenenamento cujas principais suspeitas eram mulheres), que as pessoas alternam conscientemente entre dois diferentes domínios morais: homens e mulheres agem em referência a relações de mesmo sexo ou de sexos cruzados. Sendo essas diferenças entre alinhamentos sexuais e domínios morais algo público, declarado, as pessoas passam de um domínio a outro de modo consciente, planejado, por meio de uma espécie de raciocínio moral. Agir de modo moral ou imoral implica, portanto, agir conscientemente – sendo que agir de modo imoral pode significar agir de acordo com a própria mente, e não em observação aos outros. Porém, as pessoas podem ser levadas a agir com referência aos outros de modo inconsciente, induzidas por feitiços ou pela sedução que objetos de riqueza exercem sobre seu desejo e cobiça. Nesse caso, a substância do feitiço ou o bem material contorna a capacidade de raciocínio moral das pessoas, levando-as a agir sem ter controle sobre suas considerações morais. Portanto, para Strathern, há ocasiões em que as pessoas alternam não entre dois domínios morais (mesmo sexo e sexos cruzados), mas entre estados de moralidade e de amoralidade.

Sem ir muito mais longe com a discussão de Strathern, proponho, ainda que de forma bastante prematura, que, em alguma medida, a categoria “cultura”, tal como acionada ao longo do campo por membros das redes de proteção, opera como uma noção que contorna o julgamento acerca da reflexividade moral das pessoas sobre quem se fala. Em outras palavras, supor que as situações de abuso se reiteram em

virtude da *cultura* de determinado segmento implica sugerir que os atos de violação sexual não são necessariamente imorais, porque, guiados por essa *cultura*, são desprovidos de um raciocínio moral por parte daqueles que os cometem/vivenciam. Essa *cultura*, especificamente, escapa ao domínio e ao exercício do raciocínio moral porque, no limite, escapa à racionalização moderna implicada no Estado de direitos, sob a qual agem e pensam os atores das redes de proteção. Esses *outros*, orientados por *sua cultura*, são colocados em estado amoral, uma vez que suas matrizes de valores e referências os tornariam supostamente opacos à capacidade de reflexão consciente. Entendo dessa forma na medida em que se recorre à ideia de *cultura* como um dispositivo de diferenciação a circunscrever os refratários ou resistentes à ação civilizatória do Estado, tornando-os, de certa forma, inimputáveis do ponto de vista moral e legal.

Para além dessas modalidades de uso de uma ideia de cultura, há outros canais de diálogo no sentido de “relativização cultural”. Especificamente, há pessoas cujas inquietações e impasses se referem ao descompasso entre as lógicas e demandas do Estado e de suas leis e as condições materiais e simbólicas de vida dos sujeitos que ele – o Estado – busca regular, disciplinar e punir. Marta, a delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Breves, relatava-me os impasses ao proceder em um caso de abuso sexual de uma adolescente de 12 anos, o que ocorrera no dia anterior à nossa conversa. Além de discordar da postura de um conselheiro tutelar que, ciente da denúncia, chamou a imprensa local e revelou o caso a ser apurado, ela se comoveu ao ouvir os relatos dos envolvidos, inclusive do acusado. Questionava-se como ficaria, em caso de detenção, a situação da família do mesmo, principalmente em relação ao sustento dos filhos pequenos, já que cabia ao genitor a função de, através do trabalho no mato, prover alimentos e outros recursos – já parcos. Além disso, tal questionamento provinha das ponderações que o próprio caso desvelava à medida que era esclarecido; sendo assim, ela colocava em perspectiva o modo como a adolescente fora colocada a viver na casa do acusado, a natureza da relação que construíram e o tipo de entendimento ou de lógica de que dispunha aquele ribeirão da zona rural do município.

\*\*\*\*\*

Nem sempre, entretanto, o termo *cultura* era acionado, muito embora a ideia a que ele se referia nos usos locais estivesse presente nas narrativas explicativas a respeito das situações de violação ou envolvimento sexual entre crianças e adolescentes. Uma dessas fórmulas era a enumeração de casos familiares ou conhecidos de uniões

matrimoniais ocorridas ainda no início da adolescência – sobretudo das mulheres. Para um exercício etnográfico mais próximo ao leitor, é conveniente que esse recurso seja pensado no contexto de alguma história cujos desdobramentos já foram bem descritos até aqui – por exemplo, o caso de Renata e Lucas.

Muito embora a tia, Luciana, reconhecesse em dados momentos a gravidade jurídica do ato cometido por Lucas contra a prima, ela buscava meios de relativizar moralmente o episódio, construindo condições para que as relações em torno do adolescente não sofressem abrupta alteração de natureza moral. Além da suspeição sobre a intencionalidade de Renata e da responsabilização da mãe de Lucas por não tê-lo instruído adequadamente no trato das mulheres da família, outro artifício a que Luciana recorria era aquela também esboçada pelo defensor: a da apreensão de certa “naturalidade” do envolvimento sexual e/ou matrimonial no meio em que o adolescente vivia. Nesse sentido, Luciana citava uma irmã que se casara aos 12 anos e me falava que alguns familiares ficaram enfurecidos quando ela usou como exemplo a história de Helena, esposa de seu irmão. Aos 13 ou 14 anos, Helena foi dada pela mãe em casamento ao irmão de Luciana, pois o padrasto (marido da mãe) passou a *apalpá-la*. Se para proteger a filha ou o próprio casamento, o fato é que a mãe de Helena a colocou em uma relação conjugal que escapava a seus projetos naquele momento e à qual ela aprendeu a se adaptar.

Na elaboração narrativa de Luciana, em seu campo argumentativo, havia de alguma forma uma equivalência entre o caso de Lucas e o matrimônio precipitadamente arranjado de Helena. Essa equivalência era construída por ela de tal forma que a fazia questionar o tratamento diferenciado da família em relação às duas situações. Do mesmo modo, ela realizava aproximações entre o episódio recente de violação sexual envolvendo os primos e os casamentos entre pessoas associadas por parentesco em seu agrupamento familiar. Lembrara que seu ex-marido a trocara por uma prima (de Luciana), à época com 13 ou 14 anos, que até então vivia com o casal, na casa de Luciana. Através dessas pontes comparativas, Luciana tentava relativizar a gravidade do evento com relação à idade de Renata e com relação à aproximação sexual entre parentes.

Ainda que não seja possível compreender aqui plenamente os parâmetros pelos quais Luciana construía essas comparações permissivas com relação ao ato de Lucas, a constante referência a certa normalidade do contato sexual em tenra idade ou no início da faixa etária que marca a adolescência expressava a recorrência e a

“naturalidade” com que o sobrinho e toda a família poderiam ler a sequência de fatos. Em outras palavras, as uniões e negociações matrimoniais entre jovens com idades abaixo dos 15 anos, por exemplo, constituem uma realidade de muitas meninas e mulheres naquela região, uma prática recorrente e contínua, uma referência comum aos demais membros da localidade – e, por isso, um tipo de hábito que seria de difícil transformação, tornado aceitável e replicável.

A ideia de *cultura* – e suas variantes – parece, dessa maneira, situar os sujeitos entre a inépcia e a consciência de que há algo “errado”, condenável ou passível de punição no conjunto de suas atitudes. Ao mesmo tempo, ela parece, por vezes, reservar ao acusado por algum ato moralmente condenável e/ou criminalmente relevante um estatuto diferente daquele do mal ontológico, do elemento irrecuperável, da vilania plena. No caso de Lucas, por exemplo, ela o deslocava de um eventual lugar de “monstro” para aquele de um rapaz que, com maior ou menor responsabilidade moral, cometera um grande erro, do qual era capaz de se arrepender.

De modo semelhante, esse tipo de inquietação se mostrara ainda no início do campo, quando do caso de Bruna. Na ocasião, acompanhei o conselho tutelar e a polícia militar em uma missão na localidade do Rio Mutuacá, na zona rural de Currálinho, onde a adolescente de 14 anos sofria abuso sexual por parte do avô que a criava desde que a mãe falecera, enquanto seus irmãos sofriam maus tratos e negligência de parte dos avós e do pai. A casinha, sem parede alguma, era um pequeno tablado de madeira coberto com palha, situado a longa distância de outras casas ou famílias. Havia algumas peças de roupas amontoadas pelos cantos e redes muito velhas e sujas penduradas, as quais eram deslocadas de um canto a outro quando a chuva caía lateralmente e as molhava. Para chegarmos, além das muitas horas de barco até determinada proximidade, seguimos em número reduzido da equipe em um pequeno casquinho com motor por mais algumas dezenas de minutos em um furo muito estreito, sob a chuva amazônica. O avô, idoso, tinha as pernas amputadas e se arrastava com dificuldade pelo chão da casa em que o encontramos. A avó, também idosa e aparentemente sofrida, tinha uma deficiência em uma das mãos. Todo aquele cenário, muito embora não me tenha feito “relativizar” o abuso, fez-me pensar as formas de aplicação da lei e das penas e os contextos a que elas se aplicam. Em outras palavras, por meio de tais considerações, não se trata de vitimizar o autor do abuso denunciado, mas de contextualizar as condições de emergência do abuso e do abusador trazidos à tona pela denúncia.

O fato é que, ao longo de semanas depois daquela viagem, era permanente a reflexão acerca das condições de miséria não apenas em termos financeiros ou materiais, mas em termos de existência. Desacreditadas de certas modalidades de intervenção política, distantes dos serviços básicos de saúde, comumente analfabetas, muitas vezes sem dispor sequer de documentos de identificação civil, vivenciando dificuldades diárias para obtenção de alimentos, vivem a regulação do Estado pela proibição à extração da madeira – atividade de que muitas famílias ribeirinhas vivem – e pela punição a atos que adquirem sentidos tão distintos em uma ou outra ponta da relação. Essas questões se articulam às reflexões de Danielli Vieira (2014, p. 93) com relação a adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Para a autora, os processos que constituem a vida desses jovens se caracterizam “pela gerência de um Estado que de um lado não garante direitos básicos de cidadania e que de outro se mostra fortemente presente através de seu braço armado (força policial) e de outros dispositivos de controle (instituições de punição, de tutela, de assistência, de educação)”.

Uma das coisas que essas impressões – como a expressa pela delegada – põem em pauta é a ideia de que cabe aos que atuam na área de políticas públicas planejar, considerar e lançar mão de artifícios de modulação entre as leis do Estado e os contextos ou condições de emergência dos casos e dos sujeitos a que elas se aplicam. Só assim se criam canais para que o Estado regule, fiscalize e cobre os direitos que, ao menos formalmente, ele busca assegurar. Sem essas medidas, o mero ato – discutido acima – de interpretar como sendo “da cultura” das pessoas o ato do abuso implica atribuir exclusivamente à conduta da família responsabilidades pelo cumprimento de parâmetros decorrentes das lógicas do Estado.

### *5.6 Da cultura: comensurabilidade e horizontes morais*

De alguma forma, essa noção nativa de *cultura* se assemelha a concepções tradicionais clássicas de cultura no campo da antropologia. Ou poderíamos alegar que se trata de um efeito que a história dos conceitos da antropologia produziu. Ela se apresenta não só como “mapa abstrato de comportamentos” (FONSECA, 1991), mas como entidade discreta, que se impõe aos indivíduos e cujos “limites” contornam conjuntos mais ou menos estáveis de valores e de diretrizes de comportamento, pouco permeáveis ao que vem do lado de “fora”.

Esses elementos apontam para a ideia de comensurabilidade e incomensurabilidade de horizontes morais (CARDOSO DE OLIVEIRA,

1994) e/ou de “mundos” (VIEIRA, 2009; 2011; 2012). Roberto Cardoso de Oliveira (idem), ao tratar da moralidade e da eticidade na antropologia e os impasses trazidos pelo relativismo cultural com relação a essas dimensões, argumenta que “*aquilo que já está na tradição ou no costume não pode ser tomado necessariamente como normativo*”. A moralidade, segundo ele, implica normas relacionadas à “argumentação racional”, de maneira que os “juízos morais” são sempre passíveis de negociação. O exercício comunicativo, assim, é possível porque os domínios ou horizontes em diálogo ou em confronto são porosos a essa negociação em torno do melhor argumento. De modo semelhante, Danielli Vieira, ao refletir sobre o chamado “mundo do crime”, entende que a referência a esses diferentes domínios se trata mais de “interseções, de permeabilidade entre domínios do que [de] mundos irreduzíveis, particularistas” (2011, p. 300). Entre eles, as fronteiras são porosas, de maneira que, além das especificidades, “há trânsitos de valores, de moralidades, de objetos, de sujeitos” (idem, p. 296).

Assim sendo, ainda que tomássemos uma espécie de diferenciação aguda entre as lógicas do Estado e a lógica das populações ribeirinhas sobre as quais esses agentes falam – tal como os discursos destes últimos fazem parecer –, “o fato de haver domínios não redutíveis não significa, necessariamente, que eles sejam incomensuráveis, estanques” (VIEIRA, 2009, p. 115). O argumento segundo o qual não se viabiliza a produção de mudanças – seja com relação à condição de crianças e adolescentes, seja com relação ao meio ambiente ou a práticas escolares, por exemplo – em virtude da *cultura* ou da *tradição* de determinados coletivos se assemelha a uma espécie de relativismo radical que torna quase incomensuráveis universos ou domínios que, ironicamente, partilham de uma série de rotinas e de sentidos locais.

Michael Carrithers (2005) propõe que a cultura seja pensada em termos de persuasão e de retórica em lugar de um código ou programa de conduta. Como efeito dessa perspectiva, em lugar de tomar-se cultura como algo que atuaria sobre as pessoas – como agente, portanto –, passa-se a considerar que as pessoas fazem uso de ferramentas culturais para operar sobre si mesmas e umas sobre as outras (idem, p. 434). A ideia de persuasão implica que as pessoas, ao fazerem uso de recursos conceituais disponíveis, imprimem interpretações e políticas sobre si e sobre seus pares. Seu argumento é que, em lugar da *pessoa* como produto cultural, há de se pensar na *agência moral*: as pessoas agem e reagem, atuando como agentes e como pacientes dessas ações e reações. A imagem que decorre daí é da sociedade como “uma teia de pessoas

agindo umas sobre as outras e sendo alvo de ações, portanto em um estado de fluxo e, em certo grau, de incerteza” (idem, p. 440). É por meio dessa abordagem que Carrithers vislumbra tanto as mudanças históricas e sociais quanto a existência de uma agência moral mesmo entre aqueles tidos como néscios ou passivos (idem, p. 441).

Prova de que promover diálogos entre os domínios locais e os domínios do Estado era possível constava nos esforços de pessoas como Marta, a delegada da DEAM de Breves, anteriormente citada – mas, evidentemente, não somente ela. Como vimos, Marta colocava em tensão as lógicas do Estado e as lógicas das famílias ribeirinhas acostumadas a viver com menor contato com relação às suas instituições. Ela buscava, ao justapor esses diferentes “domínios” – para continuar nos termos de Vieira (2009; 2011; 2012) –, encontrar uma melhor articulação entre eles, entre os campos normativo e vivencial.

Pensar em situações como a exemplificada por Marta implica não só retomar a dimensão da reflexividade moral, mas reforçar a inventividade, a criatividade e a mudança como possibilidades ou exercícios permanentes dos horizontes morais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994). As leis e os processos de caráter de lei constituem moralidades; as leis constituem não meramente instrumentos de controle sobre as moralidades, mas criam condições de possibilidade para a imaginação e a criatividade morais (ZIGON, 2008). Além disso, as leis, pretensamente formais, convivem com outras modalidades de processo também correspondentes a aspectos legais, de maneira que, como sugere Zigon (idem), paralelo a um pluralismo jurídico, opera um pluralismo moral, os quais se constituem mutuamente.

### *5.7 Enfim... os efeitos de Estado*

O conjunto de processos e de elementos contemplados ao longo deste capítulo, podemos dizer, coproduzem a aparência de Estado como entidade distante das populações, como entidade à parte, intangível inclusive para seus operadores e agentes.

Os mecanismos e processos implicados na judicialização, a forma de categorização formal das narrativas de denúncia, as traduções normativas e estatísticas, os modos como se concebem os sujeitos, tudo isso produz ou replica os efeitos de distanciamento, de diferenciação; interpõe, entre a dimensão vivencial dos sujeitos (RIFIOTIS, 1997; 2006; 2014b) e os instrumentos de registro, de controle e de gestão, uma série de normativas técnicas, de categorias legais, de narrativas de caráter psicossocial. Sendo assim, esses “múltiplos arranjos que

produzem a aparente separação do Estado criam efeitos de agência e de autonomia parcial, com consequências concretas” (MITCHELL, 1999, p. 84, trad. livre). Trata-se de “métodos de organização, arranjo e representação que operam dentro de práticas de governo, inclusive criando o efeito de uma durável estrutura aparentemente externa àqueles que a praticam” (idem, p. 78).

Mais do que isso, o que a descrição até aqui apresentada nos permite identificar é que, em lugar de um Estado “ausente” em termos de falta, estamos falando de um Estado limitado, em certa medida precário, que funciona até certo ponto – e, a partir de então, supõe que nada ou que muito pouco pode fazer. Ao mesmo tempo, em se tratando de contextos de povos ribeirinhos, há de se levar em conta processos mais recentes pelos quais o Estado avança sobre eles, tornando-os cada vez mais contundentemente populações-alvo de seus mecanismos e de suas ações<sup>149</sup>.

---

<sup>149</sup> Incorporo neste parágrafo observações feitas pelas professoras Adriana Vianna, Sônia Maluf e Miriam Hartung em suas arguições.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição até aqui apresentada deixa entrever uma série de aparentes controvérsias, inconsistências, incoerências, tal como a vida o é. Não caberia, em se tratando de uma abordagem envolvendo tantos personagens, enredados em tantas distintas relações, a compor o quadro do funcionamento do Estado, uma narrativa textual coerente, linear e ordenada.

À medida que o tempo da pesquisa de campo se amplia, e as redes e os contatos se alargam, as possibilidades de dar conta do maior número de dimensões possível se esvaem, substituindo qualquer quimera de uma descrição pretensamente “completa” pela esperança de que algum aspecto da experiência possa ter sido razoavelmente descrito. Dessa maneira, esta tese guarda entre suas linhas a frustração pelos tópicos e pelas discussões que ficaram de fora do texto. A prioridade aqui foi descrever as práticas, as ações, as associações, no espaço e no tempo em que seu fluxo pôde ser “fotografado” pela observação e pelo registro etnográfico.

Priorizar a abordagem das políticas públicas e do Estado a partir das ações teve em vista o fato de que os modos pelos quais o Estado se realiza na vida das pessoas, tomando de licença as palavras de Adriana Vianna (2002, p. 37) sobre a fiscalização pelo poder soberano, “não podem ser compreendidos a partir do enunciado – discursivo, institucional – de sua existência, mas das ações concretas que produz, bem como das ações que anuncia idealmente, mas não necessariamente realiza”. Sendo assim, é preciso ter em vista que a política pública não se constitui somente de documentos públicos institucionais, “mas também [de] tudo aquilo que os profissionais e agentes [...] fazem no cotidiano de seu trabalho [...]” (MALUF, 2010, p. 30-31).

Além disso, não apenas tive como preocupação pensar as políticas públicas do ponto de vista dos agentes instituídos pelo Estado, mas também através dos modos como moradores, crianças e famílias se relacionavam com as instâncias e serviços públicos e como os agenciavam. Foram recorrentes denúncias envolvendo pessoas relacionadas por parentesco ou por coresidência, impondo dificuldades analíticas para a apreensão do tema do incesto a partir dos relatos dos próprios sujeitos.

Acompanhar (ou tecer) essa rede tornou possível mapear um fluxo – ordenado, ainda que não muito, para fins narrativos – através do qual circulam negociações de diversas ordens, economias afetivas, repertórios morais, projetos de diferentes ordens, disputas políticas,

disputas por legitimidade institucional, etc<sup>150</sup>. Em lugar, porém, de uma retomada de todos os pontos discutidos ao longo dos capítulos, gostaria de destacar neste espaço alguns dos elementos vívidos da experiência de campo, dos quais nem todos ocuparam espaço na conformação final do texto.

As visitas na cidade, as viagens pelo interior dos municípios, o levantamento de registros nos conselhos tutelares, a conversa informal com diferentes agentes que compõem as redes trazem à tona valores que orientam e constroem o desejo (como a ideia de que “*cavalo velho gosta de capim novo*”), julgamentos e leituras acerca dos desejos alheios (como falas, mesmo de profissionais inseridos das redes, a respeito de que as “*molecas são safadas e procuram*”), atribuição da motivação dos acontecimentos a conceitos amplos (como “*a cultura*” das pessoas ou do local), e certa atribuição ao que arrisco chamar “acusação de resistência civilizatória” (como quando pessoas ligadas a setores do Estado criticam a “*tradição de gerações e gerações de famílias*” de determinado rio; a imutabilidade e a resistência a valores trazidos por instituições e serviços formais dos municípios). Esses elementos dizem respeito, de um lado, a entendimentos morais em torno da sexualidade, das relações intergeracionais e das economias afetivas; e, de outro, a entendimentos morais ancorados em categorias sociológicas e antropológicas apropriadas em dados contextos de enunciação, as quais buscam dar conta de análises mais generalistas.

Nesse sentido, o tempo prolongado de campo – em parte planejado, em parte contingente – também me permitiu mapear um quadro geral em que o sexo entre menores e maiores adquire sentidos mais complexos. Um desses aspectos concerne aos critérios para a eleição de pares sexuais. Como mencionado anteriormente, ouvi muitas vezes que “*cavalo velho gosta de capim novo*” ao abordar o tema do interesse de homens mais velhos por adolescentes muito mais jovens. Muito embora não se coloque em pauta o relacionamento entre mulheres mais velhas e rapazes adolescentes, por exemplo, elas também ocorrem, embora com menos frequência (no caso de casais homossexuais, não notei esse corte geracional, talvez pelo pequeno número que conheci).

---

<sup>150</sup> Olhar cada caso também me possibilitou, dentro de certos limites, identificar e descrever, tal como sinalizou Patrice Schuch em sua precisa arguição a esta tese, os princípios e as tecnologias morais de governo, na medida em que suas diferentes formas de intervenção se explicam e se explicitam por meio das especificidades das tramas em que ocorre sua atuação.

Há, entre os homens mais velhos, no caso daqueles que construíram algum patrimônio ou adquiriram um emprego de renda estável ou com certo prestígio social, a imagem do bem-sucedido, capaz de pagar pelo sexo. Não apenas entre menores de idade, mas também entre mulheres jovens adultas, pude acompanhar histórias (ou melhor: experiências) em que esses homens “com grana” as procuravam com a proposta de sexo eventual em troca de dinheiro, algum bem de consumo ou pagamento de alguma dívida. Em outros momentos, ouvia a respeito de adolescentes e mulheres jovens que procuravam por esses homens para ofertar sexo em troca de algum valor ou bem que desejassem ou de que precisassem, predominantemente celulares, tablets e mesmo recarga para o celular. Portanto, a atividade sexual desponta também como possibilidade de ganhos financeiros e simbólicos em um município marcado pelo subemprego e pelos salários baixos, bem como pelos apelos de consumo em moda (sapatos de salto alto, sandálias e roupas de marcas famosas...) e tecnologia (celulares com recursos avançados, tablets, etc.).

Do mesmo modo, outro aspecto capturado ao longo do campo foram os recursos de que as pessoas lançam mão na tentativa de solucionar as origens dos conflitos instaurados pela situação de abuso sexual, elegendo critérios principalmente relacionados à imagem pública. Mais ainda, o que se faz com as situações que se apresentam indica uma negociação que as pessoas, famílias ou instituições operam com base no que entendem acerca dos dispositivos legais.

O fato é que uma pluralidade de situações emerge nos conselhos tutelares, nas delegacias de polícia e nos espaços de atendimento e apoio psicossociais como indicativa desses contatos sexuais envolvendo menores. Sobretudo nas zonas rurais, constatam-se situações em que esses contatos são negociados ou consentidos pelas famílias. Sem entrarmos no campo de nossos julgamentos morais ou de nossas perspectivas judiciais, cabe aqui sinalizar o modo como essas situações se narravam como “denúncias”. Conheci casos de adolescentes cujos pais, segundo denúncias, as “ofereciam” a homens comerciantes da região (há aqueles que viajam interior adentro vendendo produtos em seus barcos), compradores de madeira (no caso de famílias que vivem da extração de madeira) ou conhecidos mais abastados (um patrão, um aparentado ou amigo da família) com a finalidade de receber favores ou recursos materiais e financeiros. Nesses casos, chegavam denúncias segundo as quais as adolescentes eram vistas no interior dos barcos desses homens viajantes, fazendo-lhes companhia. Conheci um interlocutor muito importante que me relatava sobre mães, em outro

município do Marajó, que diziam preferir que suas filhas (de doze, treze ou quatorze anos) “*transassem com policiais*” a que “*transassem com vagabundos*” – nesse caso, alguns policiais militares que atuavam na cidade foram colocados sob investigação quando surgiu a denúncia de que eles manteriam relações sexuais com essas adolescentes. Desse modo, desvelavam-se economias morais em torno da sexualidade das adolescentes e atributos morais presentes na eleição de seus pares.

Além desses contatos sexuais viabilizados com vistas a recursos materiais (dinheiro, bens) ou simbólicos (o homem influente da região; antes o policial do que o *vagabundo*), há as situações de união conjugal de meninas adolescentes consentidas pelos pais. Disso, dois elementos emergem e merecem ser sublinhados. O primeiro deles diz respeito às justificativas que ouvi para que a filha fosse entregue ao casamento: tendo adentrado o período de reprodução, havia certo temor de que as adolescentes eventualmente aparecessem grávidas – gravidez oriunda de relacionamentos furtivos ou com rapazes sem estabilidade – e inserissem na rotina da casa, da produção familiar e dos custos de sobrevivência mais uma criança/pessoa. Ou simplesmente de que se tornassem mães solteiras. O segundo se refere ao modo como, em alguns casos, esses pais deixam à mão a possibilidade de acionar os recursos da lei se o cônjuge não cumprir com suas obrigações e compromissos assumidos quando do acordo matrimonial (prestação de serviços, ajuda no trabalho, circulação de bens, comportamento em relação à esposa, etc.). Ou seja, não são raros os casos de mães e pais que entregam maritalmente as filhas entre 11 e 14 anos a homens adultos e que, após o descumprimento de algum acordo ou após a ruptura com as dinâmicas de reciprocidade por parte destes últimos, tornam a relação uma denúncia formal à polícia. Isso implica que, uma vez dominada a norma (os tabus em torno da sexualidade de menores de idade e especificamente os interditos legais em torno da sexualidade de menores de 14 anos), não significa que esses contatos sexuais serão vigiados ou proibidos, mas controlados sob a possibilidade latente de serem retirados do espaço privado e colocados no campo público de denúncias e de procedimentos legais. Têm-se, de um lado, as reciprocidades próprias às dinâmicas matrimoniais; e, de outro, uma possibilidade de apropriação das lógicas do Estado na negociação e renegociação desses acordos locais. Esse tipo de circunstância gera múltiplos impasses à atuação da polícia civil, por exemplo, como pode acompanhar.

Ainda no que diz respeito ao contexto das famílias, não raramente as situações que se configuram como um problema moral aos

agrupamentos são explicadas através de uma espécie de narrativa de desorganização: ora se trata de um descaso por parte do “poder público” (miséria, falta de atenção básica, etc.); ora se referem a um descuido, irresponsabilidade ou descaso por parte dos familiares (momento em que deixaram os filhos sozinhos, por exemplo); outras vezes ainda podem ser atribuídas a uma desordem espiritual que assola a família das crianças ou das/dos adolescentes envolvidas/os (quase como um alerta divino). E, sendo muitos casos referentes à unidade doméstica ou a algum agrupamento de parentesco, as configurações familiares constituem uma dimensão relevante de análise (homens que vivem maritalmente com diferentes gerações de mulheres, como esposa, filha e neta-filha; padrasto que procura uma relação com a enteada; filho da madrasta que comete abuso com a anuência do pai da adolescente). E mesmo são relevantes as formas de reordenamento que as famílias empreendem após os fatos.

Ainda em se tratando da família, esta não aparece apenas como fonte de pressão sobre crianças e adolescentes vitimados por ações de violação sexual – como o esforço de resolução silenciosa dos casos em que meninas são abusadas pelo avô ou pelo padrasto, por exemplo, situação que presenciei com frequência do início ao fim do campo. Ela também pode figurar como polo a sofrer determinadas pressões quando o perpetrador dispõe de capital financeiro e/ou político e, assim, demanda forçosamente que os familiares se silenciem – como o caso de uma jovem mulher que me contou que, aos 15 anos, foi estuprada por um madeireiro da região em que morava e cuja família desistiu da denúncia em virtude de uma derrota judicial vislumbrada antes mesmo de qualquer tentativa ou esforço.

Tantas cores e tantos modos de gerenciar a vida não cabem nos documentos formais que buscam regular a infância e a adolescência ou nas cartilhas que prescrevem a profissionais modos de proteger-lhes os direitos. O debate sobre políticas públicas precisa passar pelos sujeitos, cuja inventividade e cujos arranjos podem inclusive sinalizar para modos viáveis de mediação de conflitos e de resolução de impasses familiares.



## Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ABÈLÈS, Marc. État. In: BONTE, Pierre & IZARD, Michel (dir.). **Dictionnaire de l’Ethnologie e de l’Anthropologie**. Paris: PUF, 1992, p. 239-242.

ABRAMS, Philip. “Notes of the difficulty of studying the state”. **Journal of Historical Sociology**, 1988, p. 58-89.

ARRUTI, José Maurício P. A. “Etnografia e história no Mocambo: notas sobre uma ‘situação de perícia’”. In: LEITE, I. B. (org.). **Laudos Periciais Antropológicos em debate**. Florianópolis: Coedição NUER/ABA/2005, p. 113-136.

AZEVEDO, Priscila Gomes de. “‘Cumprir a minha missão’ dádiva, sacrifício e reconhecimento”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 277-302.

BADINTER, Elisabeth. **Rumos equivocados**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BALANDIER, Georges. “A noção de situação colonial”. In: **Cadernos de Campo**, n. 3, p. 107-131, 1993.

BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys A. F. “‘Ajuda’, ‘compra de voto’ e reconhecimento: as fronteiras agonísticas da moral na política”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 455-482.

BAUMAN, Zygmunt. **Isto não é um diário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMARD, Nicolas; SPERBER, Dan. La morale. In: **Terrain**, n. 48, fev/2007.

BOASSEVAIN, Jeremy. “Apresentando ‘Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões’”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 195-223.

BOLTANSKI, L. **L'Amour et la justice comme compétences**. Trois essais de sociologie de l'action. Paris: Éditions Métailié, 1990.

BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya (orgs). **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2007.

BOUSSAGUET, Laurie; MULLER, Pierre “L'impact du forum politique sur la formulation des politiques publiques”. In: **Politiques et management public**, vol. 23 n° 3, 2005.

BRIGGS, Charles L. **Learning how to ask: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BRUCKNER, Pascal. **A Tentação da Inocência**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

BRUNATTI, Olga G. “La judicialización de los conflictos intrafamiliares en el fuero penal bonaerense. Modelos interpretativos de violencia familiar y nociones nativas de la categoría víctima”. In: RIFIOTIS, Theophilos; CASTELNUOVO, Natalia (orgs.). **Antropología, violencia y justicia: Repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia**. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

BUTLER, Judith. “Contre La violence éthique”. In: **Rue Descartes**, 2004/3 n° 45-46, p. 193-214.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri C. **¿Quién le canta al Estado-Nación?** Lenguaje, política, pertenencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Antropologia e moralidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 24, 1994.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O mal-estar da ética na antropologia prática”. In: VICTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (orgs.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? In: **RBCS**, vol. 23 n. 67 junho/2008, p. 135-146.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. “Concretude simbólica e descrição etnográfica (sobre a relação entre antropologia e filosofia)”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto

(orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 44-70.

CARRARA, S.; VIANNA, A.; ENNE, A. L. "Crimes de bagatela": a violência contra a mulher na Justiça do Rio de Janeiro. In: CORRÊA, M. **Gênero & Cidadania**. Coleção Encontros. Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, Campinas, p. 71-106, 2002.

CARRITHERS, M. "Anthropology as a moral science of possibilities". In: **Current Anthropology**, volume 46, number 3, june 2005, p. 433-446.

CARUSO, Juliana P. Lima. **Rendas da Vida**: Relações Matrimônias na Costa da Lagoa. Dissertação de Mestrado – PPGAS/UFSC. Florianópolis: 2011. Orientadora: Miriam F. Harting.

CIOCCARI, Marta. "Um valor de múltiplas faces: a construção da 'pequena' e da 'grande' honras entre trabalhadores em minas de carvão no Brasil e na França". In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 226-250.

CHAVES, Kélon G. O.; QUEIROZ, Marcos A. de Souza. "Magia e moralidade: o caso dos trabalhos de amor nos terreiros de umbanda". In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 182-204.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana; ENNE, Ana Lúcia. "Crimes de bagatela": a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro". In: CORRÊA, Mariza (org.). **Gênero & Cidadania**. Campinas, 2002.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: COSAC NAIFY, 2003.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**: The Creation of Mods and Rockers. London, MacGibbon & Kee, 1972.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. "Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial". In: **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 57-106.

CRUZ, Fernanda. **Jovens em devir**: invenção de novas possibilidades de vida para além da institucionalização. Florianópolis, 2014. Tese de

doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

CRUZ, Fernanda. Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida. Análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional. In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 326-341, abr.-jun. 2015.

CUERVO, Gabriela de Lima. “Funcionalismo público e política local contextualizando e discutindo ‘mérito’ e ‘competência’”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 501-522.

CUNHA, Patricia Marcondes Amaral da. **Um retrato da judicialização das relações familiares em recursos julgados no Tribunal de Justiça de Santa Catarina**: tecendo um olhar antropológico sobre o estupro intrafamiliar. Trabalho de Conclusão de Curso – Antropologia Social/UFSC. Florianópolis: 2015. Orientação: Theophilos Rifiotis.

D’ANDRADE, Roy. Moral models in Anthropology. In: **Current Anthropology**, v. 36, n. 3, june 1995.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. In: **Cuadernos de Antropología Social**, nº 27, p. 19–52, 2008.

DEBERT, Guita G. “Conflitos éticos nas delegacias de defesa da mulher”. In: DEBERT, G.; GREGORI, M. F. (orgs.). **Gênero e distribuição da justiça**: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Campinas: Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero, 2006, p. 13-56 (Coleção encontros).

DEBERT, Guita Grin. “Desafios da politização da Justiça e a Antropologia do Direito”. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2010, v. 53 nº 2, p. 475-492.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. “Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas”. In: **RBCS**, vol. 23, nº. 66 fevereiro/2008, p. 165-211.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995, v. 1.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A outra saúde mental, psicossocial, físico moral? In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de S. (orgs.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994, p. 83-90.

DUSSY, Dorothée; LE CAISNE, Léonore. “Des maux pour le taire: de l’impensé de l’inceste à sa révélation”. In: **Terrain**, n. 48, FÉVRIER, 2007.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I. & SHAW, Linda L. **Writing Ethnographic Fieldnotes**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1995.

FABRE, Clarisse; FASSIN, Eric. **Liberte, Egalité, Sexualités: actualité politique des questions sexuelles**. Paris: Belfond, 2003.

FASSIN, Didier. “Beyond good and evil: questioning the anthropological discomfort with morals”. In: **Anthropological Theory**, vol. 8(4): 333-344, 2008.

FASSIN, Didier. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. In: **Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, n. 15, 2014. Tradução: Gleicy Mailly da Silva e Pedro Lopes.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood**. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

FASSIN, Didier; BOUAGGA, Yasmine; COUTANT, Isabelle; EIDELIMAN, Jean-Sébastien; FERNANDEZ, Fabrice; FISCHER, Nicolas; KOBELINSKY, Carolina; MAKAREMI, Chowra; MAZOUZ, Sarah; ROUX, Sébastien. **Juger, réprimer, accompagner: essai sur la morale de l’État**. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo; MENDES, Regina Lúcia Teixeira. “Hipossuficiência: mapeamento dos sentidos da categoria no campo jurídico brasileiro”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 523-535.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. "Apenas preencher papel": reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-68, Apr. 2013.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. "Formalidades, moralidades e disputas de papel: a administração de casos de crianças desaparecidas no Rio de Janeiro". In: **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 8 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2015, p. 207-234.

FISCHER, Nancy. "Oedipus Wrecked? The Moral Boundaries of Incest". **Gender and Society** 17, no. 1 (February 2003): 92-110.

FLEISCHER, Soraya. Parto para casa ou parto para hospital? O que parturientes e parteiras consideram sobre o lugar de parir em Melgaço, Pará. In: GROSSI, Miriam; SCHWADE, Elisete. **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Florianópolis: Nova Letra, 2006, p. 243-276.

FLEISCHER, Soraya R. **Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará**. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2007. Orientadora: Claudia Fonseca.

FONSECA, Claudia. Cavalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 6, n. 15, Rio de Janeiro, fev. de 1991.

FONSECA, Regina Lúcia Teixeira Mendes da. **Dilemas da decisão judicial**. As representações de juízes brasileiros sobre o princípio do livre convencimento motivado. Tese de Doutorado em Direito – Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: 2008. Orientador: Roberto Kant de Lima.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: Curso no Collège de France, 1977-1978**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Jussara. "Sociologia da moral, ação coletiva e espaço público". In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 71-106.

FREIRE, Leticia de Luna. **Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/UERJ, 2005.

FREIRE, Leticia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. In: **Comum**, Rio de Janeiro, v.11- n.26- p.46 a 65- Janeiro/Junho, 2006.

FREITAS, Rosana Martinelli. Programas de combate à pobreza: o poder das mulheres às avessas. In: TORNQUIST, Carmen S.; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de S.; LISBOA, Teresa Kleba (orgs.). **Leituras de Resistência: corpo, violência e poder**. Volume II. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 269-297.

GEERTZ, Clifford. **Negara: O Estado-Teatro no Século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: APOCS, 1993.

GREGORI, Maria Filomena. Violence and gender: Political paradoxes, conceptual shifts. in: **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 7, n.2. July to December 2010. Brasília, ABA. Available at <http://www.vibrant.org.br/issues/v7n2/maria-filomena-gregori-violence-and-gender/>

GRILLO, Carolina C. “Pelo certo: o direito informal do tráfico em favelas cariocas”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 337-366.

GROSSI, Miriam Pillar. “Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil”. In: **Revista Estudos Feministas** (4), 1995.

GROSSI, Miriam Pillar. “Rimando amor e dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivoconjugal”. In: GROSSI, Miriam P. & PEDRO, Joana M. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 293-313.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões & PORTO, Rozeli. **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões & LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. **Gênero e Violência**: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARTUNG, Miriam F. “Os limites da assessoria antropológica: o caso dos descendentes de escravos e libertos da Invernada Paiol de Telha – PR”. In: LEITE, I. B. (org.). **Laudos Periciais Antropológicos em debate**. Florianópolis: Coedição NUER/ABA/2005, p. 137-146.

HARTUNG, Miriam Furtado. “Ser E não ser”, eis a questão: relatórios antropológicos, categorias nativas e Antropologia. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2013, v. 56, nº 2, p. 323-364.

HÉRITIER, Françoise. **Les Deux Soeurs et leur Mère**. Anthropologie de l’Inceste. Paris: Éditions Odile Jacob, 1994.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino, Feminino**: o pensamento da diferença. Lisboa: 1996.

HITLIN, Steven. “Os contornos e o entorno da nova sociologia da moral”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, no 39, mai/ago 2015, p. 26-58.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOWELL, Signe. “Introduction”. In: HOWELL, Signe. **The Ethnography of Moralities**. London/New York: Routledge, 1997, p. 1-21.

HULL, Matthew. “The file: agency, authority, and the authography in an Islamabad bureaucracy”. **Language & Communication**, 2003, 23:287-314.

HULL, Matthew. “Documents and bureaucracy”. **Annual Review of Anthropology**, 2012, 41:251-267.

HUMPHREY, Carol. “Exemplars and rules: aspects of the discourse of moralities in Mongolia”. In: HOWELL, Signe. **The Ethnography of Moralities**. London/New York: Routledge, 1997, p. 25-47.

LANDINI, Tatiana Savoia. “Pedófilo, quem és?. A pedofilia na mídia impressa”. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. 19, n. supl. 2, p. S273-S282, 2003.

LANDINI, Tatiana Savoia. “Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração”. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), v. 26, p. 225-252, 2006.

LANGDON, Esther Jean. Uma avaliação crítica da atenção diferenciada e a colaboração entre antropologia e profissionais de saúde. In: Langdon & Garnelo (orgs.). **Saúde dos Povos Indígenas: Reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2004.

LANNA, Marcos. As sociedades contra o Estado existem? Reciprocidade e poder em Pierre Clastres. In: **MANA**, 11(2): 419-448, 2005.

LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo Social**. Uma introducción a La teoria del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. “Os Laudos Periciais – um novo cenário na prática antropológica”. In: LEITE, I. B. (org.). **Laudos Periciais Antropológicos em debate**. Florianópolis: Coedição NUER/ABA/2005, p. 13-28.

LOWENKRON, Laura. **Sexualidade e (Menor)idade**: estratégias de controle social em diferentes escalas. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2008.

LOWENKRON, Laura. Sexualidade e (menor)idade. **Polêm!ca**, v. 9, n. 1, p. 57 – 61, janeiro/março 2010.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo**. A construção social da pedofilia em múltiplos planos. Tese de Doutorado em Antropologia – MN. Rio de Janeiro: 2012. Orientadora: Adriana Vianna.

LOWENKRON, Laura & FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents: ethnographic dialogues on the trail of police papers. In: **VIBRANT**, v. 11, n.2, ano 2014.

MACHADO, Isadora Vier. Para além da judicialização: uma leitura da Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/06) em três dimensões. In: **Revista Feminismos**, vol. 2, N. 3, setembro-dezembro, 2014.

MACHADO, Isadora Vier; GROSSI, Miriam Pillar. Historicidade das violências psicológicas no Brasil e judicialização, a partir da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). In: **Direitos Fundamentais & Justiça**, ano 6, nº 21, p. 84-104, OUT./DEZ., 2012.

MAIA, Thais Meirelles de Sousa; SEIDL, Eliane Maria Fleury. Castração química em casos de pedofilia: considerações bioéticas. In: **Revista bioética**, 2014; 22 (2): 252-261.

MALUF, Sônia. **Encontros Noturnos**: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MALUF, Sônia Weidner. Sofrimento, 'saúde mental' e medicamentos: regimes de subjetivação e tecnologias do gênero. In: TORNQUIST, Carmen S.; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de S.; LISBOA, Teresa Kleba (orgs.). **Leituras de Resistência**: corpo, violência e poder. Volume II. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 145-161.

MALUF, Sônia Weidner. Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais. In: MALUF, Sônia W.; TORNQUIST, Carmen Susana (orgs.). **Gênero, saúde e aflição**: abordagens antropológicas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 21-67.

MALUF, Sônia W.; TORNQUIST, Carmen Susana (orgs.). **Gênero, saúde e aflição**: abordagens antropológicas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

MALUF, Sônia Weidner. Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação. In: **Campos** 14(1-2):131-158, 2013.

MISKOLCI, Richard. "Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay". In: **Cadernos Pagu**, n. 28, jan-jun de 2007, p. 101-128.

MITCHELL, Timothy. "The Limits of the State: Beyond Statist Approaches and Their Critics". In: **American Political Science Review**, 85/1, (March), 1991.

MITCHELL, Timothy. Society, economy, and the state effect. In: Steinmetz, G. (ed.). **State/Culture**: State-Formation after the Cultural Turn. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1999, p. 76-97.

MOUTINHO, Laura. "Sob a ótica do feminino: ressentimentos e (re)negociações na África do Sul pós-apartheid". In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 205-225.

MOTA, Fábio Reis. "Os limites da 'identidade' uma etnografia das demandas de reconhecimento na França e no Brasil". In: WERNECK,

Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 483-501.

NOEL, Gabriel D. “Dos códigos aos repertórios: alguns atavismos persistentes acerca da cultura e uma proposta de reformulação”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 117-130.

OLIVEIRA, Alessandro José. “As Pedofilias: entre as definições médicas e a pluralidade de sentidos”. **Anais RAM**, 2009a. Acesso em 18 de outubro de 2010. Disponível no site: <http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2017%20%E2%80%93%20Deseos%20que%20Confrontan%20Estudios%20sobre%20Sexualidade%20Dissidentes/GT17%20-%20Ponencia%20%5BAlessandro%5D.pdf>

OLIVEIRA, Alessandro José. “De ‘pedófilo’ a ‘boylover’: ilusão ou uma nova categoria sexual que se anuncia?”. In: María Elvira Díaz-Benítez & Carlos Eduardo Fígari (orgs.). **Prazeres Dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. “Aspectos sociológicos da fofoca”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 251-276.

ORTNER, Sherry. “Poder e projetos: reflexões sobre agência”. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter (orgs.). **Conferências e Diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.

PAZ, Bárbara Bisogno. **A castração química como forma de punição para os criminosos sexuais**. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Jurídicas e Sociais. PUCRS, 2013.

PEIRANO, Mariza. “Sem lenço, sem documento”. In: **Sociedade e Estado**, 1986, 1:49-63.

PEIRANO, Mariza. “Max Weber e a antropologia: a relação entre microetnografia e macrosociologia”. In: **A teoria viva e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006a, p. 101-109.

PEIRANO, Mariza. “Sem lenço, sem documento: cidadania no Brasil”. In: **A teoria viva e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006b, p. 121-134.

PEIRANO, Mariza. “A lógica múltipla dos documentos”. In: **A teoria viva e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006c, p. 135-153.

PEIRANO, Mariza. “De que serve um documento?”. In: Moacir Palmeira & César Barreira (orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NuAP/UFRJ, 2006d, p. 13-37.

PEIRANO, Mariza. “O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos”. **Horizontes Antropológicos**, 2009, 32:53-80.

PIRES, Álvaro. “A racionalidade penal moderna, o público e os Direitos Humanos”. In: **Novos Estudos**, n. 68, março/2004.

PORTO, Rozeli Maria. **Aborto Legal e o Cultivo ao Segredo: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC. Florianópolis: 2009. Orientação: Miriam Grossi.

QUEIROZ, Tacinara N. de.; RIOS, Luís Felipe. Brincando e conversando sobre safadeza: significados e experiências sexuais de crianças e adolescentes da Região Metropolitana do Recife. In: TASSINARI, Antonella; ALMEIDA, José Nilton; RESENDÍZ, Nicanor Rebolledo (orgs.). **Diversidade, educação e infância: reflexões antropológicas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014, p. 133-162.

RIFIOTIS, Theophilos. “Nos campos da violência: diferença e positividade”. **Antropologia em Primeira Mão**. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC (19)1-30, 1997.

RIFIOTIS, Theophilos. “Direitos humanos: declaração, estratégia, campo de trabalho e ética”. In: **Boletim da ABA**, n. 30, 2º semestre de 1998, p. 41-43.

RIFIOTIS, Theophilos. “Violência policial na imprensa de São Paulo. O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema)”. **Revista São Paulo em Perspectiva** (Fundação Seade, São Paulo), 13 (2): 28-41, 1999.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 85-119, June 2004.

RIFIOTIS, Theophilos. “Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais”. **Revista de Ciências Sociais**. v.37 n.2, 2006.

RIFIOTIS, T. “Direitos Humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito”. In: RIFIOTS, T.; VIEIRA, Danielli. **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012a.

RIFIOTIS, T. “As Delegacias Especiais de Proteção à Mulher no Brasil e a ‘judicialização’ dos conflitos conjugais”. In: RIFIOTS, T.; VIEIRA, Danielli. **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012b.

RIFIOTIS, T. “Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’”. In: RIFIOTS, T.; VIEIRA, Danielli. **Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012c.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e as políticas de atenção aos idosos. **36º Encontro Anual da ANPOCS - Mesa redonda: Direitos Humanos: direitos do sujeito e sujeito de direitos**, 2012d.

RIFIOTIS, T. Entre teoria, estética e moral: repensando os lugares da antropologia na agenda social da produção de justiça. In: **Antropologia em Primeira Mão**, UFSC, 2014a.

RIFIOTIS, T. Judicialização dos Direitos Humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: configurações de sujeito. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2014b, v. 57 n° 1.

RILES, Annelise. “Introduction: in response”. In: RILES, A. (ed.). **Documents: artifacts of modern knowledge**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006, p. 1-38.

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. **O “depoimento sem dano” em ação: descrevendo práticas sobre a participação de crianças e adolescentes durante investigações criminais**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/UFSC. Florianópolis: 2015.

RODRIGUES, Danielle. “O círculo da acusação: o linchamento como processo de indiscutibilidade da negatividade moral do ato e cenas de punição sem limites”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 389-408.

ROEDER, Maika Arno; MINELLA, Luzinete Simões; MALUF, Sônia Weidner. Habitando a casa e sendo habitado pelo gênero: construção da cidadania nos Serviços Residenciais Terapêuticos de São José. In: GROSSI, Miriam; LAGO, Mara Coelho de Souza; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Estudos In(ter)disciplinados**: gênero, feminismo, sexualidade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 175-205.

ROSATI, Massimo; WEISS, Raquel. “Tradição e autenticidade em um mundo pós-convencional: uma leitura durkheimiana”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, no 39, mai/ago 2015, p. 110-162.

RUBIN, Gayle. “Thinking sex: notes for a radical Theory of the Politics of sexuality”. In: NARDI, P. & SCHNEIDER, B. **Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies** – a reader. London/New York: Routledge ed., 1998, p 100-133.

SÁ, Leonardo. “Moralidades possíveis e o sujeito como multiplicidade de práticas: um campo aberto a questões”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 107-116.

SANTOS, Flavia Medeiros. **O ‘Monstro’ e o ‘Homem’**: Aspectos da construção institucional de mortos no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2014, p. 347-365.

SANTOS, Hermílio. Adolescents and experiences with violence: making sense of subjective interpretations of life-world. in: **Vibrant** – Virtual Brazilian Anthropology, v. 7, n.2. July to December 2010. Brasília, ABA. Available at <http://www.vibrant.org.br/issues/v7n2/hermilio-santos-adolescents-and-experiences-with-violence/>

SCHUCH, Patrice. “O estrangeiro” em “campo: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico. In: FONSECA, C.; SCHUCH, P. (orgs.).

**Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a, p. 21-40.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça:** antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

SCHUCH, Patrice. “Justice, Culture and Subjectivity.” in: **Vibrant** – Virtual Brazilian Anthropology, v. 9, n. 2. July to December 2012. Brasília, ABA. Available at <http://www.vibrant.org.br/issues/v9n2/patrice-schuch-justice-culture-and-subjectivity/>

SCHUCH, Patrice. “Como a Família funciona em políticas de intervenção social?”. In: **Civitas:** Revista de Ciências Sociais, v. 13, 2013.

SCHUCH, Patrice. “A moral em questão: a conformação de um debate em antropologia”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem:** estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 92-106.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na Mata Pernambucana. In: **MANA**, 10(1): 131-163, 2004.

SILVA, Carlos Henrique da. **O Pará aos pedaços:** projetos de criação dos estados do Carajás e Tapajós no contexto da fronteira de acumulação. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP. São Paulo: 2015. Orientação: Manoel Fernandes de Sousa Neto.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **O nervo cala, o nervo fala:** a linguagem da doença. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

SIMIÃO, Daniel. **As donas da palavra:** gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor Leste. Tese de Doutorado – PPGAS/UnB. Brasília: 2005. Orientador: Luís Roberto Cardoso de Oliveira.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres invisíveis:** violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

STOCZKOWSKI, Wiktor. “The ‘fourth aim’ of anthropology: between knowledge and ethics”. In: **Anthropological Theory**, vol. 8(4): 345-356, 2008.

STRATHERN, Marilyn. “Cortando a rede”. Tradução: Ana Letícia de Fiori. Texto original: “Cutting the Network”. In: **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, Vol. 2, No. 3 (Sep., 1996), pp. 517-535.

STRATHERN, Marilyn. “Double standards”. In: HOWELL, Signe. **The Ethnography of Moralities**. London/New York: Routledge, 1997 (pp. 127-151).

STRATHERN, Marilyn. **Partial Connections**. Oxford: Altamira Press, 2004.

STRATHERN, Marilyn. “Entrevista – no limite de uma certa linguagem”. **Mana**, 5(2): 157-175, 1999.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

STRATHERN, Marilyn. “A Relação: acerca da complexidade e da escala”. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014a, p. 263-295.

STRATHERN, Marilyn. “Cortando a rede”. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014b, p. 295-319.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. “O ‘problema’ do bandido subjetividade e ‘violência urbana’ no Rio de Janeiro”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 367-389.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. “Sociabilidade, moral e coisas afins: modelos sociológicos e realidade ameríndia”. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: 2006.

TROUILLOT, Michel-Rolph. La antropología del Estado en la era de la globalización. Encuentros cercanos de tipo engañoso. **Current Anthropology**, vol. 42, n. 1, febrero, 2001 (Traducción: Alicia Comas, Cecilia Varela y Cecilia Diez).

VANDENBERGHE, Frédéric. “A Sociologia como uma Filosofia Prática e Moral (e vice versa)”, **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, no 39, mai/ago 2015, p. 60-109.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **Limites da menoridade**: tutela, família e autoridade em julgamento. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002.

VIANNA, Adriana R. B. “Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças”. In: LIMA, Roberto Kant (org.). **Antropologia e Direitos Humanos** – Prêmio ABA Ford Direitos Humanos. Niterói: EdUFF, 2005, p. 13-68.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. In: **Cadernos Pagu**, (37), julho-dezembro de 2011:79-116.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; LIMA, Antônio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla C. (orgs.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, p. 43-70.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

VIEIRA, Danielli. “**VIVENDO NO VENENO**”: Análise de Narrativas Contadas por Jovens sobre Homicídios em SC. Dissertação – Mestrado. PPGAS/UFSC. Florianópolis: 2009.

VIEIRA, Danielli. Histórias sobre homicídios entre jovens: ‘Mundo do crime’ e comensurabilidade. In: **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2011 - p. 281-308.

VIEIRA, Danielli. **Correndo pelo certo, vivendo no crime**: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Tese de Doutorado – PPGAS/UFSC. Florianópolis: 2014. Orientador: Theophilos Rifiotis.

VILLELA, Jorge Mattar. Moral da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco. In: **Lua Nova**, São Paulo, 79: 163-199, 2010.

WEISS, Raquel. “Apresentação do dossiê Sociologia e Moral”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, no 39, mai/ago 2015, p. 16-24.

WENDEL, Janine R., Cris Shore, Gregory Feldman and Stacy Lathrop. Toward an Anthropology of Public Policy. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 2005, 600: 30-51.

WERNECK, Alexandre. “Sociologia da moral agência social e criatividade”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 21-43.

WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. “Apresentação”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, p. 7-18.

WORSLEY, Peter. The nation state, colonial expansion and the contemporary world order. In: INGOLD, Tim (org.). **Companions Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1994, p. 1040-1066.

ZENOBI, Diego. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. In: **MANA** 16(2): 471-499, 2010.

ZIGON, Jarrett. **Morality**: an anthropological perspective. New York/Oxford: BERG, 2008.

ZIGON, Jarrett. “Moral and ethical assemblages: a response to Fassin and Stoczkowski”. In: **Anthropological Theory**, vol. 10(1-2): 3-15, 2010.